



Grupo CA Auto Bank

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

31 DE DEZEMBROst, 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBROst, 2023

CA Auto Bank S.p.A.

Sede social: Corso Orbassano, 367 - 10137 Turim www.ca-autobank.it - Capital social realizado: Euro 700.000.000 - Registro Comercial de Turim n.º. 08349560014 - Código fiscal e número de IVA. 08349560014 - Registro italiano de bancos n.º. 5764 - Empresa-mãe do Grupo Bancário "CA Auto Bank" - Inscrita no Registro Italiano de Grupos Bancários código ABI 3445 - Registro Único Italiano de Corretores de Seguros (RUI) n.º. D000164561, Membro do Fundo Nacional Interbancário de Garantia de Depósitos. Sociedade unipessoal, sujeita à gestão e coordenação do Crédit Agricole Consumer Finance.

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CA Auto Bank para o exercício findo em 31 de dezembro dest, 2023 seguem as normas estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), em conformidade com a Circular n. 262 emitida pelo Banco de Itália em 22 de dezembro dend, 2005, com as alterações que lhe foram introduzidas. Esta circular prescreve o formato, os métodos de preparação e os requisitos de conteúdo das demonstrações financeiras, bem como o conteúdo das notas às demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pela demonstração consolidada da posição financeira, demonstração consolidada dos resultados, demonstração consolidada do rendimento integral, demonstração consolidada das alterações no capital próprio, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e notas anexas. Adicionalmente, são complementadas por um relatório sobre a atividade do Grupo que inclui uma demonstração de resultados reclassificada, rácios financeiros, indicadores alternativos de desempenho e mapas de reconciliação.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas de forma clara e dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados operacionais e dos fluxos de caixa do Grupo para o período em análise. São igualmente acompanhadas pelo relatório do Conselho Fiscal e pelo relatório do auditor independente, nos termos do Decreto Legislativo n.º 39, de 27 de janeiro deth, de 2010.

Os anúncios relativos a eventos significativos, as apresentações aos investidores e as divulgações públicas em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 estão acessíveis no sítio Web do Grupo CA Auto Bank (www.ca-autobank.com).

As informações sobre as remunerações, nos termos do artigo 123.º-ter da Lei das Finanças Consolidadas (TUF), e as informações de acordo com o Pilar III do quadro de Basileia são igualmente publicadas e disponibilizadas no sítio Web, em conformidade com os procedimentos de aprovação pertinentes.

KEY FIGURES

818 €/MLN

Net banking income and rental margin

3.33 %

On average portfolio

99 €/MLN

Cost of risk

0.40 %

On average portfolio

255 €/MLN

Net operating expenses

31.18 %

Cost/income ratio

13,909 €/MLN

New retail, leasing and rental/mobility volumes

+24 %

vs. December 2022

1,421 THOUSAND

Retail financing and rental/mobility active contracts

1,652 €/MLN

of which captive exFCA brands new leasing and financing volumes (*)

847 THOUSAND

of which captive exFCA brands retail financing active contracts portfolio (*)

11,049 €/MLN

of which other brands and non captive new retail, leasing volumes

461 THOUSAND

of which other brands and non captive retail financing active contracts portfolio

1,208 €/MLN

of which all brands rental/mobility volumes

113 THOUSAND

of which rental/mobility active contracts

27.3 €/BLN^(**)

End of year portfolio

24.6 €/BLN

Average portfolio

7.5 €/BLN^(**)

of which captive exFCA brands, leasing and financing end of year portfolio

10.3 €/BLN

of which captive exFCA brands, leasing and financing average portfolio

17.4 €/BLN^(**)

of which other brands and non captive, leasing and financing end of year portfolio

13.0 €/BLN

of which other brands and non captive, leasing and financing average portfolio

2.4 €/BLN^(**)

of which net value of vehicles Drivalia (rental/mobility)

1.3 €/BLN

of which net value of vehicles Drivalia (rental/mobility)

1 Consolidated Financial Report for the six months ended December 31st 2023

15.79 %

CET 1 Ratio

10.22 %

Leverage Ratio

17.23 %

Total Capital Ratio

463.7 €/MLN

Operating income CA Auto Bank Group

400.2 €/MLN

Net profit CA Auto Bank Group

58.5 €/MLN

of which Drivalia (rental/mobility)

37.6 €/MLN

of which Drivalia (rental/mobility)

19

Countries

2,289

Employees

175 THOUSAND

Drivalia (rental/mobility)
Fleet long- and short-term rental
and fleet management

843

of which: Drivalia (rental/mobility)

60

Supported Brands

AIWAYS - AIXAM - ASTON MARTIN - BENETEAU - BMC TRUCKS - BYD -
CARTHAGO - CENNTRO - CONCORDE - DONGFENG - DR AUTOMOBILE
- ELARIS - FANTIC - FERRARI - FORD TRUCK - FOTON TRUCKS - GAS
GAS - HARLEY DAVIDSON - HONDA - HUSQVARNA - HYMER - INDIAN
MOTORCYCLES - KNAUS TABBERT - KTM - LIGIER - LOTUS - LUCID - MAXUS
- MAZDA - MCLAREN - MG - MORGAN - MOTO MORINI - NISSAN - PILOTE
- QJ MOTOR - RAPIDO - RCM - RENAULT - ROBETA - ROSTANG - ROYAL
ENFIELD - SERES - SSANGYONG (KGM) - TESLA - VINFAST - VMOTO
SOCO - WINGAMM - WOF MOOVEO - XEV - ALFA ROMEO**** - ABARTH**** -
CITROEN**** - DS**** - FIAT**** - FIAT PROFESSIONAL**** - JEEP**** - LANCIA****
- MASERATI**** - PEUGEOT****.

(*) exFCA brand until March 31st 2023.

(**) 26,92 €/MLD is the total outstanding EoP amount net of provisions; of which captive,
exFCA brands 7,53 €/BLN of which other brands and non captive 17,2 €/BLN.

(***) Only in the countries where Stellantis Financial Services is not present.



ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Redação de Giacomo Carelli (Diretor Executivo)	11
A política de financiamento do banco no atual contexto macroeconómico por Luca Caffaro (CFO)	13
Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Auditor Externo	14
Governança	15
Antecedentes e apresentação	16
Estrutura acionista	18
Estrutura do grupo	19
Pegada geográfica	20
Resultados das operações	21
Os sectores de atividade	22
Em destaque: relatórios das diferentes áreas da empresa	42

RELATÓRIO SOBRE AS ACTIVIDADES	53
Cenário macroeconómico, mercado automóvel e mercados financeiros	54
Acontecimentos significativos e transacções estratégicas	56
Estratégia financeira	64
Custo do risco e qualidade do crédito	76
Resultados das operações	85
Rácios de fundos próprios e de capital	93
Aspectos sociais	97
Organização e recursos humanos	101
Tecnologias da informação	117
O sistema de controlo interno	119
Outras informações	131

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	139
<hr/>	
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	148
<hr/>	
PARTE A - Políticas contabilísticas	149
<hr/>	
PARTE B - Informações sobre o balanço consolidado	216
<hr/>	
PARTE C - Informações sobre a demonstração de resultados consolidada	291
<hr/>	
PARTE D - Rendimento integral consolidado	318
<hr/>	
PARTE E - Informações sobre o risco e políticas de gestão do risco conexas	319
<hr/>	
PARTE F - Informações sobre o capital próprio consolidado	425
<hr/>	
PARTE G - Concentrações de actividades	429
<hr/>	
PARTE H - Transacções com partes relacionadas	432
<hr/>	
PARTE L - Relato por segmentos	435
<hr/>	
PARTE M - Relatórios de locação financeira	437
<hr/>	
COMUNICAÇÃO POR PAÍS - DADOS ATÉ 31/12/2023	441
<hr/>	
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	-
<hr/>	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	-
<hr/>	

O CAMINHO DE CRESCIMENTO DO BANCO AUTOMÓVEL CA ENTRE A EXPANSÃO E NOVAS PARCERIAS

Giacomo Carelli - Diretor Executivo e Diretor Geral

O ano de 2023 revelou-se entusiasmante e frutuoso para o nosso Grupo, a começar pelo lançamento, em abril, do CA Auto Bank, criado com o objetivo de conquistar a liderança europeia nos sectores do financiamento e da locação financeira de veículos e da mobilidade.

O nascimento do Banco, o único ator independente e multimarca na Europa com a experiência e o know-how de uma empresa cativa, foi acolhido com entusiasmo pelas partes interessadas, pelos meios de comunicação social, pelos parceiros e pelos clientes. Graças, em parte, ao apoio do Grupo Crédit Agricole, a nossa ambição é liderar a transição energética em curso, tornando o acesso a veículos com zero ou baixas emissões cada vez mais democrático e acessível a todos.

Apesar de 2023 não ter sido um ano fácil para a economia europeia, durante o ano o CA Auto Bank ganhou a confiança de muitos novos parceiros, totalizando 50 marcas parceiras e cerca de 10.000 concessionários. O feedback muito positivo que recebemos até agora confirma que estamos no caminho certo, no caminho para o futuro.

Reforçámos as colaborações com os parceiros existentes e inaugurámos novas colaborações, tanto no sector automóvel - como as com a Tesla, a Mazda, a Lucid Motors e a McLaren Automotive - como no sector das duas rodas - ao estabelecer acordos com marcas como a KTM Sportmotorcycle e a QJ Motor. Assinámos uma parceria com o Grupo AEC e as suas filiais AEC (importador de Dodge e RAM) e AECSV (importador de Cadillac, Chevrolet e GMC). O Banco entrou também no sector da náutica, assinando um acordo pan-europeu com o Grupo Beneteau, um dos mais conceituados actores mundiais.

Paralelamente, a nossa trajetória de desenvolvimento na Europa prosseguiu. Um marco importante foi a aquisição da Findio, uma empresa de renome especializada em serviços financeiros para automóveis nos Países Baixos. Atualmente, a Findio continua a operar, como parte da CA Auto Finance Nederland, fornecendo uma gama cada vez mais ampla de produtos financeiros.

A Drivalia, a nossa empresa de aluguer, leasing e mobilidade, também expandiu a sua presença na Europa para abranger 14 países, nomeadamente graças à aquisição das operações da ALD Automotive na Noruega e na Irlanda e da Leaseplan na República Checa e na Finlândia. A empresa também trabalhou para lançar as bases para o seu lançamento na Alemanha, Áustria, Suécia e Suíça até 2024.

Além disso, para reforçar as nossas ambições de liderança em França, trabalhamos na fusão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, das equipas do CA Auto Bank France e da Sofinco Auto Moto Loisirs (AML), para criar um único interveniente no financiamento automóvel e na mobilidade: o novo CA Auto Bank France.

No domínio da mobilidade, a Drivalia lançou o rebranding do seu serviço de partilha de carros eléctricos. Renomeado E+Share Drivalia, o serviço fez a sua estreia em Lyon, com planos de expansão para outras cidades europeias. O ano terminou com o lançamento no mercado italiano de dois produtos inovadores. O primeiro é o Drive To Buy, a primeira assinatura mensal de aluguer que permite aos clientes comprar um carro novo nos primeiros dois meses. O segundo é a marca Drivalia Future, um mercado (já ativo em Itália, Finlândia, Noruega e República Checa) inspirado na economia circular, onde os veículos podem ser comprados no final do contrato de aluguer ou de assinatura.

As nossas realizações durante 2023, combinadas com o nosso empenho, a experiência adquirida ao longo de um século de história e a força do Crédit Agricole, conduzirão a nossa atividade para novos objectivos - como sempre, na busca da inovação e da digitalização, e com um forte enfoque na sustentabilidade.

A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DO BANCO NO ACTUAL CONTEXTO MACROECONÓMICO

Luca Caffaro - Diretor Financeiro

Em 2023, a economia da área do euro registou uma desaceleração face a 2022, influenciada pela política monetária restritiva do Banco Central Europeu (BCE). Além disso, a descida dos preços das matérias-primas ao longo do ano contribuiu para uma redução da inflação, que se alinhou gradualmente com o objetivo do BCE. Prevê-se que este alinhamento tenha um impacto positivo nos rendimentos reais e, consequentemente, promova o crescimento em 2024. Embora vários analistas prevejam potenciais cortes nas taxas de juro no próximo ano, desvios inesperados nos indicadores macroeconómicos e nas decisões de política monetária poderão introduzir mais volatilidade nos mercados financeiros.

Para além de acompanhar a evolução do cenário macroeconómico, de modo a avaliar o impacto no crescimento e as consequências para os mercados financeiros, o Banco continuou a diversificar as suas fontes de financiamento em 2023. Para o efeito, regressou ao mercado de capitais, emitindo cerca de 2 300 milhões de euros no âmbito do programa EMTN (incluindo uma colocação em libras esterlinas que assinala a reentrada do CA Auto Bank neste mercado após um hiato de 7 anos) e 160 milhões de francos suíços no mercado doméstico suíço. O Banco continuou também a apoiar-se nos financiamentos disponibilizados pelo Grupo Crédit Agricole. O CA Auto Bank retomou igualmente as suas actividades de refinanciamento no âmbito do reembolso progressivo dos empréstimos do BCE desembolsados ao abrigo do programa T-LTRO. Entre estas actividades, destaca-se a emissão de uma nova securitização de empréstimos para a compra de automóveis originários de Itália, no valor de mais de 1,2 mil milhões de euros, e o aumento significativo do programa de securitização no Reino Unido, para mais de mil milhões de libras.

Além disso, em setembro, o Banco concluiu com êxito uma emissão de obrigações sénior não preferenciais no valor de 450 milhões de euros, totalmente subscrita pelo CACF, com vencimento em 2029. Esta colocação proporcionou ao CA Auto Bank um passivo adicional elegível para bail-in, salvaguardando os seus credores sénior.

A combinação destas iniciativas, juntamente com o estabelecimento de novas linhas com bancos externos superiores a 2 mil milhões de euros e a manutenção de programas públicos de captação de depósitos em Itália e na Alemanha, gerou o financiamento para as crescentes necessidades de financiamento determinadas pelo crescimento do volume de negócios do Grupo.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E AUDITOR EXTERNO

Conselho de Administração

Presidente

Stéphane Priami

Diretor Executivo e Diretor Geral

Giacomo Carelli

Directores

Richard Bouligny

Louise Chevalier

Paola De Vincentiis*

Anne Marie Guirchoux

Jerome Hombourger

Sophie Lazarevitch*

Vittorio Ratto

Valérie Wanquet

Auditores externos

PricewaterhouseCoopers S.p.A

*Directores independentes

Conselho Fiscal

Presidente

Maria Ludovica Giovanardi

Revisores oficiais de contas

Mauro Ranalli

Vincenzo Maurizio Dispinzeri

Revisores oficiais de contas suplentes

Francesca Pasqualin

Francesca Michela Maurelli

GOVERNANÇA

- Giacomo Carelli: Diretor Executivo e Diretor Geral
- Alberto Sibille: Assuntos Corporativos e Governança de Processos
- Andrea Barcio: Recursos Humanos
- Andrea Trapè: Auditoria Interna
- Em nomeação: Risco e Controlo Permanente
- Lucyna Bogusz: Vendas, marketing e desenvolvimento empresarial
- Lionel Eric Lafon: Crédito
- Luca Caffaro: Diretor Financeiro do Grupo
- Luca Pollano: TIC, digital e governança de dados
- Marcella Merli: CA Auto Bank Italia
- Marina Sapello: Assuntos Jurídicos e Aquisições
- Paolo Manfredi: Mercados europeus e Diretor Executivo da Drivalia
- Patrizio Lattanzi: Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados
- Roberto Sportiello: Ferrari Financial Services GmbH - Diretor Executivo Officer
- Sylvia Boteva: Financiamento por grosso

ANTECEDENTES E APRESENTAÇÃO

Em 4 de abril deth, 2023, uma nova era despontou em Turim, inaugurando um novo capítulo para as finanças e para o automobilismo, com a capital piemontesa a assumir novamente o papel principal.

Nesse dia nasceu o CA Auto Bank, o novo ator pan-europeu, um banco digital omnicanal de vanguarda, especializado na mobilidade verde, presente em 18 países europeus e em Marrocos. Posicionado de forma única como o único operador independente com a experiência de uma cativa, a empresa surgiu da transformação do Banco FCA. Em abril de 2023, tornou-se totalmente independente do Grupo Stellantis após a venda da sua participação pelo fabricante ao Crédit Agricole, que detém agora 100% da nova entidade através do Crédit Agricole Consumer Finance.

Enraizado em alicerces históricos bem estabelecidos, o CA Auto Bank retira força das suas origens, sublinhando o significado do seu património, ao mesmo tempo que promove um compromisso com a inovação e o avanço no sector do financiamento automóvel:

- As origens do Grupo remontam a 1925, quando foi fundado como S.A.V.A., a primeira empresa de financiamento automóvel em Itália, criada para facilitar a compra de automóveis Fiat.
- Em dezembro de 2006, a Fiat Auto S.p.A. e o Crédit Agricole S.A. criaram uma empresa comum 50/50 destinada a desenvolver actividades financeiras na Europa. thEm 28 de dezembro de 2006, a Fiat Sava S.p.A. e a sua empresa-mãe, a Fidis Retail Italia, fundiram-se e a entidade resultante foi inscrita na lista especial nos termos do artigo 107º do Decreto Legislativo 385/1993 e passou a designar-se Fiat Auto Financial Services S.p.A., com o Grupo Crédit Agricole a tornar-se acionista a 50%.
- Em 5 de abril deth, 2007, a empresa sofreu uma nova alteração de nome e passou a designar-se Fiat Group Automobiles Financial Services S.p.A.
- Em 2009, a empresa (que entretanto mudou de nome para FGA Capital) tornou-se a cativa de todas as marcas Chrysler na Europa.
- Em 16 de janeiro deth, 2015, a Empresa foi transformada em banco e assumiu o nome de FCA Bank S.p.A. Sob esta nova identidade, continuou a crescer e a estabelecer-se como um interveniente significativo no negócio de aluguer em toda a Itália e Europa, até se tornar o CA Auto Bank em abril de 2023.

Assim, o novo ator pan-europeu nasceu com "os olhos postos no futuro, mas firmemente enraizado numa tradição histórica bem estabelecida". A sua ambição é destacar-se como um ator independente e transversal líder nos domínios do financiamento automóvel, do aluguer e da mobilidade, prestando os seus serviços aos

sectores automóvel, dos veículos automóveis, do lazer, dos veículos comerciais ligeiros e pesados e com planos para entrar nos sectores marítimo e agrícola.

O ritmo da mudança é evidente, uma vez que o sector automóvel está a sofrer uma profunda evolução nas tecnologias de fabrico e nos padrões de utilização dos veículos. Uma mudança significativa é a transição da mobilidade centrada nos combustíveis térmicos para a mobilidade impulsionada pelos automóveis híbridos e eléctricos. Por outro lado, verifica-se uma transformação na economia, com os consumidores a afastarem-se da noção tradicional de propriedade de veículos e a adoptarem modelos de utilização e aluguer.

A prova da nova orientação é evidente com a criação da Drivalia, a empresa inovadora de aluguer e mobilidade do Grupo, que sucede à Leasys Rent e posiciona o CA Auto Bank como um ator independente, pronto a abraçar novas oportunidades de colaboração para tornar a mobilidade sustentável e acessível a todos.

Apresentada no Salão Automóvel de Paris em outubro de 2022, a Drivalia já estabeleceu uma presença significativa em catorze países europeus (Itália, Reino Unido, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Países Baixos, Polónia, Grécia, Irlanda, Noruega, Finlândia, República Checa e Dinamarca).

A Drivalia pretende ser um ator-chave na condução da transição para a mobilidade sustentável, e a experiência do CA Auto Bank é fundamental para a sua missão. Além disso, a empresa oferece soluções personalizadas para tornar os veículos eléctricos e híbridos mais acessíveis a um público mais vasto, garantindo uma gama abrangente de opções inovadoras.

O Grupo CA Auto Bank é atualmente um modelo pan-europeu exemplar de inovação, liderando o caminho para uma mobilidade mais sustentável. A adoção de novas tecnologias e da digitalização será fundamental para o futuro do Grupo. Uma vez que o crescimento e a diversificação continuam a ser objectivos fundamentais, a evolução dos instrumentos financeiros, de seguros e de pagamento será alinhada com os mais recentes desenvolvimentos nos sectores das fintech, insurtech e open banking.

O CA Auto Bank prosseguirá com determinação inabalável a sua trajetória de transição energética, acelerando o processo de transformação em curso. Através de uma vasta gama de produtos financeiros e de soluções de mobilidade ecológica, os clientes podem contribuir ativamente para a proteção do ambiente. O Grupo aspira a afirmar-se como líder da mobilidade sustentável à escala europeia e a ser reconhecido como o "Banco da Mobilidade para um planeta melhor".

ESTRUTURA ACCIONISTA

Crédit Agricole Financiamento ao Consumo

O Crédit Agricole Consumer Finance é líder no mercado do crédito ao consumo, com uma carteira de empréstimos de 113 mil milhões de euros em 31 de dezembro dest, 2023. Oferecendo soluções de financiamento flexíveis e responsáveis, adaptadas às necessidades específicas dos seus clientes e parceiros comerciais, está presente em 18 mercados europeus, bem como na China e em Marrocos. Com base no seu vasto know-how e experiência, a empresa garante que as políticas de fidelização dos seus parceiros, incluindo fabricantes de veículos, concessionários, bancos e organizações institucionais, conduzam ao sucesso comercial. A satisfação do cliente está no centro da sua estratégia, o que leva o Crédit Agricole Consumer Finance a dar aos clientes as ferramentas necessárias para tomarem decisões bem informadas sobre os seus projectos.

Dando ênfase à inovação e ao investimento em tecnologias digitais, a empresa está empenhada em fornecer as melhores soluções aos seus accionistas, promovendo assim uma nova e melhorada experiência de financiamento.

Em 2006, o Crédit Agricole Consumer Finance e a Fiat Auto criaram uma joint venture 50/50 conhecida como FIAT GROUP AUTOMOBILES FINANCIAL SERVICES, mais tarde renomeada FGA Capital em 2009. Depois de se transformar num banco em 2015, a empresa adoptou o nome FCA Bank S.p.A.

No entanto, em 4 de abril deth, 2023, verificou-se uma mudança significativa quando o Stellantis abandonou a parceria e o Crédit Agricole Consumer Finance adquiriu a totalidade da sua participação. Esta evolução levou ao nascimento de um novo banco denominado Crédit Agricole Auto Bank.



CRÉDIT AGRICOLE S.A.

100 %



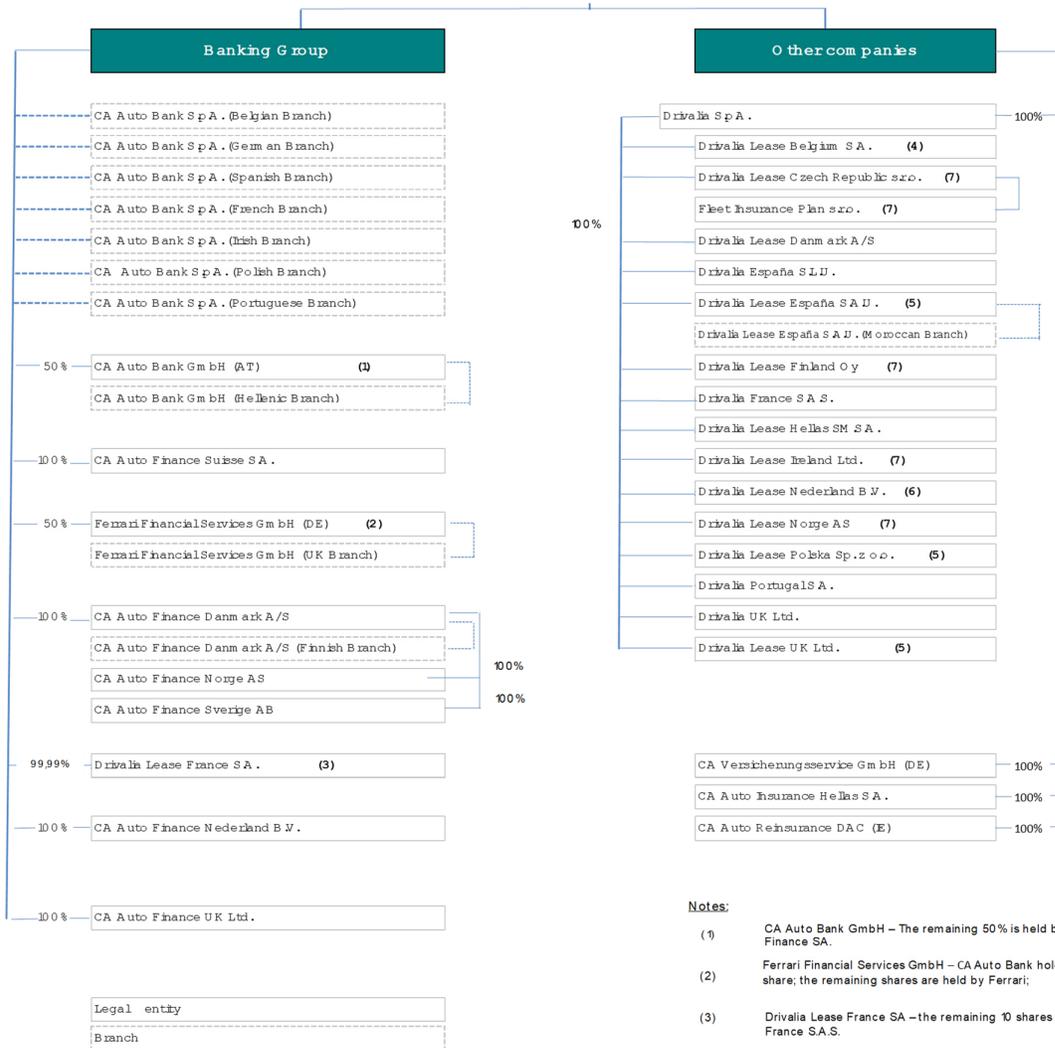
**CRÉDIT AGRICOLE
CONSUMER FINANCE**

100 %



AUTO BANK

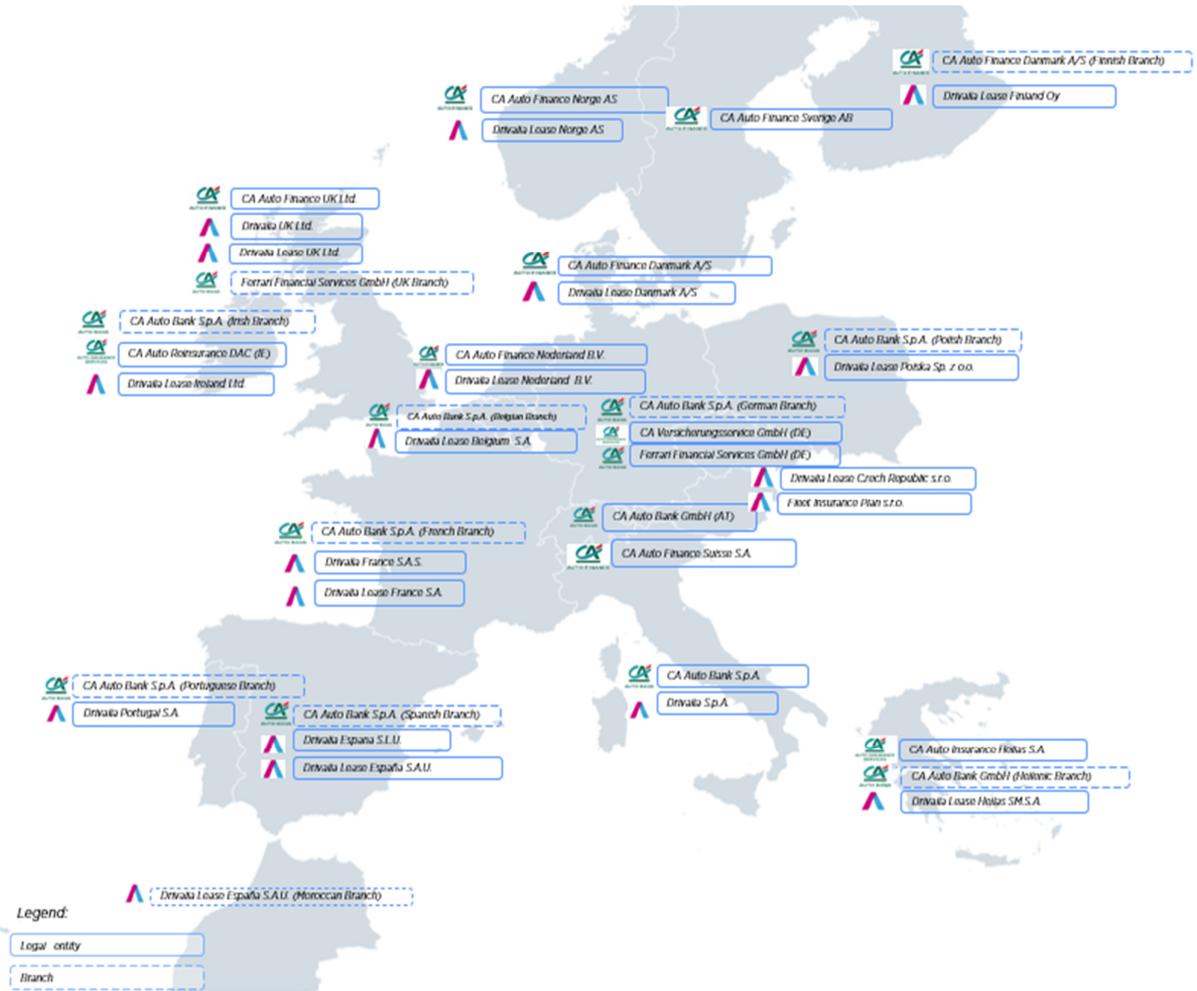
ESTRUTURA DO GRUPO



Notes:

- (1) CA Auto Bank GmbH – The remaining 50% is held by CA Consumer Finance SA.
- (2) Ferrari Financial Services GmbH – CA Auto Bank holds 50% + 1 share; the remaining shares are held by Ferrari.
- (3) Drivalia Lease France SA – the remaining 10 shares are held by Drivalia France S.A.S.
- (4) Drivalia Lease Belgium was established on May 24th, 2023;
- (5) Drivalia Lease España S.A.U. and Drivalia Lease UK Ltd. And Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. are included in their banking scope;
- (6) Drivalia Lease Nederland B.V. was incorporated on May 17th, 2023.
- (7) Drivalia Lease Czech Republic s.r.o., Drivalia Lease Ireland Ltd., Drivalia Lease Norge AS, Drivalia Lease Finland Oy were acquired on August 1st,

PRESENÇA GEOGRÁFICA



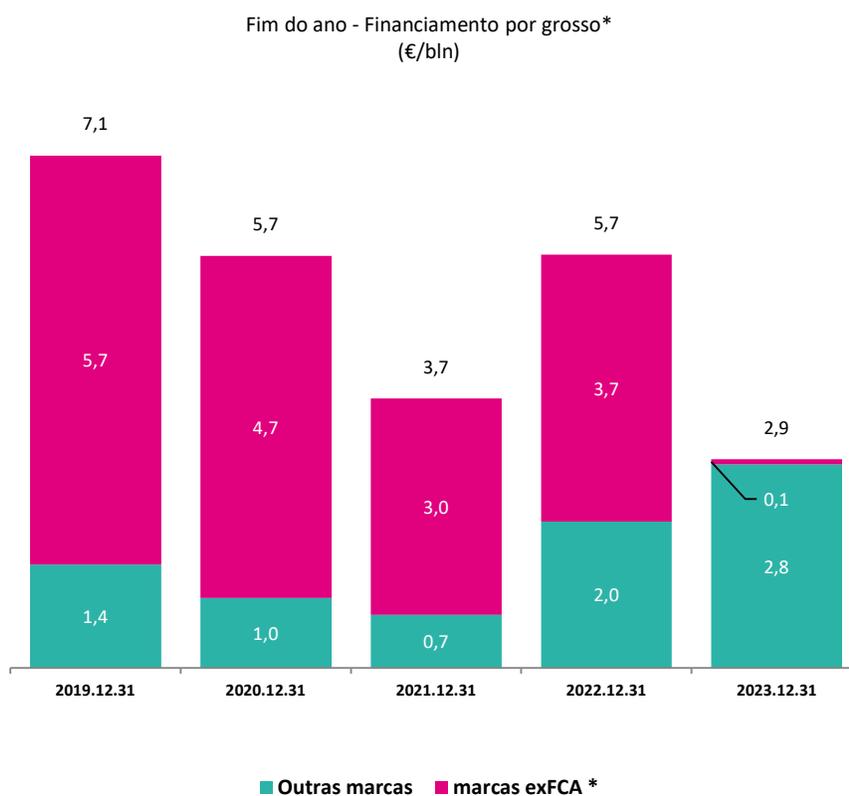
RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Dados financeiros e operacionais (€/mln)	12/31/2023	12/31/2022
Rendimento bancário líquido e margem de aluguer	818	788
Despesas operacionais líquidas	(255)	(213)
Custo do risco	(99)	(82)
Receitas operacionais	464	493
Outras receitas / (despesas)	90	(39)
Outras receitas/(despesas) extraordinárias	-	647
Lucro antes de impostos	554	1,100
Lucro líquido	400	1,019
Extraordinário		
Média	24,595	25,133
Fim do período	27,299	29,240
Rácios		
Produto Bancário Líquido e Margem de Rendas / Saldo Médio	3.33%	3.89%
Rácio custo/rendimento	31.18%	26.95%
Custo do risco/média do capital em dívida	0.40%	0.41%
CET1	15.79%	13.92%
Rácio de capital total (TCR)	17.23%	15.54%
Rácio de alavancagem	10.22%	10.22%

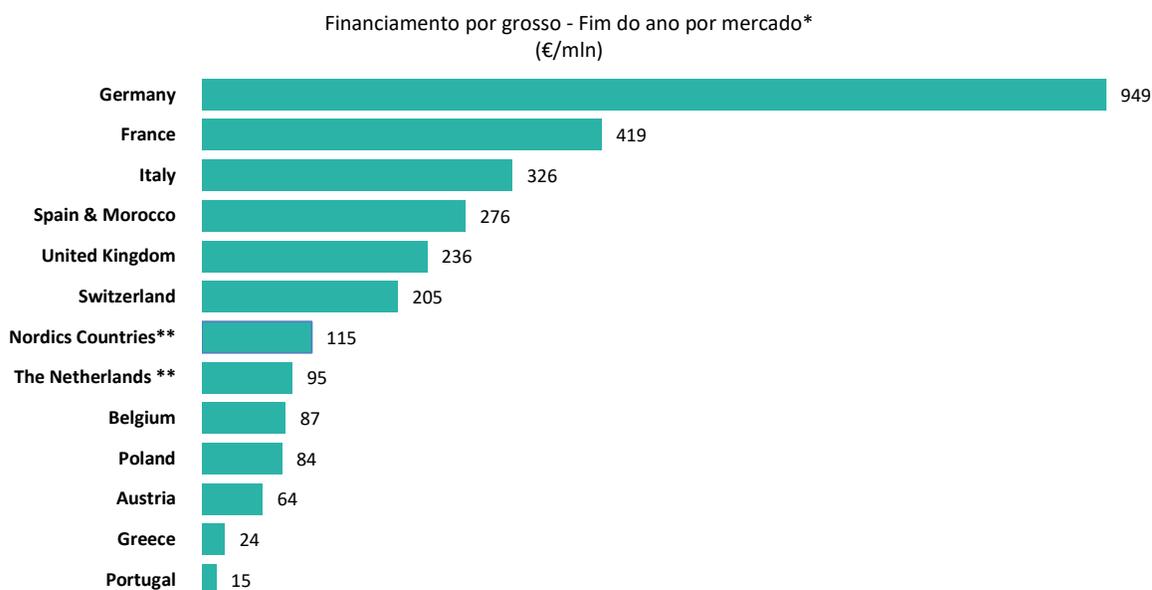
(*) Os rácios foram reexpostos ao não incluir a Leays e as suas filiais vendidas em dezembro de 2022.

OS RAMOS DE ACTIVIDADE

Banca - financiamento por grosso



(*) Marcas exFCA em liquidação em 31 de marçost, 2023



* O valor inclui veículos de demonstração e empréstimos comerciais

** Países nórdicos: DK, FI, NO, SE

Com a criação do CA Auto Bank em 2023, iniciou-se um novo capítulo para a nossa atividade, com inúmeras novidades e oportunidades de desenvolvimento.

Em 2023, o CA Auto Bank recebeu o apoio do Crédit Agricole Consumer Finance e atingiu com sucesso uma base de clientes diversificada e em constante expansão.

O financiamento por grosso no final do período ascendeu a 2,9 mil milhões de euros, registando uma descida em relação ao final de dezembro de 2022. Esta diminuição dos volumes cativos para as marcas ex-FCA foi parcialmente compensada pelo crescimento noutras marcas.

De facto, em 2023, o CA Auto Bank consolidou a sua posição de líder na nova mobilidade, confirmando o seu apoio financeiro às redes de concessionários dos seus vários parceiros locais e pan-europeus e prosseguindo a sua expansão através da assinatura de novos acordos de parceria nos sectores automóvel, motociclo e lazer.

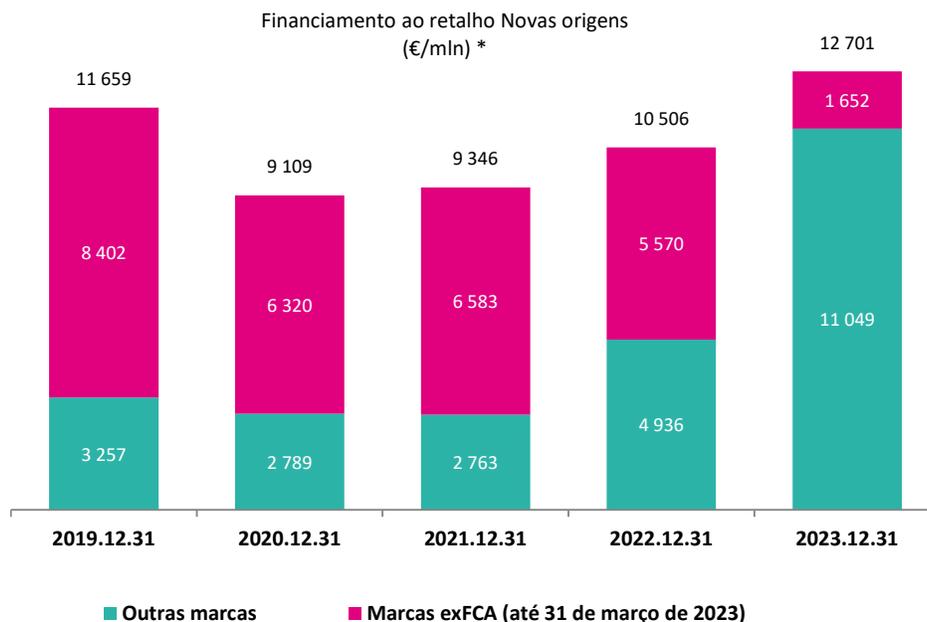
O total de unidades financiadas para novos parceiros foi de 27,5 mil euros, dos quais 1,3 mil com antiguidade superior a um ano, valor que está em linha com a diversidade da carteira sob gestão.

O desempenho dos pagamentos de toda a carteira continua a ser bom, com os montantes em atraso a representarem apenas 1,5% do total.

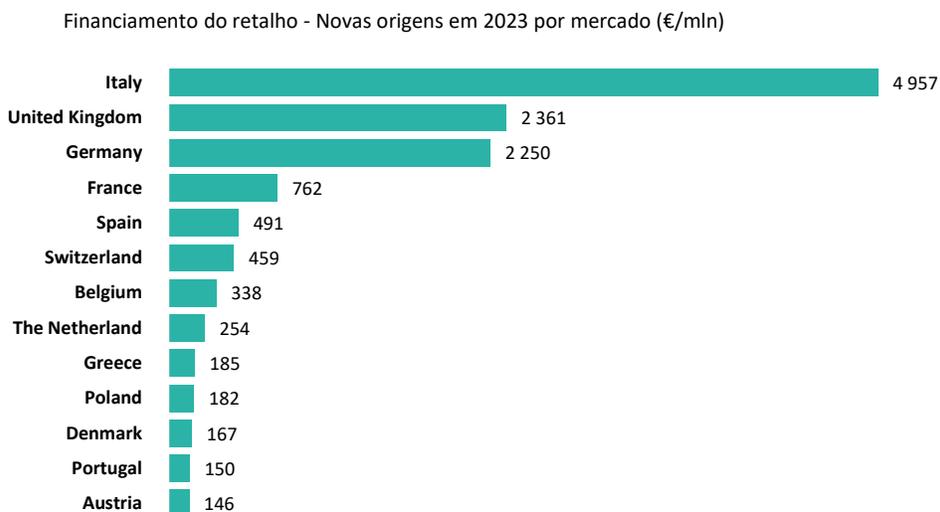
Graças a um bom conhecimento do sector e ao nível de serviço oferecido, a linha de negócio obteve uma margem de juros líquidos e outros proveitos bancários de 2,35% e excedeu significativamente as expectativas em termos de resultado operacional, que totalizou 95 milhões de euros.

A Itália, a Alemanha e a França voltaram a ser os principais mercados, representando cerca de 59% do financiamento total. Esta percentagem sobe para 76% se se incluírem os volumes de Espanha e do Reino Unido.

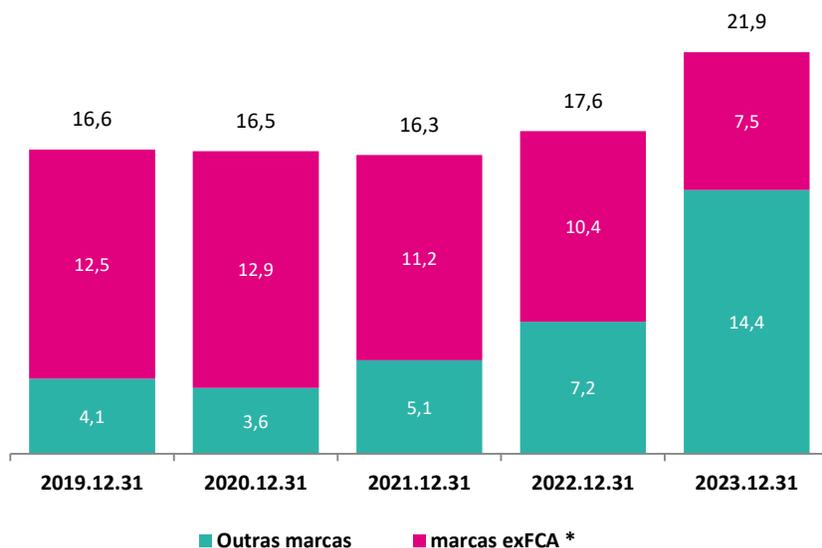
Banca - financiamento e **locação financeira**



(*) Novas marcas de produção exFCA terminam a 31 de marçost, 2023

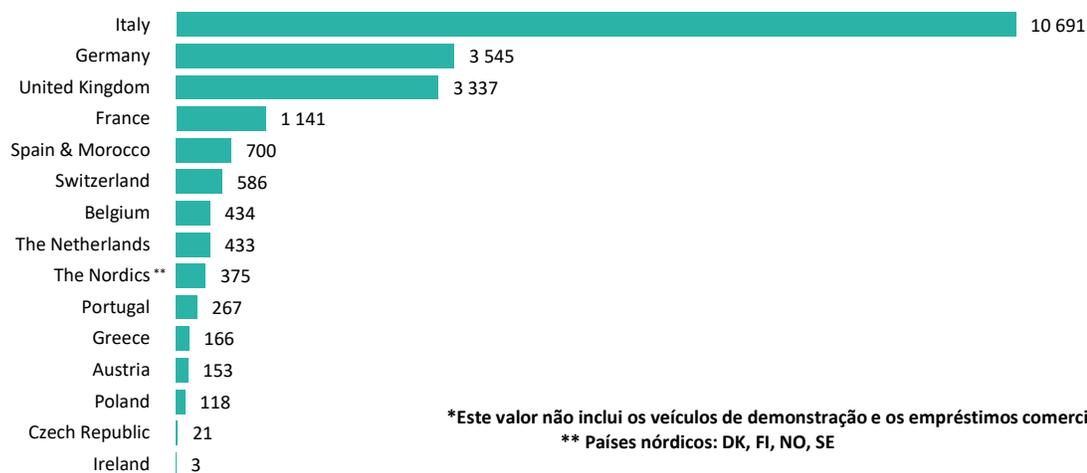


Financiamento da venda a retalho - Fim do ano* (€/bln)



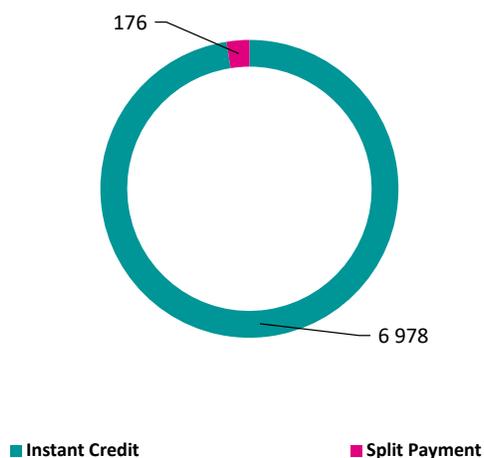
(*) Marcas exFCA em liquidação a partir de 31 de marçoth 2023

Final do período por mercado - Financiamento da Distribuição* (€/mln)



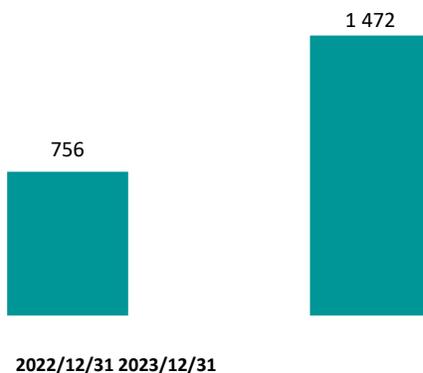
*Este valor não inclui os veículos de demonstração e os empréstimos comerciais
 ** Países nórdicos: DK, FI, NO, SE

CA AutoPay: Comprar agora - Pagar depois (BN-PL) (€/milhares)

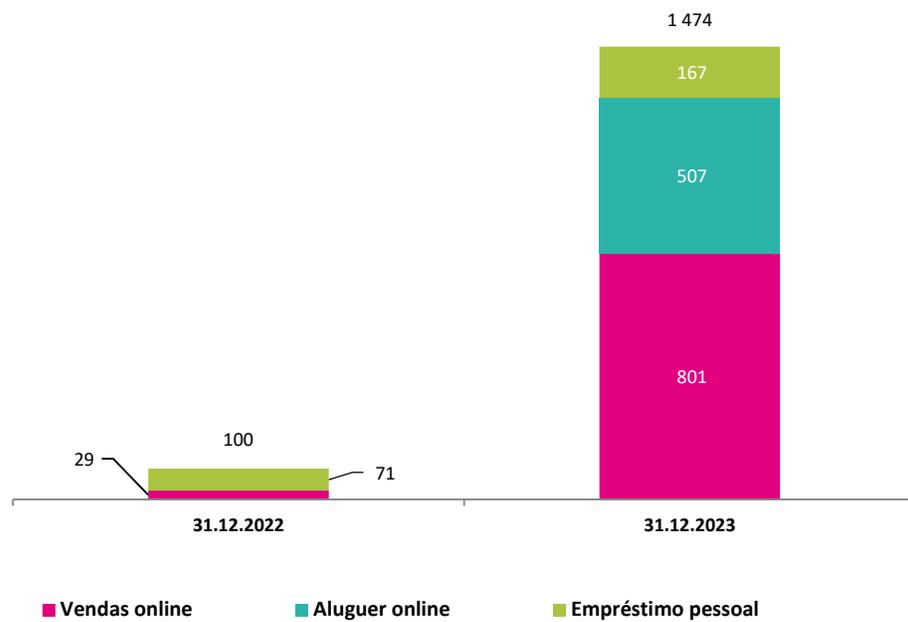


O CA Auto Pay Itália em 2023, a partir de junho, registou um aumento da produção após o reforço da rede com uma força de vendas especializada. Uma disseminação gradual apenas no setor automotivo, mantendo o indicador de risco dentro dos níveis padrão com mais de 140 oficinas concessionárias afiliadas a bordo da plataforma Buy Now & Pay Later.

Volumes financiados em Open Banking (€/mln)



Veículos Financiados E- Commerce (€/mln)

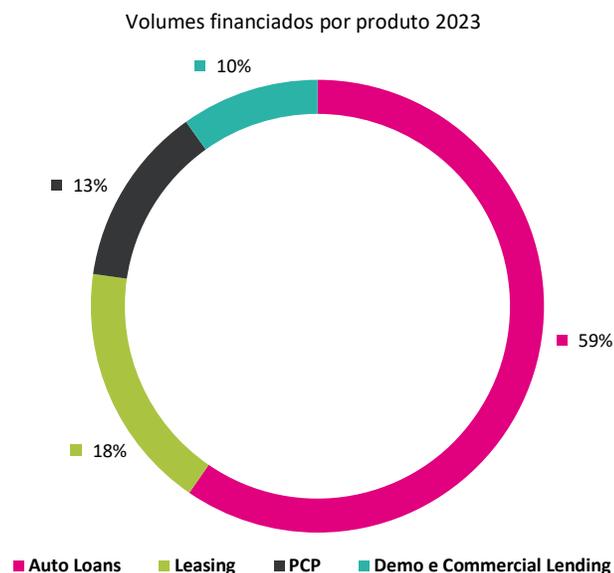


O negócio de "comércio eletrónico" é aquele que resulta de um processo totalmente digital e autónomo por parte do cliente. A Drivalia tem uma parte substancial do seu volume de negócios gerada em modo exclusivamente online. Todos os alugueres de curta duração são efectuados através do seu portal www.drivalia.com e todos os produtos de subscrição, como o Car Cloud, Be Free, Car Box e Flex. O aluguer é gerido através de soluções digitais totalmente online com entrega do carro nas lojas Drivalia Mobilty.

Veículos financiados por classe de CO2 (g/Km)



Os volumes financiados dizem respeito a automóveis novos para a linha de negócio de retalho .



Num contexto de mercado cada vez mais complexo, o Grupo CA Auto Bank está empenhado em alargar a sua oferta aos Clientes, disponibilizando uma gama completa de produtos. Para além de soluções financeiras, oferecemos também opções de seguros para satisfazer as diversas necessidades de todos os clientes.

Consciente de que a digitalização desempenha um papel crucial no estabelecimento e no desenvolvimento das relações com os clientes, o Grupo CA Auto Bank está empenhado em apoiar a fase de venda, melhorando continuamente as suas ferramentas para aumentar a satisfação e a fidelização dos clientes.

Em 2023, o CA Auto Bank manteve-se firme na sua estratégia de digitalização dos processos e dos canais de distribuição. O lançamento da nossa nova plataforma de comércio eletrónico nos mercados internacionais, que inclui um processo de integração digital sem descontinuidades, adaptado aos clientes particulares e empresariais que procuram financiamento automóvel, avançou conforme planeado. Esta iniciativa digital serve as grandes alianças estratégicas, como a da TESLA, que, após lançamentos bem-sucedidos em Itália e na Bélgica em 2022, está agora disponível em Espanha, Portugal, Polónia, Alemanha, França e Luxemburgo. A Suíça completou a nossa expansão em 2023 com a introdução de colaborações de comércio eletrónico com a General Motors e a Lucid. Além disso, os Países Baixos e o Reino Unido oferecem agora canais e experiências online dedicados ao financiamento automóvel através de soluções localizadas. Olhando para o futuro, nosso alcance de mercado está pronto para se expandir ainda mais em 2024, com lançamentos programados na Áustria, Grécia e Dinamarca. Além disso, estamos a tirar partido das capacidades de Open Banking através da

integração com as normas PSD2. Esta funcionalidade está atualmente disponível em Itália e no Reino Unido, começou em França a partir de 2023 e está prevista a sua implementação na Alemanha em 2024.

No que diz respeito à nossa oferta de seguros, o Grupo está empenhado em colaborar com as principais companhias de seguros do sector para criar uma gama de produtos abrangente. Isto inclui a cobertura de eventos que envolvam pessoalmente o cliente, bem como opções de seguro dedicadas ao veículo e à sua utilização.

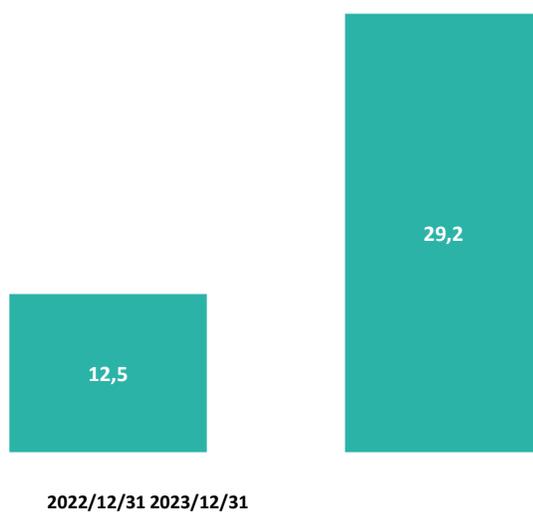
Ao integrar as ofertas financeiras e de seguros, o CA Auto Bank simplifica a experiência do cliente, ajudando-o a gerir e a pagar o veículo e os serviços relacionados.

O CA Auto Bank fez da digitalização um dos seus pontos fortes e, com esta evolução, decidiu oferecer aos seus clientes uma forma nova e complementar de aceder aos seus serviços.

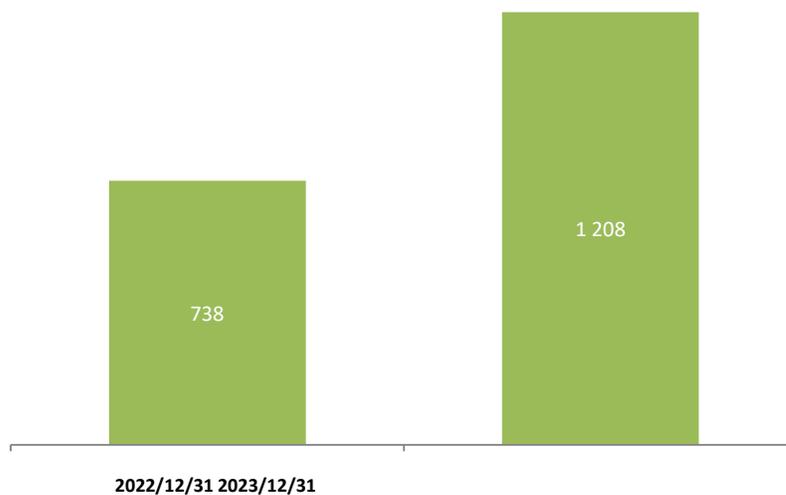
DRIVALIA (ALUGUER/MOBILIDADE)

A produção de aluguer e mobilidade da Drivalia inclui tanto as activações de contratos de aluguer de longa duração como a aquisição de automóveis para aluguer de curta duração.

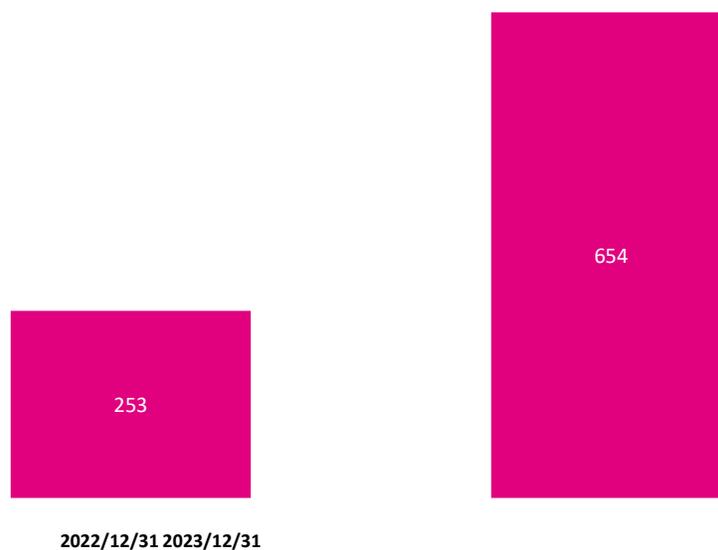
Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Novos contratos de aluguer L/T (ctr/000)



Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Nova produção para aluguer de curta e longa duração (€/mln)

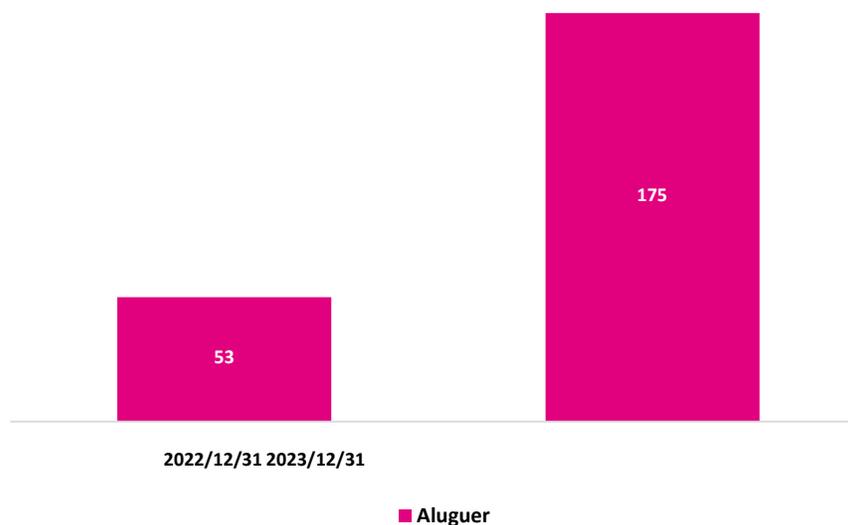


Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Receitas de Nova Produção (€/mln)



O volume de negócios da Drivalia inclui facturas de aluguer de curta duração (em linha e assinaturas), partilha de automóveis, facturas de aluguer de longa duração e revenda de veículos devolvidos no final do período de aluguer.

Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Frota (milhares de euros)



A frota da Drivalia (Aluguer/Mobilidade), em 31 de dezembro de 2023, conta com um total de 175 mil veículos, enquanto os novos carros adicionados à frota durante o período ascenderam a 42 mil.

No sector da mobilidade, o Grupo CA Auto Bank opera através da Drivalia em catorze países europeus (Itália, Reino Unido, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Países Baixos, Polónia, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega e República Checa). O número de Drivalia Mobility Stores está a crescer de forma constante, com 810 lojas e 1.721 estações de carregamento em toda a Europa em dezembro de 2023.

O crescimento da Drivalia na Europa deu um grande passo em frente em agosto com a aquisição das operações da ALD Automotive na Noruega e na Irlanda e das operações da Leaseplan na República Checa e na Finlândia.

O CA Auto Bank e a Drivalia continuam na vanguarda da revolução europeia da mobilidade eléctrica e sustentável, investindo significativamente em infra-estruturas, frotas e serviços.

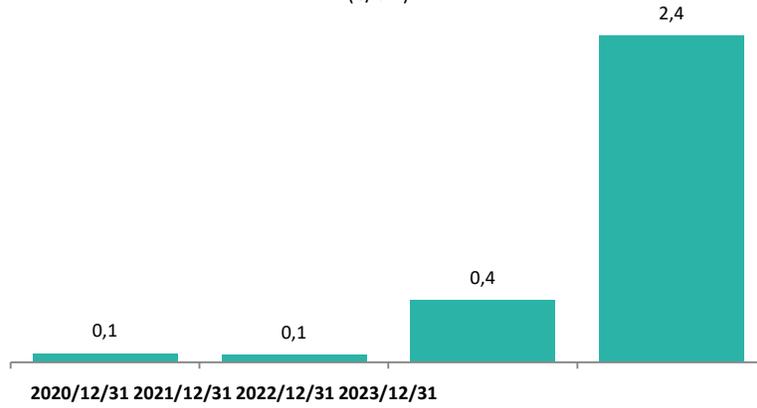
Através do CarCloud - um dos serviços de aluguer de automóveis por subscrição pioneiros na Europa, onde os clientes podem desfrutar da flexibilidade de renovar a sua subscrição todos os meses sem restrições de tempo ou penalizações - e do CarBox - uma subscrição anual que garante que os clientes têm o automóvel certo no momento certo, tudo por uma taxa mensal fixa - a Drivalia oferece 21 planos diferentes. Inicialmente introduzida em Itália, a CarCloud expandiu os seus serviços para França, Espanha e Portugal, com planos de lançamento no Reino Unido em breve.

Além disso, a Drivalia oferece uma gama de serviços, incluindo o aluguer de autocaravanas e a flexibilidade do BeFree Evo. O BeFree Evo dá acesso a um programa de subscrição "sem entrada" com uma taxa fixa durante 24 meses e a opção de saída antecipada sem penalização. Drivalia apresenta e+ share DRIVALIA, um serviço de partilha de automóveis totalmente eléctricos já operacional em Turim, Roma e Milão, com uma frota de automóveis eléctricos Fiat 500 em modo de livre circulação (sem restrições de estacionamento). Esta solução inovadora atravessou as fronteiras de Itália em outubro e estreou-se em Lyon, França.

Em 2023, a Drivalia lançou o Drive To Buy, o primeiro serviço de subscrição mensal dedicado especificamente aos modelos Sportequipe 6 e Sportequipe 7 do Grupo DR Automobiles. O Drive To Buy é um produto destinado a particulares e profissionais que lhes permite optar, nos primeiros dois meses, por continuar a conduzir o carro da sua subscrição ou por adquirir o carro de uma só vez ou através de cómodas prestações mensais ao preço sugerido pelo fabricante menos as mensalidades já pagas - através de um financiamento 100% digital pelo CA Auto Bank.

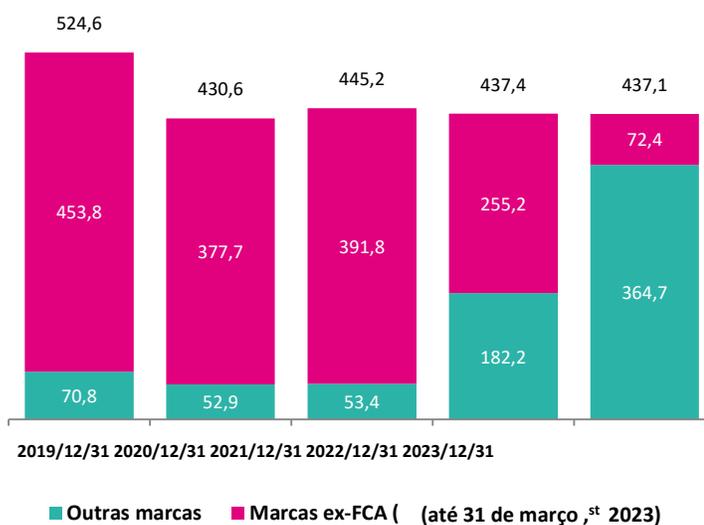
O Grupo CA Auto Bank dedica-se a responder a diversas necessidades de mobilidade, servindo tanto as grandes empresas como as PME, os profissionais e os particulares.

Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Frota (Valor líquido de fim de período)
(€/bln)

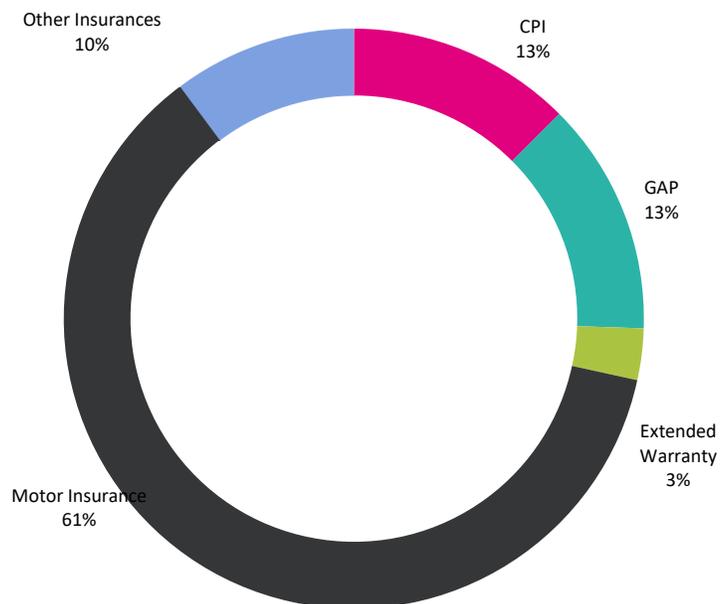


SEGUROS E SERVIÇOS

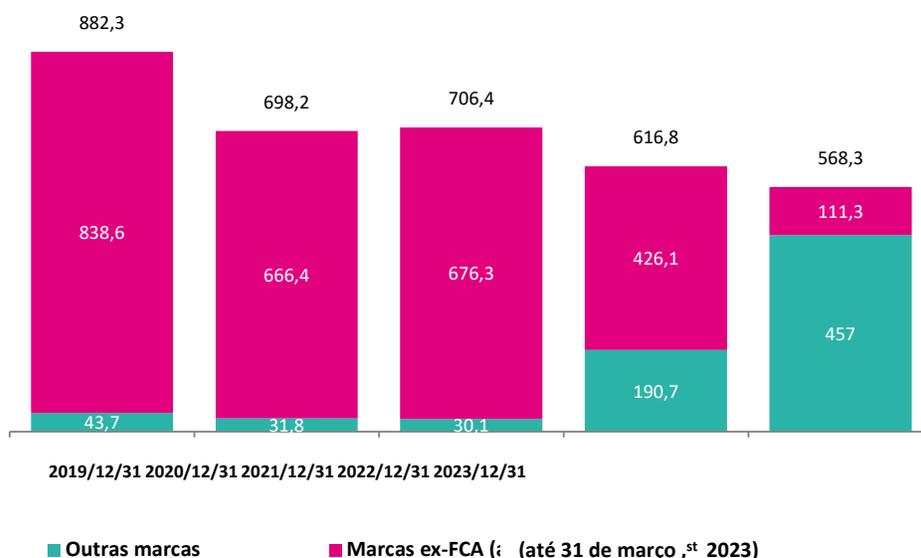
Prémios brutos emitidos (€/mln)



Prémios brutos emitidos por produto de seguro 2023



Contratos de seguro e serviços intermediados
(000's)



(*) O novo negócio de marcas exFCA termina em 31 de março de 2023.

O Grupo CA Auto Bank disponibiliza um conjunto alargado de produtos e serviços de seguros em articulação com os contratos de financiamento, englobando a proteção do crédito e a proteção do veículo. Em 2023, esta oferta permitiu a promoção de pelo menos uma apólice por contrato de Financiamento e Aluguer/Mobilidade, beneficiando os clientes do Banco.

Apresentamos de seguida os principais serviços de seguros oferecidos em vários mercados europeus:

- Seguro de proteção ao crédito, que liberta o cliente da obrigação de reembolsar, total ou parcialmente, a sua dívida na presença de determinados acontecimentos súbitos e/ou inesperados;
- Seguro GAP (Guaranteed Asset Protection), que protege o valor do veículo adquirido, em caso de roubo ou perda total, com o pagamento do veículo pelo valor total durante um determinado número de anos após a compra ou um pagamento substancial, que pode variar em função da legislação aplicável no país;
- Gravação dos vidros/veículos, uma importante medida antirroubo;
- Seguro de responsabilidade civil, que pode ou não ser financiado;

-
- Apólice de furto e incêndio que, quando financiada durante toda a vigência do contrato, cobre furto, incêndio, roubo, fenómenos naturais, fenómenos sociopolíticos, vandalismo e estilhaços de vidro;
 - Kasko & Collision, o seguro Kasko cobre os danos em caso de colisão com outro veículo, colisão de objectos fixos e móveis, capotamento do veículo e saída da estrada. O seguro de colisão só é acionado em caso de colisão com outro veículo identificado;
 - Extensão da garantia, que prolonga o período de garantia normal do fabricante com uma gama de soluções que cobrem as despesas do cliente em caso de avaria do veículo.

Todas as soluções de financiamento e de seguros descritas são adaptadas às normas locais, para responder às necessidades dos clientes nos diferentes mercados europeus em que o CA Auto Bank está presente.

O Grupo CA Auto Bank iniciou o desenvolvimento, a partir de Itália, de um canal digital para a distribuição de apólices de seguro aos seus clientes, incluindo apólices não diretamente relacionadas com o veículo.

EVOLUÇÃO DO MERCADO E DAS MARCAS AUTOMÓVEIS

O mercado automóvel na Europa (União Europeia + Reino Unido + EFTA) registou 13,0 milhões de automóveis e veículos comerciais em 2023 (mais 15% em relação a 2022).

Parceiros do CA Auto Bank

A vasta experiência do CA Auto Bank em matéria de crédito e locação financeira automóvel e no sector da mobilidade posicionou-o como um parceiro de confiança de numerosas marcas automóveis de prestígio. Isto levou a uma oferta diversificada de veículos, incluindo uma forte ênfase em modelos eléctricos e híbridos, para apoiar tanto as marcas como os grandes grupos de distribuição.

Em 2023, os volumes financiados do CA Auto Bank através do canal White Label (outras marcas e colaborações não cativas) ascenderam a 9 091 milhões de EUR, representando 72% dos volumes financiados (contra 47% em 2022).

Em 2023, o CA Auto Bank assinou vários acordos com novos parceiros comerciais na Europa: Royal Enfield, V-Moto, Mazda, XEV, Electric Brands, Fantic, Ford Truck, BMC, Lucid, KGM, AEC Group (importador oficial da Dodge e RAM) e AECSV (importador oficial da Cadillac, Chevrolet e GMC). O CA Auto Bank introduziu uma vasta gama de serviços financeiros e de mobilidade inovadores e flexíveis, destinados a tornar mais acessíveis os produtos dos principais fabricantes.

As colaborações com marcas eléctricas como a Tesla, a Lucid, a General Motors e a Vinfast aceleram o nosso projeto ecológico.

Cerca de 10% do volume financiado é vendido através do comércio eletrónico, através das marcas Lucid e Tesla, e através do produto Autopay.

O CA Auto Bank reforça a sua presença no mundo das duas rodas através de uma parceria com a sucursal italiana do Grupo PIERER Mobility, líder europeu no fabrico de motociclos de estrada e todo-o-terreno com as prestigiadas marcas KTM, Husqvarna Motorcycles e GASGAS. A paixão pelas motos continua a impulsionar o crescimento do CA Auto Bank. O Banco, filial do Crédit Agricole Consumer Finance, estabeleceu uma parceria com a QJ Motor Italy, distribuidor exclusivo para Itália da marca Qianjiang Group, um gigante do motociclo do Grupo Geely.

O CA Auto Bank confirma as suas ambições no sector náutico através da sua parceria com o Groupe Beneteau, ator mundial e fabricante de renome de barcos à vela e a motor, a partir da Grécia, Polónia, Portugal e Suíça.

EM DESTAQUE: RELATÓRIOS DAS DIFERENTES ÁREAS CORPORATIVAS

Paolo Manfredi - Diretor dos Mercados Europeus e CEO da Drivalia	43
Lucyna Bogusz - Vendas, marketing e desenvolvimento empresarial	45
Sylvia Boteva - Financiamento por grosso	46
Luca Pollano - Diretor de TIC, Digital e Governação de Dados	48
Stefania Cailotto - Gestora de marcas marítimas	49
Lucilla Castronuovo - Directora de Recursos Humanos Itália	50
Valentina Lugli - Directora de Comunicação e ESG	52

DRIVALIA ENTRE INOVAÇÃO E EXPANSÃO NA EUROPA

Diretor dos mercados europeus e CEO da Drivalia - Paolo Manfredi

O ano de 2023 foi um marco para Drivalia, com o nascimento do CA Auto Bank em abril. Este facto permitiu que a nossa Empresa passasse a fazer parte a 100% do Crédit Agricole, um dos mais importantes e sólidos grupos bancários do mundo.

A criação do novo Banco, cuja singularidade reside no facto de ter a mobilidade no seu centro, graças à Drivalia, deu nova vida ao nosso grande plano de nos tornarmos um dos principais operadores independentes de nova mobilidade na Europa. A nossa estratégia baseia-se no "Planeta Mobilidade", um mundo de soluções de mobilidade a 360°, resumido pelos quatro verbos Rent, Lease, Subscribe, Share.

A Drivalia destaca-se no mercado internacional pela sua oferta global de mobilidade. Alugueres de todas as durações, leasing, subscrições de automóveis, partilha de automóveis: é a abrangência da nossa oferta que atrai muita atenção e interesse de clientes, parceiros e concorrentes.

A nossa presença na Europa deu um passo decisivo em agosto, com a aquisição das operações da ALD Automotive na Irlanda e na Noruega e da atividade da Leaseplan na Finlândia e na República Checa. Esta operação permitiu-nos aumentar a nossa equipa, acrescentando mais de 400 colaboradores e 70 000 veículos à nossa frota, elevando para 14 o número total de países em que operamos. Também trabalhamos para lançar as bases para a nossa próxima chegada à Alemanha.

Para marcar o início deste novo percurso, mudámos a marca do nosso serviço de partilha de carros eléctricos: Nasceu a E+Share Drivalia, que se junta à família E+, que reúne todos os nossos produtos de mobilidade eléctrica. O início do rebranding coincidiu com a estreia da E+Share Drivalia em Lyon, França, enquanto nos preparamos para expandir para outras cidades europeias.

O ano de 2023 terminou com o lançamento de dois novos produtos no mercado italiano. O primeiro é o Drive To Buy, a primeira subscrição de aluguer mensal dedicada aos modelos Sportequipe 6 e Sportequipe 7, que permite aos clientes comprar um carro novo nos primeiros dois meses. Representa uma evolução das assinaturas tradicionais de automóveis, uma vez que é o primeiro plano de assinatura "Drive & Buy" em Itália.

A segunda é a marca Future, um mercado inspirado na economia circular, onde os veículos da frota Drivalia podem ser adquiridos no final do contrato de aluguer ou de assinatura. Já presente na Finlândia, Noruega e República Checa, a Future está a entrar em Itália através de uma plataforma 100% digital, inicialmente disponível para concessionários e profissionais e, em breve, aberta a clientes particulares.

UMA ABORDAGEM BEM SUCEDIDA QUE ABRE CAMINHO PARA O FUTURO

Vendas, marketing e desenvolvimento empresarial - Lucyna Bogusz

O ano de 2023 assinala um marco na nossa evolução. Em abril, iniciámos o nosso percurso como banco independente dedicado à mobilidade. A nossa história de 100 anos preparou o caminho para o nosso futuro e as estratégias que adoptámos, graças à nossa visão de longo prazo, permitem-nos atingir os nossos objectivos e estar na vanguarda da inovação em termos de aquisição de novos clientes e de ferramentas inovadoras.

Este ano, alargámos a nossa base de clientes e reforçámos as nossas parcerias com mais de 50 marcas, incluindo a Tesla, a Mazda, a McLaren, a MG e a VinFast, um processo que continuará em 2024. Através de uma estratégia "glocal", fornecemos uma gama completa de serviços que satisfazem as necessidades dos nossos clientes a nível macro e micro. Os parceiros com quem trabalhamos apreciam o nosso compromisso contínuo de manter um único ponto de contacto. Também valorizam a nossa clareza e praticidade na implementação das nossas ferramentas. Esforçamo-nos continuamente por aperfeiçoar a nossa metodologia e melhorar a eficiência operacional, mantendo o princípio fundamental de adaptar as nossas soluções às necessidades únicas de cada marca.

Além disso, os nossos sistemas pan-europeus, soluções digitais e equipas electrónicas garantem uma viagem excepcional ao cliente que combina experiências online e offline. Não só redeseñamos a digitalização dos pontos de venda, como também facilitámos as vias de comércio electrónico para ajudar os fabricantes de equipamento original (OEM) e os parceiros a gerir as vendas directas e os processos dedicados à mobilidade ecológica. Esta tendência foi totalmente incorporada no nosso roteiro estratégico de comércio electrónico pan-europeu, permitindo o lançamento de novos modelos de veículos eléctricos por líderes do sector, como a Tesla, a VinFast, a Lucid e a General Motors. O feedback e a confiança que recebemos motivam-nos a continuar a insistir e a esforçarmo-nos por fazer melhor para alcançar a qualidade de excelência que os nossos clientes exigem.

Os nossos parceiros apreciam a nossa flexibilidade em termos de sistemas, produtos financeiros e processos, o que nos permite fornecer serviços personalizados e uma verdadeira experiência cativa. Graças à nossa metodologia baseada em pessoas, à abordagem Chinese wall e às ferramentas flexíveis, podemos adaptar-nos e facilitar as estratégias mais complexas que o mercado tem para oferecer. Por último, mas não menos importante, uma parte importante do nosso sucesso deve-se às nossas soluções tecnológicas inovadoras, que nos permitem ser flexíveis e oferecer qualquer tipo de produto financeiro em qualquer mercado, com o tempo de comercialização mais rápido do sector.

CA AUTO BANK E AS NOVAS FRONTEIRAS DO COMÉRCIO GROSSISTA

Financiamento por grosso - Sylvia Boteva

A Direção de Distribuição do CA Auto Bank gere o financiamento das redes de concessionários e distribuidores que operam no sector da mobilidade, com o objetivo de apoiar a distribuição de veículos através de uma vasta gama de produtos de financiamento por grosso, oferecendo condições de crédito comercial e financiamentos adaptados à atividade dos concessionários.

No ano transato, em que terminou a relação cativa com os concessionários do Grupo Stellantis, o Departamento Grossista concentrou-se em consolidar e alargar as parcerias já estabelecidas nos sectores automóvel, lazer, motociclos e camiões.

Graças à sua experiência específica, ao excelente nível de serviço desenvolvido ao longo dos seus quase 100 anos de história e à sua capacidade de melhoria e inovação constantes, o CA Auto Bank continuou a sua expansão em 2023, assinando novos acordos de parceria com a Mazda, AEC, BYD, QJ Motor, Valentino Motor e outros prestigiados distribuidores locais e europeus de várias marcas.

Durante 2023, o CA Auto Bank também alargou os seus serviços ao sector náutico, assinando uma nova parceria com o Grupo Beneteau e activando uma parceria com a fintech Infinit.

As formas tradicionais de apoio aos concessionários/distribuidores incluem facilidades de crédito para veículos novos, veículos usados, veículos de demonstração e peças sobressalentes. Para além deste tipo de produtos financeiros, o CA Auto Bank dispõe de uma carteira de produtos destinados a responder às diferentes necessidades dos clientes:

- financiamento a curto prazo para satisfazer necessidades de liquidez a curto prazo (por exemplo, financiamento do fundo de maneio);
- financiamentos a médio/longo prazo para apoiar actividades de investimento específicas ou para realizar acções destinadas a melhorar os pontos de venda (showrooms), muitas vezes na sequência de iniciativas promovidas por parceiros.

Além disso, através das suas actividades de crédito comercial, o CA Auto Bank continua a apoiar financeiramente a venda direta de veículos novos e usados, geralmente a grandes clientes, como as empresas de aluguer e de locação financeira e as grandes empresas nacionais e multinacionais.

Com o objetivo de satisfazer os seus clientes, o Departamento Grossista empenhou-se em aumentar as actividades "multimarca", concebendo soluções financeiras alternativas para complementar as gamas de

produtos tradicionais, desenvolvendo assim uma gama completa de serviços de financiamento grossista, tudo isto no âmbito de um estudo aprofundado e da dedicação exigida pelos desafios colocados pelos novos métodos de distribuição e pelas actuais tendências de consumo.

O CA AUTO BANK CONTINUA A SEGUIR O SEU ROTEIRO DIGITAL

Diretor de Ict, Digital & Data Governance - Luca Pollano

Num ambiente de TIC em constante mudança, manter uma vantagem competitiva é essencial para que as empresas prosperem. Em consonância com o roteiro digital delineado há vários anos, o CA Auto Bank em 2023 solidificou e melhorou a sua carteira de TIC, aprofundando o desenvolvimento de sistemas de ponta.

Desde a implementação de sistemas multifuncionais até à integração da computação em nuvem e da inteligência artificial, em 2023, o Banco trabalhou para criar soluções personalizadas para responder às necessidades evolutivas da organização e concebidas para a impulsionar para um futuro mais ágil e competitivo.

Um exemplo é uma plataforma de comércio eletrónico de financiamento em linha destinada a redefinir a experiência de compra. Ao oferecer cotações de financiamento em tempo real, os utilizadores podem agora tomar decisões informadas, integrando perfeitamente as considerações financeiras no seu percurso de compra. A plataforma utiliza tecnologia de ponta de reconhecimento remoto e assinatura digital, simplificando o processo de verificação para uma experiência segura e eficiente, tudo num quadro 100% digital e perfeitamente integrado com vários quadros financeiros europeus, tornando o financiamento a retalho acessível a um público mais vasto.

A internacionalização da plataforma de comércio eletrónico e do processo E2E em linha também prosseguiu, com a entrada em novos mercados em 2023 (Suíça, Espanha, Portugal, Países Baixos, Luxemburgo, Polónia, bem como Itália, Alemanha, França e Bélgica) e o alargamento da oferta para cobrir a mais vasta gama de produtos e tipos de clientes.

A inovação tecnológica também chegou à Drivalia, com o lançamento gradual do novo sistema de gestão pan-europeu "Planet" em Itália, que deverá estar concluído em março de 2024, seguido do novo sítio Web e da nova aplicação da empresa, concebidos para oferecer uma experiência simples, eficiente e ecológica. Esta baseia-se numa aplicação móvel de última geração que oferece aos utilizadores uma interface intuitiva que lhes permite navegar, reservar e gerir sem esforço as suas soluções de mobilidade. A plataforma de back-end e a aplicação oferecem aos operadores da Mobility Store uma maior eficiência para garantir um fluxo de trabalho de aluguer otimizado, reduzir a carga administrativa e melhorar a eficiência operacional global. O serviço de aluguer "sem chave", a integração 100% digital com reconhecimento remoto do cliente e o serviço "speed" dedicado para clientes que fazem o check-in online completam as funcionalidades oferecidas pelo novo sistema, em linha com um plano de expansão europeu que continuará ao longo de 2024 e 2025.

A AMBIÇÃO DO CA AUTO BANK NO SECTOR DA NÁUTICA

Gestor de marcas marítimas - Stefania Cailotto

Diz-se que "não há melhor indústria do que a indústria náutica". Esta afirmação capta na perfeição a essência desta atividade, que gerou 56,1 mil milhões de euros de receitas globais em 2022. A náutica está frequentemente associada a férias, lazer, estilo de vida e luxo. A indústria náutica tem uma grande presença em dois continentes, os Estados Unidos e a Europa, tanto em termos de estaleiros como de clientes.

Estamos bem posicionados para entrar gradualmente neste sector e desempenhar um papel de liderança. Para além da nossa flexibilidade, eficiência e produtos, somos a única empresa no sector do financiamento marítimo com cobertura pan-europeia (tanto grossista como retalhista). É exatamente isto que os fabricantes de barcos procuram para apoiar e desenvolver as suas redes de concessionários e clientes.

O CA Auto Bank iniciou, em setembro, a sua expansão no sector náutico com a assinatura de uma parceria com o Groupe Beneteau, líder mundial da indústria náutica (140 anos no próximo ano), com presença nos cinco continentes e nove marcas, entre as quais Beneteau, Jeanneau, Prestige, Well Craft, Four Winns, Delphia (barcos eléctricos), Scarab, e as marcas de catamarãs Lagoon e Excess. Atualmente, o Grupo Beneteau está presente em quatro segmentos de mercado (monocascos à vela, multicascos à vela, barcos a motor e "imóveis na água") e propõe 128 modelos, tanto à vela como a motor.

No âmbito do acordo assinado no Cannes Yachting Festival, o Banco oferecerá as suas soluções personalizadas de crédito e de locação financeira aos clientes e concessionários pan-europeus do Grupo. A Grécia e Portugal já estão operacionais, enquanto a Polónia e a Suíça estão em fase de implementação. A parceria, que será alargada a oito outros países nos próximos meses, abrange mais de 120 modelos produzidos pelo grupo francês.

A parceria com o Groupe Beneteau é muito importante para nós. Depois de reforçar a nossa presença nos sectores automóvel, motociclo, lazer e veículos comerciais, este acordo abre um novo capítulo importante na nossa trajetória de crescimento, tornando-nos o único ator independente na Europa especializado em serviços financeiros para todo o espectro da mobilidade. Reforça igualmente a relação bancária de longa data entre o Crédit Agricole e o Grupo Beneteau.

UMA RIQUEZA DE CONHECIMENTOS E DE ENERGIA SOB A DIRECÇÃO DO GRUPO CRÉDIT AGRICOLE

Diretor de Recursos Humanos Itália - Lucilla Castronuovo

O ano de 2023 marcou o nascimento do CA Auto Bank, o Banco da mobilidade para um planeta melhor. A Empresa, com o seu património centenário e valioso de competências, foi relançada com uma nova marca sob a orientação de um prestigiado grupo bancário que reconheceu o valor do seu capital humano.

A transformação empresarial foi complementada por importantes aquisições. No final do ano, o CA Auto Bank tinha estabelecido uma presença geográfica, abrangendo actividades bancárias e serviços de mobilidade com a Drivalia, em 18 países europeus e em Marrocos, com um total de cerca de 2.300 colaboradores.

Em particular, a Finlândia, a Irlanda, a Noruega e a República Checa representam para o nosso Grupo a expansão em quatro mercados. Nestes mercados, o Grupo dedicar-se-á inicialmente ao desenvolvimento do aluguer de longa duração, leasing e gestão de frotas, e expandirá gradualmente a sua oferta para toda a gama de produtos e soluções do "Planeta Mobilidade" da Drivalia.

Ao mesmo tempo que reforçou as parcerias comerciais iniciadas antes da transformação, o CA Auto Bank estabeleceu também outras parcerias importantes durante 2023, o que atesta a sua experiência e liderança no mercado.

A nova estrutura empresarial, resultante da transição de um mundo predominantemente industrial e cativo para a banca tradicional, provocou também uma mudança cultural. A reação dos trabalhadores a esta mudança foi positiva e solidária. O acolhimento do Grupo Crédit Agricole foi celebrado nos primeiros dias da transformação. Seguiram-se os processos de gestão da mudança e de iniciação ao mundo Crédit Agricole, que incluíram a distribuição de um conjunto de ferramentas específicas a todos os empregados.

Além disso, durante o ano, os colaboradores do CA Auto Bank aumentaram a sua participação em iniciativas que envolvem o Crédit Agricole, um grupo onde estão agora disponíveis múltiplas oportunidades de carreira e de desenvolvimento profissional.

O CA Auto Bank confirma o seu empenhamento contínuo no apoio ao desenvolvimento e envolvimento dos seus colaboradores. Os programas de coaching digital direccionados e personalizados aceleraram o desenvolvimento da liderança de dezenas de colegas na Europa, nomeadamente tendo em conta o crescimento da organização.

Além disso, as responsabilidades atribuídas aos diferentes níveis da organização são coerentes com o desenvolvimento de competências internas e com uma mistura mais equilibrada de géneros ao nível da liderança.

A nossa experiência, as nossas competências e a nossa capacidade de inovação serão cruciais para concretizar as ambições do Crédit Agricole Consumer Finance Group e prosseguir o nosso crescimento internacional.

O NOSSO COMPROMISSO COM A SOLIDARIEDADE E O AMBIENTE CONTINUA

Chefe de Comunicação e Esg- Valentina Lugli

O Grupo CA Auto Bank sempre foi sensível à solidariedade e ao ambiente, como o demonstram as numerosas actividades sociais realizadas, incluindo vários projectos de solidariedade destinados a apoiar as comunidades e a promover a mudança. No ano passado, os colaboradores participaram em campanhas de angariação de fundos e em iniciativas de inclusão social e de apoio à investigação científica.

Na sequência da catástrofe ocorrida na Emília-Romanha em maio último, o CA Auto Bank envolveu os seus colaboradores numa extraordinária campanha de angariação de fundos lançada pela Cruz Vermelha Italiana para apoiar a população e as zonas afectadas. Mais de 144.000 euros foram angariados graças a mais de 950 apoiantes. O Grupo Crédit Agricole em Itália contribuiu para a recolha ativa de fundos no site CrowdForLife, duplicando cada euro angariado até um máximo de 50% do montante fixado. Outra iniciativa importante foi a lotaria de Natal, cujo produto foi doado à Fondazione Piemontese per la Ricerca sul Cancro ONLUS e ao Instituto Candiolo Irccs.

O Banco tem estado sempre na vanguarda do lançamento de mensagens positivas para encorajar o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva. Por exemplo, na Alemanha, a equipa "Compromisso Social", que apoia as associações locais há mais de 20 anos, apoiou a Aldeia Klinge para Crianças e Jovens, que oferece um novo lar aos jovens que já não podem viver com as suas famílias.

Em 24 de setembro,th em Milão, CA, os funcionários do Auto Bank e da Drivalia participaram na segunda #RunForInclusion, uma corrida não competitiva que promove a singularidade individual. A Drivalia Lease Ireland continuou a apoiar o Celebrity Golf Classic da Fundação Marie Keating, sensibilizando para o cancro e prestando serviços de apoio aos doentes pelo segundo ano consecutivo.

O CA Auto Bank e a Drivalia prosseguiram também a sua estratégia de sustentabilidade ambiental. Nos últimos meses, foram desenvolvidos produtos e serviços que respondem às necessidades de um mercado cada vez mais orientado para a sustentabilidade. Exemplos disso são o cartão de crédito Futura, feito de PVC reciclado, e produtos financeiros como o Green Change, dedicado aos modelos BEV e PHEV.

Iniciativas como a obtenção da certificação LEED, um dos protocolos mais importantes do mundo para a sustentabilidade de edifícios, para os escritórios da Drivalia em Roma e do CA Auto Bank em Madrid, juntamente com a instalação de 1.700 postos de carregamento em toda a Europa e a eletrificação progressiva da frota da empresa, com veículos eléctricos e híbridos que representam 54% do total, reforçam ainda mais o nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental.

RELATÓRIO SOBRE AS ACTIVIDADES

Cenário macroeconómico, mercado automóvel e mercados financeiros	54
Acontecimentos significativos e transação estratégica	56
Estratégia financeira	64
Custo do risco e qualidade do crédito	76
Resultados das operações	85
Rácios de fundos próprios e de capital próprio	93
Aspectos sociais	97
Organização e recursos humanos	101
Tecnologia da informação	117
O sistema de controlo interno	119
Outras informações	131

CENÁRIO MACROECONÓMICO, MERCADO AUTOMÓVEL E MERCADOS FINANCEIROS

A economia dos EUA está a dar sinais de abrandamento e o crescimento do PIB na China continua abaixo dos níveis anteriores à pandemia. As últimas estimativas da OCDE prevêem um abrandamento do crescimento do PIB mundial para 2,7% em 2024, devido a políticas monetárias restritivas e à deterioração da confiança dos consumidores e das empresas. As tensões políticas internacionais, em especial no Médio Oriente, continuam a acarretar elevados riscos de deterioração.

Nas suas reuniões de outubro e dezembro, o Conselho do BCE manteve inalteradas as taxas de juro directoras do BCE, acreditando que, se permanecessem nos níveis actuais durante um período suficientemente longo, poderiam dar um contributo substancial para o regresso da inflação ao objetivo de 2%. O Conselho do BCE decidiu também reduzir gradualmente as taxas de juro para zero no segundo semestre de 2024.

Em Itália, o crescimento era próximo de zero no final de 2023, travado por condições de crédito mais restritivas e preços da energia ainda elevados. O consumo estagnou e o investimento contraiu-se. A atividade voltou a cair na indústria transformadora, mas estabilizou nos serviços; aumentou na construção, que continuou a beneficiar de incentivos fiscais. De acordo com as projecções coordenadas do Eurosistema, o PIB aumentará 0,6% em 2024 (em comparação com 0,7% estimado para 2023) e 1,1% em cada um dos dois anos seguintes.

Em outubro e novembro de 2023, o mercado de trabalho mostrou-se resiliente: o emprego continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento do que no primeiro semestre do ano.

A descida da inflação acelerou e alargou-se aos bens e serviços industriais não energéticos. Em dezembro, a inflação dos preços no consumidor foi de 0,5 % (3,0 % excluindo os componentes mais voláteis). As famílias e as empresas esperam que as pressões inflacionistas abrandem a curto e médio prazo. As previsões elaboradas no âmbito do exercício coordenado do Eurosistema esperam que a inflação dos preços no consumidor desça para 1,9% em 2024 (de 5,9% em 2023) e, em seguida, diminua gradualmente para 1,7% em 2026; a inflação subjacente cairá para 2,2% este ano (de 4,5% em 2023) e para menos de 2% nos dois anos seguintes.

No que diz respeito ao mercado automóvel, em 2023, os registos de automóveis (União Europeia + Reino Unido + EFTA) totalizaram 12,8 milhões de euros, com um aumento de 13,7% em relação a 2022. Todos os mercados europeus cresceram, com exceção da Hungria (-3,4%). Itália (+18,9%), Espanha (+16,7%) e França (+16,1%) registaram um crescimento de dois dígitos. Na Alemanha, o crescimento foi mais modesto (+7,3%), influenciado pelo desempenho negativo em dezembro (-23%), determinado pelo fim dos incentivos à compra de carros eléctricos.

No ano em análise, as matrículas de veículos de recreio registaram um excelente desempenho, o que constitui um bom presságio para o próximo ano. Nos últimos seis meses, de junho a novembro, registou-se um aumento de +12,26% nas matrículas de veículos de recreio em Itália, em comparação com o mesmo período do ano passado. O último trimestre, de setembro a novembro de 2023, apresentou uma percentagem de crescimento ainda maior, pois aumentou 22,27% em relação ao mesmo período de 2022.

Os construtores italianos estão, portanto, satisfeitos com o desempenho atual do mercado italiano, embora sublinhem que o potencial do mercado nacional neste sector ainda não está totalmente expresso. A boa notícia, portanto, é que poderá haver um novo crescimento nos registos de novos veículos de recreio até 2024, especialmente se as taxas de juro baixarem.

Por fim, no que diz respeito ao mercado dos motociclos, 2023 foi um ano particularmente bom, com taxas de crescimento que não se verificavam desde 2010. Os motociclos registaram um aumento de +14,9%, enquanto as scooters registaram um crescimento de +20,6%. De facto, o mercado italiano de motociclos, scooters e ciclomotores continua a ser o líder indiscutível na Europa, fechando 2023 com mais de 337 mil veículos registados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS E TRANSACÇÕES ESTRATÉGICAS

Conflito Rússia-Ucrânia - Impactos potenciais

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia continua a ser uma preocupação constante para o ciclo económico, uma vez que os principais analistas prevêem a sua duração prolongada e a possibilidade de uma escalada.

Além disso, os preços do petróleo e do gás registaram uma descida na parte final do ano. A descida dos preços do petróleo foi atribuída principalmente à redução da procura, enquanto a queda dos preços do gás foi também influenciada por condições meteorológicas mais amenas e pelo aumento da capacidade de armazenamento. No entanto, 2023 é considerado um ano de transição nos cenários de referência, com uma ligeira projeção de crescimento do PIB e taxas de inflação ainda elevadas, embora inferiores às de 2022, devido à continuação de uma política monetária restritiva. Nos Estados Unidos, a fase de subida das taxas oficiais está a chegar ao fim, enquanto na Europa se esperam novos cortes das taxas de juro pelo BCE no segundo semestre do próximo ano.

Embora o quadro esteja em constante evolução, excluindo cenários extremos de escalada do conflito que poderiam conduzir a resultados geopolíticos e económicos difíceis de avaliar, é de salientar que o Grupo, desde o início do conflito, tem continuado a acompanhar de perto a evolução das consequências da crise russo-ucraniana na economia real italiana e nas principais variáveis financeiras.

Dado o agravamento das já pesadas sanções impostas à Rússia pelos países ocidentais durante 2022 e 2023, o Grupo não tem quaisquer exposições a contrapartes russas sancionadas a nível europeu e internacional e não tem filiais a operar na Rússia ou na Ucrânia.

Alterações na estrutura empresarial do Grupo CA Auto Bank

Em 2023, mudanças significativas remodelaram o negócio corporativo e de aluguer do Grupo. Foram realizadas duas iniciativas fundamentais: o reforço da presença do Grupo Drivalia em vários países e a transformação da estrutura acionista do CA Auto Bank S.p.A.

A 4 de abril deth, foi atingido um marco no sector da mobilidade europeia com o nascimento do CA Auto Bank. Este novo grupo bancário internacional está presente em 17 países europeus, para além de Marrocos, e representa a evolução do Banco FCA.

A criação do novo banco, filial do Crédit Agricole Consumer Finance (pertencente ao Crédit Agricole S.A.), é o resultado do acordo entre o grupo francês e a Stellantis, anunciado em 2021, no âmbito da reestruturação das parcerias financeiras das duas empresas.

A missão do CA Auto Bank é emergir como um ator independente e multimarcas líder no financiamento de veículos, leasing e no sector da mobilidade. O Banco, que manterá a sua sede europeia em Turim, tem uma forte presença internacional.

A sua criação é uma componente essencial da estratégia global do CA Consumer Finance para se tornar uma força líder na mobilidade ecológica em toda a Europa. Através das suas filiais, o Grupo tem como objetivo oferecer uma gama completa de soluções adaptadas às diferentes necessidades dos clientes.

Considerado o "banco da mobilidade para um planeta melhor", o CA Auto Bank está empenhado em liderar a transição energética no sector, tornando o acesso a veículos com zero e baixas emissões cada vez mais democrático e acessível a todos.

Com efeitos a partir de 3 de abril derd, 2023, após a conclusão da aquisição pela CA Consumer Finance S.A., que já detinha uma participação de 50% no FCA Bank S.p.A., dos restantes 50% detidos pela FCA Italy S.p.A., o FCA Bank S.p.A. alterou a sua denominação para:

"CA Auto Bank S.p.A."

Além disso, com efeitos a partir de 3 de abril derd, ocorreram as seguintes alterações de nome da empresa:

CA Auto Finance UK Ltd. (ex FCA Automotive Services UK Ltd)

CA Auto Finance Nederland B.V. (ex FCA Capital Nederland B.V.)

CA Auto Insurance Hellas S.A. (ex FCA Insurance Hellas S.A.)

CA Auto Finance Norge AS (ex FCA Capital Norge AS)

CA Auto Finance Danmark A/S Filial I Finlândia. (ex FCA Capital Danmark A/S, Filial I Finlândia

Com efeitos a partir de 4 de abril deth, ocorreram as seguintes alterações de nome da empresa:

CA Auto Finance Sverige AB (ex FCA Capital Sverige AB)

Com efeitos a partir de 5 de abril deth, ocorreram as seguintes alterações de nome da empresa:

CA Auto Reinsurance Dac (ex FCA Capital RE Dac)

Além disso, a partir de 17 de abril deth, 2023, ocorreu a seguinte alteração da denominação social:

CA Auto Finance Suisse SA (ex FCA Capital Suisse SA)

A denominação das sucursais do CA Auto Bank S.p.A. também foi alterada em abril e maio.

Grupo Drivalia

No que diz respeito ao Grupo Drivalia, em 2022 as empresas de aluguer (presentes em catorze países europeus e em Marrocos) foram transferidas da Leasys S.p.A. para o CA Auto Bank, no que diz respeito à empresa-mãe do Grupo homónimo - e da Leasys S.p.A. para a Drivalia S.p.A., no que diz respeito às outras empresas que operam em países que não a Itália.

Drivalia, a empresa de aluguer, leasing e mobilidade do Grupo CA Auto Bank, aspira a ser uma força líder no sector da nova mobilidade em toda a Europa.

Com uma gama abrangente de soluções de mobilidade - desde a partilha de carros eléctricos até às assinaturas e alugueres flexíveis de automóveis - a Drivalia responde às necessidades de indivíduos e empresas de todas as dimensões.

Em 2023, a Drivalia tem-se empenhado ativamente na reorganização das suas operações e no reforço da sua presença no mercado europeu, conforme descrito em maior detalhe abaixo.

Drivalia Lease Nederland B.V.

Em 22 de maio dend, 2023, Drivalia Lease Nederland B.V. foi oficialmente registada na Câmara de Comércio Holandesa. A empresa foi constituída em 17 de maioth, 2023, por Drivalia S.p.A., com um capital social autorizado de € 250.000, que ainda não foi totalmente realizado.

A partir de 17 de maio deth, 2023, Drivalia S.p.A. é o único proprietário de todas as acções que representam 100% do capital social da recém-formada Drivalia Lease Nederland B.V.

As actividades primárias da Drivalia Lease Nederland B.V. centrar-se-ão nos serviços de aluguer e de locação operacional, sem qualquer envolvimento em actividades bancárias ou financeiras.

Drivalia Lease Belgium S.A.

Em 24 de maio deth, 2023, Drivalia Lease Belgium S.A. foi oficialmente registada na Câmara de Comércio Belga. A empresa foi constituída na mesma data, 24 de maioth, 2023, por Drivalia S.p.A., com um capital social autorizado de 250.000 euros, que foi totalmente realizado.

A partir de 24 de maio deth, 2023, Drivalia S.p.A. é o único proprietário de todas as acções que representam 100% do capital social da recém-formada Drivalia Lease Belgium S.A.

As actividades primárias da Drivalia Lease Belgium S.A. centrar-se-ão nos serviços de aluguer e de locação operacional, sem qualquer envolvimento em actividades bancárias ou financeiras.

Drivalia Lease España S.A.U (ex FCA Dealer Services España S.A.)

Em 16 de junho deth, 2023, o CA Auto Bank S.p.A. concluiu a transferência de todas as ações, representando a propriedade total, na Drivalia Lease España S.A.U. para a Drivalia S.p.A.

Como resultado desta transação, com efeitos na mesma data, Drivalia S.p.A. passou a deter 100% do capital social de Drivalia Lease España S.A.U.

Drivalia Lease UK Ltd. (ex FCA Dealer Services UK Ltd)

Em 16 de junho deth, 2023, o CA Auto Bank S.p.A. concluiu a transferência de todas as ações, representando a propriedade total, na Drivalia Lease UK Ltd. para a Drivalia S.p.A.

Como resultado desta transação, que entrou em vigor na mesma data, Drivalia S.p.A. passou a deter 100% do capital social de Drivalia Lease UK Ltd.

Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. (ex FCA Leasing Polska Sp. z o.o.)

Em novembro de 20th, 2023, o CA Auto Bank S.p.A. concluiu a transferência de todas as ações, representando a propriedade total, na Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. para a Drivalia S.p.A.

Como resultado desta transação, com efeitos na mesma data, a Drivalia S.p.A. passou a deter 100% do capital social da Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. .

Em 1 de agosto dest, 2023, em resultado da venda da ALD e da LeasePlan, as seguintes empresas passaram a fazer parte do Grupo.

A transação faz parte de um acordo mais amplo descrito em maior pormenor mais adiante no presente relatório (CA Consumer Finance - Acordo Stellantis).

Drivalia Lease Norge AS (ex ALD Automotive AS)

Drivalia Lease Ireland Ltd (ex Merrion Fleet Management Ltd)

Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. (ex LeasePlan Ceska Republika s.r.o.)

Drivalia Lease Finland Oy (ex LeasePlan Finland Oy)

Outras operações

Findio N.V.

Em 1 de fevereiro dest, a FCA Capital Nederland B.V. (atualmente CA Auto Finance Nederland B.V.) concluiu a aquisição de 100% do capital social da Findio N.V. (anteriormente Ribank N.V.), uma empresa com sede em Amsterdão e que opera no sector do financiamento automóvel, ao Crédit Agricole Consumer Finance Nederland B.V.

No final de dezembro, a Findio N.V. foi fundida com e na CA Auto Finance Nederland B.V.

Por conseguinte, a filial neerlandesa Findio N.V. deixou de existir em 1 de janeiro dest, 2024.

CA Consumer Finance - Acordo Stellantis

Em 22 de março deth, 2023, a CA Consumer Finance anunciou que tinha assinado, juntamente com o seu parceiro Stellantis, um acordo para adquirir a ALD e a LeasePlan em seis países europeus, na sequência da proposta de aquisição de 100% da LeasePlan pela ALD, anunciada em janeiro de 2022

Este acordo decorre dos acordos de parceria entre o CA Consumer Finance e a Stellantis, anunciados em dezembro de 2021 e aplicados no final de 2022 e no início de 2023, nomeadamente no que diz respeito:

- a criação de uma nova empresa (Lease.co.), líder europeu na locação financeira de veículos a longo prazo, e
- a aquisição pelo CA Consumer Finance de 100% do FCA Bank (atualmente CA Auto Bank S.p.A.).

O acordo supramencionado envolvia a venda das operações da ALD na Irlanda, Noruega e Portugal, bem como as operações da LeasePlan na República Checa, Finlândia e Luxemburgo.

Estas alienações foram necessárias para cumprir os compromissos assumidos pela ALD perante a Comissão Europeia, na sequência da sua análise da intenção da ALD de adquirir todas as acções em circulação da LeasePlan.

As operações de aquisição envolveram dois aspectos fundamentais:

- A NewCo, uma empresa comum detida em partes iguais pela CA Consumer Finance e pela Stellantis, resultante da fusão da Leasys e da Free2Move Lease, acolheu a atividade da ALD em Portugal e a atividade da LeasePlan no Luxemburgo.

-
- O CA Auto Bank e a Drivalia, tal como indicado anteriormente, acolheram as operações da ALD na Irlanda e na Noruega, bem como as operações da LeasePlan na República Checa e na Finlândia.

Estas operações de aquisição reforçam ainda mais a parceria entre o CA Consumer Finance e a Stellantis e aceleram o desenvolvimento de ambas as empresas em países europeus estrategicamente importantes, em conformidade com os seus ambiciosos planos de crescimento.

Perspectivas para 2024

As actividades comerciais deram sinais de melhoria durante o período em análise, tendo a nova produção aumentado 32% em relação ao ano anterior. Os resultados financeiros continuam a ser absolutamente notáveis, com um lucro líquido igual a 400,2 milhões de euros, graças ao excelente desempenho comercial e às receitas extraordinárias relacionadas com a dissolução da parceria com a Stellantis.

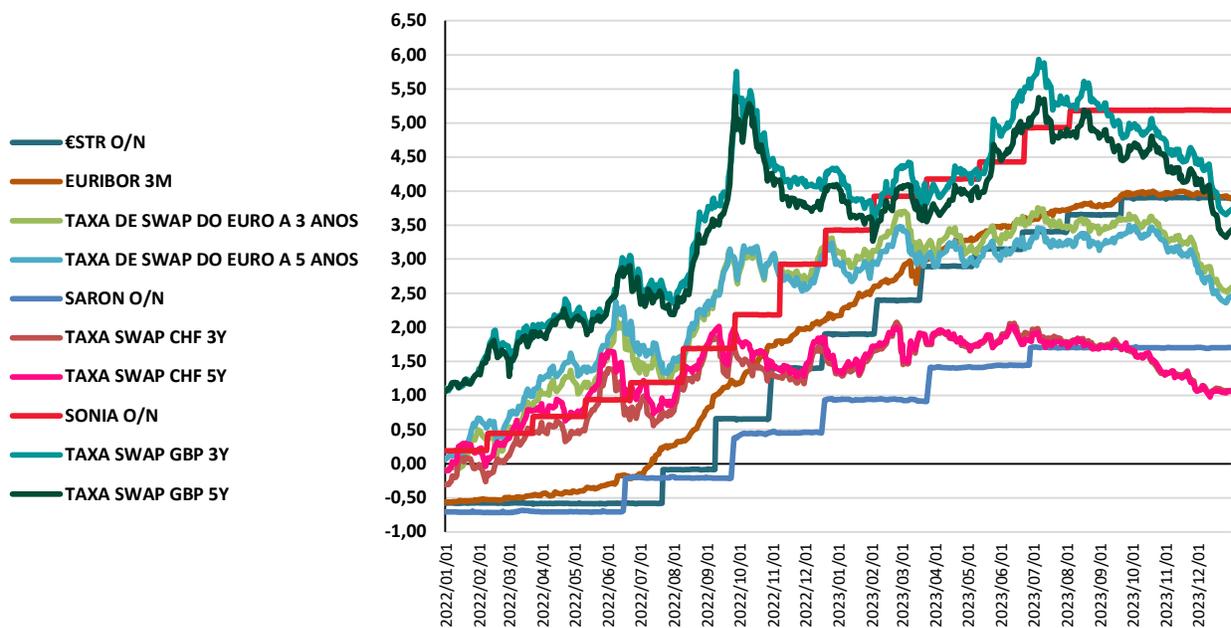
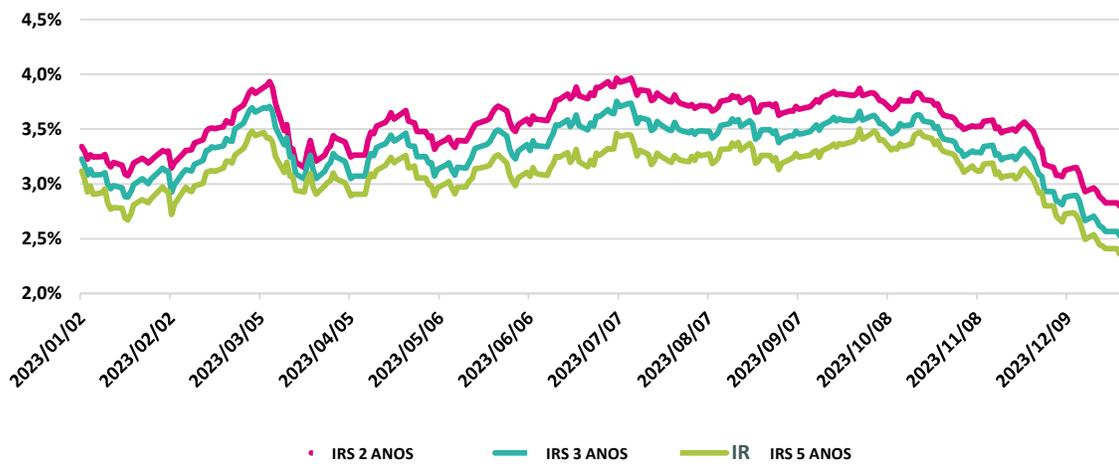
Com a conclusão da definição das novas estruturas societárias, o Grupo CA Auto Bank prosseguirá o desenvolvimento de produtos de financiamento no âmbito dos contratos de marca branca existentes e futuros. Esta transição de "banco cativo" para "banco de marca branca" já está em curso há algum tempo (atualmente, os contratos de locação e de crédito de "marca branca" em fim de período representam 69% da carteira em fim de período, com referência ao âmbito da atividade bancária), com volumes de produção mensais crescentes.

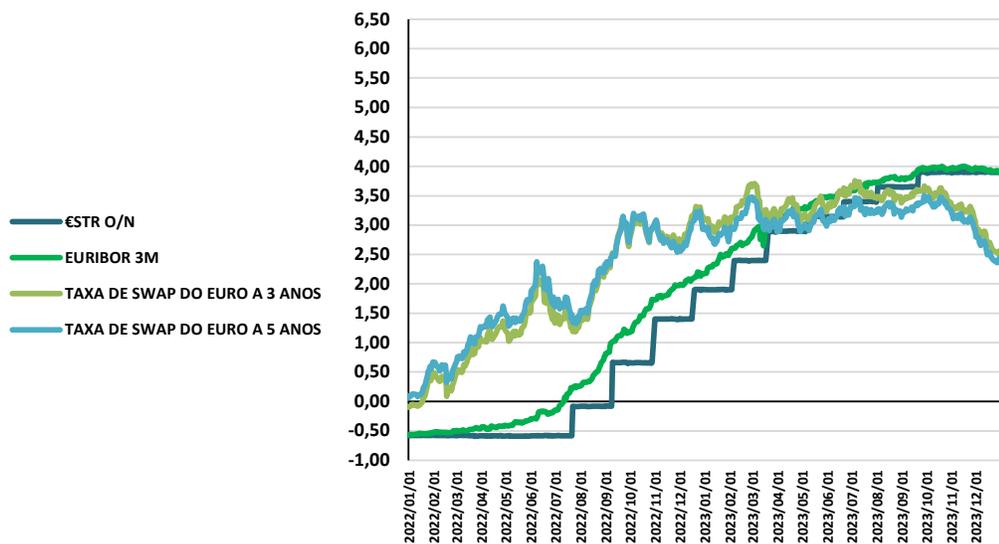
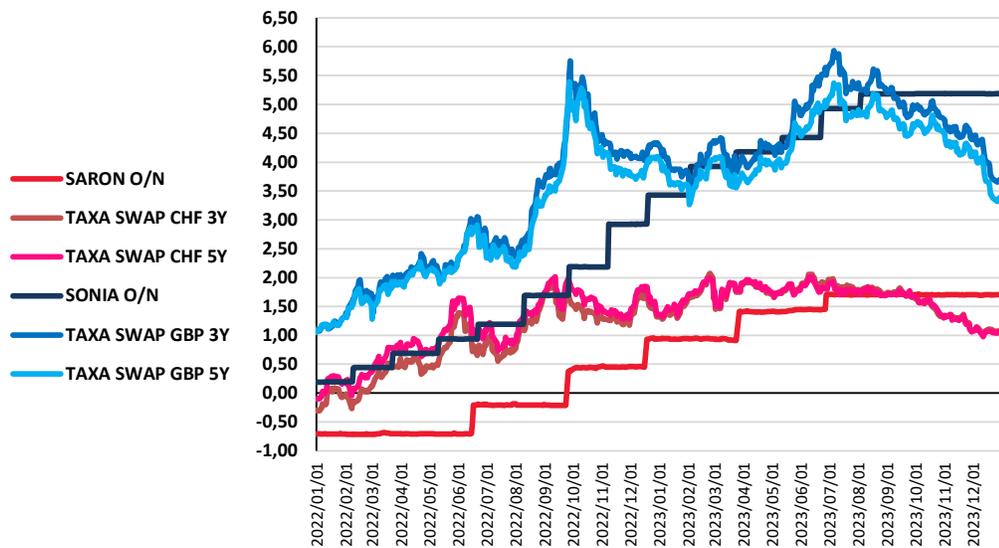
No atual contexto económico, contudo, o regresso a uma situação anterior à crise continua a ser decisivo, mas ainda incerto, sobretudo no que se refere à plena recuperação da produção industrial no sector automóvel.

Neste quadro económico, o Conselho de Administração considera que a sólida estrutura financeira e organizacional do CA Auto Bank permite ao Grupo estar preparado para reagir a qualquer degradação das condições em que opera e, simultaneamente, aproveitar as oportunidades que possam surgir.

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

Evolução da taxa de juro





O departamento de Tesouraria gere os riscos financeiros e de liquidez do Grupo, em conformidade com as políticas de gestão de riscos definidas pelo Conselho de Administração.

A estratégia de financiamento do Grupo tem por objetivo

- manter uma estrutura de fontes de financiamento estável e diversificada;
- gerir o risco de liquidez;

-
- minimizar a exposição a riscos de taxa de juro, cambiais e de contraparte, dentro de limites baixos e pré-estabelecidos, e de acordo com as leis e regulamentos, quando aplicável.

Em 2023, as actividades de tesouraria garantiram eficazmente o financiamento necessário para as crescentes necessidades de financiamento do Grupo.

As actividades mais importantes concluídas em 2023 foram:

- Três emissões públicas de obrigações ao abrigo do programa EMTN em euros, cotadas pelo CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) em maio de 2023, julho de 2023 e outubro de 2023, respetivamente, num montante total de 1 600 milhões de euros e com vencimentos em junho de 2026, janeiro de 2025 e janeiro de 2027, respetivamente;
- Uma emissão pública de obrigações colocada no mercado interno suíço pela CA Auto Finance Suisse SA e garantida pelo CA Auto Bank em junho de 2023. As obrigações foram emitidas por um montante total de 160 milhões de francos suíços e vencem-se em julho de 2026;
- Duas emissões obrigacionistas privadas ao abrigo do programa EMTN em euros, cotadas pelo CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) em setembro de 2023 e dezembro de 2023, respetivamente, num montante total de 240 milhões de euros e com vencimento em dezembro de 2025 e junho de 2025, respetivamente;
- Uma emissão pública de obrigações ao abrigo do programa EMTN em libras esterlinas, que marca o regresso a este mercado após 7 anos do CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa), com um preço de 400 milhões de libras em novembro de 2023 e vencimento em dezembro de 2026;
- Colocação privada de uma obrigação sénior não privilegiada de 450 milhões de euros, totalmente subscrita pelo Crédit Agricole Consumer Finance e com vencimento em 2029. Esta colocação permite ao CA Auto Bank beneficiar de um passivo adicional elegível para efeitos de recapitalização interna, a fim de proteger os seus credores privilegiados;
- Uma colocação de "Euro Commercial Paper" emitida pelo CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) num montante total de 1,5 mil milhões de euros durante o ano. Em 31 de dezembro de 2023, o montante em dívida do "Euro Commercial Paper" era de 350 milhões de euros;
- A colocação pública pelo CA Auto Bank S.p.A. dos títulos A-Best Twentyone (originados como uma auto-securitização pela sua sucursal alemã) em março de 2023. O montante total dos títulos sénior emitidos nesta colocação foi de 400 milhões de euros;

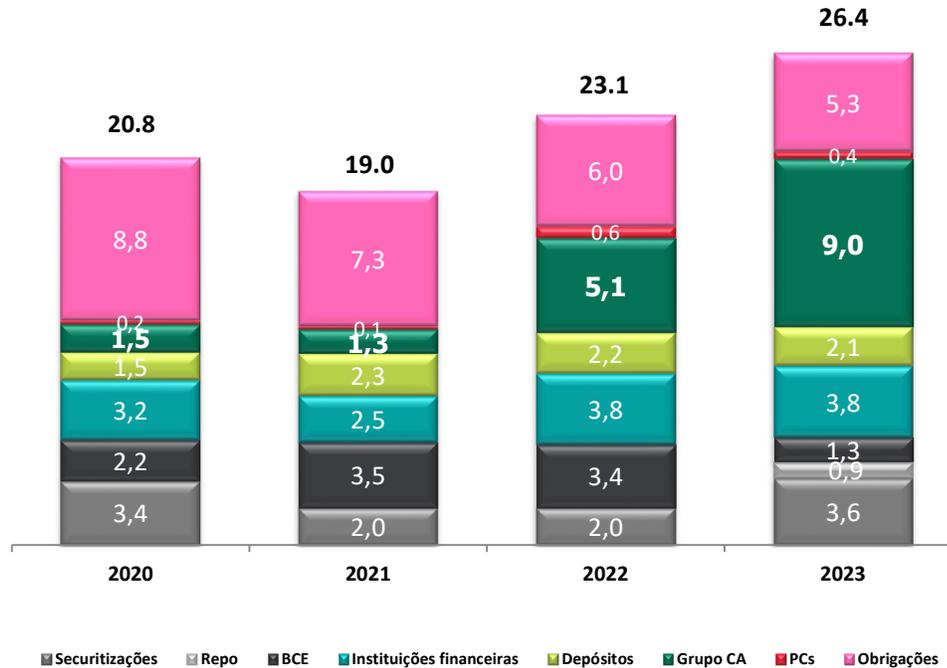
-
- O saneamento em fevereiro de 2023 do A-Best Sixteen, uma operação de titularização originada em 2018, garantida por empréstimos originados na Alemanha pela sucursal do CA Auto Bank S.p.A; o saneamento em junho de 2023 do A-Best Fourteen, uma operação de auto-securitização originada em 2016, garantida por empréstimos originados em Itália pelo CA Auto Bank S.p.A., e da operação Erasmus, um programa de securitização originado em 2006, garantido por créditos de concessionários originados nas sucursais do CA Auto Bank S.p.A. na Alemanha e em França e na sua filial em Espanha;
 - A emissão de três séries de Credit Linked Notes como parte de operações de titularização sintética em abril de 2023. Estas transacções estavam relacionadas com empréstimos a prestações e locações financeiras a particulares, empréstimos a prestações e locações financeiras a PME e créditos de comerciantes, todos originários de diferentes jurisdições europeias, num montante total de 906,2 milhões de euros;
 - Aumento do montante financiado no âmbito da securitização privada Nixes 6, garantida por autocréditos originários do Reino Unido, até um montante de 1 050 milhões de libras, com extensão simultânea da linha de crédito;
 - Estruturação e colocação privada, em outubro de 2023, de 50% dos títulos sénior A-Best Twentytwo, no montante de 617 milhões de euros; simultaneamente, os restantes 50% foram assumidos pelo CA Auto Bank S.p.A., tendo sido totalmente refinanciados, juntamente com os títulos mezzanine, no âmbito de acordos de recompra (Repo) de médio e longo prazo, num montante total de 803 milhões de euros adicionais;
 - O rollover de acordos de recompra de médio e curto prazo (Repos) garantidos por ABS originados no Grupo, num montante total de aproximadamente 230 milhões de euros;
 - A estruturação e colocação privada em dezembro de 2023 da transação RAST, com um total de títulos sénior no valor de 484 milhões de libras;
 - A manutenção das operações de política monetária TLTRO-III, num montante total de 1 300 milhões de euros a partir de dezembro de 2023. Estas operações foram garantidas não só pelos empréstimos incluídos no programa A.BA.CO. do Banco de Itália, mas também pelos Senior ABS emitidos no âmbito de operações de titularização originadas pelo Grupo;
 - Renovação ou estabelecimento de novas linhas de crédito com bancos terceiros (com exceção do Grupo Crédit Agricole) num montante global de cerca de 2,5 mil milhões de euros;
 - O montante praticamente inalterado dos depósitos de retalho do CA Auto Bank S.p.A. em Itália e na Alemanha, com um total de depósitos em 31 de dezembro dest, 2023 de cerca de 2,1 mil milhões de euros.

Estrutura financeira e fontes de financiamento

O quadro seguinte apresenta a estrutura financeira e as fontes de financiamento em 31 de dezembro dest, 2023:

Descrição	em % do total das fontes de financiamento	em % do total do passivo e do capital próprio
Grupo Crédit Agricole	34%	29%
Obrigações	20%	17%
Instituições financeiras	14%	12%
Securitizações	14%	12%
Depósitos	8%	7%
BCE	5%	4%
Repo	3%	3%
Papéis comerciais	2%	1%
Passivos não financeiros	-	5%
Património	-	10%
Total	100%	100%

Fontes de financiamento externas (€/bln)



* A partir do final do ano de 2020, o financiamento no final do ano já não inclui a dívida do Grupo Leasys, que foi vendida em 21 de dezembro de 2022.

O gráfico mostra como a estratégia de diversificação das fontes de financiamento foi reforçada na sequência da aquisição pelo Grupo Crédit Agricole. O crescimento substancial dos volumes durante 2023 também aumentou significativamente o apoio financeiro do Grupo Crédit Agricole (atestando a natureza estratégica do investimento), que foi reforçado pela compra pelo Crédit Agricole Consumer Finance de uma obrigação sénior não preferencial de 450 milhões de euros com vencimento em 2029, que permite ao CA Auto Bank beneficiar de um passivo adicional elegível para bail-in, protegendo os seus credores sénior.

Durante o ano, os fundos recolhidos pelo BCE ao abrigo do programa TLTRO III foram reduzidos.

Todas estas acções permitiram ao Grupo CA Auto Bank continuar a assegurar a liquidez necessária para financiar a atividade em crescimento e reforçar a sua estrutura financeira.

Gestão do risco financeiro

As políticas de gestão do risco de taxa de juro, que se destinam a proteger a margem financeira do impacto das variações das taxas de juro, prevêm que os vencimentos dos passivos coincidam com os vencimentos da carteira de activos (datas de refixação dos juros). É de salientar que as políticas de gestão de risco do Grupo permitem a utilização de derivados de taxa de juro apenas para efeitos de cobertura.

A correspondência de maturidades é também conseguida através de instrumentos derivados mais líquidos, como os swaps de taxas de juro; ocasionalmente, recorre-se também a contratos a prazo de taxas de juro. As políticas de gestão do risco do Grupo não permitem a utilização de instrumentos que não sejam "plain vanilla", como os instrumentos exóticos.

A estratégia seguida durante o ano passou por uma cobertura constante, dentro dos limites estabelecidos pelas políticas de cobertura aplicáveis ao risco em causa, compensando assim o efeito da volatilidade das taxas de juro e dos mercados.

Em termos de risco cambial, a política do Grupo não contempla a criação de posições em moeda estrangeira. Assim, as carteiras não-euro são normalmente financiadas nas moedas correspondentes; quando tal não é possível, o risco é coberto através de Swaps Cambiais. É de salientar que as políticas de gestão de risco do Grupo permitem a utilização de transacções cambiais apenas para fins de cobertura.

A exposição ao risco de contraparte é minimizada, de acordo com os critérios definidos pelas políticas de gestão de risco do Grupo, através do depósito de excedentes de liquidez no Banco Central e em Bancos de primeira linha; a utilização de instrumentos de investimento de muito curto prazo está limitada a depósitos de curto prazo e acordos de recompra com títulos do Estado como subjacentes. No que respeita às transacções de derivados de taxa de juro (realizadas exclusivamente ao abrigo de acordos standard ISDA), o risco de contraparte é gerido exclusivamente através dos mecanismos de compensação previstos no EMIR.

Programas e questões do CA Auto Bank

A gestão das emissões obrigacionistas do Grupo CA Auto Bank é efectuada, como indicado no quadro seguinte, através de

- O programa Euro Medium Term Note (EMTN), com o CA Auto Bank S.p.A. como emitente (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2023, o valor nominal máximo agregado do programa é de 12 mil milhões de euros, enquanto o das emissões obrigacionistas em curso é de aproximadamente 4.465 milhões de euros, para as obrigações denominadas em euros, mais os 400 milhões de libras emitidos em dezembro de 2023. A Moody's e a Fitch atribuíram às obrigações e ao programa a notação de longo prazo do CA Auto Bank S.p.A.;
- O programa de papel comercial de curto prazo em euros com o CA Auto Bank S.p.A. como emitente (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2023, o programa tinha um montante nominal máximo agregado de 750 milhões de euros e aproximadamente 350,5 milhões de euros em papel comercial em circulação. A Moody's atribuiu ao programa a notação de curto prazo do CA Auto Bank S.p.A.;
- Emissão de obrigações sénior não preferenciais no valor de 450 milhões de euros, totalmente subscrita pelo Crédit Agricole Consumer Finance e com vencimento em 2029, permitindo ao CA Auto Bank beneficiar de uma responsabilidade adicional elegível para efeitos de recapitalização interna, a fim de proteger os seus credores sénior;
- Três emissões de notas indexadas ao crédito no âmbito de três operações de titularização sintética em abril de 2023, relativas a locações e empréstimos a particulares, locações e empréstimos a PME e créditos de comerciantes originários de diferentes jurisdições europeias, num montante total de 906,2 milhões de euros.

Programas e questões do CA Auto Bank

EMISSOR	INSTRUMENTO	ISIN	MERCADO	DADOS DE LIQUIDAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	MONTANTE(MLN)
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2051914963	EUR	19-Set-13	24-Set-13	850
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2332254015	EUR	21- Abr -16	24-Abr-16	850
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2488119434	EUR	22-Jun-06	24-Jun-06	60
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2549047244	EUR	22-Out-24	24-Mar-24	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2549047673	EUR	22- Out -24	24-mar-24	365
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2633552026	EUR	23-Jun-08	26-Jun-08	600
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2648672231	EUR	23-Jul-12	25-Jan-13	350
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2700264604	EUR	23-Out-05	25-Dez-19	140
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2708354811	EUR	23- Out -25	27-Jan-25	650
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2729355649	GBP	23-Dez-06	26-Dez-06	400
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2734143121	EUR	23-Dez-14	23-Dez-14	100
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2649509457	EUR	23-Jul-10	24-Jan-10	60
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2650989754	EUR	23-Jul-11	24-Jan-11	55
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2654079867	EUR	23-Jul-17	24-Jan-17	25
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2695012604	EUR	23-Set-20	24-Jun-20	8
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2696127971	EUR	23-Set-22	24-Jan-22	25
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2696904619	EUR	23-Set-25	24-Jul-25	8
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2711411905	EUR	23- Out -26	24-Mar-26	30
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2713293186	EUR	23- Out -31	24-Fev-29	25
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2719178720	EUR	23-Nov-10	24-Abr-10	30
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2726914521	EUR	23-Nov-24	24-Fev-26	40
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Privado	XS2736018644	EUR	23-Dez-14	24-Abr-15	3,5
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	IT0005566473	EUR	23-Set-29	29-Set-29	450
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	XS2608628124	EUR	23-Abr-06	31-ott-27	407
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	XS2608629445	EUR	23- Abr -06	31-Out-27	129
CA Auto Bank S.p.A.	Privado	XS2608630450	EUR	23- Abr -06	25-Out-27	2

Classificação

Em 2023, na sequência da aquisição pelo CA Consumer Finance do controlo total do CA Auto Bank em 3 de abril derd, 2023, os contratos de prestação de serviços de notação com a Standard & Poor's e a Scope Ratings foram rescindidos a pedido do CA Auto Bank.

Além disso, após a conclusão da aquisição pelo CA Consumer Finance, em 17 de abril deth, a Fitch elevou a notação do CA Auto Bank para A- com uma perspectiva estável.

As notações atribuídas ao CA Auto Bank em 31 de dezembro dest, 2023 são as seguintes

ENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO A LONGO PRAZO	PERSPECTIVAS	NOTAÇÃO A CURTO PRAZO	NOTAÇÃO DOS DEPÓSITOS A LONGO PRAZO	PERSPECTIVAS
Moody's Investors Service	Baa1	Negativo	P-2	Baa1	Estável
Classificações Fitch	A-	Estável	F1	-	-

TLTRO-III

Desde a sua introdução, as Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direccionadas (ORPA direccionadas) têm vindo a oferecer às instituições de crédito financiamento de longo prazo em euros, com o objetivo de melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária e estimular a concessão de crédito bancário à economia real.

thEm março de 2019, o Conselho do Banco Central Europeu anunciou uma terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado trimestrais (ou seja, ORPA direccionadas III), cada uma com um prazo de três anos, com início em setembro de 2019 e fim em março de 2021, e eventualmente prorrogada até dezembro de 2021, com base numa decisão do BCE datada de 10 de dezembro de 2020.

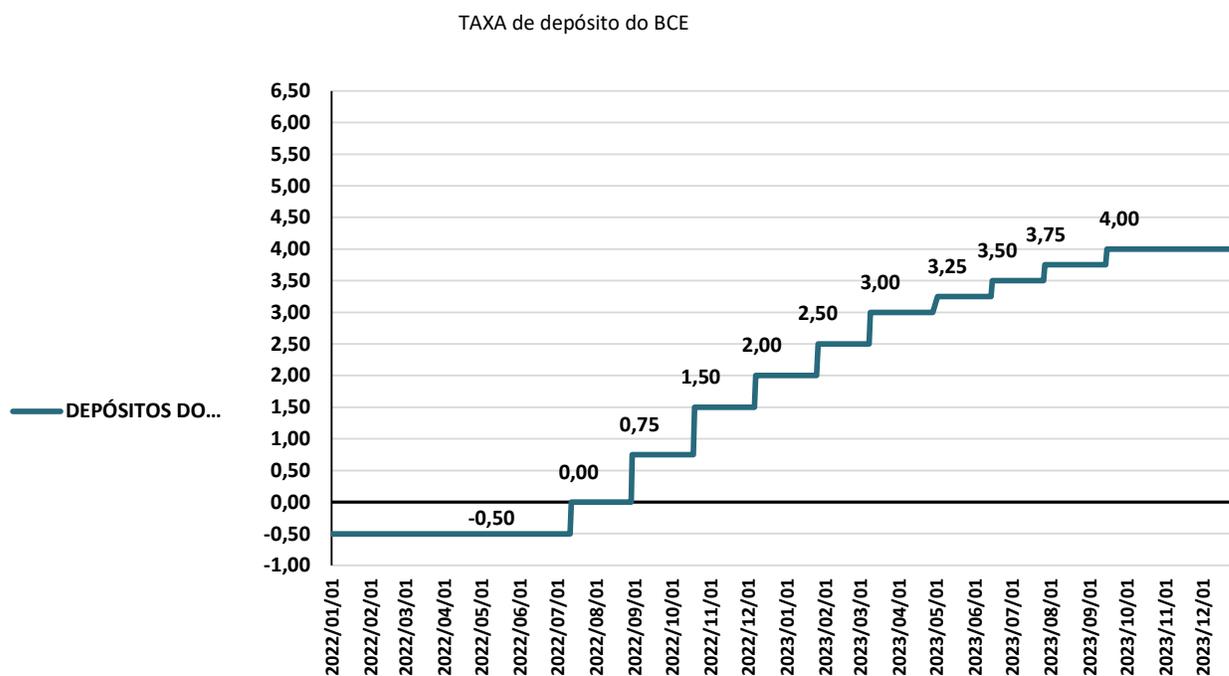
Em 2020, a partir de março, à luz da emergência da Covid-19, o Conselho do BCE introduziu também condições mais favoráveis para as operações em questão, que seriam aplicadas primeiro entre 24 de junhoth, 2020 e 23 de junhord, 2021 e depois prorrogadas, com a decisão do BCE de 10 de dezembroth, 2020, até junho de 2022.

No início do programa TLTRO-III, essas condições favoráveis, iguais à taxa de juro da facilidade de depósito junto do BCE prevalecente durante a vida da operação, foram oferecidas aos mutuários cuja capacidade líquida de financiamento elegível entre 31 de março dest, 2019 e 31 de março dest, 2021 excedesse em 2,5% a sua capacidade líquida de financiamento de referência. Posteriormente, em março de 2020, devido aos impactos da pandemia de Covid-19, esta condição foi revista (reduzindo a percentagem para 1.15%) e foi introduzida uma nova condição, mais favorável (que, se cumprida, substitui a anterior), segundo a qual às contrapartes cujo crédito líquido elegível, entre 1 de março dest 2020 e 31 dest março de 2021, tenha sido pelo menos igual ao respetivo crédito líquido de referência, será aplicada uma taxa de juro mais baixa, que pode ser tão baixa como a da facilidade de depósito junto do BCE em vigor durante o prazo da respetiva operação, exceto no período entre 24 de junho deth, 2020 e 23 de junho derd, 2021. De facto, neste período de "juro especial", a taxa de juro será reduzida em mais 50 pontos base, não podendo a taxa de juro resultante ser superior a menos 100 pontos base. Com a decisão do BCE de 10 de dezembro deth, 2020, esta redução foi alargada também ao período entre 24 de junho deth, 2021 e 23 de junho derd, 2022, para as contrapartes cujo crédito líquido elegível entre 1 de outubro dest, 2020 e 31 de dezembro dest, 2021 seja pelo menos igual ao respetivo crédito líquido de referência.

thA partir de 24 de junho de 2022, data em que cessou o chamado "período de juro especial", a taxa aplicada pelo BCE a cada operação de refinanciamento passou a ser igual à média da taxa da facilidade permanente de depósito, calculada a partir da data de cada operação.

Em 27 de outubro deth, 2022, o Conselho do BCE decidiu recalibrar as condições aplicadas às ORPA direccionadas III para assegurar a coerência com o processo de normalização da política monetária, ajudando a fazer face ao aumento inesperado e extraordinário da inflação; por conseguinte, a partir de 23 de novembro

derd, 2022, a taxa de juro das operações ORPA direcionadas III foi indexada à taxa de juro de referência aplicável, nomeadamente a taxa da facilidade permanente de depósito, que foi aumentada nos últimos meses.



A utilização total do financiamento TLTRO-III em 31 de dezembro dest, 2023 era de 1300 milhões de euros, em relação aos levantamentos efetuados em março, junho e dezembro de 2021 (para 500 milhões de euros, 100 milhões de euros e 700 milhões de euros, respetivamente).

CUSTO DO RISCO E QUALIDADE DO CRÉDITO

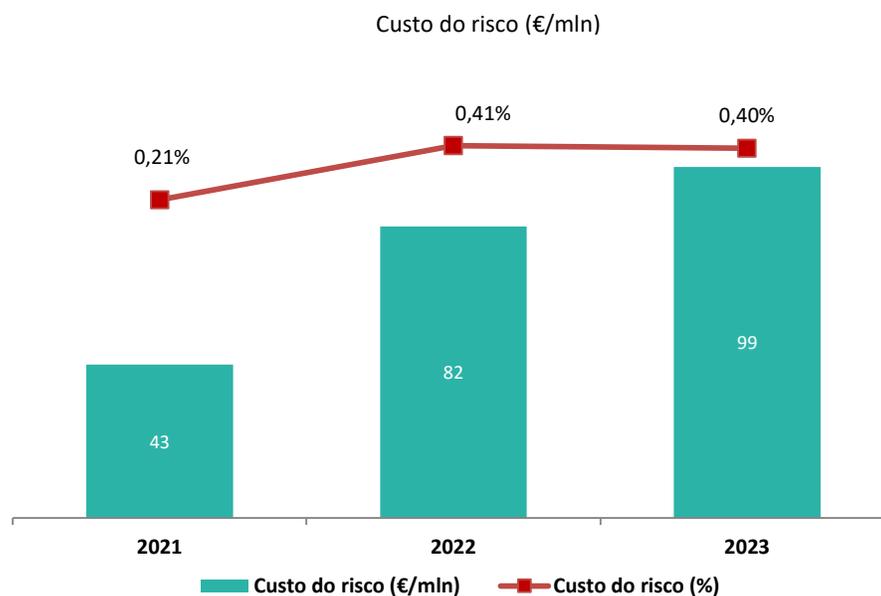
Custo do risco

O custo do risco do CA Auto Bank é função de factores como:

- actividades principais que envolvem a concessão de crédito a comerciantes, corretores e importadores, e serviços de mobilidade a clientes finais;
- políticas conservadoras de subscrição de crédito, apoiadas por motores de notação, pontuação e decisão;
- acompanhamento do desempenho do crédito, com deteção rápida de situações de deterioração através de indicadores de alerta precoce;
- acções eficazes de cobrança de créditos.

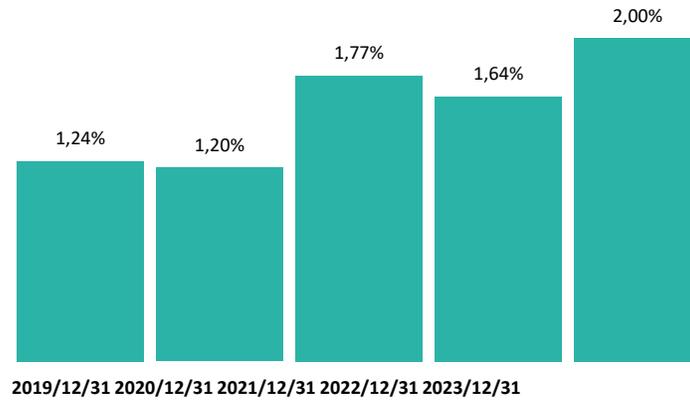
Este facto permite manter um baixo nível de crédito malparado e de clientes/contratos em risco.

Também para 2023, o desempenho do custo do risco continua a ser positivo, fixando-se em 0,40% da carteira média pendente, o que foi ligeiramente superior ao orçamento .



Os dados relativos a 2021 e 2022 foram reexpressos, excluindo os valores da Leasys para efeitos de coerência

Crédito malparado bruto



Nível de NPLs (Non-Performing Loans), igual a 2%.

Financiamento do comércio retalhista

Em 2023, o custo do risco da linha de negócio Financiamento da Distribuição situou-se em 0,57% dos saldos médios, mais 11 pontos de base do que em dezembro de 2023.

Esta alteração foi principalmente influenciada pela mudança na composição da nova produção, com uma maior proporção de financiamento de veículos usados (considerados mais arriscados do que os veículos recém-registados) num contexto geral de inflação. Além disso, a alteração do sistema de gestão das entidades em Itália, Espanha e Portugal resultou num abrandamento temporário das atividades de cobrança de dívidas (voltando à plena capacidade nos últimos meses de 2023), o que teve um impacto negativo nas necessidades de financiamento.

De referir ainda que a Empresa considerou nas suas avaliações o impacto da atualização dos parâmetros forward-looking, o que resultou numa redução das provisões para perdas com locações e crédito associadas à carteira de Retalho de aproximadamente €1 milhão.

Financiamento por grosso

O custo do risco para a linha de negócio "Financiamento grossista" continua a ser muito baixo, representando 0,40% do saldo médio, com uma diminuição significativa em relação à métrica comparável no final de 2022 (0,13%).

O declínio em relação ao final do ano anterior é atribuível à redução significativa do volume da carteira, que passou de 5,7 mil milhões de euros em dezembro de 2022 para 2,9 mil milhões de euros em dezembro de 2023. Esta queda deve-se à redução do financiamento da rede de concessionários Stellantis em resultado da transformação do CA Auto Bank de um banco cativo Stellantis num banco líder europeu, independente e multimarca, detido a 100% pelo Credit Agricole Consumer Finance. É igualmente de salientar que a Sociedade não considerou nas suas avaliações o impacto da atualização dos parâmetros prospectivos para a carteira Wholesale, uma vez que esta atualização teria resultado numa alteração imaterial das provisões para perdas em contratos de locação e empréstimos.

Modelos de pontuação para avaliar o risco de crédito "retalhista"

O processo de avaliação da solvabilidade dos clientes de retalho, descrito nas Orientações de Crédito do Grupo CA Auto Bank, considera o resultado dos scorecards como um dos principais factores de decisão.

Os scorecards são modelos estatísticos concebidos para estimar a probabilidade de risco associada a um pedido de crédito: através da aplicação do montante limite aprovado, o pedido será classificado na área de rejeição ou aceitação.

A utilização de modelos estatísticos garante uma avaliação objetiva, transparente, estruturada e coerente de todas as informações relacionadas com o cliente e o pedido recebido.

A análise de crédito baseia-se em estratégias que combinam os resultados dos scorecards, as conclusões resultantes da utilização de bases de dados externas (por exemplo, agências de crédito, notações externas, etc.) e a aplicação das regras que regem o processo de aprovação de crédito (por exemplo, controlo de acontecimentos adversos externos, situação dos riscos internos, etc.). Quando se prevê a atividade de um analista de crédito, os resultados das estratégias podem ser confirmados ou revistos, se for caso disso.

Atualmente, o Grupo CA Auto Bank utiliza 29 tabelas de classificação de aceitação em função do país, do tipo de cliente e, sempre que possível, da antiguidade do veículo e do tipo de produto.

No modelo organizacional do CA Auto Bank, adotado para melhorar o nível dos serviços prestados pela Sociedade-mãe a todas as empresas do Grupo, a função central de crédito é responsável, para todos os mercados:

- pelo desenvolvimento estatístico dos scorecards utilizados no processo de crédito (aceitação, anti-fraude, recuperação), pela definição da área de aceitação/rejeição com base na apetência pelo risco do CA Auto Bank e pela gestão do processo de tomada de decisão relacionado;
- para definir o âmbito de uma análise de crédito automatizada;
- para monitorizar os scorecards e recomendar acções correctivas no caso de a sua capacidade de previsão se deteriorar;
- para a preparação dos procedimentos e dos manuais operacionais do Grupo sobre os cartões de pontuação de crédito e - atualmente apenas para o mercado italiano - para a gestão e manutenção do motor de decisão.

De um ponto de vista quantitativo, durante o segundo semestre de 2023, a linha de negócio de Financiamento e Leasing de Retalho desenvolveu um scorecard para clientes empresariais no Reino Unido, aperfeiçoou o scorecard de retalho na Dinamarca, começou a desenvolver um scorecard para clientes empresariais em Espanha e um scorecard para clientes de retalho na Polónia. Por último, foram actualizadas e aprovadas regras para aumentar a área sujeita a decisão automática para o segmento de retalho no Reino Unido e na Suíça.

Modelos de notação para avaliar o risco de crédito das "empresas"

A avaliação das empresas clientes baseia-se na utilização combinada e exaustiva de dois sistemas, desenvolvidos pelos técnicos da Stellantis N.V. (sistema CRIXP, uma ferramenta consolidada ao longo dos anos e especificamente parametrizada para as necessidades da CAAB) e CACF (sistema ANADEFI).

O sistema CRIXP foi concebido para avaliar o perfil operacional e financeiro das contrapartes, bem como os seus indicadores comerciais e comportamentais. Esta avaliação conduz à atribuição de um Rating para cada contraparte e à gestão dos limites de crédito (plafond) para cada produto de crédito.

Por outro lado, o sistema ANADEFI, que é alimentado pelo sistema CRIXP, dedica-se à determinação da solvabilidade. Para tal, recorre a um modelo estatístico que analisa exaustivamente vários aspectos da contraparte, nomeadamente as suas características operacionais, financeiras, qualitativas e comportamentais. Além disso, o modelo tem em conta o impacto de factores como a probabilidade de incumprimento, eventuais eventos de incumprimento anteriores e o facto de a contraparte fazer parte de um grupo empresarial.

A adequação do sistema de classificação da ANADEFI foi verificada em 2021 através de testes retrospectivos realizados pelo Risk & Permanent Control. Como resultado dos back-tests, foram encontrados vários pontos de atenção, que foram devidamente tratados com ações corretivas aprovadas pelos comités relevantes.

Os sistemas de notação CRIXP e ANADEFI para as empresas são regidos pelas Directrizes de Crédito do Grupo Credit Agricole Auto Bank aprovadas pelo Conselho de Administração.

Qualidade do crédito

Rubrica 40.b) - Empréstimos e contas a receber de clientes (€/mil)

Descrição	12/31/2023			12/31/2022		
	Exportações brutas	Provisão para empréstimos e locações	Exposição líquida	Exportações brutas	Provisão para empréstimos e locações	Exposição líquida
- Riscos de crédito mal parado	114,604	(72,415)	42,189	92,806	(65,787)	27,019
- Pouco provável que pague	72,807	(30,512)	42,294	62,935	(32,692)	30,243
-Não executável Vencido	310,851	(105,406)	205,446	225,840	(69,373)	156,467
Empréstimos não produtivos	498,262	(208,333)	289,929	381,581	(167,852)	213,729
Empréstimos em execução	24,466,310	(160,171)	24,306,139	22,832,632	(135,477)	22,697,155
Total	24,964,572	(368,504)	24,596,068	23,214,213	(303,329)	22,910,884

Descrição	12/31/2023			12/31/2022		
	Peso bruto de exposição	Ponderador de risco líquido	Rácio de cobertura	Peso bruto de exposição	Ponderador de risco líquido	Rácio de cobertura
- Riscos de crédito mal parado	0.46%	0.17%	63.19%	0.40%	0.12%	70.89%
- Pouco provável que pague	0.29%	0.17%	41.91%	0.27%	0.13%	51.95%
-Não executável Vencido	1.25%	0.84%	33.91%	0.97%	0.68%	30.72%
Empréstimos não produtivos	2.00%	1.18%	41.87%	1.64%	0.93%	43.99%
Empréstimos em execução	98.00%	98.82%	0.65%	98.36%	99.07%	0.59%
Total	100.00%	100.00%	1.48%	100.00%	100.00%	1.31%

A qualidade do crédito é confirmada a um nível excelente, com os empréstimos de cobrança duvidosa a representarem 2,00% da exposição líquida total. A exposição líquida de empréstimos de cobrança duvidosa ascendeu a 290 milhões de euros, em comparação com uma exposição líquida total de 25 mil milhões de euros.

As exposições não produtivas em percentagem da carteira em circulação registaram um ligeiro agravamento em relação ao ano anterior.

A provisão para perdas com empréstimos e locações ascendia a 369 milhões de EUR no final de 2023, em comparação com 303 milhões de EUR no final de 2022; a exposição bruta a empréstimos com imparidade ascendia a 498 milhões de EUR, em comparação com 382 milhões de EUR no final de 2022.

Valores residuais

O valor residual é o valor do veículo no termo do respetivo contrato de empréstimo ou de locação financeira. O Banco está exposto a riscos de valor residual no âmbito de contratos de empréstimo e de locação financeira celebrados com clientes que podem devolver o veículo no termo desses contratos.

A evolução do mercado de veículos usados pode implicar um risco para o detentor do valor residual.

Este risco é basicamente suportado pelos concessionários em toda a Europa, com exceção do mercado do Reino Unido, onde o risco é gerido, controlado regularmente, atenuado por procedimentos específicos e coberto por provisões específicas do Banco.

O CA Auto Bank adota há muito tempo as orientações e os processos do Grupo para gerir e acompanhar permanentemente o risco residual.

€/000	12/31/2021 (*)	12/21/2022 (*)	12/31/2023
Financiamento e leasing			
- Risco residual suportado pelo Grupo CA Auto Bank	1,107	1,233	1,894
<i>dos quais o mercado do Reino Unido</i>	<i>531</i>	<i>620</i>	<i>1,124</i>
Provisão para valor residual	32	30	31

(*) Os resultados e os rácios da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro dest, 2022 foram reformulados numa base comparável, excluindo a Leasys e as suas filiais, para representar com precisão os resultados do Grupo.

No que se refere às operações de aluguer/mobilidade, o risco associado aos valores residuais dos veículos alugados é normalmente suportado pelo locador, a menos que sejam feitos acordos específicos com terceiros. Este risco resulta da diferença entre o valor de mercado do veículo no final do período de aluguer/mobilidade e o seu valor contabilístico.

Dentro do Grupo, o negócio de Aluguer/Mobilidade é gerido pela Drivalia S.p.A. e suas subsidiárias. A Drivalia S.p.A., que iniciou suas operações no final de 2022 (para mais detalhes, consulte a seção sobre Eventos Significativos e Transações Estratégicas), está focada em aprimorar as medidas de controle de risco em relação aos valores residuais. Isto é conseguido através de uma monitorização vigilante dos preços de mercado dos veículos usados e do envelhecimento do inventário de automóveis que aguardam venda.

O modelo de cálculo das provisões para valores residuais é objeto de actualizações trimestrais para garantir o máximo rigor no processo de provisionamento. Até à data, não foram observadas preocupações críticas específicas relativamente aos valores residuais.

€/000	12/31/2023
Drivalia (Aluguer/Mobilidade)	
- Valor residual CA Auto Bank Group	1.350
Provisões para valores residuais	-

(*) Os dados relativos a 31 de dezembro dest, 2022 não são comparáveis.

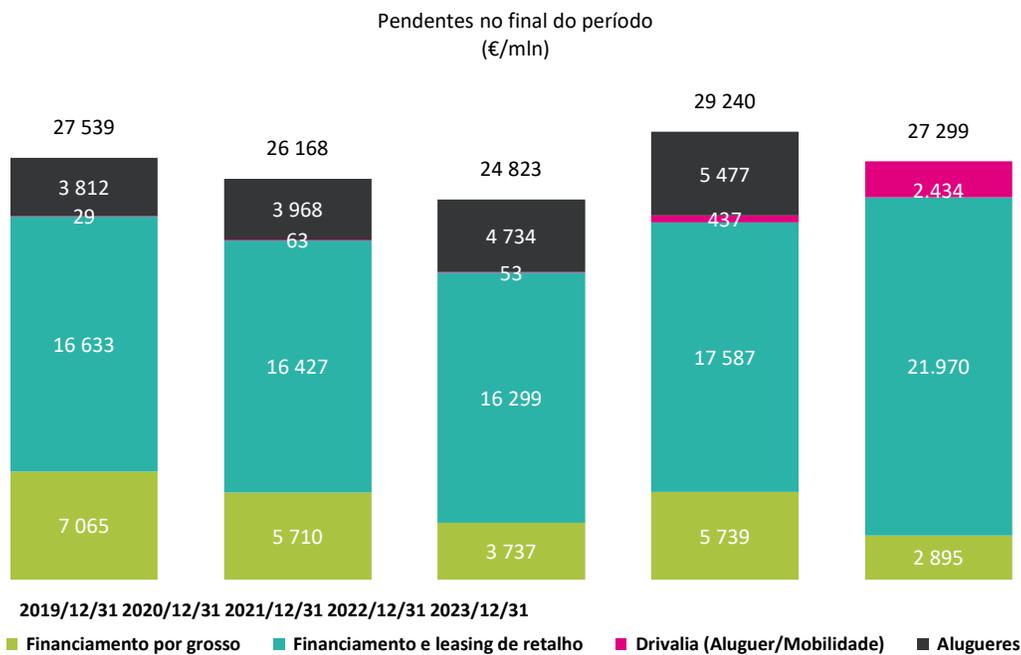
RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Dados económicos (€/000)	12/31/2023	12/31/2022 (*)
Rendimento bancário líquido e margem de aluguer	818	788
Despesas operacionais líquidas	(255)	(213)
Custo do risco	(99)	(82)
Outras receitas/ (despesas)	90	(40)
Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos	-	647
Lucro antes de impostos	554	1,100
Resultado líquido	400	1,019
Resultados		
Média	24,595	25,133
Fim do período	27,299	29,240
Rácios		
Produto bancário líquido e margem de aluguer /Saldos médios (1)	3.33%	3.89%
Rácio custo/rendimento	31.18%	26.95%
Custo do risco /Saldos médios	0.40%	0.41%
CET1	15.79%	13.92%
Rácio de capital total (TCR)	17.23%	15.54%
Rácio de alavancagem	10.22%	10.22%

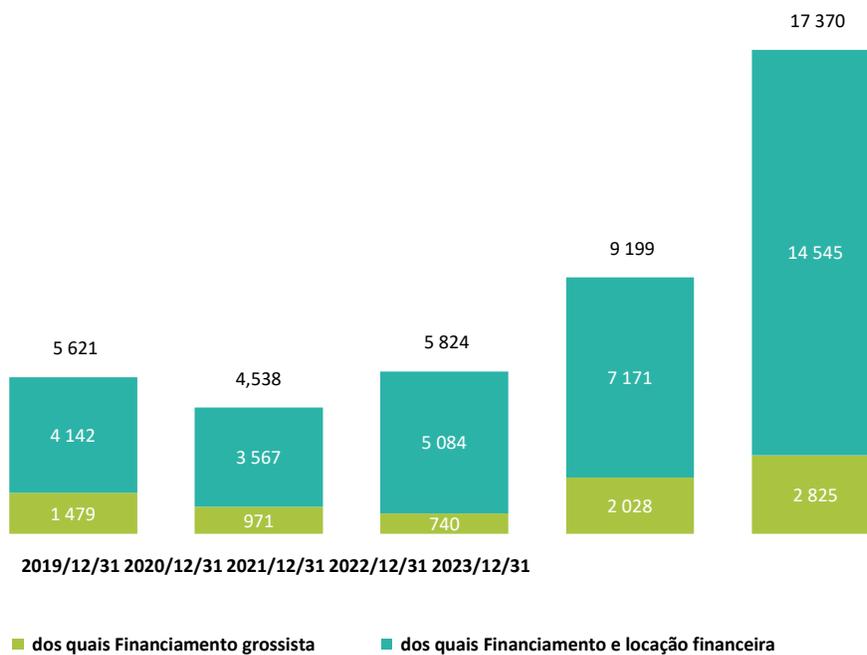
(*) Os rácios foram reexpostos ao não incluir a Leays e as suas filiais vendidas em dezembro de 2022.

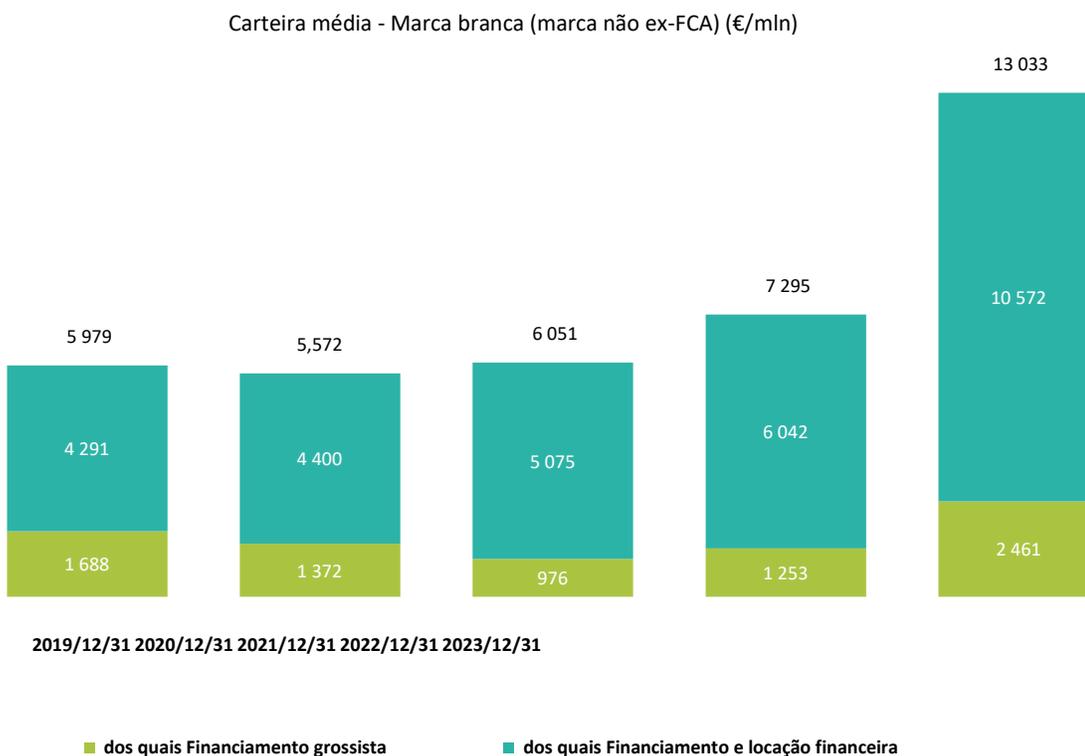
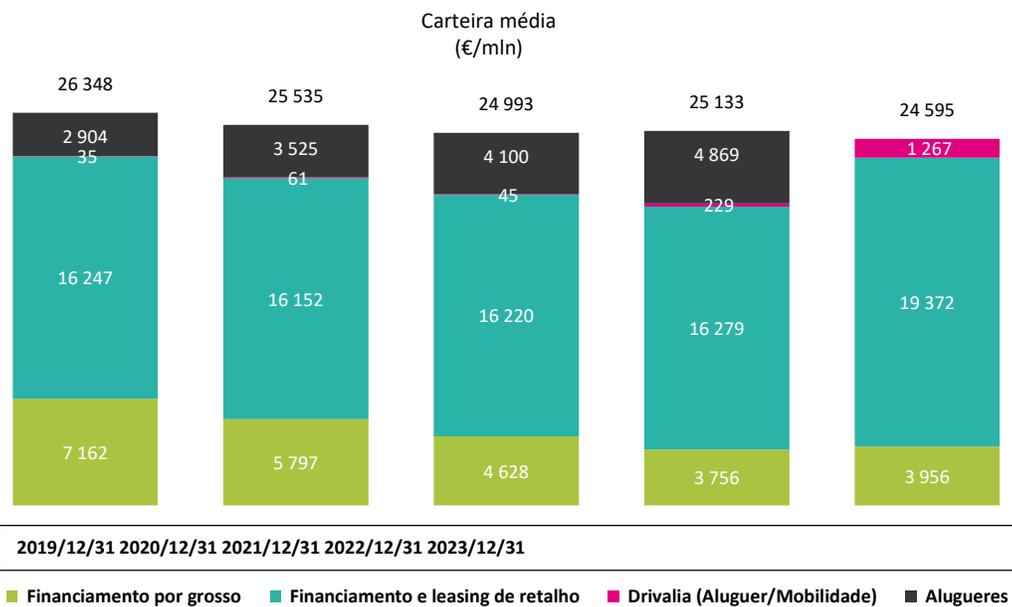
Dados do balanço (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
Caixa e equivalentes de caixa	1,674	3,140
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	9
Activos financeiros ao custo amortizado	24,731	23,029
a) Empréstimos e depósitos em bancos	135	118
b) Locações e empréstimos com clientes	24,596	22,911
Derivados de cobertura	263	550
Alterações no justo valor dos elementos de cobertura da carteira	(130)	(491)
Activos de seguros	11	10
Activos fixos tangíveis	2,625	532
Activos intangíveis	192	121
Activos fiscais	218	177
Outros activos	1,569	1,233
Total do ativo	31,162	28,310
Total do passivo	28,126	24,581
Capital próprio líquido	3,036	3,729

Em 2023, apesar do complexo ambiente geopolítico marcado por conflitos na Rússia-Ucrânia e no Médio Oriente, os volumes de produção registaram um aumento em comparação com o ano anterior. Globalmente, registou-se um aumento significativo de 14,8% na carteira de fim de período, considerando o perímetro líquido da Leasys. O crescimento mais significativo ocorreu na linha de negócio Aluguer/Mobilidade (+457%), devido à aquisição de novas empresas de aluguer e ao desenvolvimento significativo do mercado. A linha de negócio Financiamento e Leasing também registou uma melhoria, com um aumento de 25% em relação ao ano anterior, impulsionado por novas colaborações com parceiros comerciais. No entanto, a linha de negócio de Financiamento por Grosso registou um declínio, principalmente devido à perda do acordo com a Stellantis.



Carteira de fim de período - Marca Branca (marca não exFCA) (€/mln)

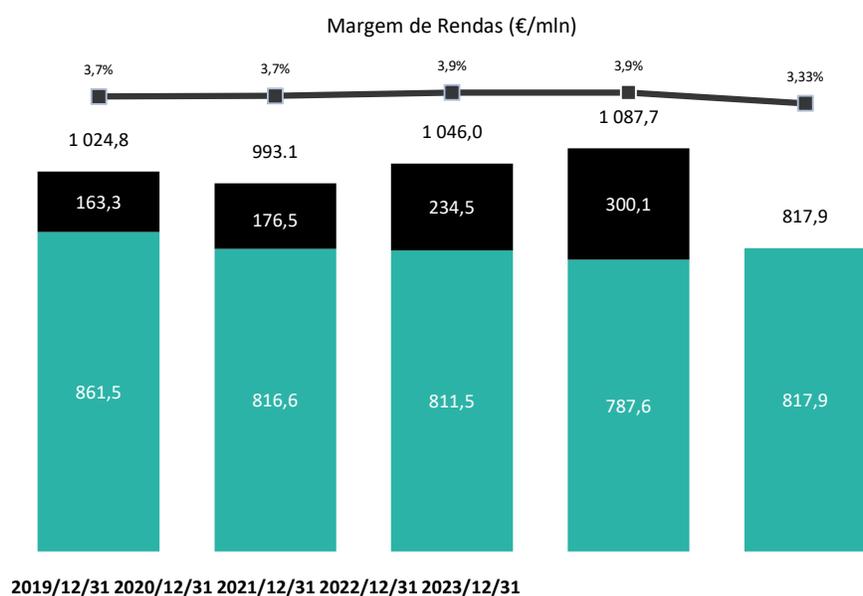




Margem de aluguer de rendimentos

A margem bancária e de aluguer líquida para 2023 ascendeu a 817,9 milhões de EUR, um aumento de +3,8 % em comparação com 2022, devido a volumes mais elevados relacionados com as linhas de negócio de Financiamento e Leasing e Aluguer/Mobilidade.

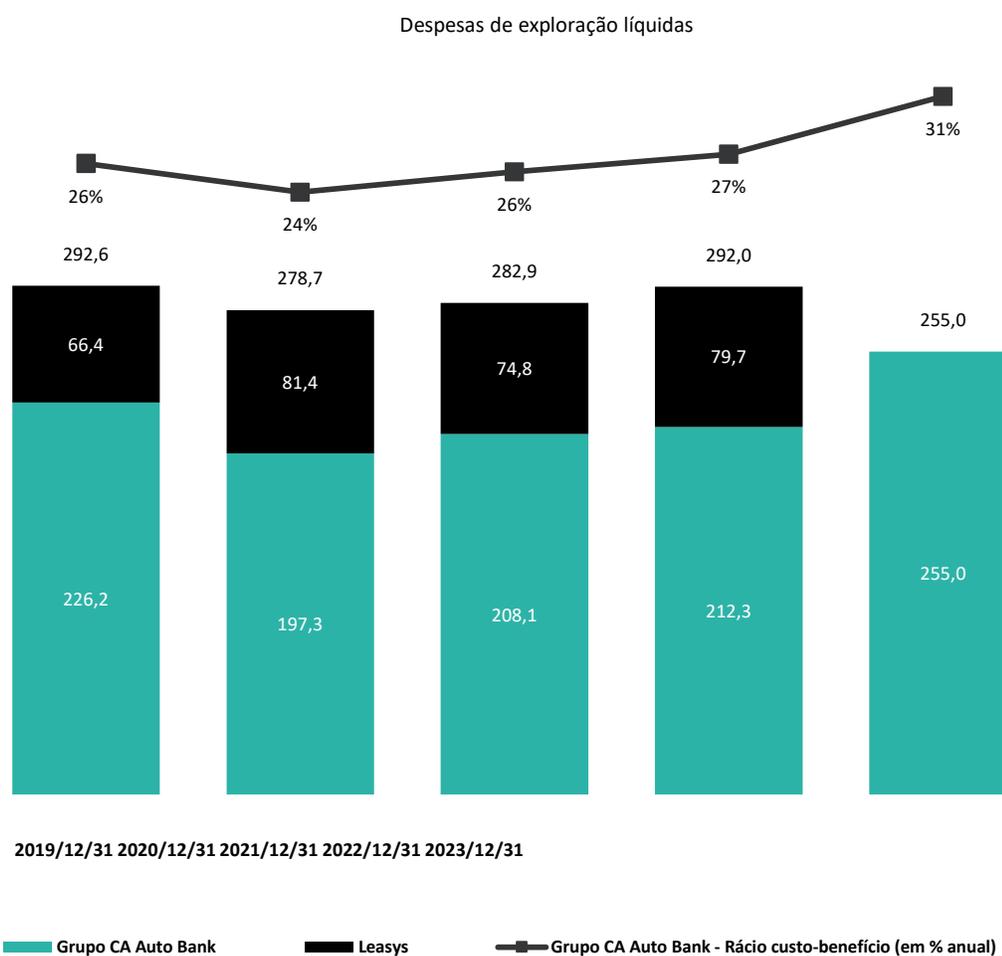
O rácio entre a margem líquida bancária e de aluguer e a carteira média diminuiu para 3,33% (-56 pontos de base em relação a 2022), devido ao aumento das despesas financeiras provocado pela contração das taxas de juro directoras pelo Banco Central Europeu.



■ Leasys ■ Grupo CA Auto Bank — Grupo CA Auto Bank - Margem de Rendimento / Rácio Carteira Média (%)

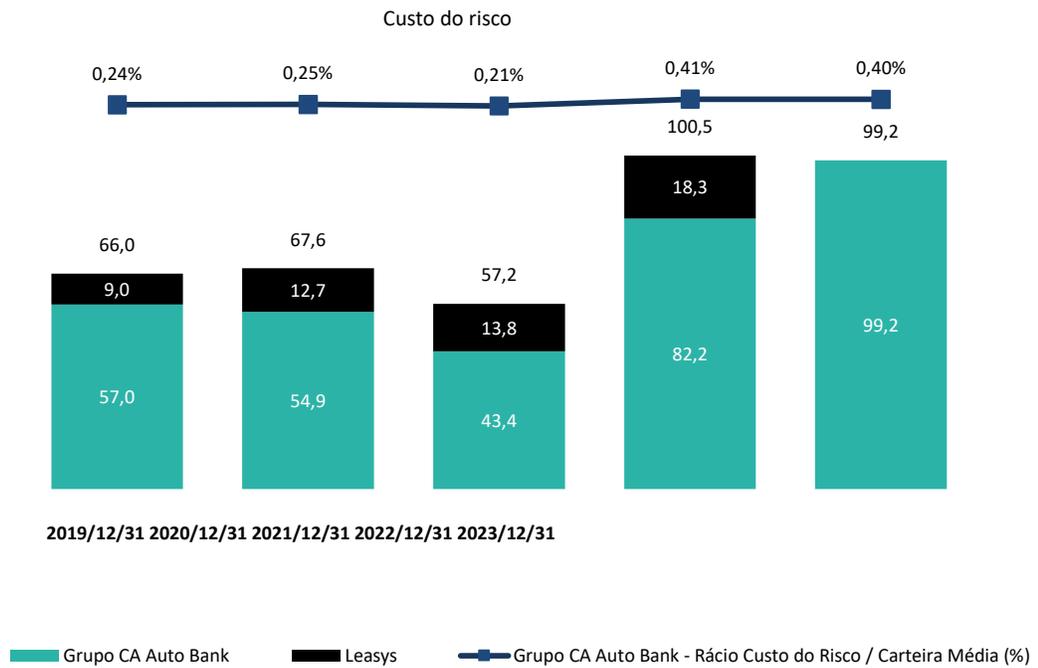
Não são despesas de funcionamento

As despesas operacionais líquidas aumentaram em aproximadamente € 42,7 milhões em comparação com 2022 - contribuição líquida da Leasys - devido às aquisições finalizadas em 2023, em particular as empresas Findio N.V., Drivalia Lease Norge AS, Drivalia Lease Finland Oy, Drivalia Lease Ireland Ltd. e Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. A relação custo-benefício (31% em 31 de dezembrost, 2023), aumenta em relação ao ano anterior, (27% em 31 de dezembrost, 2022)



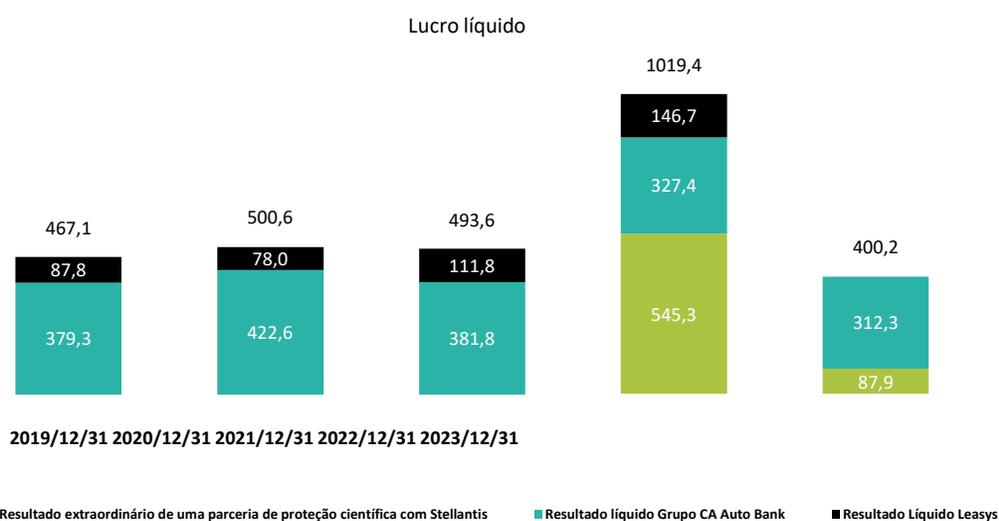
Custo do risco

O custo do risco de 2023 situou-se em 0,40%, com uma ligeira melhoria em relação a 2022 (0,41%) devido à diferente combinação de produtos adoptada para o ano.



Resultado operacional e lucro líquido

O resultado operacional para 2023 é de 463,7 milhões de euros, enquanto o lucro líquido (excluindo itens extraordinários relacionados com a dissolução da parceria com a Stellantis) é de 312,3 milhões de euros, diminuindo 4,6% em comparação com os valores de 2022, devido à redução das margens em resultado do aumento das despesas financeiras determinadas pela política de aperto do BCE.



RÁCIOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E DE CAPITAL

Fundos próprios e rácios de capital (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
Fundos Próprios Principais de Nível 1 - CET1	2,920,891	2,836,749
Nível 1 adicional - AT1	8,312	7,671
Escalão 1 - T1	2,292,203	2,844,420
Escalão 2 - T2	257,703	322,813
Fundos próprios	3,186,906	3,167,233
Activos ponderados pelo risco (RWA)	18,496,845	20,381,187
RÁCIOS REGULAMENTARES		
CET 1	15.79%	13.92%
Rácio de capital total (TCR)	17.23%	15.54%
LCR	160%	186%
NSFR	114%	112%
OUTROS RÁCIOS		
Rácio de alavancagem	10.22%	10.22%
RONE (Resultado Líquido/Património Normativo Médio)	17.77%	24.48%

Em 31 de dezembro dest, 2023, o Rácio de Capital Total situou-se em 17,23%, apresentando um aumento de 1,69% face a 31 de dezembro dest, 2022, devido à retenção de lucros de 2023 e a uma redução dos RWA principalmente devido à operação de securitização sintética que resultou numa poupança de 2,8 mil milhões de euros. O CET1, no final do período, foi de 15,79%, enquanto o RONE (Return On Normative Equity), calculado considerando um Capital Próprio Normativo igual a 9,5% do RWA, foi de 17,77%.

Reconciliação entre os valores reclassificados e reportados da demonstração de resultados e os saldos

Demonstração da reconciliação entre a demonstração de resultados reportada e a demonstração de resultados reclassificada (€/mln)

	12/31/2023	12/31/2022
10. Juros e rendimentos similares	1.458	830
20. Juros e despesas similares	(946)	(165)
40. Receitas de honorários e comissões	120	117
50. Despesas com honorários e comissões	(66)	(52)
80. Resultado líquido dos activos e passivos financeiros detidos para negociação	(5)	1
90. Ajustamentos do justo valor na contabilidade de cobertura	(14)	(9)
170. Outros rendimentos/encargos de exploração líquidos das actividades de seguros	8	(1)
190. Custos administrativos	(14)	(6)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	14	(11)
210. Depreciação - Imparidade/Recuperações de activos fixos tangíveis	(185)	(23)
230. Outras receitas/despesas operacionais	448	107
Produto bancário líquido	818	788
40. Rendimentos de honorários e comissões	11	17
190. Custos administrativos	(236)	(223)
210. Depreciação - Imparidade/Recuperações de activos fixos tangíveis	(17)	(17)
220. Amortização-Imparidade/Recuperações de activos intangíveis	(18)	(16)
230. Outras receitas/despesas operacionais	5	26
Despesas operacionais líquidas	(255)	(213)
50. Despesas com honorários e comissões	(9)	(9)
100. Ganhos (perdas) na alienação ou recompra de activos financeiros mensurados ao custo amortizado		
a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	(3)
130. Imparidade/recuperações relacionadas com o risco de crédito		
a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado	(84)	(65)
230. Outros proveitos/despesas operacionais	(6)	(5)
Custo do risco	(99)	(82)
190. Custos administrativos	(11)	(15)
230. Outras receitas/despesas operacionais	101	63
270. Imparidade do goodwill	-	(87)
280. Ganhos (perdas) na alienação de investimentos	-	647
Outras receitas/despesas	90	608
300. Impostos sobre o rendimento das actividades continuadas	(154)	(163)
Impostos sobre o rendimento	(154)	(163)
320. Resultado líquido (perda) de operações descontinuadas	-	82
Lucro líquido	400	1.019

Demonstração da reconciliação entre pendentes e contas a receber de clientes (€/mln)

	12/31/2023
Extraordinário	27,299
90. Activos fixos tangíveis (*)	(2,294)
130. Outros activos	(206)
10.b) Depósitos de clientes	38
80. Outros passivos	66
40. b) Empréstimos e contas a receber de clientes não incluídos no saldo	62
40.b) Créditos sobre clientes	24,965
Provisão para empréstimos Dados de gestão	382
130. Outros activos	(14)
Provisão para crédito a clientes Rubrica 40.b) Crédito a clientes	368

(*) Inclui activos relacionados com a atividade de aluguer.

Reconciliação entre o capital próprio e o resultado líquido da empresa-mãe e consolidado (€/mln)

(€/000)	Património	dos quais: Lucro do período
Capital próprio e resultado do exercício do CA Auto Bank S.p.A	2,499,383	388,317
Capital próprio e lucro das filiais menos interesses não controladores	1,348,045	203,942
Ajustamentos de consolidação:	(902,592)	(199,333)
Eliminação da quantia escriturada das empresas consolidadas	(964,137)	0
Dividendos entre empresas	0	(84,000)
Outros ajustamentos de consolidação	61,545	(115,333)
Capital próprio e resultado atribuível aos accionistas do CA Auto Bank S.p.A.	2,944,836	392,926
Capital próprio e lucro atribuível aos interesses não controladores	86,130	7,280
Capital próprio e resultados consolidados	3,030,966	400,206

ASPECTOS SOCIAIS

Segurança, privacidade e fiabilidade dos serviços

Proteção de dados e cibersegurança

Em linha com os resultados dos anos anteriores, o CA Auto Bank continua a dar especial atenção às questões relacionadas com a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da sua organização e sistemas de informação, de forma a garantir um nível de segurança adequado em termos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação e proteger os direitos e interesses dos seus clientes e colaboradores.

Em conformidade com os requisitos do Regulamento da UE n.º 2016/679 relativo à proteção de dados, a governação empresarial inclui:

- um regulamento que define o modelo organizacional, descrevendo funções e responsabilidades, atribuindo a cada funcionário um papel específico na área da proteção de dados pessoais, a fim de reforçar e garantir uma gestão adequada dos dados pessoais de acordo com as necessidades e peculiaridades específicas da empresa;
- um sistema sólido de políticas e procedimentos;
- uma política de Grupo que visa delinear os princípios gerais, as responsabilidades e os principais processos no domínio da proteção dos dados pessoais a que o CA Auto Bank S.p.A. e as suas filiais devem aderir, a fim de garantir um nível adequado de conformidade com as leis de proteção de dados, tendo também em consideração os regulamentos locais relevantes. Como regra geral, o objetivo é garantir que o princípio da proteção dos dados seja sempre tido em conta desde as primeiras fases de desenvolvimento, de acordo com os princípios da privacidade desde a conceção e por defeito;
- é dada especial atenção à questão da gestão da violação de dados pessoais para prevenir, impedir ou evitar a ocorrência da referida violação, indicando as actividades, funções e responsabilidades para uma gestão adequada, rápida e eficiente;

-
- É também dada uma atenção semelhante à questão da retenção de dados ("data retention"), através da Política de Retenção de Dados do Grupo. Para além de contemplar para as entidades do Grupo CA Auto Bank a partilha de uma metodologia e melhores práticas úteis para a definição dos períodos de retenção de dados, esta política obriga ao cumprimento dos seguintes princípios: a conservação dos dados de cada titular deve ser justificada em função do serviço prestado; o princípio da responsabilização, que implica a adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e demonstrar que o tratamento de dados pessoais em vigor cumpre os princípios estabelecidos pelas normas aplicáveis; o princípio da minimização, que se traduz na necessidade de conjugar este princípio com a necessidade de proteger o direito do Banco dentro dos limites dos direitos do titular dos dados;
 - Tendo em conta os regulamentos relativos ao Registo Público de Oposições ("PRO"), o Grupo CA Auto Bank actualizou as informações sobre o tratamento de dados pessoais, fornecendo provas específicas dos novos desenvolvimentos;
 - À luz das cláusulas contratuais-tipo (CCP) elaboradas pela Comissão Europeia, o CA Auto Bank tomou medidas para atualizar a informação de que dispõe, verificando e mapeando todas as transferências de dados pessoais dos prestadores de qualquer serviço que implique o tratamento (armazenamento, acesso, processamento, etc.) de dados pessoais, de modo a perceber quais deles tratam dados pessoais fora da UE/EEE e evitar situações de incumprimento, solicitando a adoção das salvaguardas previstas na legislação aplicável;
 - um plano de formação específico e inovador para divulgar, melhorar e aumentar a sensibilização dos trabalhadores para as questões da proteção de dados. Isto torna estas questões compreensíveis e permite que os funcionários integrem os seus aspectos fundamentais nas suas rotinas diárias. A formação e a sensibilização são dois conceitos-chave intimamente relacionados: se as pessoas não têm consciência do que estão a tratar, também não têm consciência das consequências e responsabilidades que podem resultar de uma gestão inadequada dos dados. ¹⁴Durante o ano de 2023, a abordagem adoptada consistiu em ministrar cursos de formação específicos e diferentes: um curso, destinado a todos os colaboradores, contendo noções gerais no domínio da proteção de dados; um curso, também destinado a todas as filiais do Grupo CA Auto Bank, dedicado a fornecer orientações sobre a utilização correcta da Ferramenta RGPD; actividades destinadas a aumentar a sensibilização para o tratamento de dados relacionados com a governação da fraude e a geolocalização, em conformidade com as disposições das Orientações 01/2020 sobre o tratamento de dados pessoais no contexto de veículos conectados e aplicações relacionadas com a mobilidade, adoptadas em 9 de março de 2021 pelo Conselho Europeu para a Protecção de Dados (CEPD);
 - ferramentas à disposição das pessoas em causa para poderem exercer os seus direitos;

-
- a implementação da plataforma (GDPR Tool) está também a ser consolidada para todas as sucursais e filiais do Grupo CA Auto Bank para uma gestão mais ordenada dos processos de proteção de dados. Esta plataforma, já em uso em Itália, visa reforçar e automatizar os processos de proteção de dados com base em quatro pilares dedicados a cada um dos registos de processamento, avaliação do impacto da proteção de dados (DPIA), violação de dados e controlos. O objetivo é dispor de uma ferramenta única de arquivo, gestão e controlo no domínio da proteção de dados, em conformidade com orientações e critérios de avaliação comuns e uniformes (por exemplo, violação de dados, controlos) para todo o Grupo CA Auto Bank.

Além disso, a fim de difundir e alargar a atenção às questões de proteção de dados e de atenuar os riscos relacionados com a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados, o CA Auto Bank concebeu e implementou um sistema sólido de políticas e procedimentos de segurança da informação. As principais políticas corporativas incluem o seguinte:

- segurança dos serviços de pagamento na Internet;
- classificação da informação;
- controlo de acesso lógico;
- gestão das operações e das comunicações no domínio das TIC;
- segurança física e ambiental;
- gestão de incidentes de segurança;
- utilização do correio eletrónico e da Internet;
- utilização de hardware e software;
- Gestão de activos TIC;
- gestão da mudança nos sistemas de informação.

São efectuadas regularmente análises aprofundadas de novas ameaças, aplicando as melhores práticas do sector para conter os riscos detectados. A este respeito, a Empresa tomou medidas para melhorar a sensibilização dos funcionários para estas questões através de acções de formação específicas em matéria de cibersegurança. Além disso, o CA Auto Bank utiliza ferramentas de Threat Intelligence para monitorizar as ciberameaças na Internet, tendo também em conta os riscos crescentes detectados em estudos realizados por analistas de segurança a nível internacional.

No que se refere ao trabalho à distância, foram consolidadas as medidas de segurança conexas, não só a nível técnico, mas também a nível da sensibilização dos trabalhadores.

O Grupo CA Auto Banca não recebeu nenhuma reclamação relativa à perda de dados, uma vez que esta circunstância não se verificou; o Grupo CA Auto Banca recebeu reclamações relativas a erros manuais que foram objeto de uma ação rápida destinada a remediar a anomalia constatada.

Além disso, durante 2023, registou-se um aumento do número de alertas de segurança e, em geral, de ameaças cibernéticas que foram prontamente tratadas sem impactos significativos no Grupo resultantes de ataques cibernéticos.

A fim de identificar e evitar infrações aos procedimentos e regras internos e do sector, a arquitetura do sistema informático e o sistema de controlo interno estão constantemente a ser melhorados.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Tópicos relevantes

Formação e desenvolvimento do capital humano

Segurança social, emprego e diálogo com os parceiros sociais

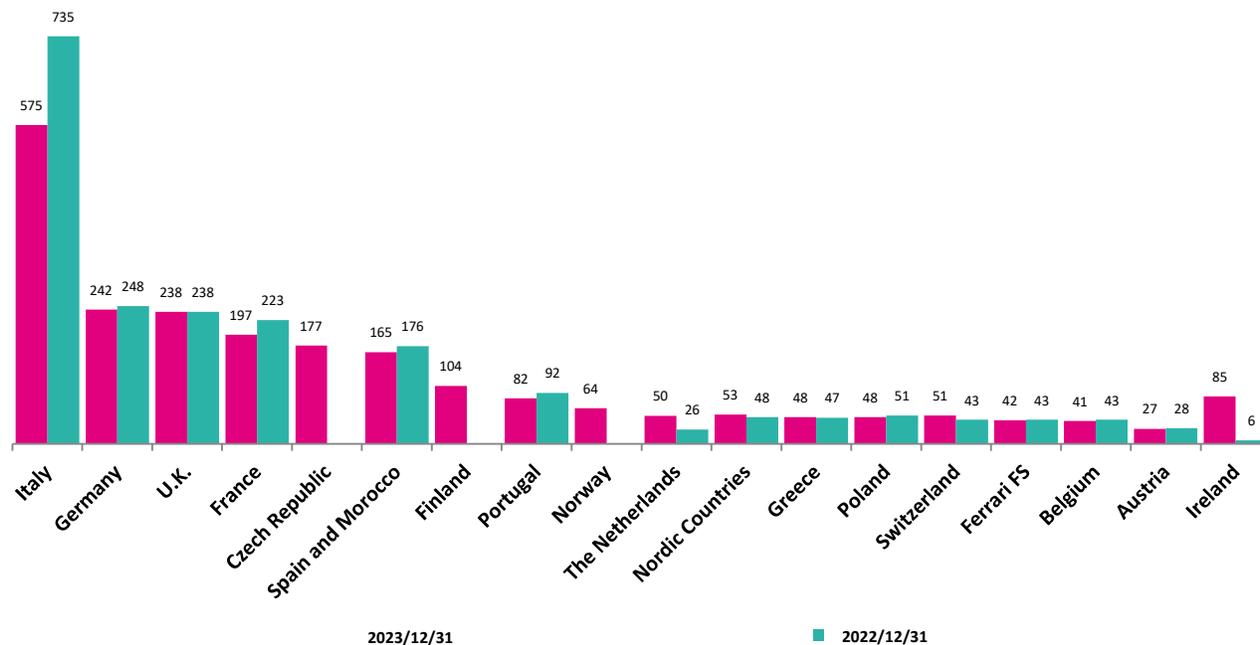
Saúde e segurança dos trabalhadores

O CA Auto Bank é uma empresa de pessoas ao serviço de pessoas. O seu principal objetivo é atrair, reter e motivar pessoal altamente qualificado, mas também recompensar aqueles que avançam, acreditam e apoiam os valores da Empresa com estruturas de compensação ligadas à criação de valor a longo prazo.

Em 31 de dezembro dest, 2023, o número total de empregados do Grupo CA Auto Bank era de 2 289, ou seja, um aumento de 242 em relação a 31 de dezembro dest, 2022.

Esta alteração está principalmente relacionada com a revisão da estrutura organizacional na sequência dos acordos entre o CACF e a Stellantis, que incluíram a venda a 100% de todas as operações bancárias e afins ao Crédit Agricole e a venda simultânea em Itália dos activos e recursos da FCA Brands à Stellantis Financial Services Italy, bem como a aquisição de cinco novas empresas em 1 de agosto dest, 2023.

Distribuição do número de trabalhadores do grupo em 31 de dezembrost, 2023



A análise dos dados mostra que as duas empresas italianas representam 25,8% do total de trabalhadores. No final de dezembro de 2023, os trabalhadores do sexo feminino representavam 45,70% do total dos efectivos, enquanto a idade média dos trabalhadores do grupo era de 43,6 anos (43,9 anos para os homens e 43,2 anos para as mulheres) e a antiguidade média na empresa era de 8,7 anos (7,6 anos para os homens e 9,8 anos para as mulheres). Os trabalhadores a tempo parcial representavam 5,8% dos efectivos (132 pessoas, das quais 120 mulheres).

Projeto de Neutralidade de Género

O Grupo aplica uma política de remuneração, que inclui componentes fixas e variáveis, assente em princípios de igualdade de oportunidades e de não discriminação.

Para reforçar este compromisso e sensibilizar toda a organização, o Projeto de Neutralidade de Género continuou em 2023, aderindo às orientações definidas pela Autoridade Bancária Europeia.

No centro do projeto estão iniciativas destinadas a garantir a neutralidade do género nas políticas de recrutamento, no planeamento da sucessão, nas oportunidades de desenvolvimento e crescimento e nas políticas de compensação.

Estas iniciativas implicam a definição de objectivos de melhoria para os indicadores-chave de desempenho (KPI), cabendo à família de profissionais de RH a tarefa de conseguir um recrutamento equilibrado em termos de género e de implementar práticas de remuneração neutras em termos de género

Para o efeito, foram lançadas várias iniciativas, incluindo a definição de objectivos de melhoria para os principais KPI, com tarefas específicas atribuídas à família de profissionais de RH, como o recrutamento equilibrado em termos de género e a remuneração neutra em termos de género.

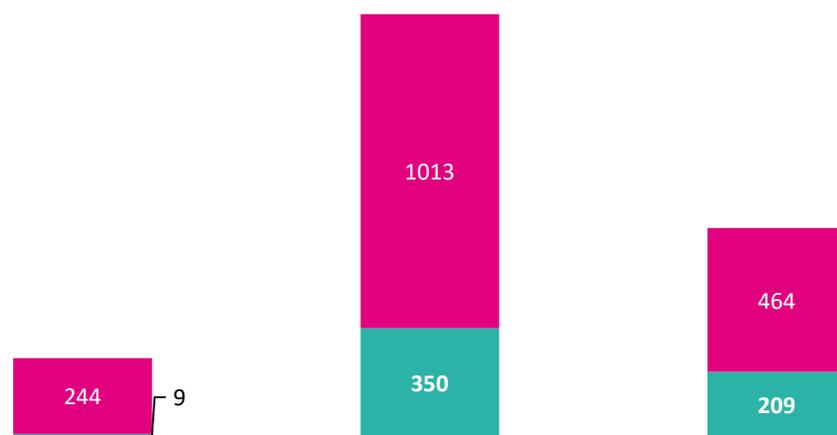
Antiguidade na empresa por género



M 2023/12/31 F 2023/12/31 M 2022/12/31 F 2022/12/31

■ menos de 3 anos ■ de 3 a 5 ■ de 6 a 10 ■ de 11 a 20 ■ de 21 a 30 ■ até 31 anos

Idade por categoria

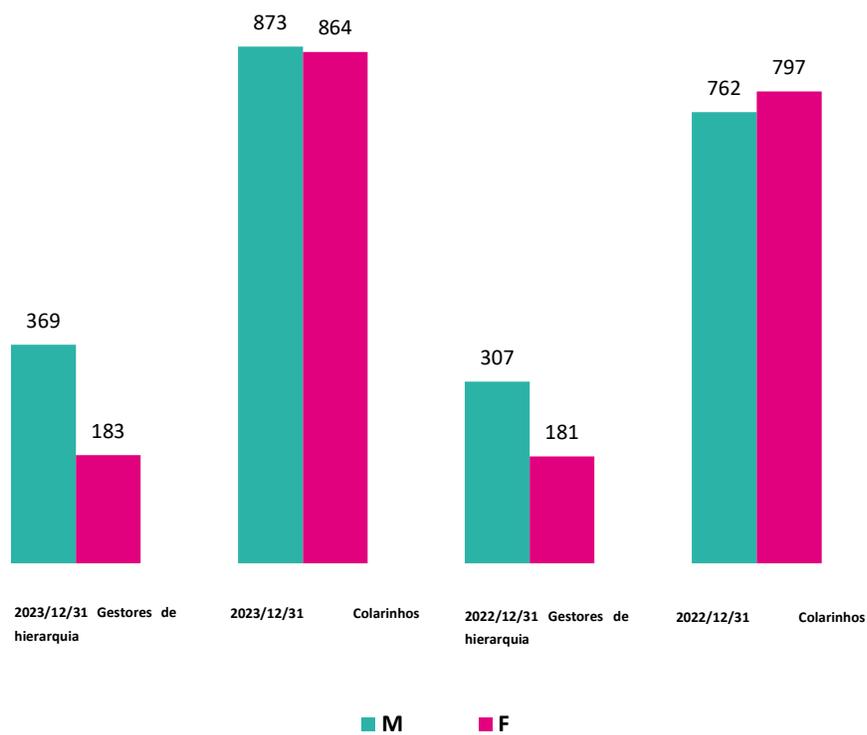


12/2023 < 30 12/2023 30 - 50 12/2023 > 50

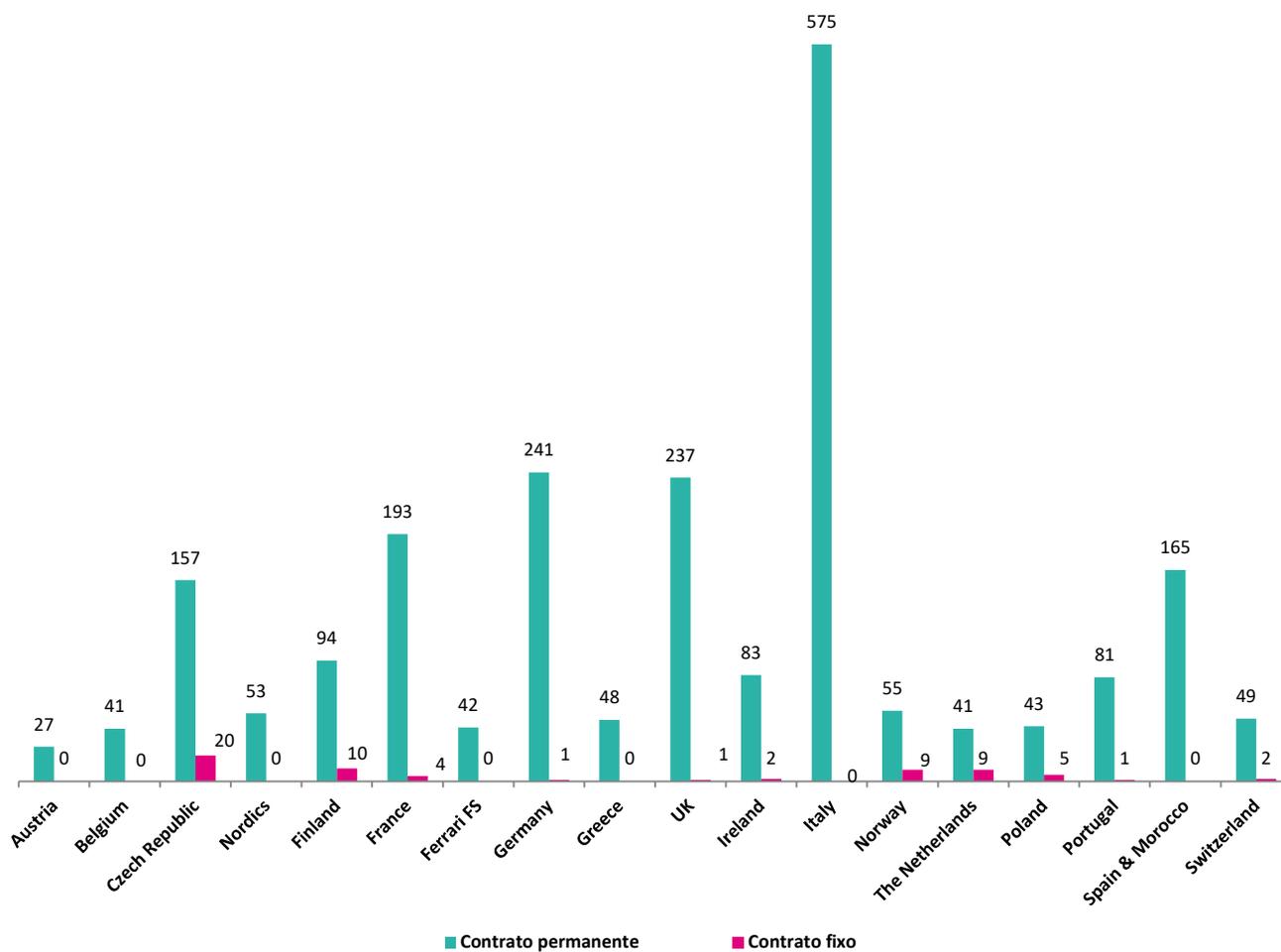
■ Colarinhos brancos ■ Gestores de hierarquia

Nível hierárquico

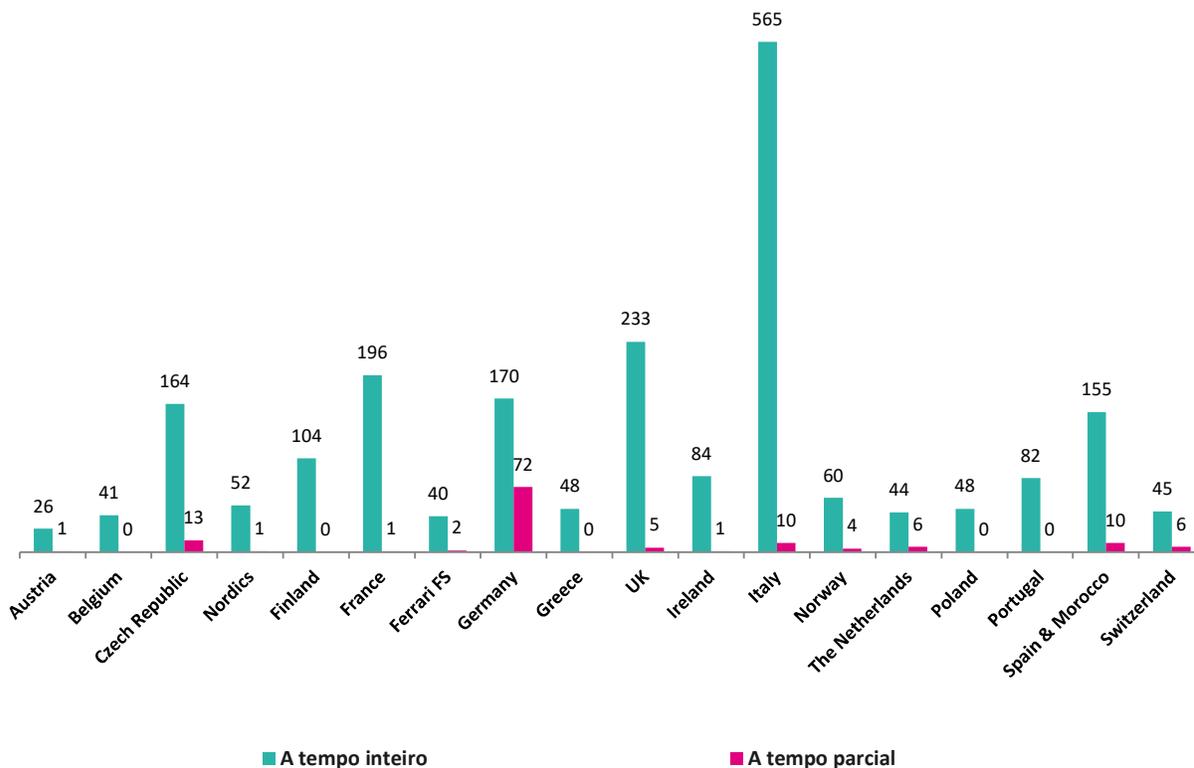
24,1 % dos efectivos têm responsabilidades de supervisão.



Repartição do pessoal por zona geográfica e tipo de contrato (permanente/termo certo)



Repartição do pessoal por zona geográfica e contrato a tempo inteiro/parcial



Formação e desenvolvimento do capital humano

Em 2023, as despesas de formação em percentagem das despesas totais do Grupo mantiveram-se a um nível adequado, com uma ênfase consistente no controlo de custos. A preferência pela formação online manteve-se, com mais de 1890 dias de formação ministrados em todo o Grupo, com uma média de 7,4 horas por colaborador.

	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021
N.º de trabalhadores formados	1,919	1,462	1,890
- dos quais mulheres	892	680	958
- dos quais os homens	1,027	782	932
N.º de participantes em cursos (sessões de formação por trabalhador)	5,539	3,234	4,921
- dos quais mulheres	2,479	1,622	2,528
- dos quais os homens	3,060	1,612	2,393
N.º total de horas de formação	24,494	15,145	17,902
- dos quais mulheres	12,031	7,625	8,659
- dos quais os homens	12,463	7,520	9,243
N.º de horas médias por trabalhador	11	7.4	7.3
- dos quais mulheres	9.7	7.8	7.3
- dos quais os homens	11.9	7	7.3

Pistas de desenvolvimento da gestão

Desempenho Liderança Gestão

Através do processo "PLM" (Performance & Leadership Management), o Grupo CA Auto Bank assegura um alinhamento coeso entre a conduta individual e os objectivos anuais e de longo prazo da Empresa e dos accionistas. O processo PLM promove uma comunicação transparente e bidirecional com os colaboradores, permitindo-lhes compreender como as suas contribuições afectam os resultados da organização. Fomenta um compromisso partilhado para atingir eficazmente os objectivos acordados e oferece apoio adequado para o aperfeiçoamento e desenvolvimento pessoal.

A metodologia "PLM" assenta em duas dimensões essenciais: a focalização nos objectivos e nos respectivos resultados, e a ênfase nas competências e na conduta individuais, para responsabilizar os membros da equipa e envolvê-los ativamente no seu crescimento profissional.

Em 2023, o CEO e o Diretor-Geral e todos os responsáveis por riscos materiais participaram no PLM, juntamente com o resto da população da empresa, para alinhar os objectivos estratégicos com os indivíduos.

Em 4 das 5 empresas recentemente adquiridas, está em vigor um sistema de avaliação alargado a todos os trabalhadores.

População avaliada durante o ano	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021
Gestores	95.11%	96.11%	99.28%
Mulheres	96.72%	95.58%	99.02%
Homens	94.31%	96.42%	99.43%
Pessoal administrativo	78.87%	91.53%	95.13%
Mulheres	76.62%	93.73%	95.73%
Homens	81.10%	89.24%	94.48%

Segurança social, emprego e diálogo com os parceiros sociais

O Grupo apoia políticas justas de maternidade, paternidade e adoção que encorajam os empregados a equilibrar as responsabilidades parentais com as suas carreiras. Embora os requisitos da legislação laboral possam variar de país para país, a licença parental é concedida a todos os colaboradores na medida do necessário para cumprir os regulamentos locais. Em alguns países, o Grupo excede os requisitos locais com políticas específicas. O regresso ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental são dois indicadores-chave da capacidade do Banco, a médio e longo prazo, de proporcionar aos empregados oportunidades de crescimento na carreira e de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. A saúde financeira é também um aspeto importante do equilíbrio entre a vida profissional e familiar. Em Itália, uma iniciativa denominada Conto Welfare permite que os colaboradores convertam parte do seu rendimento antes de impostos numa conta de despesas que pode ser utilizada para uma vasta gama de benefícios ou serviços de saúde, bem-estar, assistência, educação e reforma. Para além do benefício fiscal, a empresa contribui com mais 5% a 10% para a sua conta de despesas.

Bem-estar e segurança dos trabalhadores

Gestão de recursos humanos

No que se refere à gestão dos recursos humanos, foram realizadas durante o ano as actividades abaixo indicadas.

Desenvolvimento organizacional

As actividades destinadas a melhorar a supervisão central de vários processos relacionados com a gestão dos recursos humanos e os mecanismos de governação prosseguiram em 2023. A tónica foi colocada nas seguintes actividades principais:

- A revisão da estrutura organizacional de primeiro nível da CA Auto Bank Holding para se estabelecer como um ator pan-europeu independente e multimarcas no sector do financiamento e da mobilidade no âmbito do Crédit Agricole Consumer Finance. Isto envolveu o agrupamento numa unidade de negócios das actividades e do pessoal do departamento FCA Brands HQ & Italia e a consequente venda à Stellantis Financial Services Italy.
- Integração das actividades de Financiamento e Crédito no mercado italiano nos departamentos de Financiamento e Crédito da sede do CA Auto Bank, com vista a otimizar a coordenação das actividades.
- A transferência da responsabilidade pelo Novo Produto Bancário (anteriormente gerido pelo mercado italiano) para a entidade de primeiro nível do CA Auto Bank "Sales & Marketing and CSR".
- Lançamento da nova organização da Drivalia, incluindo a criação de entidades de sede e coordenação funcional nos mercados externos, reportando hierarquicamente ao Country Manager do CA Auto Bank.
- Conclusão das actividades nos Países Baixos para a aquisição da Findio N.V. pela CA Auto Finance Nederland B.V., uma filial da CA Consumer Finance Nederland B.V., à CA Consumer Finance Nederland B.V. em fevereiro de 2023, e o subsequente início da transferência de todos os activos e trabalhadores através da fusão de todos os activos e trabalhadores com e na CA Auto Finance Nederland BV, a concluir em 1 de janeiro dest, 2024.

A aquisição, em 1 de agosto dest, 2023, de:

- Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. (anteriormente Leaseplan Czech Republic)
- Fleet Insurance Plan (República Checa) controlado por Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.
- Drivalia Lease Finland Oy (anteriormente Leaseplan Finland Oy)
- Drivalia Lease Ireland Ltd (anteriormente ALD Automotive)
- Drivalia Lease Norge AS (anteriormente ALD Automotive AS)

Do ponto de vista das relações laborais, chama-se a atenção para o novo Acordo Coletivo de Trabalho Específico (CCSL) em Itália para o período 2023-2026. Este acordo reforça a abordagem participativa, permitindo que os trabalhadores partilhem o sucesso da empresa através do fator de remuneração baseado na eficiência, avaliado anualmente. Além disso, continuamos empenhados em iniciativas de bem-estar empresarial e de trabalho remoto.

Em termos de comunicação interna, a distribuição da revista do CA Auto Bank, de periodicidade semestral e distribuída online a todos os colaboradores do Grupo, continuou...

Saúde e segurança no trabalho

Todas as empresas do Grupo cumprem rigorosamente as leis e os regulamentos em matéria de segurança no trabalho. No mercado italiano, o CA Auto Bank S.p.A. adopta uma abordagem sistemática para gerir os riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores, seguindo as seguintes etapas fundamentais

- Avaliação dos riscos;
- Identificação e preparação de medidas de prevenção e proteção;
- Action Plan, para melhorar continuamente os níveis de segurança ao longo do tempo;
- Implementação das acções delineadas no programa de melhoria da segurança;
- Preparação de programas de informação e formação dos trabalhadores;
- Gestão do risco residual.

O CA Auto Bank S.p.A., na qualidade de empregador, trabalha em colaboração com o Responsável pelo Serviço de Prevenção e Proteção e os Médicos Competentes para garantir um ambiente de trabalho seguro. Juntos, preparam e actualizam regularmente o documento de avaliação dos riscos. A última actualização foi concluída em 31 de agosto dest, 2023.

Além disso, a avaliação de riscos e o documento associado são prontamente actualizados sempre que ocorrem alterações significativas na organização da empresa que possam ter impacto na exposição dos trabalhadores aos riscos. Adicionalmente, a avaliação bienal do risco de stress relacionado com o trabalho é cuidadosamente tida em consideração durante o processo de actualização.

Stress relacionado com o trabalho

O CA Auto Bank S.p.A. avalia o stress relacionado com o trabalho, a menos que haja alterações substanciais no processo de produção ou na organização do trabalho que possam afetar a saúde e a segurança dos trabalhadores. A última atualização da avaliação do stress relacionado com o trabalho teve lugar em julho de 2023, indicando que o nível de risco se situa na área verde (risco não significativo).

Formação dos trabalhadores em matéria de saúde e segurança

Todas as partes (gestores, supervisores, responsáveis pela segurança, representantes da segurança dos trabalhadores, pessoal de emergência e de primeiros socorros) envolvidas a vários níveis no sistema de gestão preventiva e permanente da segurança recebem formação adequada para o desempenho das suas funções. Os gestores/supervisores/trabalhadores e os representantes da segurança dos trabalhadores recebem cursos básicos, específicos e de atualização em e-learning, enquanto o pessoal de primeiros socorros e de evacuação recebe formação presencial de instrutores externos.

A formação é efectuada durante o horário de trabalho remunerado e é avaliada através de testes finais.

Todos os documentos de formação (registo de presença, teste final e certificados) são armazenados eletronicamente no gabinete do Serviço de Prevenção e Proteção .

Acidentes de trabalho

Durante o período em análise, ocorreram 13 acidentes no Grupo (incluindo 8 acidentes relacionados com o trabalho), dos quais 3 ocorreram em Itália (incluindo 2 acidentes relacionados com o trabalho).

Nenhum dos acidentes teve um impacto significativo na vida e na saúde dos trabalhadores.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Colectiva (DPC) não são fornecidos nas actividades de trabalho do Grupo (empregados do terminal vídeo).

Saúde e segurança no trabalho

Taxa de acidentes	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2021
Número de acidentes ocorridos no trabalho	8	12	2
Índice de frequência igual a [(número de acidentes* 1 milhão) / (horas pagas pelos trabalhadores regulares, incluindo as horas regulares e as horas extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores, e excluindo as principais causas de ausência, férias, dias de doença, períodos de subsídio de desemprego, etc.)]= 4 370 334	2%	3,47%	0,46%

Detalhe dos acidentes por mercado	12/31/2023	12/31/2022	13/31/2021
França	3	3	1
Alemanha	-	-	-
Itália	2	1	2
Portugal	1	1	-
Espanha e Marrocos	2	5	-
REINO UNIDO	-	2	-
Total	8	12	3

Direitos do Homem

Tópicos relevantes

Diversidade, igualdade de oportunidades e direitos humanos

O respeito pelos direitos fundamentais das pessoas é um fator importante para o Grupo CA Auto Bank no seu papel de intermediário e na cadeia de valor que envolve não só as partes interessadas do Grupo, mas sobretudo os seus colaboradores.

Todas as empresas do Grupo respeitam e trabalham para garantir o direito à diversidade e à igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores.

Para o Grupo CA Auto Bank, o Código de Conduta (doravante designado por "Código") é um instrumento importante para assegurar um ambiente de trabalho que incorpora os mais elevados padrões éticos de conduta empresarial. Com efeito, o Código inclui uma secção específica dedicada às questões sociais e ambientais e fornece orientações para prevenir e reparar o tratamento discriminatório, manter a diversidade e a igualdade dos sexos e apoiar a luta contra o assédio. Além disso, dois princípios são especificamente dedicados a garantir a implementação de uma estratégia de proteção ambiental e de apoio à comunidade.

O sistema de integridade do CA Auto Bank constitui assim a base da governação empresarial do Grupo e inclui um quadro crítico de princípios, políticas e procedimentos.

O sistema de denúncia de irregularidades permite comunicar violações do Código e de quaisquer outras normas, leis e regulamentos (nacionais e comunitários) aplicáveis às empresas do Grupo (ou seja, filiais e sucursais). De facto, em conformidade com as disposições da Circular n.º 285 do Banco de Itália, este sistema permite que os colaboradores comuniquem actos ou factos que possam constituir uma violação das regras do Banco.

O Código de Conduta do Grupo CA Auto Bank formaliza e estabelece claramente o compromisso de todas as empresas do Grupo de tratar as denúncias dos trabalhadores de forma a que estas sejam cuidadosamente analisadas e devidamente investigadas. O pessoal designado para analisar tais denúncias deve, antes de mais, avaliar as alegadas violações do Código ou de outros regulamentos aplicáveis. Para além disso, deve também dar a devida atenção a quaisquer outras expressões de preocupação ou relatos de problemas levantados pelos trabalhadores, uma vez que estas são também circunstâncias que devem ser devidamente investigadas. Por último, a investigação pode ser conduzida com a assistência de pessoal qualificado ou de peritos na matéria, se tal for considerado necessário. Se for detectada e comprovada uma conduta incorrecta, serão tomadas as medidas correctivas necessárias e adequadas, independentemente do nível ou da posição hierárquica do pessoal envolvido. Todos os casos investigados são acompanhados até à sua resolução final.

A confidencialidade é um princípio fundamental, e as denúncias podem ser feitas de forma anónima, sujeitas a certas limitações impostas pelos regulamentos locais. Todas as informações fornecidas e a identidade do denunciante serão partilhadas, com base no princípio da necessidade de conhecimento, com os responsáveis pela avaliação da denúncia, pela investigação da potencial violação e pela tomada de medidas correctivas.

Não são permitidas ou toleradas retaliações de qualquer tipo: O CA Auto Bank Group proíbe expressamente que qualquer membro da Empresa se envolva em quaisquer actos ou atitudes vingativos ou discriminatórios para com aqueles que fizeram uma denúncia ou cooperaram na investigação. Qualquer pessoa que retalie contra esses indivíduos será objeto de uma ação disciplinar, que pode ir até ao despedimento. Com efeito, os princípios básicos que orientam a conduta do Grupo proíbem, em relação a qualquer colaborador, qualquer forma de despromoção, despedimento, suspensão, ameaça, assédio, coação para tomar determinadas medidas ou intimidação em resultado da comunicação, de boa fé, de um comportamento antiético ou da participação numa investigação de factos ou actos contrários ao Código.

O Grupo CA Auto Bank partilha os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas ("ONU"), das Convenções da Organização Internacional do Trabalho ("OIT") e das Directrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE") para as Empresas Multinacionais, incorporando-os no seu Código de Conduta.

Não foram identificados quaisquer casos de discriminação durante o ano.

O Grupo aplica estruturalmente políticas de igualdade de oportunidades e de indemnização não discriminatória (fixa e variável).

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ainda no segundo semestre de 2023, a área de Tecnologias de Informação e Comunicação continuou a trabalhar para reforçar a sua estratégia de digitalização e diversificação de produtos. Tais atividades incluíram:

-
- A consolidação e a expansão da plataforma de comércio eletrónico, que permite responder a novos clientes e oferecer uma abordagem dinâmica e integrada da gestão da componente contratual. Isto foi possível através da aplicação Calculadora Financeira 3.0, que permite o cálculo eficiente de propostas de financiamento para a compra de viaturas, e do onboarding remoto de clientes através da aplicação que gere o carregamento remoto de documentos, o reconhecimento de vídeo e a assinatura remota. A plataforma garante que os clientes podem aceder aos serviços a partir de qualquer dispositivo, tornando o processo de compra de veículos e a sua finalização, contínuo e imediato.
 - Continuação do desenvolvimento e expansão dos produtos da plataforma Payment Gateway que permite ao CA Auto Bank suportar soluções de pagamento digital comparáveis às dos melhores fornecedores mundiais, bem como introduzir opções de pagamento inovadoras como o Instant Credit e o Buy Now Pay Later e, em França, o Instant Credit. Esta solução de pagamento digital foi integrada, no final de maio, na nova plataforma Drivalia Planet para a gestão dos processos de Car Sharing, Aluguer de Curta Duração e Assinaturas.
 - A conclusão bem sucedida do roteiro de business intelligence e a produção da componente Cross Market na nova plataforma de Data Warehouse da empresa. Em 2023, foram também realizadas iniciativas para melhorar a qualidade dos dados e a informação aos accionistas.
 - A implementação da plataforma Salesforce Customer Care e CRM Salesforce foi totalmente efectuada, alargando a sua cobertura aos últimos mercados europeus.

Em todos os mercados europeus, existe uma forte sinergia de colaboração com a sede do CA Auto Bank, trabalhando ativamente em conjunto em projectos de comércio eletrónico, gateway de pagamento e CRM.

Em certos mercados estrangeiros, foi prosseguida a abordagem por clusters para a modernização dos sistemas de gestão e de contabilidade. Especificamente, a solução CRFS foi consolidada com sucesso nos mercados de Portugal e Espanha. Na Dinamarca, a plataforma Triton foi lançada, com a transição para a produção realizada em setembro de 2023.

Relativamente às operações da Drivalia, foi lançada no mercado italiano, no final de maio, a primeira versão da plataforma Planet Pan-European para a gestão dos processos de Car Sharing, Aluguer de Curta e Média Duração e Subscrição. Esta plataforma inclui todas as componentes de gestão, web e app. Os lançamentos subsequentes foram realizados em dezembro de 2023, enquanto o lançamento final está previsto para fevereiro de 2024.

O percurso da automatização de processos no mundo do CA Auto Bank e da Drivalia está em contínua expansão, especialmente no domínio da RPA (Robotic Process Automation). Esta expansão reforça o plano

estratégico de automatização de tarefas repetitivas em várias áreas operacionais, conduzindo a processos otimizados e à reafecção de funcionários da empresa a actividades de maior valor acrescentado.

Além disso, no âmbito da gestão da cisão entre o CA Auto Bank e a Stellantis, foram iniciadas análises de impacto, para tratar especificamente de questões de infraestrutura, rede e autenticação de clientes.

O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Para garantir uma abordagem de gestão sã e prudente, o Grupo CA Auto Bank integra perfeitamente a rendibilidade, a assunção de riscos informada e uma conduta empresarial ética.

Para tal, o Grupo estabeleceu um sistema de controlo interno eficaz, que identifica, avalia e reduz continuamente os riscos associados às suas operações. Este sistema envolve os órgãos sociais, as funções de controlo, os comités, o Conselho de Fiscalização, a direcção e todo o pessoal.

Para supervisionar os controlos internos de forma abrangente, o Grupo baseia-se numa supervisão centralizada liderada por departamentos dedicados, nomeadamente Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente, Conformidade e Relações de Supervisão e Protecção de Dados. Estes departamentos funcionam independentemente uns dos outros em termos organizacionais, mas mantêm fortes ligações com as unidades correspondentes nas filiais. Nomeadamente, os departamentos "Compliance, Relações de Supervisão e Protecção de Dados" e "Risco e Controlo Permanente" reportam directamente ao CEO e ao Director-Geral (CEO&GM), enquanto o departamento de Auditoria Interna reporta directamente ao Conselho de Administração.

Em termos operacionais, o Grupo CA Auto Bank implementa três tipos de controlos:

- **Controlos de primeiro nível**, que se centram nas operações quotidianas e nas transacções individuais, verificando o seu bom desenrolar. Estão integrados nos procedimentos informáticos ou são efectuados por estruturas operacionais;
- **Os controlos de segundo nível**, que se destinam a garantir a correcta definição e implementação do processo de gestão dos riscos, a conformidade das operações comerciais com a regulamentação em vigor e a eficácia, segurança e coerência das actividades operacionais, bem como o cumprimento das regras e regulamentos internos e externos. Estes controlos são geridos por departamentos dedicados, tais como "Risco e Controlo Permanente" e "Conformidade, Relações de Supervisão e Protecção de Dados", que estão separados das unidades operacionais.
- **Controlos de terceiro nível**, realizados pelo departamento de auditoria interna para identificar tendências anormais, detetar violações de procedimentos e regulamentos e avaliar o funcionamento do sistema global de controlo interno.

O processo de informação financeira

Este parágrafo descreve as "principais características dos actuais sistemas de gestão de riscos e de auditoria interna no que diz respeito ao processo de informação financeira", nos termos do art. 123. 123-bis, n.º 2, alínea b), da Lei consolidada das finanças.

Os Administradores do CA Auto Bank S.p.A. são responsáveis pela manutenção de um sistema de controlo interno em conformidade com os critérios definidos no "Internal Control - Integrated Framework" emitido pelo COSO ("Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission").

O Sistema de Controlo Interno sobre o relato empresarial é um processo que, envolvendo várias funções empresariais, garante a fiabilidade do relato financeiro, a fiabilidade das demonstrações financeiras e o cumprimento das regras e regulamentos.

A supervisão da contabilidade e da informação financeira é efectuada pelo Diretor Financeiro do Grupo e baseia-se em

- a adequação dos processos e procedimentos utilizados para efeitos de elaboração dos relatórios financeiros e de qualquer outra divulgação financeira;
- o acompanhamento das arquitecturas e aplicações informáticas, nomeadamente no que se refere à gestão do tratamento dos dados e às acções empreendidas para desenvolver os sistemas de síntese utilizados para a informação financeira;
- a exaustividade e a coerência das informações prestadas ao mercado.

Em 2012, a Empresa iniciou uma revisão completa do sistema de controlo interno relacionado com a preparação dos relatórios financeiros (ICFR ou "Controlo Interno sobre o Relato Financeiro"), de modo a garantir a fiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Ao longo dos anos, os principais processos referentes às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram incluídos no ICFR, tendo sido efectuada a definição e avaliação dos controlos de forma a garantir uma cobertura adequada dos riscos associados e a mitigar a possibilidade de ocorrência de erros significativos no relato financeiro.

Atualmente, a matriz de controlo de riscos é composta por 6 macroprocessos, num total de 148 controlos, 25 dos quais se referiam especificamente às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Função de controlo

Auditoria interna

O departamento de Auditoria Interna é responsável pelos controlos de terceiro nível. Com base num plano anual apresentado ao Conselho de Administração para aprovação, verifica a adequação do sistema de controlo interno e fornece ao Conselho de Administração e à Direção uma avaliação profissional e imparcial da eficácia dos controlos internos.

O chefe da auditoria interna é responsável por

- Preparar o plano de auditoria com base em avaliações de risco periódicas e coordenar as actividades de auditoria;
- Apresentar relatórios regulares sobre os resultados e a evolução do plano de auditoria ao Conselho de Administração, à Comissão de Riscos e Auditoria, à Comissão de Controlo Interno e ao Conselho Fiscal;
- Realização de auditorias internas, pelo menos anualmente, do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) para garantir a conformidade com os requisitos regulamentares e realização de revisões periódicas do processo de avaliação de risco individual.

O processo de auditoria envolve o mapeamento anual de riscos ao nível das empresas individuais, utilizando uma metodologia padronizada emitida pela empresa-mãe. Para as subsidiárias sem departamentos locais de Auditoria Interna, o mapeamento de riscos é efectuado a nível central.

O acompanhamento dos resultados das actividades de auditoria a empresas individuais inclui a elaboração de relatórios trimestrais sobre os resultados:

- Progresso do plano de auditoria e explicações para eventuais desvios;
- Relatórios de auditoria publicados no trimestre em causa que apresentavam uma classificação global de "fraco" ou "crítico" num resumo;
- Estado de aplicação das recomendações emitidas e dos respectivos planos de ação.

Risco e controlo permanente

A missão do departamento é identificar, medir e gerir os riscos, bem como supervisionar a implementação das orientações do Grupo em termos de gestão de riscos, gerindo também diretamente os controlos permanentes de segundo nível.

As actividades de Risco e Controlo Permanente (R&PC) destinam-se a

- Desenvolver e estabelecer as orientações do Grupo em matéria de gestão dos riscos e de controlo permanente;
- Promover uma forte cultura de risco a todos os níveis da organização;
- Identificar e avaliar vários tipos de risco, com exceção dos riscos de conformidade, que são tratados por um departamento de controlo específico;
- Monitorizar a exposição do Grupo a diferentes tipos de risco (RAF - Risk Appetite Framework);
- Colaborar com outros departamentos envolvidos no processo de gestão do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process), do ILAAP (Internal Liquidity Adequacy Assessment Process) e do Plano de Financiamento de Contingência;
- Assegurar a comunicação eficaz das informações relacionadas com o risco a outras funções da empresa, aos órgãos sociais e à direção;
- Colaborar com os outros departamentos de controlo do Grupo (Conformidade e Auditoria Interna) para assegurar um acompanhamento exaustivo de todo o âmbito do controlo interno;
- Emitir pareceres independentes sobre transacções importantes;
- Coordenar a estratégia de risco do Grupo, emitindo pareceres próprios e verificando a sua aplicação efectiva.

O diretor do departamento de R&PC é igualmente responsável pelo plano de continuidade das actividades. O departamento de R&PC está representado em cada empresa do Grupo pela sua própria pessoa de contacto local.

A supervisão das empresas do Grupo é efectuada por:

- Fornecer orientações a nível do Grupo sobre a gestão do risco e os controlos de segundo nível;

-
- Monitorizar a eficácia dos planos de controlo locais e o perfil de risco local (RAF);
 - supervisionar o processo de elaboração do orçamento anual, assegurando o alinhamento com a apetência pelo risco do Grupo.

Os resultados dos controlos de segundo nível efectuados pelo departamento "Risco e Controlo Permanente" são apresentados trimestralmente no Comité de Controlo Interno (CCI) e comunicados anualmente no Relatório de Controlo Interno (RCI). Em contrapartida, o perfil de risco do Banco é apresentado no Comité de Risco Interno do Grupo (GIRC).

Conformidade, relações de supervisão e proteção de dados

A função de Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados (CSR&DP) funciona como uma função de controlo de segundo nível, orientada por princípios de independência, autoridade, autonomia e adequação dos seus recursos. A função engloba as seguintes áreas-chave de especialização:

- **Conformidade:** A RSE e a PD concentram-se na supervisão do risco de incumprimento, que envolve potenciais sanções legais ou administrativas, perdas financeiras ou danos à reputação decorrentes de infracções às leis ou às disposições de autorregulação. Esta dedicação à proteção do Banco contra potenciais sanções garante que o Banco adere diligentemente às regras aplicáveis e aos princípios de autorregulação descritos no código de conduta. Ao defender o cumprimento das normas, a RSE&DP dá prioridade aos interesses dos clientes e visa preservar o inestimável ativo da confiança, atenuando simultaneamente os riscos para a reputação.
- **Relações de controlo:** Nesta área, a CSR&DP dedica-se a gerir eficazmente as relações com as autoridades de supervisão italianas e supranacionais. Através de reuniões periódicas e relatórios abrangentes, assegura a comunicação transparente das iniciativas e projectos do Grupo. Além disso, desempenha um papel vital na coordenação das interações com as Autoridades de Supervisão locais, monitorizando e reportando diligentemente as inspecções, bem como implementando quaisquer planos de ação necessários.
- **A proteção de dados,** neste domínio, centra-se na salvaguarda dos dados pessoais e na garantia da sua proteção adequada. A equipa define funções e responsabilidades claras para facilitar a gestão adequada dos dados, de acordo com as necessidades específicas e as características únicas da Empresa.

O chefe do departamento é também o responsável pela luta contra o branqueamento de capitais, o responsável pela denúncia de irregularidades, o responsável pela conformidade antitrust e foi nomeado responsável pela proteção de dados (DPO) em 25 de setembro de 2020.th, 2020; é também responsável pela comunicação de transacções suspeitas e é membro do Conselho de Fiscalização da empresa.

A CSR&DP efectua um levantamento anual dos riscos de conformidade para identificar potenciais riscos de não conformidade, seguido de um acompanhamento diligente através de um plano de actividades e controlos. Este plano abrangente inclui:

- Controlos para avaliar a eficácia dos processos e procedimentos existentes em conformidade com os regulamentos locais e a política do Grupo.
- Participação em vários projectos, actividades e iniciativas, em curso ou recém-iniciados, para garantir a conformidade desde o início.

-
- Organizar acções de formação para incutir uma cultura de risco coesa e abrangente entre todos os funcionários e colaboradores.

Os resultados destes controlos são meticolosamente documentados e partilhados com os respectivos gestores de área, permitindo o desenvolvimento de planos de ação para reforçar o controlo dos riscos de não-conformidade enfrentados pela Empresa.

A função de RSE&DP é transversal à Sociedade-mãe e estende a sua coordenação e supervisão às sucursais e filiais nos mercados estrangeiros, bem como ao Grupo Drivalia.

Comités do Conselho de Administração

Comité de Risco e Auditoria

O Comité de Risco e Auditoria (CCR) desempenha um papel fundamental no apoio ao Conselho de Administração no que diz respeito à gestão do risco, aos controlos internos e à observância das normas contabilísticas, tanto para as demonstrações financeiras individuais como para as consolidadas, em conformidade com as disposições de supervisão relativas ao governo das sociedades.

Especificamente, o Comité apoia o Conselho de Administração nos domínios da gestão e do controlo dos riscos

- Definir e aprovar orientações estratégicas e políticas de governação do risco. No âmbito do Quadro de Apetência pelo Risco (RAF), o Comité fornece uma avaliação crítica e propostas que permitem ao Conselho de Administração estabelecer objectivos de risco ("Apetência pelo Risco") e limiares de tolerância ("Tolerância ao Risco");
- Verificar a aplicação efectiva das políticas de governação do risco e das estratégias da RAF;
- Formulação de políticas e processos de avaliação das actividades empresariais;
- Analisar e fornecer previamente informações sobre o plano de auditoria, os programas de actividades das funções de controlo de segundo nível e os relatórios periódicos das funções de controlo da empresa que são apresentados ao Conselho de Administração;
- Assegurar a eficácia das funções de controlo do risco empresarial, dos procedimentos de controlo interno e dos fluxos de informação, a fim de garantir que o Conselho de Administração receba informações exactas e completas.

O Conselho de Administração, sem prejuízo das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelos regulamentos, designou o Comité de Risco e Auditoria como o principal comité responsável pela formulação de recomendações, aconselhamento e realização de investigações para apoiar o Conselho de Administração no cumprimento dessas responsabilidades.

Além disso, o Comité de Risco e Auditoria apoia o Conselho de Administração na supervisão dos riscos ASG, em particular no que respeita aos riscos climáticos e ambientais e ao seu impacto na estratégia e nas operações do Banco.

No âmbito do seu papel consultivo junto do Conselho de Administração, a Comissão de Riscos e Auditoria assume a responsabilidade de acompanhar a evolução dos programas de sustentabilidade social e ambiental

iniciados e implementados pela gestão. Assegura que estas iniciativas estão alinhadas com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração e avalia o seu nível de execução. Para o efeito, a comissão mantém uma comunicação regular com as funções corporativas relevantes e promove um diálogo contínuo com o Conselho Fiscal, analisando cuidadosamente as suas conclusões e sugestões resultantes das suas actividades de supervisão do cumprimento das disposições legais neste domínio. Se necessário, a Comissão de Riscos e Auditoria apresenta propostas aos órgãos de gestão e de supervisão estratégica, incluindo o Presidente da Comissão Executiva e o Conselho de Administração.

O Comité é composto por dois Administradores Independentes e um Administrador Não-Executivo. As reuniões contam ainda com a presença de um membro do Conselho Fiscal e do Diretor de Auditoria Interna, que secretaria as reuniões. Em casos específicos, os responsáveis pelas funções de controlo de segundo nível e a administração da Empresa podem ser convidados a participar, contribuindo com a sua experiência e conhecimentos sobre temas relevantes em análise pela Comissão.

Comité de Nomeação

De acordo com as disposições de supervisão do governo das sociedades, a Comissão de Nomeações desempenha um papel crucial no apoio ao Conselho de Administração em vários processos importantes. Estes incluem a nomeação ou a cooptação de administradores, a autoavaliação do Conselho de Administração, o planeamento da sucessão do CEO e do Diretor-Geral e do Presidente do Conselho de Administração, bem como o planeamento da sucessão e a atribuição de cargos para funções-chave de gestão de topo.

Criada em 23 de março derd, 2016, por deliberação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeações é composta por três administradores não executivos, dois dos quais são independentes.

O Comité é presidido por um administrador independente. Em caso de ausência do Presidente, o Comité é presidido pelo outro administrador independente.

Comité de Remunerações

Em conformidade com as disposições de supervisão do governo das sociedades, o Comité de Remunerações desempenha funções consultivas e de aconselhamento do Conselho de Administração do Grupo CA Bank no que se refere às práticas e políticas de remuneração e de incentivos.

Em particular, o Comité, após consulta do CEO e do Diretor-Geral, apresenta propostas ao Conselho de Administração sobre incentivos, o documento relativo à política de remuneração e o relatório detalhando a sua aplicação (divulgação ex-post). Estas propostas são depois submetidas à aprovação anual da Assembleia Geral de Accionistas.

Criada em 23 de março de²⁰¹⁶, na sequência de uma deliberação do Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações é composta por três administradores não executivos, dois dos quais são independentes.

O Comité é presidido por um administrador independente. Em caso de ausência do Presidente, o Comité é presidido pelo outro administrador independente.

Outros comités envolvidos no sistema de controlo interno

Para completar e complementar o SCI, o Grupo dispõe, para além das Funções de Controlo e das Comissões do Conselho de Administração, das seguintes comissões

Comité de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI) desempenha um papel vital na prestação de informações essenciais ao CACF sobre o sistema de controlo interno. Além disso, a Comissão presta apoio ao Presidente da Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Risco e Auditoria nas suas respectivas funções relativas ao sistema de controlo interno.

Os principais objectivos do ICC incluem:

- Acompanhamento das conclusões e dos planos de ação resultantes das actividades de controlo interno;
- Analisar quaisquer questões e situações relacionadas com o sistema de controlo interno;
- Controlo das ocorrências de fraude e avaliação da eficácia das medidas de prevenção.

O CCI reúne-se trimestralmente, com a participação de representantes do CACF.

Durante estas reuniões, o comité apresenta igualmente as conclusões e recomendações resultantes das inspecções realizadas pelas autoridades de controlo locais.

Além disso, a presença do CEO e do Diretor-Geral completa o processo de comunicação a montante do sistema de controlo interno, uma vez que o CEO é responsável pela implementação dos ajustamentos operacionais necessários em caso de deficiências ou anomalias. Deste modo, assegura-se uma visão global e integrada das conclusões dos controlos efectuados.

Comité de Risco Interno do Grupo

O Comité de Risco Interno do Grupo (GIRC) assume um papel crítico de orientação e monitorização, assegurando o funcionamento eficaz do sistema de controlo interno do Grupo na prevenção e gestão de riscos.

Ao contrário dos outros comités de controlo, as actividades do GIRC são de natureza mais analítica. Envolve uma revisão exaustiva de vários aspectos, incluindo o Risk Appetite Framework (RAF) e a Estratégia de Risco desenvolvida por cada gestor das empresas do Grupo. Estas estratégias devem estar alinhadas com a Apetência pelo Risco do Grupo e são submetidas anualmente ao GIRC, seguindo a política de Gestão de Risco do Grupo aprovada pelo Conselho de Administração.

Além disso, o GIRC tem uma composição restrita conhecida como o Comité de Novos Produtos e Actividades (NPA). O comité NPA analisa e aprova propostas de novos produtos e actividades. Também se reúne durante crises de liquidez do mercado ou do Banco, activando o plano de continuidade das actividades.

Presidido pelo CEO e pelo Diretor-Geral, o GIRC inclui os seus representantes de primeira linha e, quando necessário, os responsáveis das empresas do Grupo.

Nos casos que envolvem a NPA, os responsáveis pelas três funções de controlo interno expressam os seus pareceres com base nas suas competências específicas, assegurando uma separação clara entre as funções de gestão e de controlo.

Conselho Fiscal

Com o objetivo de evitar a responsabilidade administrativa nos termos do Decreto Legislativo 231/01, foi criado um Conselho de Supervisão (SB) tanto para a Sociedade-mãe como para a sua filial italiana, Drivalia S.p.A. A principal responsabilidade deste conselho é assegurar a implementação efectiva do "Modelo de Organização, Gestão e Controlo" e do Código de Conduta.

O Conselho de Supervisão:

- Reúne-se pelo menos trimestralmente e sempre que necessário, apresentando relatórios periódicos ao CEO, ao Diretor-Geral, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- Realiza avaliações regulares da eficácia do Modelo na prevenção de infrações previstas. Para este efeito, colabora com o Departamento de Compliance, o Departamento de Auditoria Interna e o Departamento de Risco e Controlo Permanente do CA Auto Bank, bem como com outros departamentos internos que possam ser relevantes de tempos a tempos.

O Conselho de Supervisão da Empresa-Mãe é composto por três membros, o Diretor de Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados, o Diretor de Auditoria Interna e um profissional externo com experiência em questões jurídicas, que exerce as funções de Presidente.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Principais riscos e incertezas

Os riscos específicos que podem dar origem a obrigações para a Sociedade são avaliados aquando da constituição das respectivas provisões e são referidos no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com os passivos contingentes significativos. Nesta secção, são referidos factores de risco e incerteza relacionados essencialmente com o contexto económico, regulamentar e de mercado que podem ter efeitos no desempenho da Empresa.

A situação financeira, o desempenho operacional e os fluxos de caixa da Empresa são afectados, em primeiro lugar, pelos vários factores que compõem o quadro macroeconómico em que opera, incluindo aumentos e diminuições do produto interno bruto, níveis de confiança dos consumidores e das empresas, tendências das taxas de juro, de câmbio e de desemprego.

A atividade do Grupo está principalmente ligada ao desempenho do sector automóvel, que é historicamente cíclico. Tendo em conta que é difícil prever a amplitude e a duração dos diferentes ciclos económicos, qualquer acontecimento macroeconómico (como uma quebra significativa dos principais mercados finais, a solvabilidade das contrapartes, a volatilidade dos mercados financeiros e das taxas de juro, a persistência da escassez de semicondutores) pode ter um impacto nas perspectivas do Grupo e nos seus resultados financeiros e operacionais.

O ambiente geopolítico, dominado pelo conflito Rússia-Ucrânia, para o qual esperávamos um rápido regresso à paz, foi ainda agravado pela tragédia israelo-palestiniense. Esta situação teve um impacto no ciclo económico do ano e, sem fim à vista, os efeitos da situação far-se-ão sentir ao longo de 2024, prevendo-se um baixo crescimento do PIB e uma inflação elevada.

Estas considerações não nos devem levar a um pessimismo desnecessário, mas sim reforçar a nossa determinação em agir mais do que nunca no interesse dos nossos clientes e da empresa no seu conjunto.

O Grupo CA Auto Bank respeita as leis dos países em que exerce a sua atividade. A maior parte dos processos judiciais está envolvida em litígios relativos a atrasos de pagamento por parte de clientes e concessionários no decurso das nossas actividades comerciais normais.

A nossa política em matéria de provisões para perdas com locações e empréstimos, bem como o acompanhamento rigoroso em curso, permitem-nos avaliar rapidamente os eventuais efeitos nas nossas contas.

Divulgação das subvenções públicas

As regras relativas à divulgação das subvenções públicas foram introduzidas pelo artigo 1.º, n.ºs 125-129, da Lei n.º 124/2017, com uma redação que suscitou inúmeros problemas de interpretação e aplicação.

As preocupações manifestadas pelas associações comerciais (incluindo a Assonime) foram, em grande medida, resolvidas pelo artigo 35.º 34/2019 (Decreto do Crescimento), que clarifica questões importantes em muitos casos, com o objetivo de simplificar e agilizar as regras

A lei prevê a obrigação de divulgar no anexo às demonstrações financeiras - e no anexo consolidado às demonstrações financeiras, caso exista - os montantes e as informações relativas a "subsídios, subvenções, benefícios, contribuições ou ajudas, em dinheiro ou em espécie, que não tenham carácter geral e não sejam recebidos como retribuição, remuneração ou compensação de autoridades governamentais e de outras partes identificadas" (doravante designados por "subsídios governamentais").

A ausência de tal divulgação implica uma sanção administrativa igual a 1% dos montantes recebidos, com um mínimo de 2.000 euros, e a sanção acessória de cumprimento da obrigação de divulgação. O incumprimento da obrigação de divulgação e o não pagamento da sanção pecuniária no prazo de 90 dias após a notificação implica a restituição integral dos montantes recebidos ao pagador.

Note-se que o Banco não recebeu qualquer subvenção em 2023.

Além disso, importa referir que, desde agosto de 2017, está ativo na Direção-Geral de Incentivos às Empresas do Ministério do Desenvolvimento Económico o Registo Nacional de Auxílios Estatais, no qual os auxílios estatais, incluindo os de pequeno montante, a favor de cada empresa devem ser divulgados pelas entidades que concedem ou gerem esses auxílios.

Outros aspectos

Pilar II

Para o ano de 2023, o Grupo está sujeito à obrigação de fornecer informações sobre o andamento dos trabalhos e sobre o grau de exposição do Grupo à regulamentação GloBE (aplicação da IAS 12).

A OCDE estabeleceu novas regras fiscais internacionais que visam sujeitar os grandes grupos internacionais a uma tributação adicional quando a taxa efectiva de imposto (ETR) da jurisdição onde estão estabelecidos é inferior a 15%. O objetivo destas regras é combater a concorrência entre países com base nas taxas de imposto.

Estas regras terão de ser transpostas pelos vários Estados Membros.

Na UE, foi adoptada uma diretiva europeia no final de 2022 (atualmente em fase de transposição nos vários países) que prevê 2024 como primeiro ano de aplicação das regras GloBE na UE. Nesta fase, após um primeiro cálculo de custos, os montantes estimados para o Grupo não são significativos. Se for necessário, isto resultará no reconhecimento de um imposto adicional GloBE nas contas do Grupo em 2024".

IFRS 17

Relativamente aos contratos de seguro e à aplicação da IFRS 17, consultar a "Parte A Políticas Contabilísticas parágrafo IFRS 17 - Contratos de Seguro: Efeitos da aplicação pela primeira vez para o Grupo.

O Grupo CA Auto Bank já iniciou o processo de preparação para a nova norma europeia de reporte Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), segundo a qual deverá reportar dados até 2024. A dupla análise de materialidade aí prevista envolverá todas as funções do Grupo e acções de formação específicas prepararão a população empresarial para a transição para as novas metodologias.

No que diz respeito à taxonomia europeia, o rácio de activos verdes continuará a ser um indicador fundamental para medir os nossos esforços em matéria de activos financiados.

No que diz respeito à gestão dos riscos físicos e de transição, o processo ICAAP irá medi-los e salientá-los. Além disso, a nossa capacidade de simular as consequências de futuros cenários de alterações climáticas será melhorada.

Relatório sobre o governo das sociedades e a estrutura de propriedade

O sistema de governo societário e as estruturas organizacionais adoptadas pelo Grupo CA Auto Bank visam assegurar uma gestão sã e prudente do Grupo, em conformidade com a regulamentação em vigor, as linhas de evolução que o caracterizam e os objectivos de desenvolvimento do negócio da empresa. A estrutura de governo da sociedade é constituída por um sistema de administração e de controlo baseado na existência de um órgão de administração (o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal.

Além disso, em conformidade com o disposto no artigo 123-bis, n.º 5 do TUF, para as sociedades que não emitem acções admitidas à negociação em mercados regulamentados ou em sistemas de negociação multilateral, o CA Auto Group Bank comunica, na secção "Sistema de controlo interno" do presente relatório de gestão, as informações exigidas pelo n.º 2, alínea b), do artigo supracitado.

Conforme previsto no artigo 6.º, n.º 2, do Decreto Legislativo n.º 254, de 30 de dezembro deth, de 2016, que transpõe a Diretiva Europeia 2014/95/UE, relativa ao relato não financeiro, o Grupo CA Auto Bank, embora se enquadre no âmbito de aplicação do próprio Decreto, enquanto entidade de interesse público e na posse dos requisitos de dimensão e de capital exigidos, beneficia da isenção prevista no artigo mencionado.

O reporte de informações não financeiras não é, portanto, preparado, uma vez que é elaborado pela empresa-mãe Credit Agricole S.A., que está sujeita aos mesmos requisitos regulamentares.

Actividades de gestão e coordenação

O CA Auto Bank S.p.A., como sociedade acionista única, está sujeito à gestão e coordenação do CA Consumer Finance S.A., em conformidade com o artigo 2497 bis do Código Civil.

As filiais directas e indirectas do CA Auto Bank S.p.A. estão também sujeitas às suas actividades de gestão e coordenação. O CA Auto Bank S.p.A., enquanto Sociedade-mãe do Grupo, desempenha um papel fundamental na definição e no estabelecimento das orientações estratégicas e operacionais globais para todo o Grupo. Estas orientações visam promover a estabilidade do Grupo, definindo políticas gerais sobre vários aspectos, como a gestão dos recursos humanos, o desenvolvimento sustentável da atividade, a gestão financeira e creditícia, a prevenção, a redução e a gestão dos riscos, bem como a comunicação com as partes interessadas.

Além disso, para as empresas do Grupo CA Auto Bank, a Sociedade-mãe, CA Auto Bank S.p.A., estabelece directrizes claras em conformidade com as instruções emitidas pelas Autoridades de Supervisão Bancária e

Financeira. Estas directrizes visam garantir uma gestão sã e prudente das actividades e das operações comerciais.

Um dos principais objectivos é conseguir economias de escala em todas as empresas do Grupo. Este objetivo é prosseguido através da utilização de serviços profissionais e especializados, com ênfase no aumento da qualidade. O objetivo é manter a autonomia de gestão e operacional de cada empresa, evitando ao mesmo tempo a dispersão da atenção dos empregados na gestão da atividade principal. Para o efeito, determinados serviços são geridos de forma centralizada e são promovidas ligações estreitas entre as empresas do Grupo e as funções centrais da empresa-mãe. As especificidades desta centralização podem evoluir ao longo do tempo com base na monitorização contínua conduzida pelo sistema e pelos órgãos de controlo interno e nas decisões do Conselho de Administração e do órgão de gestão.

Dividendos e distribuição de reservas

Em 3 de abril derd, 2023, com a aprovação da assembleia geral de accionistas na mesma data, foi feita uma distribuição de 1,1 mil milhões de euros. Esta distribuição é composta por 785,4 milhões de euros provenientes dos resultados do exercício anterior e 314,6 milhões de euros de reservas disponíveis. Esta distribuição faz parte de um conjunto abrangente de ações concebidas para facilitar o desenvolvimento da joint venture, em conformidade com os acordos alcançados entre os accionistas em dezembro de 2021 e abril de 2022.

Outras divulgações regulamentares

Em conformidade com as instruções do Banco de Itália relativas à elaboração das demonstrações financeiras dos bancos, é de notar que

- a) no período em análise, o Grupo não realizou quaisquer actividades significativas de investigação e desenvolvimento;
- b) o Grupo não detém e não adquiriu e/ou alienou acções ou participações da sociedade dominante no período em análise.

Detalhes da demonstração de resultados consolidada e reconciliação com a demonstração de resultados reclassificada (€/000)	12/31/2023	Rubricas reclassificadas da Demonstração de Resultados
10 RENDIMENTOS DE JUROS E RECEITAS SIMILARES	1,458	NBI
80 RESULTADO LÍQUIDO ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	(5)	NBI
40 RECEITAS DE HONORÁRIOS E COMISSÕES	131	
RECEITAS DE HONORÁRIOS E COMISSÕES	120	NBI
RECEITAS DE HONORÁRIOS E COMISSÕES	11	NOE
RECEITAS FINANCEIRAS	1,585	
100 LUCROS (PERDAS) NA ALIENAÇÃO OU RECOMPRA DE ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	(2)	COR
160 PRÉMIOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS	8	NBI
170 OUTROS RENDIMENTOS/ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE SEGUROS	(1)	NBI
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	1,591	
20 DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(946)	NBI
90 AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR NA CONTABILIDADE DE COBERTURA	(14)	NBI
50 DESPESAS COM HONORÁRIOS E COMISSÕES	(74)	
Despesas de honorários e comissões	(66)	NBI
Custo do crédito de seguro	(8)	COR
CUSTO FINANCEIRO TOTAL	(1,035)	
130 IMPEDIMENTO/REINSTALAÇÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(83)	COR
Imparidade sobre perdas e empréstimos	(83)	COR
180 RESULTADO LÍQUIDO DAS ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS	473	
190 CUSTOS ADMINISTRATIVOS	(150)	
Custos administrativos	(237)	NOE
Custos administrativos	(14)	NBI
Custos administrativos	101	OTH
200 PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCOS E ENCARGOS	14	
Provisões líquidas para riscos e encargos	14	NBI
210 IMPARIDADE DOS ACTIVOS TANGÍVEIS	(202)	
Amortização de bens de aluguer (atividade de aluguer)	(185)	NBI
Amortização de activos corpóreos	(17)	NOE
220 IMPARIDADE EM ACTIVOS INTANGÍVEIS	(18)	NOE
230 OUTROS PROVEITOS / ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO	436	
Rendimentos/encargos de aluguer (atividade de aluguer)	448	NBI
Recuperações de despesas e despesas de cobrança de créditos	5	NOE
Imparidade das contas a receber de rendas (atividade de aluguer)	(6)	COR
Outros	(11)	OTH
240 CUSTOS DE FUNCIONAMENTO	81	
290 LUCRO OU PERDA TOTAL ANTES DE IMPOSTOS DAS ACTIVIDADES CONTINUADAS	554	
300 GASTOS DE IMPOSTOS RELACIONADOS COM OS LUCROS OU PERDAS DAS UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO	(154)	IMPOSTO
330 LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO	400	
340 PARTE MINORITÁRIA DO LUCRO (PERDA) LÍQUIDO	7	
350 PARTICIPAÇÕES RENDIMENTO (PERDA) DO EXERCÍCIO	393	

Rubricas da Demonstração de Resultados Reclassificadas (€/000)	31/12/2023	
Produto Bancário Líquido	818	NBI
Despesas de exploração líquidas	(255)	NOE
Custo do risco	(99)	COR
Outras receitas / (despesas)	90	OTH
Receitas operacionais	464	
Lucro antes de impostos	554	
Despesas fiscais	(154)	IMPOSTO
Lucro líquido	400	

Turim, 29 de fevereiroth, 2024

Diretor Executivo e Diretor Geral Giacomo Carelli

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração consolidada da posição financeira 140

Demonstração de resultados consolidada 142

Demonstração consolidada do rendimento integral 143

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio 144

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa 146

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Activos (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
10. Caixa e equivalentes de caixa	1,673,818	3,139,786
20. Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou perdas	9,187	-
a) activos financeiros detidos para negociação	9,187	-
30. Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOIC)	-	9,305
40. Activos financeiros ao custo amortizado	24,730,918	23,028,785
a) empréstimos e depósitos em bancos	134,850	117,901
b) locações e empréstimos a clientes	24,596,068	22,910,884
50. Derivados de cobertura	263,105	550,433
60. Variações do justo valor dos elementos de cobertura da carteira (+/-)	(129,644)	(491,289)
70. Investimentos de capital próprio	70	54
80. Activos de seguros	10,584	9,831
b) As cessões de resseguros que constituam activos	10,584	9,831
90. Activos fixos tangíveis	2,624,518	532,135
100. Activos intangíveis	191,587	121,054
dos quais:		
- goodwill	97,628	39,260
110. Activos fiscais	217,850	176,560
a) atual	72,845	44,882
b) diferido	145,005	131,678
130. Outros activos	1,569,515	1,232,132
Total do ativo	31,161,508	28,308,786

Passivo e capital próprio (€/000)		12/31/2023	12/31/2022
10.	Passivos financeiros ao custo amortizado	26,532,430	23,056,671
	a) depósitos bancários	14,448,592	11,874,254
	b) depósitos de clientes	2,408,374	2,780,511
	c) títulos de dívida em circulação	9,675,464	8,401,906
20.	Passivos financeiros detidos para negociação	10,925	868
40.	Derivados de cobertura	162,514	180,524
60.	Obrigações fiscais	284,778	178,256
	a) atual	53,653	29,374
	b) diferido	231,125	148,882
80.	Outros passivos	991,267	1,009,608
90.	Provisão para indemnizações a empregados	3,455	6,174
100.	Provisões para riscos e encargos	107,407	123,328
	a) compromissos e garantias prestados	44	28
	b) obrigações de benefícios pós-reforma	28,153	31,138
	c) outras provisões para riscos e encargos	79,210	92,162
110.	Passivos de seguros	37,766	24,927
	b) as cessões de resseguros que constituem passivos	37,766	24,927
120.	Reservas de avaliação	(4,959)	(4,134)
150.	Reservas	1,664,124	1,750,053
160.	Prémio de emissão de acções	192,746	192,746
170.	Capital social	700,000	700,000
190.	Interesses não controlados (+/-)	86,130	78,858
200.	Resultado líquido do exercício (+/-)	392,925	1,010,907
	Total do passivo e do capital próprio	31,161,508	28,308,786

CONSOLIDAR A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rubricas (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
10. Receitas de juros e receitas similares	1,458,287	829,697
dos quais: juros calculados segundo o método do juro efetivo	1,434,910	795,431
20. Despesas com juros e encargos similares	(946,447)	(165,401)
30. Margem de juros líquida	511,840	664,296
40. Receitas de honorários e comissões	131,376	133,904
50. Despesas de honorários e comissões	(74,376)	(61,231)
60. Honorários e comissões líquidos	57,000	72,673
80. Ganhos (perdas) líquidos em activos e passivos financeiros detidos para negociação	(4,960)	945
90. Ganhos (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura	(13,877)	(8,567)
100. Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:	(1,500)	(2,834)
a) activos financeiros ao custo amortizado	(1,500)	(2,834)
120. Receitas operacionais	548,503	726,513
130. Imparidade/reintegração líquida do risco de crédito:	(82,905)	(65,703)
a) activos financeiros ao custo amortizado	(82,905)	(65,703)
150. Resultado líquido das actividades financeiras	465,598	660,810
160. Prémios líquidos adquiridos	8,289	-
170. Outros proveitos/despesas de exploração líquidos das actividades de seguros	(624)	(740)
b) rendimentos/gastos financeiros líquidos relativos a apólices cedidas a resseguradores	(624)	(740)
180. Resultado líquido das actividades financeiras e de seguros	473,263	660,070
190. Custos administrativos:	(262,099)	(243,921)
a) custos com salários	(170,761)	(164,694)
b) outros custos administrativos	(91,338)	(79,227)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	14,113	(11,109)
a) compromissos e garantias financeiras prestadas	(16)	-
b) outras provisões líquidas	14,129	(11,109)
210. Imparidade de activos fixos tangíveis	(201,904)	(39,370)
220. Imparidade de activos intangíveis	(17,664)	(16,250)
230. Outros proveitos/despesas operacionais	548,344	190,815
240. Custos de funcionamento	80,790	(119,835)
270. Imparidade do goodwill	-	(86,858)
280. Ganhos (perdas) na alienação de investimentos	-	646,709
290. Total dos lucros (perdas) antes de impostos das operações em continuação	554,053	1,100,086
300. Despesa de imposto relacionada com o Lucro (Perda) das operações contínuas	(153,847)	(162,620)
310. Total dos lucros (perdas) após impostos contínuo	400,206	937,466
320. Lucro (prejuízo) após impostos de operações descontinuadas	-	81,903
330. Lucro (prejuízo) líquido do exercício	400,206	1,019,369
340. Parte minoritária do resultado líquido do exercício	(7,280)	(8,462)
350. Rendimento (perda) da exploração do ano	392,926	1,010,907

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Rubricas (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
10. Lucro (perda) do período	400,206	1,019,369
Outro rendimento integral após impostos não reclassificado para os lucros ou prejuízos	(641)	11,362
70. Planos de prestações definidas	(641)	11,362
Outro rendimento integral após impostos reclassificado para os lucros ou prejuízos	(751)	(4,255)
110. Cobertura de um investimento líquido em operações estrangeiras:	34	
120. Diferenças cambiais	3,284	(5,025)
130. Cobertura de fluxos de caixa	(4,069)	770
200. Total de outro rendimento integral após impostos	(1,392)	7,107
210 Total do rendimento integral (rubrica 10+200)	398,814	1,026,476
220. Total do rendimento integral atribuível aos interesses que não controlam	(7,280)	(8,722)
230. Total do rendimento integral atribuível aos Accionistas da Sociedade-mãe	391,534	1,017,754

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBROST, 2023 E 31 DE DEZEMBROST, 2022

	Saldo final em 31 de dezembro ST , 2022	Alterações no saldo inicial	Saldo em 1 de janeiro ST , 2023	Afetação do resultado do exercício anterior		Alterações durante o período							Capital próprio em 31 de dezembro ST , 2023	Capitais próprios atribuíveis aos acionistas da Sociedade-mãe a 31 de dezembro ST , 2023	Capital próprio atribuível aos interesses não controladores a partir de 31 de dezembro de 2023
				Reservas	Dividendos e outras afetações	Alterações nas reservas	Transações de capital					Rendimento consolidado para 2023			
							Novas emissões de ações	Recuperação de ações	Dividendos intercalares	Dividendos especiais pagos	Alterações nos instrumentos de capital				
Capital social:															
a) ações ordinárias	703.389		703.389										703.389	700.000	3.389
b) outras ações	-		-										-		
Reserva de prêmios de emissão	195.623		195.623										195.623	192.746	2.877
Reservas:	-		-										-		
a) resultados transitados	1.813.476		1.813.476	1.019.369	(1.100.000)	3.723							1.736.568	1.664.124	72.444
b) outros	-		-										-		
Reserva de reavaliação	(3.427)		(3.427)									(1.393)	(4.820)	(4.960)	140
Instrumentos de capital próprio	-		-										-		
Dividendos intercalares	-		-										-	-	-
Lucro (perda) do período	1.019.369		1.019.369	(1.019.369)								400.206	400.206	392.926	7.280
Patrimônio	3.728.430		3.728.430	-	-	3.723	-	-	-	-	-	398.813	3.030.966	2.944.836	86.130
Capitais próprios atribuíveis aos acionistas da Sociedade-mãe	3.649.572		3.649.572	-	(1.100.000)	3.723	-	-	-	-	-	391.532		2.944.836	
Capital próprio atribuível a interesses que não controlam	78.858		78.858									7.280			86.130

	Saldo final em 31 de dezembro ^o , 2022	Alterações no saldo inicial	Saldo em 1 de janeiro ^o , 2022	Afetação do resultado do exercício anterior		Alterações durante o período							Capital próprio em 31 de dezembro ^o , 2022	Capitais próprios atribuíveis aos accionistas da Sociedade-mãe a 31 de dezembro ^o , 2022	Capital próprio atribuível aos interesses que não controlam em 31 de dezembro ^o , 2022	
				Reservas	Dividendos e outras afectações	Alterações nas reservas	Transacções de capital					Resultado consolidado de 2022				
							Novas emissões de acções	Recuperação de acções	Dividendos intercalares	Dividendos especiais pagos	Alterações nos instrumentos de capital					Derivados sobre acções próprias
Capital social:																
a) acções ordinárias	703,389	-	703,89										703,389	700,000	3,389	
b) outras acções			-										-			
Reserva de prémios de emissão	195,623	-	195,623										195,623	192,746	2,877	
Reservas:			-										-			
a) resultados transitados	2,519,871		2,519,871	493,605	(1.200.000)								1.813,476	1.749,499	63,977	
b) outros																
Reserva de reavaliação	(10,533)		(10,533)										7,106	(3,427)	(3,581)	154
Instrumentos de capital próprio																
Dividendos intercalares																
Lucro (perda) do período	493,605		493,605	(493,605)									1,019,369	1,019,369	1,010,907	8,462
Património	3,901,954		3,901,954	-	(1.200.000)								1,026,475	3,728,430	3,649,572	78,858
Capitais próprios atribuíveis aos accionistas da Sociedade-mãe	3,831,818		3,831,818		(1.200.000)								1,017,753		3,649,572	
Capital próprio atribuível a interesses que não controlam	70,136		70,136										8,722		78,858	

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Rubricas (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
A. ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
1. Operações comerciais	1,425,053	1,018,949
- rendimentos de juros (+)	2,448,812	1,180,946
- despesas com juros (-)	(748,575)	(175,325)
- receitas (despesas) de honorários e comissões (+/-)	66,789	72,673
- despesas de pessoal (-)	(146,059)	(146,753)
- outras receitas/despesas de seguros (+/-)	(2,124)	(740)
- outras despesas (-)	(519,930)	(47,658)
- outras receitas (+)	480,630	189,368
- impostos e taxas (-)	(154,490)	(135,465)
- despesas/receitas relativas a operações descontinuadas líquidas do efeito fiscal (+/-)	-	81,903
2. Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelos activos financeiros	(3,398,556)	(2,650,688)
- activos financeiros detidos para negociação	(9,187)	-
- activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	9,305	-
- activos financeiros ao custo amortizado	(2,792,236)	(2,949,828)
- outros activos	(606,438)	299,140
3. Liquidità generata/assorbita dalle passività finanziarie	3,194,944	4,292,570
- Passivos financeiros ao custo amortizado	3,277,887	4,501,920
- passivos financeiros detidos para negociação	10,057	(1,120)
- outros passivos	(93,000)	(208,230)
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades operacionais	1,221,441	2,660,831
B. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
1. Fluxos de caixa gerados por	118,175	1,881,305
- alienação de participações de capital	-	1,200,000
- alienação de activos fixos tangíveis	99,975	681,305
- alienação de activos intangíveis	18,200	-
2. Fluxos de caixa absorvidos por	(1,705,584)	(2,461,138)
- aquisições de participações	(274,846)	-
- aquisições de activos fixos tangíveis	(1,342,004)	(2,269,637)
- compras de activos intangíveis	(88,734)	(191,501)
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades de investimento	(1,587,409)	(579,833)
C. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- dividendos e outras distribuições	(1,100,000)	(1,200,000)
Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelas actividades de financiamento	(1,100,000)	(1,200,000)
FLUXOS DE CAIXA GERADOS/ABSORVIDOS DURANTE O ANO	(1,465,968)	880,998

RECONCILIAÇÃO

Rubricas (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3,139,786	2,258,788
Fluxos de caixa gerados/absorvidos durante o período	(1,465,968)	880,998
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1,673,818	3,139,786

De acordo com a alteração à IAS 7, introduzida pelo Regulamento 1990 de 6th de novembro de 2017, que foi aplicada pela primeira vez em 1st de janeiro de 2017, a informação exigida pelo parágrafo 44 B é fornecida abaixo para efeitos de mensuração das alterações nos passivos resultantes das actividades de financiamento, quer sejam alterações resultantes de fluxos de caixa ou alterações que não sejam em caixa e equivalentes de caixa.

	12.31.2022	Alterações nos fluxos de caixa das actividades de financiamento	Alterações no justo valor	Outras variações	12.31..2023
Passivos das actividades de financiamento (rubricas do passivo 10, 20, 30 e 40)	23,238,063	3,382,895	(64,334)	149,246	26,705,870

No que se refere às divulgações exigidas pelo parágrafo 44 B da IAS 7, é de salientar que as variações dos passivos resultantes das actividades de financiamento ascendem a +3,467 milhões de euros (gerados em numerário) e são atribuíveis em +3,382 milhões de euros aos fluxos de caixa, em -64,3 milhões de euros às variações do justo valor e em 149 milhões de euros a outras variações.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARTE A - Políticas contabilísticas 149

PARTE B - Informações sobre o balanço consolidado 216

PARTE C - Informações sobre a demonstração de resultados consolidada 291

PARTE D - Rendimento integral consolidado 318

PARTE E - Informações sobre o risco e políticas de gestão do risco conexas 319

PARTE F - Informações sobre o capital próprio consolidado 425

PARTE G - Concentrações de actividades empresariais 429

PARTE H - Transacções com partes relacionadas 432

PARTE L - Relato por segmentos 435

PARTE M - Relatórios de locação financeira 437

PARTE A - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Informações gerais

Secção 1 - Declaração de conformidade com as normas internacionais de relato financeiro

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas em e para o exercício findo em 31 de dezembro dest, 2023, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as respectivas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), aprovadas pela Comissão Europeia nos termos do Regulamento da União Europeia n.º 1606 de 19 de julho deth, 2002, e transpostas para o direito italiano pelo Decreto Legislativo n.º 38 de 28 de fevereiro deth, 2005.

ndO Banco de Itália, cuja competência, nos termos do Decreto Legislativo n.º 87/92 relativo às demonstrações financeiras dos bancos e sociedades financeiras supervisionadas, foi confirmada pelo referido Decreto, estabeleceu, através da Circular n.º 262 de 22 de dezembro de 2005, e respectivas alterações, os formatos das demonstrações financeiras e das notas utilizadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia em vigor em 2023

As seguintes disposições do Regulamento Europeu são aplicáveis a partir de 1 de janeiro dest, 2023:

- No. 2021/2036 fornece orientações sobre a aplicação da IFRS 17 - Contratos de Seguro. O principal objetivo da IFRS 17 é melhorar a compreensão dos investidores sobre a exposição ao risco, a rentabilidade e a posição financeira das seguradoras. Esta norma aplica-se a todos os contratos de seguro e introduz um modelo de contabilização baseado no desconto dos fluxos de caixa esperados, bem como a identificação de um "ajustamento de risco" e de uma "Margem de Serviço Contratual" (CSM). De acordo com a IFRS 17, a 'Margem de Serviço Contratual' (CSM) não pode ter um valor negativo, representa o valor atual do lucro não realizado libertado através de amortização;
- O Regulamento n.º 2022/1491 introduz alterações à IFRS 17 - Contratos de Seguro, abordando especificamente a aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Estas alterações são aplicáveis apenas às seguradoras atualmente em processo de adoção das novas normas, permitindo-lhes abordar diferenças pontuais na classificação da informação comparativa das demonstrações financeiras do ano anterior;

-
- O Regulamento n.º 2022/357 introduz alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e à Declaração de Práticas IFRS 2: Divulgação de Políticas Contabilísticas. Estas alterações impõem às empresas a obrigação de fornecer mais informações sobre as políticas contabilísticas relevantes, em vez de apenas as políticas contabilísticas significativas. O termo "relevante" neste contexto refere-se à informação que é útil para aumentar a usabilidade das demonstrações financeiras para os utilizadores;
 - O IASB introduziu alterações à IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, abordando especificamente a definição de estimativas contabilísticas. O IASB prestou esclarecimentos, enfatizando a importância de distinguir entre alterações nas políticas contabilísticas e alterações nas estimativas contabilísticas. De acordo com as alterações, as alterações nas políticas contabilísticas podem dizer respeito tanto a transacções passadas como futuras. Por outro lado, as alterações nas estimativas contabilísticas são relevantes apenas para transacções futuras;
 - 2022/1392 introduz alterações à IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento, abordando especificamente os impostos diferidos relacionados com activos e passivos resultantes de uma única transacção. As alterações exigem explicitamente o reconhecimento de impostos diferidos quando se regista uma transacção de locação e obrigações de desmantelamento.

Estes princípios e alterações são discutidos e aprofundados mais adiante no presente documento.

Secção 2 - Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas anexas. Adicionalmente, é apresentado um relatório dos Directores sobre as operações do Grupo.

As demonstrações financeiras e as notas apresentam os montantes para o período de referência e os valores comparativos correspondentes em 31 de dezembro dest, 2023.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CA Auto Bank foram elaboradas de acordo com os princípios gerais do IAS 1 e com as disposições da Circular do Banco de Itália n. 262 do Banco de Itália de 22 de dezembro dend, 2005, oitava edição. Em particular:

Demonstração da posição financeira e demonstração de resultados

A demonstração da posição financeira e a demonstração de resultados não incluem itens com quantias nulas quer para o ano corrente quer para o ano anterior.

Demonstração do rendimento integral

A demonstração do rendimento integral inclui não só o resultado do exercício, mas também outras componentes do rendimento categorizadas entre as que não são objeto de reclassificação e as que são objeto de reclassificação para a demonstração dos resultados.

Demonstração das variações do capital próprio consolidado

A demonstração de alterações no capital próprio mostra a composição e as alterações no capital próprio para o ano de referência e o ano anterior. Os itens são divididos entre os atribuíveis aos accionistas da empresa-mãe e os atribuíveis aos interesses não controlados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada utilizando o método direto.

Unidade de conta

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de euros.

Continuidade da atividade

No que diz respeito ao pressuposto da continuidade das operações subjacente à preparação das demonstrações financeiras, é exetável que o Grupo continue em atividade num futuro previsível; consequentemente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro dest, 2023 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, utilizando o regime contabilístico do acréscimo, consistente com a prática de anos anteriores.

Não foram feitas excepções à aplicação das IAS/IFRS tal como aprovadas pela Comissão Europeia.

Riscos e incertezas relacionados com a utilização de estimativas

Em conformidade com as IAS/IFRS, a administração exerce o seu julgamento, faz estimativas e emprega pressupostos que influenciam a aplicação das políticas contabilísticas e o reconhecimento de activos, passivos, despesas e receitas nas demonstrações financeiras, bem como a divulgação de activos e passivos contingentes. Estas estimativas e pressupostos, baseados na experiência passada e em considerações razoáveis, determinam as quantias escrituradas dos activos e passivos.

Especificamente, os processos de estimativa suportam as quantias escrituradas de vários itens de avaliação significativos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro dest , 2023, conforme exigido pelas normas e regulamentos contabilísticos relevantes. Estes processos assentam predominantemente em estimativas de recuperabilidade futura, alinhadas com os princípios da regulamentação em vigor e são executados à luz do pressuposto da continuidade das operações.

As estimativas e os pressupostos são revistos regularmente e actualizados periodicamente. No caso de o desempenho não corresponder às expectativas, as quantias escrituradas podem diferir das estimativas originais e devem, conseqüentemente, ser alteradas. Nestes casos, as alterações são reconhecidas nos resultados no período em que ocorrem ou em anos subsequentes.

As principais áreas em que a administração deve fazer avaliações subjectivas incluem

- equidade do valor do goodwill;
- a recuperabilidade das contas a receber e, em geral, dos activos financeiros não mensurados pelo justo valor e a determinação de qualquer imparidade;
- determinação do justo valor dos instrumentos financeiros a utilizar para efeitos de informação financeira; em especial, a utilização de modelos de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos;
- quantificação das provisões para empregados e das provisões para riscos e encargos;
- recuperabilidade dos activos por impostos diferidos.

TLTRO-III

Desde a sua introdução, as Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (ORPA direcionadas) têm vindo a oferecer às instituições de crédito financiamento de longo prazo em euros, com o objetivo de melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária e estimular a concessão de crédito bancário à economia real.

thEm março de 2019, o Conselho do Banco Central Europeu anunciou uma terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado trimestrais (ou seja, ORPA direcionadas III), cada uma com um prazo de três anos, com início em setembro de 2019 e fim em março de 2021, e eventualmente prorrogada até dezembro de 2021, com base numa decisão do BCE datada de 10 de dezembro de 2021

Em 2020, a partir de março, à luz da emergência da Covid-19, o Conselho do BCE introduziu também condições mais favoráveis para as operações em questão, que seriam aplicadas primeiro entre 24 de junhoth, 2020 e 23 de junhord, 2021 e depois prorrogadas, com a decisão do BCE de 10 de dezembroth, 2020, até junho de 2022.

No início do programa TLTRO-III, essas condições favoráveis, iguais à taxa de juro da facilidade de depósito junto do BCE prevalecente durante a vida da operação, foram oferecidas aos mutuários cuja capacidade líquida de financiamento elegível entre 31 de março dest, 2019 e 31 de março dest, 2021 excedesse em 2,5% a sua capacidade líquida de financiamento de referência. Posteriormente, em março de 2020, devido aos impactos da pandemia de Covid-19, esta condição foi revista (reduzindo a percentagem para 1.^{thrd}15%) e foi introduzida uma nova condição, mais favorável (que, se cumprida, substitui a anterior), segundo a qual às contrapartes cujo crédito líquido elegível seja pelo menos igual ao respetivo crédito líquido de referência será cobrada uma taxa de juro mais baixa, que pode ser tão baixa como a da facilidade de depósito junto do BCE em vigor durante o prazo da respetiva operação, exceto no período entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021. De facto, neste período de "juro especial", a taxa de juro será reduzida em mais 50 pontos base, não podendo a taxa de juro resultante ser superior a menos 100 pontos base. Com a decisão do BCE de 10 de dezembro deth, 2020, esta redução foi alargada também ao período entre 24 de junho deth, 2021 e 23 de junho derd, 2022, para as contrapartes cujo crédito líquido elegível entre 1 de outubro dest, 2020 e 31 de dezembro dest, 2021 seja pelo menos igual ao respetivo crédito líquido de referência.

thA partir de 24 de junho de 2022, data em que cessou o chamado "período de juro especial", a taxa aplicada pelo BCE a cada operação de refinanciamento passou a ser igual à média da taxa da facilidade permanente de depósito, calculada a partir da data de cada operação.

Em 27 de outubro deth, 2022, o Conselho do BCE decidiu recalibrar as condições aplicadas às ORPA direcionadas III para assegurar a coerência com o processo de normalização da política monetária, ajudando a fazer face ao aumento inesperado e extraordinário da inflação; por conseguinte, a partir de 23 de novembro derd, 2022, a taxa de juro das operações ORPA direcionadas III foi indexada à taxa de juro de referência

aplicável, nomeadamente a taxa da facilidade permanente de depósito, que foi aumentada nos últimos meses.

As características das operações TLTRO-III sugerem que estas não se enquadram imediatamente no atual quadro das NIC/NIRF, especialmente para determinar o tratamento contabilístico das seguintes situações:

- alterações nas estimativas relativas à realização dos objectivos;
- registar os efeitos económicos, nomeadamente os "interesses especiais".
- gerir os reembolsos antecipados.

De facto, podem ser encontradas orientações na IAS 20 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo) ou na IFRS 9 (Instrumentos Financeiros).

O Grupo CA Auto Bank optou por aderir aos princípios definidos na IFRS 9 para o tratamento contabilístico das operações TLTRO, dada a natureza de plena concorrência das condições de financiamento a que se acede através das operações TLTRO do BCE.

Secção 3 - Âmbito e métodos de consolidação

O perímetro de consolidação a 31 de dezembro dest, 2023 inclui a Sociedade-mãe, CA Auto Bank S.p.A., e as sociedades italianas e estrangeiras por ela direta ou indiretamente controladas, conforme especificamente exigido pela IFRS 10.

Reflectem também as entidades, incluindo entidades estruturadas, em relação às quais a Empresa-Mãe tem exposição ou direitos a retornos variáveis e a capacidade de afetar esses retornos através do poder sobre eles.

Para determinar a existência de controlo, o Grupo considera os seguintes factores

- a finalidade e a conceção da investida, para identificar os objectivos da entidade, as actividades que dão origem aos seus retornos e a forma como essas actividades são geridas;
- o poder sobre a entidade participada e se o Grupo dispõe de disposições contratuais que lhe conferem a capacidade de gerir as actividades relevantes; para o efeito, é dada atenção apenas aos direitos substantivos, que proporcionam capacidades práticas de governação;
- a exposição ao investido para determinar se o Grupo tem acordos com o investido cujos retornos variam em função do desempenho do investido.

Se as actividades relevantes forem regidas por direitos de voto, o controlo pode ser evidenciado pela consideração de direitos de voto potenciais ou reais, pela existência de quaisquer acordos ou acordos de accionistas que confirmam o direito de controlar a maioria dos direitos de voto, de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração ou de outro modo o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade.

As filiais podem incluir quaisquer entidades estruturadas, em que os direitos de voto não são fundamentais para determinar a existência de controlo, incluindo os veículos para fins especiais (SPV).

As entidades estruturadas são consideradas filiais quando:

- o Grupo tem o poder, através de acordos contratuais, de gerir as actividades relevantes;
- o Grupo está exposto aos rendimentos variáveis decorrentes das suas actividades.

O Grupo não tem investimentos em empreendimentos conjuntos.

As alterações no perímetro de consolidação durante o período de relato não afectam os casos abrangidos pela IFRS 10 - entidades de investimento ou entidades que deixam de ser entidades de investimento - e as divulgações exigidas pelo parágrafo 9B da IFRS 12 - Divulgação de Interesses em Outras Entidades. De seguida apresentam-se as empresas que foram constituídas durante o ano de 2023:

- Drivalia Lease Finland Oy - Adquirida em 1 de agosto deth, 2023
- Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. - Adquirida em 1 de agosto dest, 2023
- Fleet Insurance Plan s.r.o. - Adquirida em 1 de agosto dest, 2023
- Drivalia Lease Ireland Ltd - Adquirida em 1 de agosto dest, 2023
- Drivalia Lease Norge AS - Adquirida em 1 de agosto dest, 2023
- Drivalia Lease Belgium S.A. - Constituída em 24 de maioth, 2023
- Drivalia Lease Nederland B.V. - Constituída em 17 de maioth, 2023
- Findio N.V. - Adquirida em 1 de fevereirost, 2023

Para ser exaustivo, é de referir que as seguintes empresas alteraram a designação da empresa para:

Nome da empresa a partir de 31/12/2022	Nome da empresa a partir de 31/12/2023	Alterar data
FCA Bank S.p.A. (sucursal na Bélgica)	CA Auto Bank S.p.A. (sucursal na Bélgica)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Bank S.p.A. (Sucursal em França)	CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal em França)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Bank S.p.A. (sucursal alemã)	CA Auto Bank S.p.A. (sucursal alemã)	16 de maio th , 2023
FCA Bank S.p.A. (Sucursal na Irlanda)	CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal na Irlanda)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Bank S.p.A. (Sucursal da Polónia)	CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal da Polónia)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Bank S.p.A. (Sucursal em Portugal)	CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal em Portugal)	26 de abril th , 2023
FCA Bank S.p.A. (sucursal em Espanha)	CA Auto Bank S.p.A. (sucursal em Espanha)	4 de abril th , 2023
FCA Bank GmbH (AT)	CA Auto Bank GmbH (AT)	4 de abril th , 2023
FCA Bank GmbH (sucursal helénica)	CA Auto Bank GmbH (sucursal helénica)	26 de abril th , 2023
FCA Capital Suisse S.A. (CH)	CA Auto Finance Suisse S.A. (CH)	17 de abril th , 2023
FCA Capital Danmark A/S (DK)	CA Auto Finance Danmark A/S (DK)	4 de abril th , 2023
FCA Capital Danmark A/S (sucursal na Finlândia)	CA Auto Finance Danmark A/S (sucursal na Finlândia)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Capital Norge AS (NO)	CA Auto Finance Norge AS (NO)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Capital Sverige AB (SE)	CA Auto Finance Sverige AB (SE)	4 de abril th , 2023
FCA Dealer Services España S.A. (ES)	Drivalia Lease España S.A.U. (ES)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Dealer Services España S.A. (Sucursal de Marrocos)	Drivalia Lease (sucursal de Marrocos)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Leasing France S.A. (FR)	Drivalia Lease France S.A. (FR)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Capital Nederland B.V. (NL)	CA Auto Finance Nederland B.V. (NL)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Leasing Polska Sp. z o.o. (PL)	Drivalia Lease Polska Sp. z o.o. (PL)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Automotive Services UK Ltd. (REINO UNIDO)	CA Auto Finance UK Ltd. (REINO UNIDO)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Dealer Services UK Ltd. (REINO UNIDO)	Drivalia Lease UK Ltd. (REINO UNIDO)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Insurance Hellas S.A. (GR)	CA Auto Insurance Hellas S.A. (GR)	3 de abril ^{td} , 2023
FCA Capital RE DAC (IE)	CA Auto Reinsurance DAC (IE)	5 de abril th , 2023
FCA Versicherungsservice GmbH (DE)	CA Versicherungsservice GmbH (DE)	3 de abril ^{td} , 2023
ALD Automotive AS	Drivalia Lease Norge AS	1 de agosto st , 2023
Merrion Fleet Management Ltd	Drivalia Lease Ireland Ltd.	1 de agosto st , 2023
LeasePlan Česká Republika s.r.o	Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	1 de agosto st , 2023
LeasePlan Finlândia Oy	Drivalia Lease Finland Oy	1 de agosto st , 2023

O quadro seguinte apresenta as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1. Investimentos em subsidiárias controladas

Nome	Escritório registado	País de constituição da empresa (*)	Tipo de relação (**)	Empresa-mãe (***)	Partilhar %
CA Auto Bank S.p.A.	Turim - Itália				
Drivalia S.p.A.	Turim - Itália	Roma - Itália	1		100.00
Drivalia Lease França S.A.	Massy - França		1		99.99
Drivalia França S.A.S.	Limonest - França		1	Drivalia S.p.A.	100.00
CA Versicherungsservice GmbH	Heilbronn - Alemanha		1		100.00
Ferrari Financial Services GmbH	Pullach - Alemanha		1		50.0001
CA Auto Finance UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1		100.00
Drivalia Lease UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Lease España S.A.U.	Alcobendas - Espanha		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia España S.L.U.	Alicante - Espanha		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Portugal S.A.	Loures - Portugal		1	Drivalia S.p.A.	100.00
CA Auto Finance Suisse S.A.	Schlieren - Suíça		1		100.00
Drivalia Lease Polska Sp. z o.o.	Varsóvia - Polónia		1	Drivalia S.p.A.	100.00
CA Auto Finance Nederland B.V.	Amesterdão - Países Baixos		1		100.00
CA Auto Finance Danmark A/S	Brøndby - Dinamarca		1		100.00
Drivalia Lease Danmark A/S	Brøndby - Dinamarca		1	Drivalia S.p.A.	100.00
CA Auto Bank GmbH	Viena - Áustria		2		50.00
CA Auto Insurance Hellas S.A.	Atenas - Grécia		1		100.00
Drivalia Lease Hellas SM S.A.	Atenas - Grécia		1	Drivalia S.p.A.	100.00
CA Auto Reinsurance DAC	Dublin - Irlanda		1		100.00
CA Auto Finance Sverige AB	Höllviken - Suécia		1	CA Auto Finance Danmark A/S	100.00
CA Auto Finance Norge AS	Oslo - Noruega		1	CA Auto Finance Danmark A/S	100.00
Findio NV	Amesterdão - Países Baixos		1	CA Auto Finance Nederland B.V.	100.00
Drivalia Lease Bélgica S.A.	Auderghem - Bruxelas - Bélgica		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Lease Nederland B.V.	Amesterdão - Países Baixos		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Lease Finland Oy	Itsehallintokuja - Finlândia		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	Praga - República Checa		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Plano de seguro de frotas s.r.o.	Praga - República Checa		1	Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	100.00
Drivalia Lease Ireland Ltd	Dublin - Irlanda		1	Drivalia S.p.A.	100.00
Drivalia Lease Norge AS -	Stabekk - Noruega		1	Drivalia S.p.A.	100.00

(*) Se diferente da sede social

(**) Tipo de relação:

1 = maioria dos direitos de voto nas assembleias ordinárias

2 = influência dominante nas assembleias ordinárias

(***) Se diferente de CA Auto Bank S.p.A.

As entidades estruturadas relacionadas com operações de titularização, cujos detalhes são fornecidos abaixo, são consolidadas integralmente:

Nome	País
Nixes Seis PLC	Londres - Reino Unido
A-BEST SEVENTEEN S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-MELHOR DEZANOVE UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY	Madrid - Espanha
A-BEST VINTE E UM UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY-TWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	Luxemburgo - Luxemburgo

2. Investimentos em filiais com interesses não controladores significativos

2.1 Interesses que não controlam, disponibilidade dos direitos de voto dos interesses que não controlam e dividendos pagos aos interesses que não controlam

Nome	Interesses não controlados (%)	Disponibilidade dos direitos de voto dos interesses que não controlam (%)	Dividendos distribuídos aos interesses que não controlam
CA Auto Bank GmbH (Áustria)	50%	50%	-
Ferrari Financial Services GmbH (Alemanha)	49.99%	49.99%	-

De acordo com a IFRS 10, a CA Auto Bank GmbH (Áustria), uma subsidiária detida a 50%, e a Ferrari Financial Services GmbH, uma subsidiária detida a 50,0001%, estão incluídas no âmbito da consolidação.

2.2 Investimentos em filiais com interesses não controladores significativos: destaques financeiros e operacionais

O quadro seguinte apresenta os destaques financeiros e operacionais do CA Auto Bank GmbH e da Ferrari Financial Services GmbH antes das eliminações entre empresas exigidas pela IFRS 12:

(€/000)

CA AUTO BANK GMBH (ÁUSTRIA)	12/31/2023	12/31/2022
Total do ativo	287,690	307,772
Activos financeiros	254,750	277,519
Passivos financeiros	221,206	229,128
Património	64,356	62,750
Rendimento líquido de juros	6,492	6,571
Receitas líquidas de honorários e comissões	287	534
Rendimentos bancários	6,779	7,105
Resultado líquido das actividades de investimento	6,434	6,776
Resultado líquido das actividades de investimento e de seguros	6,434	6,776
Custos de funcionamento	(4,598)	(3,026)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações contínuas	1,836	3,750
Lucro líquido (perda) do período	1,629	3,137

(€/000)

FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH (ALEMANHA)	12/31/2023	12/31/2022
Total do ativo	1,142,112	985,131
Activos financeiros	1,087,991	958,441
Passivos financeiros	1,008,197	869,504
Património	108,134	94,914
Rendimento líquido de juros	28,895	29,962
Receitas líquidas de honorários e comissões	332,079	(8)
Rendimentos bancários	29,063	29,598
Resultado líquido das actividades de investimento	28,063	28,831
Resultado líquido das actividades de investimento e de seguros	28,003	28,831
Custos de funcionamento	9,644	(9,713)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações contínuas	18,359	19,118
Lucro (prejuízo) líquido do período	13,213	13,782

Métodos de consolidação

Na preparação do Relatório Financeiro Consolidado, as demonstrações financeiras da Sociedade-mãe e das suas subsidiárias, preparadas de acordo com as IAS/IFRS, são consolidadas numa base linha a linha, agregando itens semelhantes de activos, passivos, capital próprio, rendimentos e despesas.

A quantia escriturada do investimento da empresa-mãe em cada Subsidiária e as partes correspondentes do capital próprio de cada uma dessas Subsidiárias são eliminadas.

Qualquer diferença que surja durante este processo - após a imputação aos activos e passivos da Subsidiária - é reconhecida como goodwill na primeira consolidação e, subsequentemente, entre outras reservas.

A parte do resultado líquido correspondente aos interesses que não controlam é indicada separadamente, a fim de determinar a quantia do resultado líquido atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe.

Os activos, passivos, custos e proveitos resultantes de transacções entre empresas são eliminados.

As demonstrações financeiras da Sociedade-mãe e as das filiais utilizadas para o Relatório Financeiro Consolidado são todas da mesma data.

Para as filiais estrangeiras que elaboram as suas contas em moedas diferentes do euro, os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, enquanto as receitas e os custos são convertidos à taxa de câmbio média do período.

As diferenças cambiais resultantes da conversão de custos e receitas à taxa de câmbio média e da conversão de activos e passivos à data de relato são relatadas nos lucros ou prejuízos do período.

As diferenças cambiais resultantes do capital próprio das filiais consolidadas são reconhecidas em outro rendimento integral e revertidas para resultados quando ocorre a perda de controlo sobre as filiais.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro dest, 2023 são as seguintes

	Fim do ano 31/12/2023	Média 12/31/2023	Fim do ano 31/12/2022	Média 12/31/2022
Zloty polaco (PLN)	4.340	4.544	4.681	4.687
Coroa dinamarquesa (DKK)	7.453	7.451	7.437	7.440
Franco suíço (CHF)	0.926	0.972	0.985	1.005
Libra esterlina (GBP)	0.869	0.870	0.887	0.853
Coroa norueguesa (NOK)	11.241	11.421	10.514	10.103
Dirham marroquino (MAD)	10.945	10.957	11.155	10.708
Coroa sueca (SEK)	11.096	11.472	11.122	10.630
Coroa checa (CZK)	24.724	24.002	24.116	24.5659

Secção 4 - Acontecimentos subsequentes

Após a data de fecho do exercício, não ocorreram quaisquer factos que obrigassem a ajustamentos aos resultados apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro dest, 2023. É importante realçar que o Grupo monitoriza diligentemente os desenvolvimentos relativos a potenciais questões e impactos económicos decorrentes dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente. Com base na informação disponível e na análise efectuada, o Grupo não tem exposições de crédito a entidades associadas à Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Israel e Palestina. Além disso, não existem consequências directas decorrentes do conflito Rússia/Ucrânia ou das tensões geopolíticas conexas. Em 31 de dezembro dest, 2023, quaisquer potenciais impactos indirectos foram devidamente considerados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

stAlém disso, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, foi efectuada a transferência do Fonds de commerce Sofinco do CA Consumer Finance S.A. para o CA Auto Bank S.p.A (sucursal francesa).

Além disso, em 1 de janeiro dest, 2024, a fusão da Findio N.V. na CA Auto Finance Nederland B.V. foi executada, tal como descrito no relatório sobre as operações que acompanha estas demonstrações financeiras.

Secção 5 - Outros aspectos

Tratamento contabilístico das operações de titularização sintética

Ao contrário da securitização tradicional, os activos individuais ou uma carteira de activos, especificamente isolados e identificados, não são desreconhecidos aquando da securitização. A taxa de juro a pagar pelos títulos emitidos pelo Banco incorpora as perdas potenciais esperadas da carteira subjacente. Consequentemente, o risco de crédito da carteira titularizada é efetivamente transferido para o titular da Credit Link Note.

Auditor independente

As demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras da empresa-mãe são auditadas pela PricewaterhouseCoopers S.p.A., conforme previsto no Decreto Legislativo n.º 39 de 27 de janeiro de 2010.

Receitas extraordinárias resultantes da dissolução da parceria com Stellantis

O resultado extraordinário no valor de 161,7 milhões de euros, resultante da dissolução da parceria com o Grupo Stellantis. Esta dissolução surge na sequência da cessão da participação do grupo automóvel ao Credit Agricole em abril de 2023. As receitas são constituídas por indemnizações estabelecidas contratualmente em resposta a uma alteração da estrutura empresarial e à redefinição das operações comerciais. Estas indemnizações estão incluídas na rubrica 230 da demonstração de resultados consolidada.

Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia, em vigor a partir de 1 de janeirost, 2023

Regulamento de aprovação CE	Data de publicação	Data do pedido	Descrição norma/alteração
2021/2036	23 de novembro th , 2021	1 de janeiro st , 2023	<p>IFRS 17^{thst} - Contratos de Seguro, incluindo alterações à IFRS 17</p> <p>E m 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a nova norma internacional de contabilidade para contratos de seguro, com data de aplicação a partir de 1 de janeiro de 2021</p> <p>A nova norma internacional de relato financeiro para contratos de seguro (anteriormente conhecida como IFRS 4) tem como objetivo melhorar a compreensão dos investidores sobre a exposição ao risco, a rentabilidade e a posição financeira das seguradoras, entre outros aspectos. Após uma fase de consulta alargada, o IASB finalizou a norma, o que constituiu um marco significativo no seu desenvolvimento. A IFRS 17 introduziu alterações substanciais nas práticas contabilísticas anteriores, tanto na mensuração dos passivos como no reconhecimento dos lucros.</p> <p>A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro e o seu modelo contabilístico subjacente, conhecido como "Modelo Geral", baseia-se no desconto dos fluxos de caixa esperados. Inclui também o conceito de "ajustamento de risco" e de "margem de serviço contratual" (CSM). A CSM não pode ser negativa e representa o valor atual dos lucros não realizados, que são posteriormente libertados através do processo de amortização.</p> <p>Em 25 de junho deth, 2020, o IASB emitiu emendas à IFRS 17 Contratos de Seguro para apoiar as empresas na implementação da norma e melhorar a clareza dos seus relatórios de desempenho financeiro. Os princípios fundamentais introduzidos na publicação inicial da IFRS 17, em maio de 2017, mantêm-se inalterados. Essas emendas, em resposta ao feedback das partes interessadas, foram projetadas para:</p> <ul style="list-style-type: none">- Reduzir os custos através da simplificação de certos requisitos da norma;-Facilitar a transição, adiando a data de eficácia da norma para 2023 e reduzindo o ónus da aplicação inicial. <p>O Regulamento dá às empresas a opção de isentar os contratos caracterizados pela mutualização intergeracional e pela adequação dos fluxos de caixa da obrigação de agrupar em coortes anuais ao abrigo da IFRS 17.</p>

Emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à Declaração de Práticas IFRS 2: Divulgação de Políticas Contabilísticas.

Em 12 de fevereiro deth, 2021, o IASB emitiu alterações de âmbito restrito às Normas IFRS.

A Divulgação de Políticas Contabilísticas (Emendas à IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS 2) altera a IAS 1 da seguinte forma:

- Uma entidade é agora obrigada a divulgar políticas contabilísticas relevantes em vez de políticas contabilísticas significativas;
- foram adicionados vários parágrafos para explicar como uma entidade pode identificar informação relevante sobre a política contabilística e para dar exemplos de quando a informação sobre a política contabilística é suscetível de ser significativa;
- as emendas clarificam que a informação sobre as políticas contabilísticas pode ser significativa pela sua natureza, mesmo que os montantes envolvidos sejam imateriais;
- as emendas clarificam que a informação sobre as políticas contabilísticas é material se os utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade precisarem dela para compreender outra informação significativa nas demonstrações financeiras;
- e as emendas clarificam que se uma entidade divulgar informação imaterial sobre políticas contabilísticas, essa informação não deve obscurecer informação material sobre políticas contabilísticas.

Além disso, a Declaração de Práticas IFRS 2 foi alterada, acrescentando orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro etapas" às divulgações de políticas contabilísticas, para apoiar as alterações à IAS 1.

As emendas são aplicadas prospectivamente. As emendas à IAS 1 são efectivas para exercícios fiscais com início em 1 de janeiro dest, 2023 ou posteriormente

Uma vez que uma entidade tenha aplicado as emendas à IAS 1, também lhe é permitido aplicar as emendas à Declaração de Práticas IFRS 2.

2022/357	3 de março rd , 2022	1 de janeiro st , 2023	Emendas à IAS 8 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: Definição de estimativas contabilísticas
			<p>Em 12 de fevereiro deth, 2021, o IASB emitiu emendas à IAS 8. As alterações clarificam a forma como as empresas devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. Esta distinção é importante porque as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospectivamente apenas a transacções futuras e a outros acontecimentos futuros, enquanto as alterações nas políticas contabilísticas são também geralmente aplicadas retrospectivamente a transacções passadas e a outros acontecimentos passados.</p> <p>As empresas têm por vezes dificuldade em distinguir entre políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas. Por conseguinte, o Comité de Interpretações recebeu um pedido para clarificar a distinção. O Comité de Interpretações observou que seria útil uma maior clareza e chamou a atenção do IASB para esta questão, a fim de a considerar no futuro.</p> <p>As alterações são efectivas para os exercícios fiscais com início em 1 de janeiro dest, 2023 ou posteriormente.</p>
2022/1392	12 de agosto th , 2022	1 de janeiro st , 2023	Emendas à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos Relativos a Activos e Passivos Resultantes de uma Única Transacção
			<p>O IASB publicou alterações à IAS 12 "Impostos diferidos relacionados com activos e passivos resultantes de uma única transacção", que clarificam a forma como as empresas contabilizam os impostos diferidos em transacções como as locações e as obrigações de desmantelamento, a fim de reduzir a diversidade no reconhecimento.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de registar impostos diferidos quando reconhecem activos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transacções como as locações e as obrigações de desmantelamento, para as quais as empresas podem reconhecer tanto um ativo como um passivo.</p> <p>As alterações clarificam que a isenção não se aplica a essas transacções e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo destas alterações é reduzir a diversidade no reconhecimento de impostos diferidos sobre locações e obrigações de desmantelamento.</p> <p>As alterações são efectivas para os exercícios fiscais com início em 1 de janeiro dest, 2023 ou posteriormente.</p>
2022/1491	09 de setembro th , 2022	1 de janeiro st , 2023	Alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 - Informações comparativas
			<p>O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 9 de setembro deth, 2022, uma alteração restrita aos requisitos de transição da IFRS 17 "Contratos de Seguro", proporcionando às seguradoras uma opção para melhorar a utilidade das divulgações dos investidores na aplicação inicial da nova Norma.</p> <p>A alteração afecta apenas a transição das seguradoras para a nova Norma e não afecta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.</p>

A IFRS 17 e a IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" têm requisitos de transição diferentes. Para certas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre activos e passivos financeiros de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas suas demonstrações financeiras quando aplicam a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração das disposições transitórias da IFRS 17 permite que as empresas ultrapassem as diferenças de classificação pontuais na informação comparativa do ano anterior quando aplicam pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A alteração ajudará as seguradoras a evitar estas incompatibilidades contabilísticas temporárias e, por conseguinte, a melhorar a utilidade da informação comparativa para os investidores. Para o efeito, prevê a possibilidade de as seguradoras apresentarem informações comparativas sobre os activos financeiros.

A IFRS 17, incluindo esta emenda, é efectiva para os exercícios fiscais com início em ou após 1 de janeiro dest, 2023.

Emendas à IAS 12
Impostos sobre o
Rendimento:
Reforma Fiscal
Internacional -
Regras Modelo do
Segundo Pilar

23 de maioth, 2023 1 de janeirost, 2023

Emendas à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma Fiscal Internacional - Regras Modelo do Segundo Pilar

Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) divulgou as Regras Modelo da Reforma Fiscal Internacional - Pilar Dois - Emendas à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento.

Estas alterações foram introduzidas por várias razões:

- 1) Para oferecer um alívio atempado às empresas afectadas;
- 2) Para evitar o aparecimento de interpretações variadas da IAS 12 Impostos sobre o Rendimento na prática;
- 3) Melhorar a informação fornecida aos utilizadores das demonstrações financeiras, tanto antes como depois da aplicação da legislação do segundo pilar.

As alterações introduzidas abrangem os seguintes aspectos fundamentais:

- Uma exceção temporária e obrigatória à contabilização dos impostos diferidos, especificamente decorrente da aplicação jurisdicional das regras do modelo do Pilar 2;
- Requisitos de divulgação para as entidades afectadas, com o objetivo de proporcionar aos utilizadores das demonstrações financeiras uma melhor compreensão da exposição de uma entidade aos impostos sobre o rendimento do segundo pilar decorrentes da nova legislação, especialmente antes da sua data de entrada em vigor.

Esta exceção é aplicável a demonstrações financeiras anuais com início em ou após 1 de janeirost, 2023, mas não se aplica a demonstrações financeiras intercalares para períodos que terminem em ou antes de 31 de dezembrost, 2023.

IFRS 17 - Contratos de seguro: efeitos da aplicação inicial para o Grupo

Síntese padrão

^{stth}A norma contabilística IFRS 17 "Contratos de Seguro", aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023, foi emitida pelo IASB em 18 de maio de 2017, para substituir a IFRS 4, com o objetivo de obter uma norma única sobre seguros. Com efeito, a IFRS 4, sem prejuízo da mensuração do justo valor dos activos, remetia o critério de mensuração dos passivos para os modelos contabilísticos previstos por cada uma das jurisdições nacionais, na pendência da finalização do projeto do IASB sobre os contratos de seguro, dificultando assim a comparação das demonstrações financeiras.

A IFRS 17 representa assim uma evolução do anterior normativo, introduzindo maior transparência e uniformidade na apresentação dos contratos de seguro e reduzindo a subjetividade na preparação das demonstrações financeiras.

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro. O modelo contabilístico de referência ("Modelo Geral") baseia-se no desconto dos fluxos de caixa esperados, na explicitação de um "ajustamento de risco" e de uma "Margem de Serviço Contratual" (MCS), que não pode ser negativa e que representa o valor atual dos lucros antecipados, libertados através da amortização dos mesmos. Nomeadamente:

- as alterações nos pressupostos iniciais para estimar os fluxos de caixa futuros são tratadas de formas diferentes com impactos diferentes nos lucros apresentados nas demonstrações financeiras;
- as alterações nos fluxos de caixa esperados e o ajustamento de risco relativos a serviços futuros são reconhecidos através do ajustamento do MCS, ao contrário dos relativos a serviços passados e presentes, que são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados;
- o plano de amortização do MCS baseia-se na passagem do tempo e orienta o reconhecimento dos lucros nas demonstrações financeiras;
- o efeito das alterações nas taxas de desconto pode ser reconhecido ou no capital próprio (OCI) ou na demonstração dos resultados.

Apresentam-se de seguida as principais disposições da IFRS 17 no que respeita ao reconhecimento e à mensuração dos contratos de seguro.

Reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro são medidos como a soma algébrica do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados contratuais (PVFCF), um ajustamento de risco apropriado ("RA") para cobrir riscos não financeiros, e a Margem de Serviço Contratual ("CSM"), que representa o valor atual dos lucros futuros dos contratos de seguro.

Agrupamento de contratos

A aplicação da IFRS 17 exige a identificação de "carteiras" de contratos de seguro (ou seja, grupos de contratos que partilham riscos semelhantes e são geridos em conjunto, bem como os emitidos com um intervalo máximo de um ano - o requisito de "coorte anual"). Cada carteira é ainda subdividida em grupos compostos por contratos com características semelhantes em termos de rendibilidade esperada, distinguindo assim entre contratos rentáveis (com uma margem positiva sobre os serviços contratuais) e contratos onerosos (com uma margem negativa sobre os serviços contratuais).

Modelos de medição

A IFRS 17 prevê um modelo de mensuração designado por Modelo Geral ("GM") aplicável, em princípio, a todos os contratos, com exceção dos contratos com participação direta nos resultados, para os quais deve ser aplicado o Método da Taxa Variável ("VFA"), caso sejam cumpridos os critérios de elegibilidade dependentes da natureza da participação nos resultados. Existe ainda um modelo simplificado opcional (Premium Allocation Approach - "PAA") para a avaliação da Responsabilidade pela Cobertura Remanescente ("LRC", semelhante à Reserva para Prémios não Adquiridos ou ao reporte de prémios) para os contratos com um período de cobertura igual ou inferior a um ano e para todos os contratos em que a avaliação não seja materialmente diferente da resultante da aplicação do Modelo Geral.

Mensuração Subsequente de Passivos de Seguros

A IFRS 17 exige uma atualização da mensuração em cada período de relato dos elementos acima referidos (fluxos de caixa, ajustamento do risco e margem sobre os serviços contratuais), a fim de verificar a adequação das estimativas em relação às condições de mercado actuais. Os efeitos de quaisquer actualizações são reconhecidos na primeira data de relato: na demonstração de resultados, se as alterações se referirem a acontecimentos correntes ou já ocorridos, ou como uma redução na margem sobre serviços contratuais (CSM), se as alterações se referirem a acontecimentos futuros. No que se refere apenas às alterações nas variáveis financeiras (e não ao resto, ou seja, principalmente relacionadas com o comportamento dos tomadores de seguros), cabe às empresas decidir - para cada grupo de contratos - se devem representar os efeitos das alterações na demonstração de resultados ou no capital próprio (a chamada Opção OCI).

Medição das receitas de seguros

A IFRS 17 exige a apresentação na demonstração de resultados da rendibilidade "por margens" obtidas durante a vida das apólices, ou seja, quando a empresa presta serviços aos tomadores de seguros, não exigindo assim o reconhecimento de qualquer receita no momento da subscrição do contrato. A este respeito, o princípio é assimétrico na medida em que, no caso de grupos de contratos onerosos, prevê o reconhecimento imediato de perdas na demonstração de resultados

Transição

Na primeira aplicação, a IFRS 17 exige que todos os contratos em carteira sejam contabilizados como se as regras introduzidas tivessem estado sempre em vigor, com aplicação retroactiva da norma; este método de transição é designado por Full Retrospective Approach ("FRA"). Uma vez que a sua aplicabilidade pode ser muito complexa devido à indisponibilidade das séries temporais de atributos necessárias para tratar a ubiquidade do modelo de dados exigido pela IFRS 17, que permitiria a sua aplicação integral, a norma prevê a possibilidade de utilização de dois outros métodos, que são opcionais:

- Abordagem Retrospectiva Modificada ("ARM"), que aproxima os resultados obtidos a partir do FRA através de uma abordagem retrospectiva, prevendo algumas simplificações relativamente à estimativa da CSM, ao nível de agregação dos contratos, à utilização de cortes anuais e às taxas de desconto a utilizar;
- Fair Value Approach ("FVA"), segundo o qual a Componente CSM/Perdas (no caso de contratos onerosos) é calculada como a diferença entre o justo valor do conjunto de contratos a que se refere e o valor dos Fulfillment Cash Flows na mesma data (representado pela soma do PVFCF e RA).

As escolhas metodológicas do Grupo

O Grupo desenvolve a sua atividade no sector dos seguros através da CA Auto Reinsurance DAC, uma empresa de resseguros sediada na Irlanda e detida a 100% pelo CA Auto Bank.

A empresa ressegura os riscos relacionados com os seguintes produtos de seguros emitidos por empresas do Grupo:

- O Crédito Protegido CPI (Seguro de Proteção ao Crédito), que liberta o cliente da obrigação de pagar total ou parcialmente a dívida em curso em caso de determinados acontecimentos súbitos e/ou inesperados;
- O seguro GAP (Guaranteed Asset Protection), que protege o valor da compra, garantindo ao cliente, em caso de roubo ou de danos totais, a indemnização do valor de substituição do veículo durante um determinado número de anos após a compra ou uma indemnização vantajosa que varia em função da legislação em vigor no país.

A empresa tem igualmente acordos de resseguro com as principais companhias de seguros, para as quais transfere até 80% do seu risco.

Tendo em conta esta premissa, os produtos de seguros que se enquadram no âmbito da IFRS 17 para o Grupo Ca Auto Bank dizem respeito, portanto, a cessões de resseguro que constituem activos e cessões de resseguro que constituem passivos relativos apenas à empresa CA Auto Reinsurance DAC.

A IFRS 17 exige que, aquando do reconhecimento inicial, os contratos de seguro sejam agregados em grupos de contratos e que os requisitos para o seu reconhecimento, mensuração e apresentação nas demonstrações financeiras sejam aplicados ao grupo de contratos. A IFRS 17 exige que uma entidade não possa incluir no mesmo grupo contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Por conseguinte, cada carteira deve ser desagregada em coortes anuais ou coortes que compreendam períodos inferiores a um ano.

O nível de agregação dos contratos de seguro foi portanto determinado de acordo com a seguinte hierarquia de agrupamento:

- Carteira, ou seja, grupos de contratos sujeitos a riscos semelhantes;
- Tipo de produto (GAP e CPI);
- Coortes, ou seja, uma segmentação de carteiras com base na data de reconhecimento inicial do contrato.

Para efeitos da transição para a IFRS 17, o Grupo optou por seguir a Abordagem Retrospectiva Modificada, adoptando um conjunto de simplificações no que se refere à estimativa do CSM, ao nível de agregação dos contratos, à utilização de coortes anuais e às taxas de desconto a utilizar.

O valor atual dos activos e passivos de seguros foi determinado com base na informação disponível à data de transição e não à data do reconhecimento inicial, como permitido pela norma contabilística, tendo em conta o ajustamento resultante dos fluxos de caixa que ocorreram entre a data do reconhecimento inicial e a data de transição.

O modelo de avaliação de contratos adotado pelo Grupo é o Building Block Approach, tendo em conta que as coberturas de seguros são maioritariamente plurianuais. Assim, o valor dos contratos de resseguro aceite e cedido foi obtido através da determinação do Valor Atual dos Fluxos de Caixa Futuros (PVFCF), do ajustamento para riscos não financeiros relacionados com a incerteza na realização dos fluxos de caixa (Risk Adjustment - RA) e da margem económica esperada (Contractual Service Margin - CSM). Os resultados mostraram que não existem componentes financeiras e de serviço relevantes.

⁴Tendo em consideração que os contratos de seguro em perímetro IFRS 17 (cujo valor em 31 de dezembro de 2023 ascende a 10,6 milhões de euros de cessões de resseguro constituindo ativos e 37,8 milhões de euros de cessões de resseguro constituindo passivos), estão presentes em apenas uma empresa do Grupo cujo total de ativos representa 0,23% do total de ativos consolidados, o Grupo decidiu reconhecer todos os impactos da transição para a nova norma contabilística no exercício de 2023, registando um efeito global negativo na demonstração de resultados quantificado em 2 milhões de euros. Consequentemente, não foi necessário reexpressar os valores comparativos do exercício de 2022 ao nível das demonstrações e quadros das notas às demonstrações financeiras. Por conseguinte, os valores comparativos de 2022 mostram os contratos de seguro avaliados de acordo com a antiga norma IFRS 4, reclassificados de acordo com os novos formatos adotados.

Por uma questão de exaustividade, deve notar-se que o impacto nos capitais próprios que o Grupo teria obtido com o reconhecimento da reserva ACL para a primeira aplicação da IFRS 17 teria sido quantificado em 2 milhões de euros.

Normas contabilísticas, alterações e interpretações IFRS e IFRIC aprovadas, mas ainda não obrigatoriamente aplicáveis e não adoptadas antecipadamente pelo Grupo em 31 de dezembroth, 2023

Princípio/alteração	Data de publicação	Data do pedido	Descrição norma/alteração
---------------------	--------------------	----------------	---------------------------

2023/2822	19 de dezembro th , 2023	1 de janeiro st , 2024	<p>Emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes e adiamento da data de eficácia dessas emendas</p>
			<p>A IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visa clarificar a forma de classificar a dívida e outros passivos como correntes ou não correntes.</p> <p>As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (devidos ou potencialmente a serem liquidados no prazo de um ano) ou não correntes.</p> <p>As alterações incluem a clarificação dos requisitos de classificação da dívida que uma empresa poderá liquidar convertendo-a em capital próprio.</p> <p>As alterações clarificam, e não alteram, os requisitos existentes, pelo que não se espera que afetem significativamente as demonstrações financeiras das empresas. No entanto, poderão levar as empresas a reclassificar alguns passivos de correntes para não correntes, e vice-versa.</p> <p>As alterações entram em vigor, o mais tardar, em 1 de janeiro dest, 2024.</p>
Emendas à IFRS 16 Locações: Passivo de locação numa venda e relocação	22 de setembro th , 2022	1 de janeiro st , 2024	<p>Emendas à IFRS 16 Locações: Passivo de locação numa venda e relocação.</p> <p>Em 22 de setembro dend, 2022, o International Accounting Standards Board emitiu o documento Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16).</p> <p>A alteração à IFRS 16 Leases especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração do passivo de locação decorrente de uma transação de venda e leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconhece qualquer montante do ganho ou perda que se relacione com o direito de uso que retém.</p> <p>Uma transação de venda e relocação envolve a transferência de um ativo por uma entidade (o vendedor-locatário) para outra entidade (o comprador-locador) e a relocação do mesmo ativo pelo vendedor-locatário.</p> <p>A alteração destina-se a melhorar os requisitos para transações de venda e relocação na IFRS 16. Não altera a contabilização das locações não relacionadas com transações de venda e relocação financeira.</p> <p>A alteração aplica-se retrospectivamente aos períodos anuais de relato com início em ou após 1 de janeiro dest, 2024. É permitida a aplicação mais cedo.</p>

Normas contábilísticas, emendas e interpretações IFRS ainda não aprovadas pela União Europeia

Norma/alteração	Data de publicação IASB	Data do pedido	Descrição da norma/alteração
Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto (emendas à IFRS 10 e à IAS 28)	setembro, 2014	Diferido até à conclusão do projeto pendente do IASB sobre o método de equivalência patrimonial	Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 "Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto". O Exposure Draft (ED) aborda a inconsistência reconhecida entre os requisitos da IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e da IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos no tratamento da perda de controlo de uma subsidiária que é contribuída para uma associada ou empreendimento conjunto. A IFRS 10 exige que qualquer investimento detido pela empresa-mãe na ex-subsidiária após a perda de controlo seja mensurado pelo justo valor e que qualquer ganho ou perda resultante seja reconhecido nos lucros ou prejuízos (reconhecimento total de ganhos ou perdas). A IAS 28 exige que os ganhos e perdas resultantes de transacções a montante e a jusante entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto sejam reconhecidos apenas na medida em que parte do interesse atribuível aos outros detentores de capital próprio da associada ou do empreendimento conjunto (reconhecimento parcial de ganhos ou perdas).
Emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores com fornecedores (emitida em 25 de maio th , 2023)	25 de maio th , 2023	1 de janeiro st , 2024	<p>As emendas à IAS 7 clarificam as características dos acordos de financiamento de fornecedores.</p> <p>Emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores.</p> <p>Em 25 de maio deth, 2023, o International Accounting Standards Board emitiu Emendas à IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e à IFRS 7 "Instrumentos Financeiros, Divulgações: Acordos de Financiamento a Fornecedores". Estas emendas introduzem novos requisitos de divulgação com o objetivo de aumentar a transparência e melhorar a utilidade da informação fornecida pelas entidades relativamente aos acordos de financiamento com fornecedores. As alterações abordam especificamente a apresentação de passivos e respectivos fluxos de caixa decorrentes de acordos de financiamento, bem como as divulgações necessárias para tais acordos. O objetivo principal é permitir que os utilizadores das demonstrações financeiras compreendam melhor os efeitos que estes acordos têm sobre as contas a pagar, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.</p> <p>As alterações clarificam as características dos acordos de financiamento. Nestes acordos, um ou mais mutuantes terceiros pagam os montantes devidos pela entidade aos seus</p>

fornecedores. A entidade concorda em liquidar esses montantes com os mutuantes segundo os termos e condições dos acordos, na mesma data ou após a mesma data em que os mutuantes terceiros pagam aos fornecedores da entidade. Consequentemente, os acordos de financiamento proporcionam à entidade termos de pagamento alargados, enquanto os fornecedores da entidade recebem o pagamento antes das suas datas de vencimento originais.

São utilizados vários termos para descrever estes acordos, tais como financiamento da cadeia de abastecimento, financiamento de contas a pagar e reverse factoring. É importante notar que os acordos que envolvem garantias financeiras, incluindo cartas de crédito utilizadas como colateral, não são considerados acordos de financiamento de fornecedores. Do mesmo modo, os instrumentos utilizados para liquidar montantes diretamente com um fornecedor, como os cartões de crédito, não se enquadram na categoria de acordos de financiamento de fornecedores.

As alterações serão efectivas para os exercícios fiscais com início em ou após 1 de janeirost, 2024. A adoção antecipada é permitida, mas as entidades que optarem pela adoção antecipada devem comunicar a sua decisão em conformidade.

Emendas à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

15 de agostoth, 2023

1 de janeirost, 2025

Em 15 de agosto deth, 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Board) publicou Lack of Exchangeability (Emendas à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio). As emendas à IAS 21 esclarecem como uma entidade deve derivar a taxa de câmbio de uma moeda que tem baixa ou nenhuma permutabilidade.

As emendas definem como uma moeda permutável é definida quando a troca ocorre dentro de um período de tempo que permite a troca com outra moeda. Além disso, uma moeda é definida como não permutável com outra quando a entidade só é capaz de obter um montante insignificante da outra moeda.

Nesses cenários, a entidade deve proceder à estimativa de uma taxa de câmbio usada numa transação ordinária entre participantes do mercado em condições económicas prevalentes.

Quando uma entidade estima a taxa de câmbio, ela deve fornecer informações sobre a forma como essa taxa de câmbio afecta os seus resultados operacionais e a sua posição financeira. Deve também fornecer informações sobre (i) a incapacidade de trocar uma moeda por outra; (ii) a taxa de câmbio usada; (iii) o processo de estimar a taxa de câmbio; e (iv) os riscos a que está exposta pelo facto de a moeda não ser trocável por outra.

Quando a moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira não for permutável com a moeda de apresentação ou a moeda de apresentação não for permutável com a moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira, a entidade também é obrigada a fornecer as seguintes informações:

- 1) O nome da operação estrangeira e o tipo de controlo;
 - 2) Informação financeira resumida sobre a unidade operacional estrangeira;
 - 3) Natureza e termos de quaisquer acordos contratuais que possam exigir que a entidade forneça apoio financeiro à unidade operacional estrangeira.
-

A.2 PRINCIPAIS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esta secção apresenta as políticas contabilísticas adoptadas na preparação do Relatório Financeiro Consolidado em e para o exercício findo em 31 de dezembro dest, 2023. Esta descrição é feita com referência ao reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos diferentes activos e passivos.

1. Caixa e equivalentes de caixa

São reportados nesta rubrica: moedas com curso legal, incluindo notas e moedas estrangeiras; contas correntes e depósitos à ordem junto de bancos centrais, com exceção da reserva obrigatória, bem como empréstimos à ordem (contas correntes e depósitos à ordem) a bancos.

2. activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou perdas

Esta categoria inclui activos financeiros que não os classificados como Activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos e Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Especificamente, esta rubrica inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, essencialmente constituídos por títulos de dívida e de capital e pelo valor positivo dos contratos de derivados detidos para negociação;
- Activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor, representados por activos financeiros que não cumprem os requisitos de mensuração ao custo amortizado ou ao justo valor com impacto no rendimento integral. Trata-se de activos financeiros cujos termos contratuais não prevêem exclusivamente o reembolso do capital e o pagamento de juros sobre o montante do capital a reembolsar (teste SPPI não superado) ou que não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é a detenção de activos com vista à cobrança de fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio "Hold to Collect") ou cujo objetivo é alcançado tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros (modelo de negócio "Hold to Collect and Sell");
- Activos financeiros designados pelo justo valor, ou seja, activos financeiros assim definidos no reconhecimento inicial e quando as condições se verificam. Neste caso, uma entidade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro como mensurado pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos se, e apenas se, o fizer eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração.

Por conseguinte, são reconhecidos nesta rubrica os seguintes elementos

- títulos de dívida e empréstimos incluídos num modelo de negócio Outros/Negociação (portanto, não atribuíveis aos modelos de negócio "Hold to Collect" ou "Hold to Collect and Sell") ou que não passem no teste SPPI, incluindo as partes de empréstimos sindicados subscritos que, desde o início, se destinam à venda e que não são atribuíveis a um modelo de negócio "Hold to Collect and Sell"

- instrumentos de capital próprio - não qualificados como controlo, ligação e controlo conjunto - detidos para fins de negociação ou para os quais não se optou pela designação ao justo valor com impacto no rendimento integral aquando do reconhecimento inicial.

Esta rubrica inclui igualmente os contratos sobre instrumentos derivados, reconhecidos como activos financeiros detidos para negociação, que são apresentados como activos se o justo valor for positivo e como passivos se o justo valor for negativo. Só é possível compensar os justos valores positivos e negativos resultantes de transacções pendentes com a mesma contraparte se existir um direito legal atual de compensar os montantes reconhecidos nas contas e se se pretender liquidar as posições compensadas numa base líquida. Os derivados incluem também os que estão integrados em contratos financeiros complexos - em que o contrato de acolhimento é um passivo financeiro - que foram objeto de um reconhecimento separado, porque:

- as suas características económicas e riscos não estão intimamente relacionados com as características do contrato subjacente;
- os instrumentos embutidos, mesmo que separados, satisfazem a definição de um derivado;
- os instrumentos híbridos a que pertencem não são mensurados ao justo valor, sendo as respectivas variações reconhecidas na Demonstração de Resultados.

De acordo com as regras gerais da IFRS 9 sobre a reclassificação de activos financeiros (com exceção dos títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), as reclassificações para outras categorias de activos financeiros não são permitidas, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para gerir os activos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam altamente infrequentes, os activos financeiros podem ser reclassificados da categoria mensurada pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos para uma das outras duas categorias segundo a IFRS 9 (Activos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado ou Activos Financeiros Mensurados pelo Justo Valor através dos Lucros ou Perdas). O valor de transferência é o justo valor no momento da reclassificação e os efeitos da reclassificação operam prospectivamente a partir da data da reclassificação. Neste caso, a taxa de juro efectiva do ativo financeiro reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data da reclassificação e esta data é considerada como a data de reconhecimento inicial para a atribuição aos diferentes estádios de risco de crédito (stage assignment) para efeitos de imparidade.

O reconhecimento inicial dos activos financeiros ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e de capital e na data de subscrição para os contratos de derivados. No momento do reconhecimento inicial, os

activos detidos para negociação são reconhecidos ao justo valor, que corresponde normalmente à contrapartida paga, sem considerar os custos de transação e os proveitos diretamente atribuíveis ao próprio instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os activos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados ao justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de avaliação são reconhecidos na demonstração de resultados, na rubrica 80. "Resultado líquido de transacções".

Para determinar o justo valor dos contratos de derivados cotados num mercado ativo, são utilizados os preços de mercado em vigor no final do período. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados métodos de estimativa e modelos de avaliação que têm em conta os factores de risco relacionados com os instrumentos e que se baseiam em dados observáveis no mercado, como as taxas de juro. Os títulos de capital e os instrumentos derivados sobre títulos de capital, que não estejam cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável de acordo com as orientações acima referidas, são contabilizados pelo custo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa dos activos e passivos expiram ou quando o ativo ou passivo financeiro é vendido, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios a ele associados.

3. Activos financeiros mensurados pelo justo valor com impacto no rendimento integral (FVOCI)

Os activos financeiros que satisfazem ambas as condições seguintes estão incluídos nesta categoria:

-
- o ativo financeiro é detido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer pela cobrança de fluxos de caixa contratualmente programados quer pela sua venda (o modelo de negócio "deter para cobrar e vender"), e
 - as condições contratuais do ativo financeiro prevêm, em datas específicas, fluxos de caixa representados unicamente por pagamentos de capital e de juros sobre o montante do capital a reembolsar (passando o chamado "teste SPPI").

Incluem-se igualmente nesta rubrica os instrumentos de capital próprio, não detidos para efeitos de negociação, relativamente aos quais, no reconhecimento inicial, foi exercida a opção de designação pelo justo valor, com impacto na demonstração do rendimento integral.

Especificamente, estão incluídos neste item.

- títulos de dívida que são atribuíveis a um modelo de negócio Hold to Collect and Sell e que passaram o teste SPPI;
- investimentos em capital próprio que não se qualificam como controlo, ligação e controlo conjunto, não detidos para fins de negociação, para os quais a opção de designação pelo justo valor foi exercida com impacto no rendimento integral;
- empréstimos que são atribuíveis a um modelo de negócio Hold to Collect and Sell e que passaram no teste SPPI, incluindo as partes de empréstimos sindicados subscritos que, desde a origem, se destinam à venda e que são atribuíveis a um modelo de negócio Hold to Collect and Sell.

De acordo com as regras gerais da IFRS 9 relativas à reclassificação de activos financeiros (com exceção dos títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), as reclassificações para outras categorias de activos financeiros não são permitidas, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para gerir os activos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam altamente infrequentes, os activos financeiros podem ser reclassificados da categoria mensurada pelo justo valor através de outro rendimento integral para uma das outras duas categorias previstas na IFRS 9 (activos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou activos financeiros mensurados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos). O valor de transferência é o justo valor no momento da reclassificação, e os efeitos da reclassificação são executados prospectivamente a partir da data da reclassificação. No caso de reclassificação desta categoria para a categoria de custo amortizado, o ganho (perda) acumulado reconhecido na reserva de avaliação é considerado como um ajustamento ao justo valor do ativo financeiro na data da reclassificação. Por outro lado, no caso de reclassificação para a categoria de justo valor com impacto na demonstração de resultados, o ganho (perda) acumulado anteriormente reconhecido na reserva de avaliação é reclassificado do capital próprio para o resultado líquido do exercício.

O reconhecimento inicial dos activos financeiros ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e de capital e na data de desembolso para os empréstimos. No momento do reconhecimento inicial, os activos são registados pelo seu justo valor, incluindo os custos de transação ou os proveitos diretamente atribuíveis ao próprio instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os activos classificados ao justo valor com impacto na demonstração do rendimento integral, que não sejam títulos de capital, são mensurados ao justo valor, sendo os impactos resultantes da aplicação do custo amortizado, os efeitos das imparidades e quaisquer efeitos cambiais reconhecidos na demonstração dos resultados, enquanto outros ganhos ou perdas resultantes de uma alteração no justo valor são reconhecidos numa reserva específica de capital próprio até que o ativo financeiro seja desreconhecido. Aquando da alienação total ou parcial, os ganhos ou perdas acumulados na reserva de reavaliação são revertidos, no todo ou em parte, para a demonstração de resultados.

Os instrumentos de capital próprio, para os quais optámos por classificar nesta categoria, são mensurados ao justo valor, não sendo necessário que os montantes reconhecidos como contrapartida no capital próprio (demonstração do rendimento integral) sejam posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados, mesmo que sejam vendidos. A única componente referente aos títulos de capital em questão, que está sujeita a reconhecimento na demonstração de resultados, são os dividendos correspondentes. O justo valor é determinado com base nos critérios já explicados para os Activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto na demonstração de resultados.

Para os títulos de capital incluídos nesta categoria, que não estão cotados num mercado ativo, o critério do custo é utilizado como estimativa do justo valor apenas residualmente e limitado a algumas circunstâncias, ou seja, nos casos em que todos os métodos de avaliação anteriormente mencionados não são aplicáveis, ou em que existe um vasto leque de possíveis mensurações do justo valor, dentro do qual o custo é a estimativa mais significativa.

Os activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto no rendimento integral - tanto na forma de títulos de dívida como de empréstimos - estão sujeitos ao teste de aumento significativo do risco de crédito (imparidade) exigido pela IFRS 9, da mesma forma que os activos ao custo amortizado, resultando no reconhecimento de um ajustamento de valor na demonstração de resultados para cobrir as perdas esperadas. Especificamente, para os instrumentos classificados como stage 1 (ou seja, para os activos financeiros no início, se não estiverem em imparidade, e para os instrumentos para os quais não houve um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial), é reconhecida uma perda esperada de um ano na data do reconhecimento inicial e em cada data de relato subsequente. Em contrapartida, para os instrumentos classificados na fase 2 (que apresentam um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial) e na fase 3 (exposições com imparidade), é reconhecida uma perda

esperada durante toda a vida restante do instrumento financeiro. Em contrapartida, os títulos de capital não estão sujeitos ao processo de imparidade.

Os activos financeiros são desreconhecidos apenas se a transferência resultar na transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados aos activos. Inversamente, se uma parte significativa dos riscos e benefícios associados aos activos financeiros transferidos tiver sido retida, eles continuam a ser escriturados no balanço, mesmo que a propriedade legal dos activos tenha sido efetivamente transferida. Quando a transferência substancial de riscos e benefícios não pode ser determinada, os activos financeiros são desreconhecidos se o controlo sobre eles não tiver sido retido.

Caso contrário, a retenção, ainda que parcial, desse controlo resulta na retenção dos activos no balanço na medida do envolvimento residual, tal como medido pela exposição a alterações no valor dos activos transferidos e a alterações nos seus fluxos de caixa. Finalmente, os activos financeiros transferidos são desreconhecidos se houver retenção dos direitos contratuais de receber os respectivos fluxos de caixa, com a assunção simultânea da obrigação de pagar esses fluxos, e apenas esses fluxos, sem atrasos significativos a outros terceiros.

4. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado

Esta rubrica inclui os activos financeiros (em particular, empréstimos e títulos de dívida) que satisfazem as duas condições seguintes:

- o ativo financeiro é detido segundo um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através da cobrança de fluxos de caixa contratuais esperados (modelo de negócio Hold to Collect), e;
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e de juros sobre o montante de capital em dívida (teste "SPPI" passado).

Mais especificamente, são reconhecidos neste ponto os seguintes elementos:

- empréstimos a bancos, nas suas diversas formas, que satisfaçam os requisitos referidos no parágrafo anterior;
- empréstimos a clientes, nas suas diversas formas, que satisfaçam os requisitos referidos no parágrafo anterior;
- títulos de dívida que satisfaçam os requisitos referidos no parágrafo anterior.

Esta categoria inclui também os empréstimos e contas a receber operacionais relacionados com a prestação de actividades e serviços financeiros, tal como definidos na Lei Consolidada da Banca e na Lei Consolidada das Finanças (por exemplo, para a distribuição de produtos financeiros e actividades de prestação de serviços). De acordo com as regras gerais estabelecidas pela IFRS 9 sobre a reclassificação de activos financeiros, as reclassificações para outras categorias de activos financeiros não são permitidas, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para esses activos financeiros. Nesses casos, que se espera sejam muito pouco frequentes, os activos financeiros podem ser reclassificados da categoria de custo amortizado para uma das outras duas categorias estabelecidas pela IFRS 9 (Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral ou Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados). O valor de transferência é o justo valor no momento da reclassificação e os efeitos da reclassificação aplicam-se prospectivamente a partir da data da reclassificação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado de um ativo financeiro e o seu justo valor são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, em caso de reclassificação para Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, e no capital próprio, na reserva de avaliação específica, em caso de reclassificação para Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

O reconhecimento inicial do ativo financeiro ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e na data de desembolso para os empréstimos. No reconhecimento inicial, os activos são registados pelo justo valor, incluindo os custos de transação e as receitas diretamente atribuíveis ao instrumento. Em particular, no caso

dos empréstimos, a data de desembolso é normalmente a mesma que a data de assinatura do contrato. Se não for esse o caso, é assumido um compromisso de desembolso de fundos ao longo da assinatura do contrato, que deixará de existir aquando do desembolso do empréstimo. O empréstimo é reconhecido com base no seu justo valor, sendo este igual ao montante desembolsado ou ao preço de subscrição, incluindo os custos/receitas diretamente atribuíveis ao empréstimo individual e determináveis desde o início, mesmo que sejam liquidados numa data posterior. São excluídos os custos que, mesmo com as características acima referidas, sejam reembolsados pelo mutuário ou sejam classificáveis como custos administrativos internos normais.

Após o reconhecimento inicial, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. Os activos são reconhecidos no balanço por um montante igual à sua quantia escriturada inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada (calculada utilizando o método da taxa de juro efectiva acima referido) da diferença entre esta quantia inicial e a quantia na maturidade (normalmente atribuível a custos/rendimentos diretamente atribuíveis ao ativo individual) e ajustada por qualquer provisão para perdas.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados do ativo, como capital e juros, para o montante desembolsado incluindo os custos/receitas atribuíveis a esse ativo financeiro. Este método de mensuração utiliza uma abordagem financeira e permite distribuir o efeito económico dos custos/rendimentos diretamente atribuíveis a um ativo financeiro ao longo da sua vida útil esperada. O método do custo amortizado não é utilizado para os activos, avaliados pelo custo histórico, cuja curta duração torna o efeito do desconto negligenciável, ou para os activos sem maturidade definida ou empréstimos revogáveis. Os critérios de mensuração estão estreitamente ligados à inclusão destes instrumentos numa das três fases de risco de crédito estabelecidas pela IFRS 9, a última das quais (fase 3) é constituída por activos financeiros não produtivos e as restantes (fases 1 e 2) por activos financeiros produtivos.

No que diz respeito à representação contabilística dos efeitos de medição acima referidos, as correcções de valor para este tipo de ativo são reconhecidas nos resultados:

- no reconhecimento inicial, por uma quantia igual à perda de crédito esperada a 12 meses;
- na mensuração subsequente do ativo, quando o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, em relação a alterações na quantia de ajustamentos para as perdas de crédito esperadas a 12 meses;
- na mensuração subsequente do ativo, quando o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, em relação ao reconhecimento de ajustamentos para perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente contratualmente acordada do ativo;

-
- na mensuração subsequente do ativo, em que - após ter ocorrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial - o aumento já não é "significativo" devido ao alinhamento dos ajustamentos do valor cumulativo para ter em conta a alteração de uma perda de crédito esperada durante toda a vida para uma perda de crédito esperada de 12 meses para o instrumento.

Se, para além de um aumento significativo do risco de crédito, existirem também provas objectivas de imparidade, o montante da perda é medido como a diferença entre o valor contabilístico do ativo - classificado como "não produtivo", tal como todas as outras relações com a mesma contraparte - e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados utilizando a taxa de juro efectiva original.

O montante da perda, a ser reconhecido através dos resultados, é estabelecido com base em medições individuais ou determinado de acordo com categorias uniformes e, em seguida, atribuído individualmente a cada posição, e tem em conta informações prospectivas e possíveis cenários alternativos de recuperação. Os activos não produtivos incluem os activos financeiros classificados como de cobrança duvidosa, improváveis de pagar ou vencidos há mais de noventa dias, de acordo com as regras emitidas pelo Banco de Itália, em conformidade com as IAS/IFRS e os regulamentos de supervisão da UE. Os fluxos de caixa esperados têm em conta os prazos de recuperação previstos e o valor realizável estimado de quaisquer garantias. A taxa efectiva original de cada ativo mantém-se inalterada ao longo do tempo, mesmo que a relação tenha sido reestruturada com uma variação da taxa de juro contratual e mesmo que a relação, na prática, já não tenha juros contratuais.

Se as razões para a imparidade deixarem de ser aplicáveis na sequência de um evento subsequente ao registo da imparidade, as recuperações são registadas na demonstração de resultados. A dimensão da recuperação não deve levar a que o valor contabilístico do ativo financeiro exceda o custo amortizado, caso não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em períodos anteriores. As recuperações de imparidade com efeitos no valor temporal são reconhecidas na margem financeira. Em certos casos, durante a vida destes activos financeiros, e dos empréstimos em particular, as condições contratuais iniciais podem ser posteriormente alteradas pelas partes contratantes.

Quando as cláusulas contratuais estão sujeitas a alterações durante a vida de um instrumento, é necessário verificar se o ativo original deve continuar a ser reconhecido no balanço ou se, em vez disso, o instrumento original deve ser desreconhecido e um novo instrumento financeiro deve ser reconhecido. Em geral, as alterações a um ativo financeiro conduzem ao seu desreconhecimento e ao reconhecimento de um novo ativo quando são "substanciais".

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de activos financeiros semelhantes) é primariamente desreconhecido (por exemplo, removido da demonstração consolidada da posição financeira do Grupo) quando

-
- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tenham expirado, ou
 - o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade sem atrasos materiais e:
 - (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou
 - (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo do ativo.

5. Operações de cobertura

O Grupo contabiliza as operações de cobertura em conformidade com as disposições da norma IAS 39.

As operações de cobertura têm por objetivo neutralizar as perdas potenciais de um elemento ou de um grupo de elementos, imputáveis a um determinado risco, caso este se venha a concretizar. O Grupo CA Auto Bank cobre a sua exposição ao risco de taxa de juro associado aos valores a receber de empréstimos a prestações e obrigações emitidas a taxas de juro fixas com derivados designados como cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados contratados para cobrir o risco de taxa de juro variável associado à dívida das empresas de aluguer de longa duração são designados como cobertura de fluxos de caixa.

Apenas os derivados contratados com uma contraparte não pertencente ao Grupo podem ser tratados como instrumentos de cobertura.

Os produtos derivados de cobertura são registados pelo seu justo valor. Especificamente:

- no caso de coberturas de fluxos de caixa, os derivados são reconhecidos pelo seu justo valor, qualquer alteração no justo valor da parte efectiva da cobertura é reconhecida através de outro rendimento integral (OCI), na rubrica 120. "Reserva de reavaliação", enquanto qualquer alteração no justo valor da parte ineficaz da cobertura é reconhecida em resultados na rubrica 90. "Resultado líquido da atividade de cobertura";
- no caso de coberturas de justo valor, qualquer alteração no justo valor do instrumento de cobertura é reconhecida nos resultados na rubrica 90. "Resultado líquido da atividade de cobertura". Qualquer variação do justo valor do elemento coberto, atribuível ao risco coberto com o instrumento derivado, é reconhecida nos resultados como contrapartida da variação da quantia escriturada do elemento coberto ou em rubrica específica para a macro-cobertura.

O justo valor dos instrumentos derivados é calculado com base nas taxas de juro e de câmbio cotadas no mercado, tendo em conta a fiabilidade creditícia das contrapartes, e reflecte o valor atual dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos individuais.

Os ganhos ou perdas em derivados de cobertura do risco de taxa de juro são afectados à rubrica 10. "Juros e proveitos equiparados" ou na rubrica 20. "Juros e custos equiparados", consoante o caso.

Um contrato derivado é designado para actividades de cobertura se existir um documento formal da relação entre o instrumento coberto e o instrumento de cobertura e se a cobertura for eficaz desde o início e, prospectivamente, ao longo da sua vida.

Uma cobertura é eficaz, num intervalo entre 80% e 125%, quando as alterações no justo valor (ou nos fluxos de caixa) do instrumento financeiro de cobertura compensam quase inteiramente as alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

A eficácia é avaliada no final de cada ano ou na data do relatório intercalar, utilizando

- testes prospectivos, para demonstrar uma expectativa de eficácia a fim de se qualificar para a contabilidade de cobertura;
- testes retrospectivos, para garantir que a relação de cobertura tem sido altamente eficaz ao longo do período de relato, medindo a medida em que a cobertura conseguida se desvia de uma cobertura perfeita.

Se os testes não demonstrarem a efetividade da cobertura, a contabilidade de cobertura, tal como indicado acima, é descontinuada e o contrato derivado é reclassificado para activos financeiros ou passivos financeiros detidos para negociação, sendo portanto mensurado de forma consistente com a sua classificação.

No caso da macro cobertura, a IAS 39 permite o estabelecimento de uma cobertura de justo valor para a exposição ao risco de taxa de juro de uma quantia designada de activos ou passivos financeiros, de modo a que um grupo de contratos de derivados possa ser utilizado para compensar as alterações no justo valor dos itens cobertos à medida que as taxas de juro variam.

As coberturas macro não podem ser aplicadas a uma posição líquida que seja a diferença entre activos e passivos financeiros.

A cobertura macro é considerada altamente eficaz se, no início e em períodos subsequentes, as variações no justo valor do montante coberto forem compensadas pelas variações no justo valor dos derivados de cobertura no intervalo de 80% a 125%.

6. Investimentos

Os investimentos em empreendimentos conjuntos (IFRS 11), bem como em empresas sujeitas a influência significativa (IAS 28), são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é inicialmente reconhecido pelo custo.

Se existirem indícios de que o valor de um investimento está em imparidade, o valor recuperável do investimento é estimado, tendo em conta o valor atual dos fluxos de caixa futuros que irá gerar, incluindo o seu valor de alienação.

Se o valor de recuperação for inferior ao valor contabilístico, a diferença é registada na demonstração de resultados.

Em períodos subsequentes, se as razões para a imparidade deixarem de existir, o valor original pode ser restaurado através da demonstração de resultados.

7. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui mobiliário, instalações, equipamento técnico e outros equipamentos e activos relacionados com a atividade de locação financeira.

Estas imobilizações corpóreas são utilizadas para fornecer bens e serviços, para serem alugadas a terceiros ou para fins administrativos e espera-se que sejam utilizadas durante mais de um período.

O item está dividido nas seguintes categorias:

- activos para utilização na empresa;
- activos detidos para fins de investimento.

Os activos detidos para uso na empresa são utilizados para fornecer bens e serviços, bem como para fins administrativos, e espera-se que sejam utilizados durante mais do que um período. Normalmente, esta categoria inclui também activos detidos para serem alugados ao abrigo de acordos de locação financeira.

Esta rubrica inclui igualmente activos fornecidos pelo Grupo na sua qualidade de locador de contratos de locação operacional.

Os activos em locação financeira incluem veículos fornecidos ao abrigo de contratos de locação operacional pelas empresas de aluguer de automóveis de longo e curto prazo do Grupo. Os créditos comerciais a cobrar no âmbito dos processos de cobrança relativos à locação operacional são classificados na rubrica 130. "Outros activos". Os contratos de locação operacional com cláusula de recompra são igualmente incluídos na rubrica 130. "Outros activos".

Os activos fixos tangíveis compreendem também as benfeitorias em imóveis arrendados, sempre que tais despesas sejam geradoras de valor acrescentado em relação a activos identificáveis e separáveis. Neste caso, a classificação é feita nas sub-rubricas específicas de referência em relação ao ativo.

Os activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo o preço de compra e todos os encargos acessórios incorridos diretamente com a compra e a entrada em funcionamento do ativo. Os custos incorridos após a compra só são capitalizados se conduzirem a um aumento dos benefícios económicos futuros decorrentes do ativo a que se referem. Todos os outros custos são registados na demonstração de resultados quando incorridos.

Subsequentemente, os activos fixos tangíveis são reconhecidos ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo em conta a vida útil remanescente e o valor do bem.

Em cada data de relato, se existir alguma evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o valor contabilístico do ativo é comparado com o seu valor realizável - igual ao maior entre o justo valor, líquido de quaisquer custos de venda, e o valor de uso do ativo, definido como o valor atual líquido dos fluxos de caixa futuros gerados pelo ativo. As eventuais perdas e ajustamentos por imparidade são registados na demonstração de resultados, rubrica 210. "Imparidade/reintegração de activos tangíveis".

Se as razões que deram origem à imparidade já não se aplicarem, então a perda é revertida pela quantia que reporia o ativo ao valor que teria na ausência de qualquer imparidade, menos a depreciação acumulada.

Os custos directos iniciais incorridos na negociação e execução de um acordo de exploração são adicionados aos activos locados em parcelas iguais, com base na duração do acordo.

Os activos fixos tangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando são retirados da produção e não se esperam mais benefícios económicos dos mesmos. Qualquer diferença entre o preço de venda ou o valor de realização e a quantia escriturada é reconhecida nos resultados, rubrica 280. "Ganhos (perdas) com a venda de investimentos".

8. Activos intangíveis

Os activos incorpóreos são activos não monetários a longo prazo, identificáveis apesar de serem intangíveis, controlados pelo Grupo e que são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros.

Os activos intangíveis incluem principalmente goodwill, software, marcas registadas e patentes.

O goodwill representa a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais.

No caso do software gerado internamente, os custos incorridos com o desenvolvimento do projeto são reconhecidos como activos intangíveis, desde que se verifiquem as seguintes condições: viabilidade técnica, intenção de conclusão, utilidade futura, disponibilidade de recursos técnicos e financeiros suficientes e capacidade de medir com fiabilidade os custos do projeto.

Os activos intangíveis são reconhecidos se forem identificáveis e tiverem origem em direitos legais ou contratuais.

Os activos intangíveis adquiridos separadamente e/ou gerados internamente são inicialmente reconhecidos pelo seu custo e, com exceção do goodwill, são amortizados linearmente ao longo da sua vida útil remanescente.

Subsequentemente, são mensurados ao custo deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. A vida útil dos activos intangíveis é definida ou indefinida.

Os activos incorpóreos de vida definida são amortizados durante a sua vida útil e estão sujeitos a uma verificação da adequação do seu valor sempre que existam indicações de uma possível perda de valor. O período de amortização de um ativo intangível de vida definida é revisto pelo menos uma vez por ano, no final do exercício. Alterações na vida útil em que os benefícios económicos futuros relacionados com o ativo

se materializarão resultam em alterações no período de amortização e são consideradas como alterações nas estimativas. A amortização dos activos intangíveis de vida útil definida é reconhecida na demonstração de resultados na categoria de custo consistente com a função do ativo intangível.

Os activos intangíveis de vida indefinida, incluindo o goodwill, não são amortizados, mas são testados todos os anos para verificar se existem perdas por imparidade, tanto individualmente como ao nível das unidades geradoras de caixa (UGC). Todos os anos (ou sempre que existam indícios de imparidade) o goodwill é testado para efeitos de imparidade. Para o efeito, é identificada a unidade geradora de caixa à qual o goodwill deve ser atribuído. O montante de qualquer imparidade é calculado como a diferença entre a quantia escriturada do goodwill e o seu valor recuperável, se este for inferior. O valor recuperável é igual ao maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa, deduzido de eventuais custos de venda, e o respetivo valor de uso.

Os eventuais ajustamentos são reconhecidos na demonstração de resultados, rubrica 270. "Imparidade do goodwill". Não é permitida a reversão da imparidade do goodwill.

Os activos intangíveis são desreconhecidos aquando da sua alienação ou quando não se esperam mais benefícios económicos dos mesmos. Qualquer diferença entre o preço de venda ou o valor realizável e a quantia escriturada é reconhecida nos resultados, rubrica 280. "Ganhos (perdas) com a venda de investimentos".

9. Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os activos não correntes e grupos de activos/passivos para os quais foi iniciado um processo de alienação e cuja venda é considerada altamente provável são classificados como "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" no ativo e "Passivos associados a activos detidos para venda" no passivo. No caso de transacções sujeitas a autorizações de entidades de supervisão, a política contabilística do Grupo, atribuindo importância significativa a essas autorizações, prevê o reconhecimento de "Activos/passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" na data de receção dessa autorização (expressa ou tácita).

Estes activos/passivos são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor, líquido dos custos de alienação, exceto para certos tipos de activos - tais como todos os instrumentos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - para os quais a IFRS 5 exige que os critérios de mensuração da norma contabilística de referência continuem a ser aplicados.

Os rendimentos e gastos atribuíveis a grupos de activos e passivos detidos para venda, se forem atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas (segundo a IFRS 5), são apresentados na demonstração dos resultados, numa base após impostos, na rubrica "320. Resultado líquido (perda) de unidades operacionais

descontinuadas", enquanto os relativos a activos não correntes individuais detidos para venda são apresentados na rubrica mais apropriada da demonstração dos resultados.

"Operações descontinuadas" significa um segmento importante ou uma área geográfica de atividade, incluindo como parte de um único programa coordenado de desinvestimento, em vez de uma subsidiária adquirida apenas com vista à sua revenda.

10. Impostos correntes e diferidos

Os activos e passivos fiscais são reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica 110. "Activos fiscais" no lado do ativo e na rubrica 60. "Passivos fiscais" no lado do passivo.

De acordo com o "Método do balanço", os impostos correntes e diferidos são contabilizados da seguinte forma:

- activos fiscais correntes, ou seja, pagamentos que excedem os impostos devidos ao abrigo da legislação fiscal nacional aplicável;
- passivos fiscais correntes, ou impostos a pagar segundo as leis fiscais nacionais aplicáveis;
- activos por impostos diferidos, ou seja, impostos sobre o rendimento recuperáveis em anos futuros e relacionados com
- diferenças temporais dedutíveis;
- reporte de prejuízos fiscais não utilizados, e
- créditos fiscais não utilizados transportados.
- passivos por impostos diferidos, ou seja, montantes de imposto sobre o rendimento a pagar em anos futuros devido ao excesso do rendimento em relação ao rendimento tributável devido a diferenças temporais.

Os activos e passivos por impostos correntes e diferidos são calculados aplicando as leis fiscais nacionais em vigor e são contabilizados como uma despesa (rendimento) de acordo com o mesmo regime contabilístico de acréscimo aplicável aos custos e receitas que os geraram.

Geralmente, os activos e passivos por impostos diferidos surgem nos casos em que a dedutibilidade de um custo ou a taxabilidade de um rédito é diferida com respeito ao seu reconhecimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos com base nas taxas de imposto que, à data do balanço, se espera que sejam aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo extinto, com base na legislação fiscal em vigor, e são revistos periodicamente para ter em conta qualquer alteração na legislação.

Além disso, os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que a sua recuperação seja prevista através da produção de rendimentos tributáveis suficientes pela entidade. De acordo com a IAS 12, a probabilidade de existir um rendimento tributável suficiente no futuro deve ser verificada periodicamente. Se a análise revelar que não existe rendimento futuro suficiente, os activos por impostos diferidos são reduzidos em conformidade.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados, rubrica 300. "Imposto sobre o rendimento das unidades operacionais em continuação", com exceção dos impostos relacionados com itens reconhecidos, no exercício corrente ou noutro exercício, diretamente através do capital próprio, tais como os relacionados com ganhos ou perdas em activos financeiros disponíveis para venda e os relacionados com alterações no justo valor de coberturas de fluxos de caixa, cujas alterações de valor são reconhecidas, numa base após impostos, diretamente na demonstração do rendimento integral na "Reserva de avaliação".

Os activos por impostos correntes são apresentados no balanço líquidos de passivos por impostos correntes sempre que se verifiquem as seguintes condições

- existência de um direito executável para compensar as quantias reconhecidas, e
- as partes pretendem liquidar os activos e passivos num único pagamento numa base líquida ou realizar o ativo e simultaneamente extinguir o passivo.

Os activos por impostos diferidos são reportados na Demonstração da posição financeira líquidos de passivos por impostos diferidos sempre que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- existência de um direito de compensar os activos por impostos correntes subjacentes com passivos por impostos correntes, e
- os activos e passivos por impostos diferidos relacionam-se com impostos sobre o rendimento aplicados pela mesma jurisdição fiscal à mesma entidade tributável ou a diferentes entidades tributáveis que pretendem liquidar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida (tipicamente na presença de um acordo de consolidação fiscal).

11. Provisões para riscos e encargos

Benefícios pós-emprego e obrigações semelhantes

Os benefícios pós-emprego, ou seja, as provisões relativas aos benefícios dos empregados a serem pagos após a cessação da relação de trabalho, são estabelecidos de acordo com acordos laborais e são qualificados como planos de benefícios definidos.

As responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos dos empregados e os custos de pensões relevantes associados ao emprego atual são reconhecidos com base em estimativas actuariais, aplicando o "Projected Unit Credit Method". Os ganhos/perdas actuariais resultantes da avaliação das responsabilidades do plano de benefícios definidos são reconhecidos através de outro rendimento integral (OCI) na "Reserva de avaliação".

A taxa de desconto utilizada para calcular o valor atual das obrigações associadas aos benefícios pós-emprego varia em função do país/moeda em que o passivo está denominado e é fixada com base nos rendimentos, à data do balanço, de obrigações emitidas por empresas de primeira linha com uma maturidade média consistente com a do passivo.

Outras disposições

As outras provisões para riscos e encargos referem-se a custos e encargos de natureza específica e existência certa ou provável, mas cujo montante ou data de pagamento é incerto à data do balanço.

As provisões para riscos e encargos são efectuadas apenas quando:

- existe uma obrigação atual (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- o cumprimento desta obrigação é suscetível de ser oneroso;
- a quantia do passivo pode ser estimada de forma fiável.

Quando o valor temporal do dinheiro é significativo, a quantia de uma provisão é calculada como o valor presente dos gastos que supostamente serão incorridos para extinguir a obrigação.

Esta rubrica inclui também as prestações a longo prazo aos empregados, cujos encargos são determinados com os mesmos critérios actuariais que os dos planos de prestações definidas. Os ganhos ou perdas actuariais são todos reconhecidos como incorridos através dos resultados.

12. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

As sub-rubricas Depósitos bancários, Depósitos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos incluem os instrumentos financeiros (com exceção dos passivos financeiros detidos para negociação e reconhecidos pelo seu justo valor) emitidos para obter fundos de fontes externas. Em particular, os títulos de dívida em circulação reflectem as obrigações emitidas pelas empresas do Grupo e os títulos emitidos pelas SPE no âmbito de operações de titularização de créditos.

Estes passivos financeiros são reconhecidos na data de liquidação pelo seu justo valor, que é normalmente o montante cobrado ou o preço de emissão, deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis ao passivo financeiro. Subsequentemente, estes instrumentos são reconhecidos pelo seu custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A única exceção são as obrigações a curto prazo, dado que o valor temporal do dinheiro é negligenciável, que continuam a ser reconhecidas com base no montante cobrado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando atingem a maturidade ou são extintos. O desreconhecimento ocorre também na presença de uma recompra de títulos previamente emitidos. A diferença entre a quantia escriturada do passivo e o preço pago para o recomprar é reconhecida nos resultados, rubrica 100.c) "Ganhos (perdas) na recompra de passivos financeiros".

13. Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem principalmente contratos de derivados que não são designados como instrumentos de cobertura.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente até à sua extinção, com exceção dos contratos de derivados a serem liquidados com a entrega de um instrumento de capital próprio não cotado cujo justo valor não pode ser determinado de forma fiável e que, como tal, são reconhecidos ao custo.

14. Transacções em moeda estrangeira

Le As transacções em moeda estrangeira são inscritas, aquando do reconhecimento inicial, na moeda de referência, aplicando à quantia em moeda estrangeira a taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Em cada data de relato intercalar e de fim de ano, os itens originados numa moeda estrangeira são relatados como se segue:

- os itens monetários e de caixa são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato;

-
- os itens não monetários, reconhecidos ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transação;
 - os itens não monetários, reconhecidos pelo justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de rubricas monetárias e da conversão de rubricas monetárias a taxas de câmbio diferentes das iniciais, ou das utilizadas para converter as contas do ano anterior, são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

Quando um ganho ou uma perda relacionado com um item não monetário é reconhecido através de outro rendimento integral (OCI), a diferença de taxa de câmbio relacionada com esse item também é reconhecida através do OCI. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda é reconhecido através dos lucros ou prejuízos, a diferença de taxa de câmbio relacionada com esse item também é reconhecida através dos lucros ou prejuízos.

15. Transacções em moeda

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, na moeda da conta, aplicando a taxa de câmbio corrente à quantia em moeda estrangeira à data da transação.

Em cada encerramento de balanço ou situação intermédia, as rubricas do balanço em moeda estrangeira devem ser valorizadas da seguinte forma:

- os itens monetários são convertidos à taxa de câmbio da data de fecho;
- as rubricas não monetárias, valorizadas ao custo histórico, são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transação;
- os itens não monetários, mensurados pelo justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de fecho.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes das taxas de conversão iniciais ou das taxas de conversão de demonstrações financeiras anteriores devem ser reconhecidas nos lucros ou prejuízos do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou perda relacionado com um item não monetário é reconhecido como capital próprio, a diferença de câmbio relacionada com esse item também é reconhecida como capital próprio. Por outro lado, quando um lucro ou uma perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos, a diferença de câmbio associada é também reconhecida nos lucros ou prejuízos.

16. Activos e passivos de seguros

Os activos e passivos de seguros que se enquadram no âmbito da IFRS 17 Contratos de Seguros são classificados nesta categoria.

A IFRS 17 define contratos de seguro como os contratos segundo os quais uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de uma terceira parte (o segurado), concordando em indemnizar o segurado no caso de este sofrer perdas como resultado de um acontecimento futuro incerto específico (o acontecimento seguro).

A atividade seguradora do Grupo diz respeito ao resseguro dos riscos de vida e não vida das apólices de seguro vendidas pelas companhias de seguros aos clientes das sociedades de crédito ao consumo, a fim de proteger o pagamento das dívidas.

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro são reconhecidos como a soma algébrica do valor presente de todos os fluxos de caixa contratuais esperados (Fluxo de Caixa Futuro de Valor Presente), descontados para o valor presente e incluindo um Ajustamento de Risco apropriado (para riscos não financeiros) e a Margem de Serviço Contratual, que representa o valor presente dos lucros futuros. Incluído nas estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros relativos ao grupo de contratos de resseguro detidos, está o efeito do risco de incumprimento por parte do emitente do contrato de resseguro, incluindo os efeitos das perdas com garantias e litígios.

No final de cada período de relato, a quantia escriturada do grupo de contratos de seguro é igual à soma de:

- passivo para cobertura residual compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos a serviços futuros afectados ao grupo nessa data, a margem sobre os serviços contratuais do grupo nessa data
- incorreram no passivo de sinistros compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relacionados com serviços passados imputados ao grupo nessa data.

As receitas e despesas são reconhecidas para as seguintes alterações na quantia escriturada do passivo para cobertura residual:

- receitas de seguros: para a redução da responsabilidade pela cobertura residual devido a serviços prestados durante o período;
- custos dos serviços de seguros: para perdas em grupos de contratos onerosos e recuperações dessas perdas;
- c) receitas ou custos de natureza financeira relacionados com contratos de seguro: para o efeito do valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro.

As receitas e despesas são reconhecidas pelas seguintes alterações na quantia escriturada do passivo por sinistros incorridos

- custos dos serviços de seguros: para o aumento da responsabilidade devido a sinistros ocorridos e para os custos incorridos durante o período, excluindo as componentes de investimento;
- custos dos serviços de seguros: para alterações subsequentes nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados com sinistros ocorridos e custos incorridos; e
- receitas ou despesas de natureza financeira relacionadas com contratos de seguro: para o efeito do valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro.

A margem sobre os serviços contratuais no final do período de referência representa o lucro do grupo de contratos de seguro ainda não reconhecido nos resultados do período, uma vez que se relaciona com o serviço a ser prestado no âmbito dos contratos do grupo no futuro.

Em resumo, tal como definido e regido pela IFRS 17, são reconhecidos:

- na rubrica 80 "Activos de seguros", os contratos de cessão de resseguros pertencentes a carteiras de contratos de cessão de resseguros que, segundo o sinal do balanço de encerramento, constituem activos;
- na rubrica 110 "Passivos de seguros", os contratos de cessão de resseguros pertencentes a carteiras de contratos de cessão de resseguros que, segundo o sinal do balanço de encerramento, são passivos;
- nas rubricas 160 "Resultado da prestação de serviços de seguros" e 170 "Saldo das receitas e despesas de carácter financeiro relativas às operações de seguros" da demonstração de resultados:

(i) o saldo das receitas e despesas de serviços de seguros de resseguros cedidos;

(ii) o montante recuperado dos resseguradores e o saldo positivo/negativo dos write-backs e write-downs relacionados com as perdas esperadas decorrentes do risco de incumprimento por parte do ressegurador;

(iii) comissões/outros custos de aquisição registados integralmente nos resultados;

(iv) o saldo, positivo ou negativo, das alterações no valor de balanço do resseguro cedido associado aos efeitos e alterações nos riscos financeiros associados aos fluxos de caixa do resseguro cedido, que não sejam os reconhecidos em outro rendimento integral.

17. Outras informações

Fundo de indemnização dos trabalhadores

O Grupo CA Auto Bank estabeleceu diferentes planos de pensões de prestações definidas e de contribuição definida, em função das condições e das práticas dos países em que exerce a sua atividade.

Em Itália, o fundo de indemnização dos trabalhadores é tratado como "benefícios pós-emprego", classificado como:

- "plano de contribuição definida" para os montantes de indemnização atribuídos aos assalariados a partir de 1 de janeiro dest, 2007 (data de entrada em vigor do Decreto Legislativo n.º 252 sobre a reforma dos fundos de pensões complementares), tanto no caso de o assalariado ter exercido a opção de atribuir os montantes que lhe são imputáveis aos fundos de pensões complementares como no caso de o assalariado ter optado pela atribuição destes montantes ao fundo de tesouraria do INPS. Para estes montantes, o montante contabilizado como despesas de pessoal é determinado com base nas contribuições devidas sem aplicação de métodos de cálculo actuariais;
- plano de benefícios definidos", reconhecido com base no seu valor atuarial determinado pelo "método da unidade de crédito projectada", para as indemnizações vencidas até 31 de dezembro dest, 2006. Estes montantes são reconhecidos com base no seu valor atuarial determinado pelo "método da unidade de crédito projectada". Para atualizar estes montantes, a taxa de desconto foi determinada com base nas taxas de rendibilidade das obrigações emitidas por empresas de primeira linha, tendo em conta a duração média remanescente da responsabilidade, ponderada pela percentagem de qualquer pagamento e adiantamento, para cada data de pagamento, em relação ao montante total a pagar e a pagar antecipadamente até à extinção total da responsabilidade.

Os custos relacionados com o fundo de indemnização dos empregados são reconhecidos na demonstração de resultados, item 190. "Despesas administrativas: a) despesas com pessoal" e incluem, para a parte relativa ao plano de benefícios definidos:

(i) custos de serviços relacionados com empresas com menos de 50 empregados;

(ii) custo dos juros acumulados durante o ano, para a parte de contribuição definida;

(iii) os montantes de indemnização acumulados no ano e creditados aos fundos de pensões ou ao fundo de tesouraria do INPS.

Na demonstração da posição financeira, o item 90. "Fundo de indemnização dos empregados" reflecte o saldo do fundo que sai em 31 de dezembro dest, 2006, menos qualquer pagamento efectuado até 31 de dezembro dest, 2023. Rubrica 80. "Outros passivos" - "Dívida a instituições de segurança social" apresenta a dívida acumulada em 31 de dezembrost, 2023 relativa aos montantes de indemnização a pagar aos fundos de pensões e ao fundo do Tesouro do INPS.

Os ganhos e perdas actuariais, que reflectem a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o valor presente da obrigação no final do ano, são reconhecidos através do capital próprio na reserva de avaliação, de acordo com a IAS 19 revista.

Reconhecimento de receitas

Os proveitos são reconhecidos quando são recebidos ou, caso contrário, quando é provável que deles advenham benefícios futuros e que estes possam ser mensurados com fiabilidade. Em particular, os juros de empréstimos a clientes, as comissões e os juros bancários são classificados na rubrica de juros e proveitos equiparados de empréstimos a bancos e clientes e são reconhecidos ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo.

As comissões e os juros recebidos ou pagos relativos a instrumentos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As taxas e comissões consideradas no custo amortizado para efeitos de determinação da taxa de juro efectiva são excluídas, sendo reconhecidas como proveitos ou custos de juros, consoante o caso.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Os dividendos são reconhecidos no ano em que a sua distribuição é aprovada.

Reconhecimento de custos

Os custos são reconhecidos à medida que são incorridos. Os custos diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e determináveis desde o início, independentemente do momento em que ocorram os respectivos desembolsos, são imputados à demonstração de resultados através da aplicação da taxa de juro efectiva.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

Locações financeiras

As transacções de locação são contabilizadas de acordo com a IFRS 16.

Em particular, o reconhecimento de um acordo de locação como uma transacção de locação baseia-se na substância do acordo sobre o uso de um ou mais activos específicos e se o acordo transfere o direito de usar esse ativo.

Uma locação é uma locação financeira se transferir todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo locado; se não o fizer, então uma locação é uma locação operacional.

Para os contratos de locação financeira em que o Grupo CA Auto Bank actua como locador, os activos fornecidos ao abrigo de acordos de locação financeira são apresentados como um crédito na demonstração da posição financeira por um valor contabilístico igual ao investimento líquido no ativo locado, enquanto todos os pagamentos de juros são reconhecidos como juros e proveitos equiparados (componente financeira dos pagamentos de locação) na demonstração de resultados, enquanto a parte do pagamento da locação relativa à devolução do capital reduz o valor do crédito.

Utilização de estimativas

O relato financeiro requer a utilização de estimativas e pressupostos que podem determinar efeitos significativos nos montantes apresentados na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados, bem como a divulgação de activos e passivos contingentes apresentados no balanço.

A preparação destas estimativas implica a utilização da informação disponível e avaliações subjectivas, baseadas na experiência histórica, utilizadas para estabelecer pressupostos razoáveis para registar as transacções.

Pela sua natureza, as estimativas e os pressupostos utilizados podem variar de um ano para o outro e, como tal, também as quantias escrituradas nos anos seguintes podem variar significativamente, em resultado de alterações nas avaliações subjectivas efectuadas.

Os principais casos em que são necessárias avaliações subjectivas incluem:

- a quantificação das perdas em empréstimos e contas a receber, investimentos e, em geral, em activos financeiros;
- avaliação da recuperabilidade do goodwill e de outros activos intangíveis;
- quantificação das provisões para empregados e das provisões para riscos e encargos;
- estimativas e pressupostos sobre a recuperabilidade dos activos por impostos diferidos.

As estimativas e hipóteses utilizadas são actualizadas periódica e regularmente pelo Grupo. Por outro lado, variações nas circunstâncias reais podem exigir que essas estimativas e pressupostos sejam posteriormente ajustados. Os impactos de alterações de estimativas e pressupostos são reconhecidos diretamente em resultados no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou em períodos futuros, se a revisão afetar quer o período corrente quer períodos futuros.

Seguem-se as principais considerações e pressupostos assumidos pela gestão na aplicação das IFRS e que podem ter um impacto significativo nas quantias reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas ou onde existe um risco significativo de um ajustamento material das quantias escrituradas de activos e passivos durante um período financeiro subsequente.

Recuperabilidade dos activos por impostos diferidos

O Grupo CA Auto Bank tinha activos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias dedutíveis e a benefícios fiscais teóricos decorrentes de reporte de prejuízos fiscais. O Grupo registou este montante por considerar que é provável a sua recuperação.

Para determinar esta quantia, a direção tomou em consideração os valores dos orçamentos e previsões consistentes com os utilizados para o teste de imparidade e discutidos no parágrafo anterior sobre a quantia recuperável dos activos.

Além disso, considera-se que as contrapartidas reconhecidas são suficientes para proteger contra o risco de uma deterioração adicional dos pressupostos destas previsões, tendo em conta que os activos diferidos líquidos assim reconhecidos dizem respeito a diferenças temporárias e a prejuízos fiscais que, em grande medida, podem ser recuperados durante um período muito longo, sendo, por conseguinte, consistentes com uma situação em que o tempo necessário para sair da crise e para que ocorra uma recuperação económica se estende para além do horizonte implícito nas estimativas acima referidas.

Planos de pensões e outros benefícios pós-emprego

Os passivos relativos aos benefícios dos empregados com os respectivos activos, custos e despesas líquidas de juros são medidos numa base atuarial, o que exige a utilização de estimativas e pressupostos para determinar os passivos líquidos ou os activos líquidos.

O método atuarial tem em consideração parâmetros de natureza financeira, tais como a taxa de desconto e a taxa de rendimento esperada a longo prazo dos activos do fundo, a taxa de crescimento dos salários, bem como a probabilidade de potenciais acontecimentos futuros, utilizando pressupostos demográficos, tais como taxas de mortalidade, taxas de despedimento ou de reforma.

Em particular, as taxas de desconto seleccionadas baseiam-se nas curvas de rendimento de obrigações de empresas de alta qualidade no mercado relevante. Os rendimentos esperados dos activos do fundo são determinados tendo em conta vários dados de uma série de consultores relativos aos rendimentos do mercado de capitais a longo prazo, à inflação, aos rendimentos actuais das obrigações e a outras variáveis, ajustados a quaisquer aspectos específicos da estratégia de investimento dos activos. As taxas de crescimento salarial reflectem as expectativas reais a longo prazo do Grupo no mercado de referência e as tendências da inflação.

As alterações em qualquer um destes pressupostos podem ter um efeito nas contribuições futuras para os planos.

Passivos contingentes

O Grupo constitui provisões para litígios e processos judiciais em curso quando se considera provável a existência de uma saída de fundos e quando o montante das perdas daí resultantes possa ser razoavelmente estimado. Se a saída de fundos for possível, mas o seu montante não puder ser estimado, o assunto é objeto de divulgação no anexo. O Grupo é objeto de processos judiciais e fiscais que abrangem um conjunto de matérias que se encontram pendentes em diversas jurisdições. Devido à incerteza inerente a estes assuntos, é difícil prever a saída de fundos que resultará destes litígios. Além disso, os processos e reclamações contra o Grupo derivam frequentemente de questões jurídicas complexas e difíceis que estão sujeitas a um grau diferente de incerteza, incluindo os factos e circunstâncias inerentes a cada caso, jurisdição e diferentes leis aplicáveis, que são cuidadosamente analisados.

Tratamento da transação de factoring com envolvimento contínuo

Em resultado deste tipo de transação, que é considerada uma cessão sem recurso, o Banco tem um envolvimento residual no ativo financeiro transferido, uma vez que contratualmente perante o fator existem obrigações inerentes aos créditos transferidos.

Para efeitos da aplicação das disposições da IFRS 7, na Parte E das presentes Demonstrações Financeiras, são fornecidas informações qualitativas e quantitativas.

Transacções de auto-securitização

À data de fecho do Relatório Financeiro Consolidado, é de salientar que o CA Auto Bank efectuou três operações de auto-securitização, tendo adquirido a totalidade dos títulos emitidos. Estas operações foram iniciadas em conformidade com os requisitos de retenção previstos no Regulamento Europeu de Titularização.

Os activos financeiros subjacentes aos títulos emitidos dizem respeito a carteiras de empréstimos a prestações (autoloans) resultantes da atividade de crédito ao consumo para a compra de automóveis, a carteiras de créditos resultantes da atividade de locação financeira e a carteiras de empréstimos a prestações (autoloans) e créditos resultantes da atividade de locação financeira.

Risco de crédito

O custo do risco do Grupo CA Auto Bank é função de factores como

- actividades principais: apoio à rede de concessionários, empréstimos e alugueres e ofertas de mobilidade para clientes finais;
- políticas conservadoras de aceitação de crédito, apoiadas por classificações, pontuações e motores de decisão;
- acompanhamento do desempenho do crédito, com deteção rápida de situações de deterioração do desempenho através de indicadores de alerta precoce;
- acções eficazes de cobrança de créditos.

Tal permite manter um nível reduzido de créditos não produtivos e de clientes/contratos que apresentam um aumento do risco.

Também durante o período em análise, o desempenho do custo do risco foi extremamente positivo, fixando-se em 0,40% da carteira média em circulação, o que foi 1 ponto base inferior à métrica comparável em dezembro de 2022.

Qualidade do crédito

Rubrica 40.b) - Empréstimos e contas a receber de clientes (€/mil)

Descrição	12/31/2023			12/31/2022		
	Exportações brutas	Provisão para empréstimos e locações	Exposição líquida	Exportações brutas	Provisão para empréstimos e locações	Exposição líquida
- Riscos de crédito mal parado	114,604	(72,415)	42,189	92,806	(65,787)	27,019
- Pouco provável que pague	72,807	(30,512)	42,294	62,935	(32,692)	30,243
-Não executada Vencida	310,851	(105,406)	205,446	225,840	(69,373)	156,467
Empréstimos não produtivos	498,262	(208,333)	289,929	381,581	(167,852)	213,729
Empréstimos em execução	24,466,310	(160,171)	24,306,139	22,832,632	(135,477)	22,697,155
Total	24,964,572	(368,504)	24,596,068	23,214,213	(303,329)	22,910,884

Descrição	12/31/2023			12/31/2022		
	Peso bruto de exposição	Ponderador de risco líquido	Rácio de cobertura	Peso bruto de exposição	Ponderador de risco líquido	Rácio de cobertura
- Riscos de crédito mal parado	0.46%	0.17%	63.19%	0.40%	0.12%	70.89%
- Pouco provável que pague	0.29%	0.17%	41.91%	0.27%	0.13%	51.95%
-Não executada Vencida	1.25%	0.84%	33.91%	0.97%	0.68%	30.72%
Empréstimos não produtivos	2.00%	1.18%	41.87%	1.64%	0.93%	43.99%
Empréstimos em execução	98.00%	98.82%	0.65%	98.36%	99.07%	0.59%
Total	100.00%	100.00%	1.48%	100.00%	100.00%	1.31%

A qualidade do crédito é confirmada a um nível excelente, com os empréstimos de cobrança duvidosa a representarem 2,00% da exposição líquida total. A exposição líquida de empréstimos de cobrança duvidosa ascendeu a 290 milhões de euros, em comparação com uma exposição líquida total de 25 mil milhões de euros.

As exposições não produtivas em percentagem da carteira em circulação registaram um ligeiro agravamento em relação ao ano anterior.

A provisão para perdas com empréstimos e locações ascendia a 369 milhões de EUR no final de 2023, em comparação com 303 milhões de EUR no final de 2022; a exposição bruta a empréstimos com imparidade ascendia a 498 milhões de EUR, em comparação com 382 milhões de EUR no final de 2022.

Risco jurídico

Na Alemanha, alguns concessionários, em representação da sua associação profissional, iniciaram um litígio judicial relativo às comissões de serviço que lhes eram cobradas pelo FCA Bank Deutschland GmbH, nos termos dos seus contratos de crédito. A decisão de primeira instância foi favorável à nossa sucursal alemã (atualmente uma sucursal do CA Auto Bank S.p.A.) e confirmou o respeito do quadro regulamentar. No recurso, por outro lado, o Tribunal proferiu uma decisão contrária, considerando estas comissões não conformes. Dado que a posição do FCA Bank Deutschland GmbH (atualmente CA Auto Bank S.p.A. Niederlassung Deutschland) era sólida sobre esta questão, foi decidido interpor um novo recurso.

Uma vez que se aguardava ainda uma resposta das autoridades locais relativamente à admissibilidade do processo no Supremo Tribunal, e dado que a direção local está a considerar que seria necessário/aconselhável iniciar negociações com os concessionários, considerou-se adequado constituir uma provisão para riscos de 4 milhões de euros à data do balanço, uma vez que o risco de uma decisão adversa foi considerado "provável".

Ao longo do primeiro semestre de 2023, a fim de atenuar o risco de uma decisão desfavorável do Supremo Tribunal, foram iniciadas negociações com os concessionários, facilitadas através das respetivas associações. Em resultado destas negociações, foi alcançado com êxito um acordo, que implicou um desembolso totalmente coberto pela provisão constituída no final de 2022.

O processo no Supremo Tribunal foi concluído em 25 de abril deth, 2023, tendo o recurso sido formalmente retirado.

É igualmente de salientar que está em curso uma inspeção fiscal na sucursal alemã, relativamente à qual não surgiram, até ao momento, quaisquer provas específicas que justifiquem a atribuição de provisões. É de notar que, durante o mês de fevereiro, a sucursal alemã foi notificada de um relatório final de auditoria da agência alemã.

Como resultado do procedimento iniciado pela Agência Tributária, que envolveu a reclassificação de parte dos montantes originalmente facturados (isentos de impostos) pelos concessionários ao CA Auto Bank S.p.A. em vários anos como taxas de corretagem, este último, juntamente com a Stellantis Europe S.p.A., embora confirmando a correção da abordagem fiscal e sem admitir nada, decidiu em setembro passado - com o único objetivo de evitar o prolongamento do litígio e os custos relacionados - resolver com a Agência Tributária as questões pendentes relativas ao período 2017-2019.

O acordo entre o CA Auto Bank S.p.A., a Stellantis e a Agência Tributária resultou no pagamento, em setembro, de uma multa de 1,9 milhões de euros em troca da aceitação da dedutibilidade total do IVA cobrado pelos concessionários pela reclassificação de facturas isentas em facturas tributáveis.

Durante o ano de 2024, a Empresa continuará a discutir com a Agência das Receitas para ver se existem condições para chegar a um acordo também para 2016.

Informação sobre a transferência de activos financeiros entre carteiras

Durante o período em análise, não foram efectuadas transferências entre carteiras.

Informações sobre o justo valor

A divulgação sobre a alteração no justo valor exigida pela IFRS 13 aplica-se aos instrumentos financeiros e aos activos e passivos não financeiros que são mensurados pelo justo valor, numa base recorrente ou não recorrente.

Esta norma exige que o justo valor seja determinado de acordo com uma hierarquia de três níveis baseada no significado dos inputs utilizados nessa mensuração:

- Nível 1 (L1): preços cotados (sem ajustamentos) num mercado ativo - tal como definido pela IFRS 9 - para os activos e passivos a serem mensurados;
- Nível 2 (L2): inputs que não sejam preços de mercado cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis quer diretamente (preços) quer indiretamente (derivados de preços) no mercado;
- Nível 3 (L3): inputs que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

Os métodos adoptados pela Empresa para determinar o justo valor são ilustrados abaixo.

Os instrumentos financeiros, classificados (L1), cujo justo valor é igual ao seu valor de mercado (instrumentos cotados num mercado ativo) referem-se a

- Obrigações do Estado austríaco adquiridas pela filial austríaca, cotadas em mercados regulamentados (rubrica 30. "Activos financeiros designados pelo justo valor com efeitos no rendimento integral");
- notas emitidas pelo CA Auto Bank S.p.A. através da sucursal irlandesa e da filial suíça no âmbito do programa Euro Medium Term Notes e cotadas em mercados regulamentados (rubrica 10. "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - c) títulos em circulação");

-
- obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização, colocadas junto do público ou de investidores privados, por diferentes entidades do Grupo (rubrica 10. "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - c) títulos em emissão".

Para as obrigações cotadas emitidas no âmbito de operações de titularização, é feita referência aos preços cotados pela Bloomberg.

Os activos e passivos financeiros classificados como (L2), cujo justo valor é determinado com base em dados diferentes dos preços de mercado cotados que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços) no mercado, referem-se a

- Derivados de negociação no mercado de balcão para cobertura de operações de titularização;
- Instrumentos derivados do mercado de balcão contratados para cobrir os créditos das empresas do Grupo;
- empréstimos a bancos; o justo valor para esta rubrica é determinado apenas para efeitos de divulgação.

A carteira de créditos (rubrica 40. "Activos financeiros valorizados ao custo amortizado - b) Empréstimos e contas a receber de clientes"), os empréstimos contraídos e outras obrigações emitidas, não cotadas, são classificados em L3; o justo valor para esta rubrica é determinado apenas para efeitos de divulgação.

Os instrumentos derivados são avaliados através do desconto dos seus fluxos de caixa às taxas indicadas nas curvas de rendimento fornecidas pela Bloomberg.

De acordo com a IFRS 13, para determinar o justo valor, o Grupo CA Auto Bank considera o risco de incumprimento, que inclui alterações na qualidade de crédito da entidade e das suas contrapartes.

Nomeadamente:

- um CVA (Credit Value Adjustment) é um montante negativo que tem em conta cenários em que a contraparte falha antes da Empresa e a Empresa tem uma exposição positiva à contraparte. Nestes cenários, a Empresa incorre numa perda igual ao valor de substituição do derivado;
- O DVA (Debt Value Adjustment) é um montante positivo que tem em conta cenários em que a Empresa falha antes da contraparte e a Empresa tem uma exposição negativa à contraparte. Nestes cenários, a Empresa obtém um ganho por um montante igual ao custo de substituição do derivado.

A avaliação dos títulos de dívida em circulação baseia-se nos preços publicados na Bloomberg.

Para os títulos cotados e não cotados, é feita referência aos preços cotados, tomando como referência transacções equivalentes.

Para as obrigações cotadas emitidas no âmbito de operações privadas de titularização, a referência é fornecida por bancos de primeira linha activos no mercado, tomando como referência transacções equivalentes ou efectuadas ao valor nominal das obrigações ou ao justo valor atribuído pela contraparte bancária que as subscreveu.

O Grupo utiliza métodos de avaliação (Mark to Model) em conformidade com os métodos geralmente aceites e utilizados pelo mercado. Os modelos de avaliação baseiam-se no desconto dos fluxos de caixa futuros e na estimativa da volatilidade; são revistos no momento da sua elaboração e periodicamente, para garantir a sua total coerência com os objectivos da avaliação.

Estes métodos utilizam dados baseados em preços prevalecentes em transacções recentes do instrumento a ser medido e/ou preços/cotações de instrumentos com características semelhantes em termos de perfil de risco.

A.4.1 JUSTO VALOR NÍVEIS 2 E 3: TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO E INPUTS UTILIZADOS

Nível 2: este nível inclui todos os instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo, mas cuja avaliação se baseia em dados observáveis no mercado. Para o efeito, foram definidos modelos de mensuração universalmente reconhecidos, que se referem a dados observáveis no mercado. Os contratos de derivados são avaliados através de algoritmos de cálculo específicos, em função do tipo de categoria de transação.

Nível 3: este nível inclui todos os instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo e cuja avaliação não se baseia em dados observáveis no mercado ou na avaliação comunicada por operadores de mercado qualificados.

A.4.2 processos e sensibilidade da medição

A definição da categoria de justo valor dos instrumentos financeiros evidenciados nas demonstrações financeiras é a seguinte: é dada prioridade absoluta aos preços oficiais disponíveis em mercados activos para os activos e passivos a mensurar (Nível 1) ou para os activos e passivos que são mensurados com recurso a técnicas baseadas em parâmetros observáveis no mercado (Nível 2); é dada menor prioridade aos activos e passivos cujo justo valor é determinado com base em técnicas de mensuração referentes a parâmetros não observáveis no mercado e, portanto, mais discricionárias (Nível 3).

A.4.3 Hierarquia do justo valor

Durante o período não foram efectuadas transferências entre níveis de justo valor.

A.4.4 Outras informações

Os casos previstos pela IFRS 13 nos parágrafos 51, 93 alínea (i), e 96 não se aplicam ao Grupo.

A.4.5 Hierarquia do justo valor

A.4.5.1 Activos e passivos valorizados pelo justo valor numa base recorrente: discriminação por níveis de justo valor

Activos/Passivos mensurados ao justo valor	12/31/2023			12/31/2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	9,187	-	-	-	-
a) Activos financeiros detidos para negociação	-	9,187	-	-	-	-
b) Activos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
c) Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados ao justo valor	-	-	-	-	-	-
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	9,305	-	-
3. Derivados de cobertura	-	263,105	-	-	550,433	-
4. Activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
5. Activos incorpóreos	-	-	-	-	-	-
Total	-	272,292	-	9,305	550,433	-
1. Passivos financeiros detidos para negociação	-	10,925	-	-	868	-
2. Passivos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
3. Derivados de cobertura	-	162,514	-	-	180,524	-
Total	-	173,439	-	-	181,392	-

Legenda:

L1 = Nível 1 L2 = Nível 2 L3 = Nível 3

A.4.5.4 Activos e passivos não mensurados pelo justo valor ou mensurados pelo justo valor numa base não recorrente: desagregação por nível de justo valor

Activos/Passivos não mensurados pelo justo valor ou mensurados pelo justo valor numa base não recorrente	12/31/2023				12/31/2022			
	VB	L1	L2	L3	VB	L1	L2	L3
1. Activos financeiros ao custo amortizado	24,730,917		134,849	24,466,424	23,028,785	-	117,901	22,419,595
2. Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Activos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	-			-	-	-	-	-
Total	24,730,9917	-	134,849	24,466,424	23,028,785	-	117,901	22,419,595
1. Passivos financeiros ao custo amortizado	26,532,431	7,091,713	-	19,151,160	23,056,671	6,125,145	-	16,946,960
2. Passivos associados a activos classificados como detidos para venda	-				-	-	-	-
Total	26,532,431	7,091,713	-	19,151,660	23,059,671	6,125,145	-	16,946,960

Legenda:

BV=Valor contabilístico L1 = Nível 1 L2 = Nível 2 L3 = Nível 3

A.5 INFORMAÇÕES SOBRE "LUCROS/PERDAS DO PRIMEIRO DIA"

O parágrafo 28 da IFRS 7 diz respeito a cenários em que um instrumento financeiro, inicialmente reconhecido pelo justo valor mas não negociado num mercado ativo, pode ter um preço de transação, que geralmente reflecte a melhor estimativa do justo valor do instrumento financeiro, que difere do justo valor determinado pelas técnicas de mensuração da entidade.

Nesses casos, é reconhecido um ganho ou uma perda aquando da aquisição, sendo necessária uma divulgação adequada por classe de instrumento financeiro.

É importante notar que em 2023 este caso específico não se aplicava ao Grupo.

PARTE B - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

ACTIVO

Secção 1 - Caixa e equivalentes de caixa - Número 10

Esta rubrica inclui cheques bancários, ordens de pagamento, dinheiro e valores em caixa.

1.1 Caixa e saldos de caixa

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
(a) Dinheiro	62	16
(b) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos centrais	985,061	1,795,033
(c) Contas correntes e depósitos à ordem em bancos	688,695	1,344,737
Total	1,673,818	3,139,786

As contas correntes e os depósitos à ordem incluem depósitos das Special Purpose Vehicles utilizadas em titularizações no montante de 192 024 milhares de euros (178 milhões de euros em 31 de dezembro dest, 2022). A afetação destes depósitos está sujeita a restrições, de acordo com requisitos contratuais específicos.

Em pormenor, a liquidez por Entidade de Finalidade Especial é a seguinte

SPV	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
A-Best Seventeen S.r.l.	11,988	22,725
A-Best Dezanove UG	24,383	53,585
A-Best Fourteen S.r.l.	-	64,224
A-Best Sixteen UG	-	14,645
A-Best Vinte	12,420	-
A-Best Vinte e um UG	27,231	23,071
A-Best Twenty-Two S.r.l.	35,041	-
NIXES SIX PLC	74,648	-
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	6,313	-
Total	179,604	178,250

A Reserva de Liquidez destina-se a fazer face a eventuais défices de liquidez para o pagamento dos juros dos títulos de categoria superior e de determinadas despesas específicas.

A liquidez dos depósitos bancários das SPVs é afetada ao pagamento de

- aquisição de uma nova carteira de empréstimos;
- resgate de títulos;
- juros sobre os títulos de classe superior;
- despesas de funcionamento do SPV.

Os depósitos e contas correntes incluem, para o remanescente, depósitos temporários em dinheiro em bancos e saldos em contas correntes bancárias no final do período, relacionados com a atividade normal das empresas.

Secção 2 - Activos financeiros mensurados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos

2.1 Activos financeiros detidos para negociação: desagregação por produto

Item/Valores	Total 12/31/2023			Total 12/31/2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
A. Activos líquidos						
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
1.1 Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-
1.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	-	-	-
3. Unidades de UCI	-	-	-	-	-	-
4. Financiamento	-	-	-	-	-	-
4.1 Acordos de recompra	-	-	-	-	-	-
4.2 Outros	-	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-	-
B. Instrumentos derivados	-	-	-	-	-	-
1. Derivados financeiros	-	9,187	-	-	-	-
1.1 negociação	-	-	-	-	-	-
1.2 relacionado com a opção do justo valor	-	-	-	-	-	-
1.3 outros	-	9,187	-	-	-	-
2. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-
2.1 negociação	-	-	-	-	-	-
2.2 relacionados com a opção do justo valor	-	-	-	-	-	-
2.3 outros	-	-	-	-	-	-
Total (B)	-	9,187	-	-	-	-
Total (A+B)	-	9,187	-	-	-	-

O item também contém derivados subscritos pelo grupo Leasys.

2.2 Activos financeiros detidos para negociação: desagregação por devedor/emiteinte/contraparte

Item/Valores	12/31/2023	12/31/2022
A. Activos líquidos		
1. Títulos de dívida	-	-
(a) Bancos centrais	-	-
(b) Administrações públicas	-	-
c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-
(e) Sociedades não financeiras	-	-
2. Títulos de capital	-	-
(a) Bancos	-	-
(b) Outras sociedades financeiras	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-
(c) Sociedades não financeiras	-	-
(d) Outros emitentes	-	-
3. Unidades de UCI	-	-
4. Empréstimos	-	-
(a) Bancos centrais	-	-
b) Administrações públicas	-	-
c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-
(e) Sociedades não financeiras	-	-
(f) Agregados familiares	-	-
Total (A)	-	-
B. Instrumentos derivados		
(a) Contrapartes centrais	-	-
(b) Outros	9,187	-
Total (B)	9,187	-
Total (A+B)	9,187	-

Secção 3 - Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral -
Número 30

3.1 Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral:
desagregação por produto

Item/Valores	Total 12/31/2023			Total 12/31/2022		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Títulos de dívida	-	-	-	9,305	-	-
1.1 Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-
1.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	9,305	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	-	-	-
3. Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	9,305	-	-

Legenda: L1 = Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica incluía obrigações cotadas emitidas pelo Estado austríaco e detidas pelo CA Auto Bank GmbH (Áustria); estes montantes constituíam depósitos obrigatórios prescritos pelo Banco Central local. No segundo semestre do ano de 2023, foram alienados.

3.2 Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral:
desagregação por devedor/emissor

Item/Valores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Títulos de dívida	-	9,305
(a) Bancos centrais	-	-
(b) Administrações públicas	-	9,305
(c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-
(e) Sociedades não financeiras	-	-
2. Títulos de capital	-	-
(a) Bancos	-	-
(b) Outros emitentes:	-	-
- outras sociedades financeiras	-	-
dos quais: companhias de seguros	-	-
- sociedades não financeiras	-	-
- outros	-	-
3. Empréstimos	-	-
(a) Bancos centrais	-	-
(b) Administrações públicas	-	-
(c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-
(e) Sociedades não financeiras	-	-
(f) Agregados familiares	-	-
Total	-	9,305

3.3 Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: valor bruto e correções de valor totais

	Valor bruto					Total das correções de valor				Total parcial das amortizações *
	Primeira fase	dos quais: Instrumentos de baixo risco de crédito	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 31/12/2022	9,305	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Montante a indicar a título informativo

Secção 4 - Activos financeiros mensurados ao custo amortizado - Número 40

4.1 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição por produto de empréstimos e adiantamentos a bancos

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023						Total 12/31/2022					
	Valor contabilístico			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3
A Contas a receber de bancos centrais	38,248	-	-	-	38,248	-	40,471	-	-	-	40,471	-
1. Depósitos a prazo	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
2. reservas obrigatórias	38,014	-	-	X	X	X	40,316	-	-	X	X	X
3. REPO	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
4. Outros	234	-	-	X	X	X	155	-	-	X	X	X
B. A Contas a receber de bancos	96,602	-	-	-	96,602	-	77,430	-	-	-	77,430	-
1. Empréstimos	96,602	-	-	-	96,602	-	77,430	-	-	-	77,430	-
1.1 Contas correntes	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
1.2. Depósitos a prazo	46	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
1.3. Outros empréstimos:	96,556	-	-	X	X	X	77,430	-	-	X	X	X
- REPOs	23,269	-	-	X	X	X	23,351	-	-	X	X	X
- Locações financeiras	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
- Outros	73,287	-	-	X	X	X	54,079	-	-	X	X	X
2. Dívidas mobiliárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	134,850	-	-	-	134,850	-	117,901	-	-	-	117,901	-

Legenda: L1 = Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

4.2 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição das locações e dos empréstimos a clientes

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023						Total 12/31/2022					
	Valor contabilístico			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	L1	L2	L3
1. Empréstimos	24,306,138	289,930	-	-	-	24,939,111	22,697,155	213,729	-	-	-	22,419,595
1.1 Depósitos de clientes	45,846	-	-	X	X	X	61,269	-	-	X	X	X
1.2. REPO	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
1.3. Mortes	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
1.4. Cartões de crédito, empréstimos pessoais e perdas na afetação de salários	322,147	13,350	-	X	X	X	199,457	3,267	-	X	X	X
1.5 Empréstimos por locação financeira	8,842,608	91,075	-	X	X	X	6,045,749	61,913	-	X	X	X
1.6. Factorização	2,876,002	22,433	-	X	X	X	4,425,048	41,764	-	X	X	X
1.7. Outros empréstimos	12,219,535	163,072	-	X	X	X	11,965,632	106,785	-	X	X	X
2. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	24,306,138	289,930	-	-	-	24,939,111	22,697,155	213,729	-	-	-	22,419,595

Para efeitos de reporte de gestão, é de referir que o quadro de reconciliação entre o Crédito a Clientes (24.965 €/mIn) inclui em "Depósito de Clientes" um montante de 45 milhões de euros.

Factoring

Esta rubrica inclui os créditos da rede de concessionários, no montante de 2 mil milhões de euros, cedidos sem recurso pelos parceiros comerciais às sociedades do Grupo CA Auto Bank.

Outros financiamentos

Esta rubrica inclui os créditos relativos a empréstimos a prestações concedidos para a compra de veículos automóveis e a empréstimos pessoais.

As contas a receber também incluem custos/receitas de transação relacionados com a conta a receber individual, especificamente:

- subsídios recebidos para campanhas de promoção;
- comissões recebidas dos clientes;
- os incentivos e bónus pagos à rede de vendas;
- comissões recebidas pela venda de produtos auxiliares.

As contas a receber incluem 4,6 mil milhões de euros relativos às contas a receber do SPV, reconhecidas nas demonstrações financeiras em conformidade com a IFRS 10.

Esta rubrica reflecte os créditos relativos a empréstimos concedidos à rede de concessionários de parceiros industriais para promover o desenvolvimento da rede de vendas, as necessidades comerciais relacionadas com a gestão de veículos usados e as necessidades específicas de financiamento a curto e médio prazo.

Inclui também os empréstimos, relacionados com a atividade de retalho, concedidos pelo Grupo CA Auto Bank a entidades jurídicas classificadas nesta rubrica, em conformidade com a definição de Crédito ao Consumo do Banco de Itália.

4.3 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição por mutuário/emissor de locações e empréstimos a clientes

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023			Total 12/31/2022		
	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	Primeira e segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
(a) Administrações públicas	-	-	-	-	-	-
(b) Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
Dos quais: companhias de seguros	-	-	-	-	-	-
(c) Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
2. Empréstimos a:	24,306,136	289,930	-	22,697,155	213,729	-
(a) Entidades do sector público	16,286	17	-	11,349	667	-
(b) Outras sociedades financeiras	153,487	3,002	-	179,562	710	-
Dos quais: companhias de seguros	55	-	-	70	-	-
(c) Sociedades não financeiras	7,683,155	99,875	-	8,928,156	90,409	-
d) Agregados familiares	16,453,208	187,036	-	13,578,088	121,943	-
Total	24,306,136	289,930	-	22,697,155	213,729	-

4.4 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado: valor bruto e correções de valor totais

	Valor bruto					Correções de valor				Total das amortizações parciais*
	Primeira fase	dos quais: Instrumentos com baixo risco de crédito	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada	
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	23,346,606	13,577,076	1,254,554	498,262	-	107,856	52,315	208,333	-	595
Total 31/12/2023	23,346,606	13,577,076	1,254,554	498,262	-	107,856	52,315	208,333	-	595
Total 31/12/2022	21,927,558	13,339,323	1,022,739	381,581	-	80,941	54,300	167,852	-	69

* Montante a indicar a título informativo

Secção 5 - Derivados de cobertura - Número 50

5.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo e nível de cobertura

	Justo valor 12/31/2023			NV 12/31/2023	Justo valor 12/31/2022			NV 12/31/2022
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Derivados financeiros								
1. Justo valor	-	263,105	-	7,057,703	-	543,238	-	11,206,742
2. Fluxos de caixa	-	-	-	-	-	7,195	-	338,750
3. Investimentos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Investimento líquido em filiais estrangeiras								
1. Justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	263,105	-	7,057,703	-	550,433	-	11,545,492

Legenda: NV= Valor nocional L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Esta rubrica reflecte a avaliação do justo valor dos contratos de derivados destinados a cobrir o risco de taxa de juro.

O valor nocional relacionado com a cobertura de fluxos de caixa refere-se à cobertura do risco de taxa de juro de acordo com a metodologia de cobertura de fluxos de caixa utilizada para a atividade de aluguer de longa duração.

5.2 Derivados de cobertura: desagregação por carteira coberta e tipo de cobertura

Tipo de transação/cobrança	Justo valor						Coberturas de fluxos de caixa			Investimentos líquidos em filiais estrangeiras
	Micro - cobertura						Macro-abobada	Micro-bainha	Macro-abobada	
	títulos de dívida e taxas de juro	títulos de capital e índices de acções	moedas e ouro	crédito	produtos de base	outros				
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	X	-	X	X
2. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-	123	X	-	-	X	-	X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X	254,025	X	-	X
4. Outras transacções	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-
Total do ativo	-	-	123	-	-	-	254,025	-	-	-
1. Passivos financeiros	8,957	-	-	X	-	-	X	-	X	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X
Total do passivo	8,957	-	-	-	-	-	-	-	-	X
1. Transacções previstas	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
2. Carteira de activos e passivos financeiros	X	X	X	X	X	X	-	X	-	-

O montante relativo à cobertura genérica da carteira refere-se à cobertura da carteira de leasing e crédito, de acordo com a metodologia de cobertura de justo valor (macrohedge).

O montante relativo à cobertura específica refere-se à cobertura do risco de taxa de juro das obrigações emitidas.

Secção 6 - Alterações no justo valor de activos financeiros cobertos de forma genérica -
Número 60

6.1 Variações do justo valor dos activos cobertos: repartição por carteiras cobertas

Variação do justo valor dos elementos cobertos / Valores	Total	Total
	12/31/2023	12/31/2022
1. Mudanças positivas	105,816	21,507
1.1 de carteiras específicas:	-	-
(a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-
(b) activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
1.2 global	105,816	21,507
2. Alterações negativas	(235,460)	(512,796)
2.1 de carteiras específicas:	-	-
(a) activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-
(b) activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
2.2 global	(235,460)	(512,796)
Total	(129,644)	(491,289)

Secção 7 - Investimentos de capital - Número 70

7.1 Investimentos de capital: informação sobre o capital próprio

Denominações	Residência legal	Relação de participação	
		Empresa participante	Percentagem de acções
A. Empresas sujeitas a controlo conjunto			
B. Empresas sob influência significativa			
1. CODEFIS S.C.P.A.	Turim, Itália	CA Auto Bank S.p.A.	24%
C. Outras empresas			
1. FCA SECURITY S.C.P.A.	Turim, Itália	CA Auto Bank S.p.A.	0,21%
2. FCA SECURITY S.C.P.A.	Turim, Itália	Drivalia S.p.A.	0,017%

A CODEFIS S.C.P.A. dedica-se à prestação de serviços no domínio das tecnologias da informação.

Secção 8 - Activos de seguros - Número 80

8.1 Variação da quantia escriturada das cessões de resseguro - MGM - actividades por cobertura residual e sinistros ocorridos

Rubricas/Desagregação da quantia escriturada	Actividades de cobertura residual 12/31/2023		Actividades para sinistros ocorridos 12/31/2023	Total 31/12/2023
	Líquido da componente de recuperação de perdas	Componente de recuperação de perdas		
A. Quantia escriturada inicial				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	6,907		4,699	11,606
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeiro	6,907		4,699	11,606
B. Efeitos financeiros associados às cessões de resseguro				
1. Custo do resseguro	(2,803)			(2,803)
2. Reclamações e outros custos recuperados			3,898	3,898
3. Variação da actividade por sinistros ocorridos	-		(1,489)	(1,489)
4. Cessões de resseguro que cobrem contratos onerosos				
4.1 Receitas associadas ao reconhecimento dos contratos de seguro onerosos subjacentes				
4.2 Libertações da componente de recuperação de perdas que não sejam alterações nos fluxos de caixa de contratos de cessão de resseguros				
4.3 Variação dos fluxos de caixa das cessões de resseguro decorrentes de contratos de seguro onerosos subjacentes				
5. Efeitos da alteração do risco de incumprimento por parte dos resseguradores				
6. Total	(2,803)		2,409	(394)
C. Resultado dos serviços de seguros (Total B)	(2,803)		2,409	(394)
D. Rendimentos/custos financeiros líquidos				
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	197		114	311
1.1 Registados na demonstração de resultados	236		141	377
1.2. Registados na demonstração do rendimento integral	(39)		(27)	(66)
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio				
3. Total	197		114	311
E. Componentes do investimento				
F. Montante total registado na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral (C+ D+E)	(2,606)		2,523	(83)
G. Outras alterações				
H. Movimentos de caixa				
1. Prémios pagos líquidos de montantes não relacionados com sinistros recuperados de resseguradores	2,959			2,959
2. Montante dos sinistros recuperados dos resseguradores			(3,898)	(3,898)
3. Total	2,959		(3,898)	(939)
I. Quantia escriturada líquida a partir de 31/12/2023 (A.3+F+G+H.3)	7,260		3,324	10,584
I. Quantia escriturada final				
1. Cessões de resseguro que constituem activos	7,260		3,324	10,584
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Valor contabilístico líquido em 31/12/2023	7,260		3,324	10,584

Descrição/Desagregação da quantia escriturada	Actividades de cobertura residual 12/31/2022		Actividades para sinistros ocorridos 12/31/2022	Total 12/31/2022
	Líquido da componente de recuperação de perdas	Componente de recuperação de perdas		
A. Quantia escriturada inicial				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	4,881		7,944	12,825
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeiro	4,881		7,944	12,825
B. Efeitos financeiros associados às cessões de resseguro				
1. Custo do resseguro	(1,850)			(1,850)
2. Reclamações e outros custos recuperados			2,573	2,573
3. Variação da atividade por sinistros ocorridos			(983)	(983)
4. Cessões de resseguro que cobrem contratos onerosos				
4.1 Receitas associadas ao reconhecimento dos contratos de seguro onerosos subjacentes				
4.2 Libertações da componente de recuperação de perdas que não sejam alterações nos fluxos de caixa de contratos de cessão de resseguros				
4.3 Variação dos fluxos de caixa das cessões de resseguro decorrentes de contratos de seguro onerosos subjacentes				
5. Efeitos da alteração do risco de incumprimento por parte dos resseguradores				
6. Total	(1,850)		1,590	(260)
C. Resultado dos serviços de seguros (Total B)	(1,850)		1,590	(260)
D. Rendimentos/custos financeiros líquidos				
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	(12)		268	257
1.1 Registados na demonstração de resultados	(2)		333	331
1.2. Registados na demonstração do rendimento integral	(10)		(65)	(75)
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio				
3. Total	(12)		268	256
E. Componentes do investimento				
F. Montante total registado na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral (C+ D+E)	(1,862)		1,858	(4)
G. Outras alterações	(229)			(229)
H. Movimentos de caixa				
1. Prémios pagos líquidos de montantes não relacionados com sinistros recuperados de resseguradores	4,117			4,117
2. Montante dos sinistros recuperados dos resseguradores			(5,103)	(5,103)
3. Total	4,117		(5,103)	(986)
I. Quantia escriturada líquida a partir de 31/12/2022 (A.3+F+G+H.3)	6,907		4,699	11,606
I. Quantia escriturada final				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	6,907		4,699	11,606
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Valor contabilístico líquido em 31/12/2022	6,907		4,699	11,606

8.2 Alterações na quantia escriturada de cessões de resseguros por elemento de mensuração subjacente

Descrição/Elementos subjacentes à medição	Valor atual dos fluxos de caixa 12/31/2023	Ajustamento para riscos não financeiros 12/31/2023	Margem de serviço contratual 12/31/2023	Total 12/31/2023
A. Quantia escriturada inicial				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	7,480	921	3,206	11,607
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeirost	4,952	921	3,206	11,606
B. Alterações relacionadas com os serviços actuais				
1. Margem de serviço contratual registada na conta de resultados			(55)	(55)
2. Alteração para riscos não financeiros expirados		(188)		(188)
3. Alterações relacionadas com a experiência	4,952			4,952
4. Total	4,952	(188)	(55)	4,709
C. Alterações relacionadas com serviços futuros				
1. Alterações nas estimativas que modificam a margem de serviço contratual	1,329	176	(5,119)	(3,614)
2. Efeitos dos contratos celebrados durante o exercício	(1,790)	78	1,712	-
3. Ajustamento da margem de serviço contratual associada a recuperações relacionadas com o reconhecimento inicial de contratos de seguro onerosos subjacentes				
4. Libertação da componente de recuperação de perdas, com exceção das alterações nos fluxos de caixa dos contratos de cessão de resseguros				
5. Alterações nos fluxos de caixa das cessões de resseguros decorrentes de contratos de seguro onerosos subjacentes				
6. Total	(461)	254	(3,407)	(3,614)
D. Alterações relacionadas com serviços anteriores				
1. Ajustamentos à atividade por sinistros ocorridos	(1,356)	(133)		(1,489)
E. Efeitos de alterações no risco de incumprimento do ressegurador				
F. Resultado dos serviços de seguros (B+C+D+E)	3,135	(67)	(3,462)	(394)
G. Receitas/custos financeiros				
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	178	23	110	311
1.1 Registados na demonstração de resultados	239	28	110	377
1.2. Registados na demonstração do rendimento integral	(61)	(5)		(66)
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio				
3. Total	178	23	110	311
H. Montante total registado na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral (F+G)	3,313	(44)	(3,352)	(83)
I. Outras alterações				
L. Movimentos de caixa				
1. Prémios pagos líquidos de montantes não relacionados com sinistros recuperados de resseguradores	2,959			2,959
2. Montantes recuperados dos resseguradores	(3,899)			(3,899)
3. Total	(940)			(940)
M. Quantia escriturada líquida a partir de 31 de dezembrost (A.3+H+I+L.3)	9,853	877	(146)	10,584
N. Quantia escriturada final				
1. Cessões de resseguro que constituem activos	9,853	877	(146)	10,584
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Quantia escriturada líquida em 31 de dezembrost	9,853	877	(146)	10,584

Descrição/Elementos subjacentes à medição	Valor atual dos fluxos de caixa 12/31/2022	Ajustamento para riscos não financeiros 12/31/2022	Margem de serviço contratual 12/31/2022	Total 12/31/2022
A. Quantia escriturada inicial				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	9,926		1,828	12,825
2. Cessões de resseguro que constituem passivos		1,071		
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeirost	9,926	1,071	1,828	12,825
B. Alterações relacionadas com os serviços actuais				
1. Margem de serviço contratual registada na conta de resultados			(36)	(36)
2. Alteração para riscos não financeiros expirados		(124)		(124)
3. Alterações relacionadas com a experiência	(1,568)			(1,568)
4. Total	(1,568)	(124)	(36)	(1,728)
C. Alterações relacionadas com serviços futuros				
1. Alterações nas estimativas que modificam a margem de serviço contratual	185	103	2,163	2,451
2. Efeitos dos contratos celebrados durante o exercício	564	140	(704)	-
3. Ajustamento da margem de serviço contratual associada a recuperações relacionadas com o reconhecimento inicial de contratos de seguro onerosos subjacentes				
4. Libertação da componente de recuperação de perdas, com exceção das alterações nos fluxos de caixa dos contratos de cessão de resseguros				
5. Alterações nos fluxos de caixa das cessões de resseguros decorrentes de contratos de seguro onerosos subjacentes				
6. Total	749	243	1,459	2,451
D. Alterações relacionadas com serviços anteriores				
1. Ajustamentos à atividade por sinistros ocorridos	(895)	(88)		(983)
E. Efeitos de alterações no risco de incumprimento do ressegurador				
F. Resultado dos serviços de seguros (B+C+D+E)	(1,714)	31	1,423	(260)
G. Receitas/custos financeiros				
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	254	47	(45)	256
1.1 Registados na demonstração de resultados	319	58	(45)	332
1.2. Registados na demonstração do rendimento integral	(65)	(11)		(76)
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio				
3. Total	255	47	(45)	256
H. Montante total registado na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral (F+G)	(1,460)	78	1,378	(4)
I. Outras alterações		(228)		(228)
L. Movimentos de caixa				
1. Prémios pagos líquidos de montantes não relacionados com sinistros recuperados de resseguradores	4,117			4,117
2. Montantes recuperados dos resseguradores	(5,103)			(5,103)
3. Total	(986)			(986)
M. Quantia escriturada líquida a partir de 31 de dezembrost (A.3+H+I+L.3)	7,480	921	3,206	11,606
N. Quantia escriturada final				
1. Cessões de resseguros que constituem activos	7,480	921	3,206	11,606
2. Cessões de resseguro que constituem passivos				
3. Quantia escriturada líquida em 31 de dezembrost	7,480	921	3,206	11,606

8.3 Variações da margem de serviço contratual das cessões de resseguro, discriminadas por contratos existentes no momento da transição para a IFRS 17

	12/31/2023				
	Novos contratos e contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva total	Contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva modificada	Contratos mensurados à data da transição com o método do justo valor	Contratos de exclusão	Total
Margem de serviço contratual - Saldo inicial	641	2,564			3,205
Alterações referidas aos serviços actuais					
- Margem de serviço contratual reconhecida na demonstração de resultados para refletir os serviços recebidos	(11)	(44)			(55)
Alterações referidas a serviços futuros					
- Alterações nas estimativas que modificam a margem de serviço contratual	(681)	(4,438)			(5,119)
- Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no período de referência	1,712				1,712
Receitas/custos financeiros					
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	22	88			110
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio					
3. Total	22	88			110
Total das variações reconhecidas na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral	1,042	(4,393)			(3,351)
Margem de serviço contratual - Saldo final	1,683	(1,829)			(146)

	12/31/2022				
	Novos contratos e contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva total	Contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva modificada	Contratos mensurados à data da transição com o método do justo valor	Contratos de exclusão	Total
Margem de serviço contratual - Saldo inicial	366	1,463			1,829
Alterações referidas aos serviços actuais					
- Margem de serviço contratual reconhecida na demonstração de resultados para refletir os serviços recebidos	(7)	(29)			(36)
Alterações referidas a serviços futuros					
- Alterações nas estimativas que modificam a margem de serviço contratual	432	1,730			2,162
- Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no período de referência	(704)				(704)
Receitas/custos financeiros					
1. Relacionadas com a cessão de resseguros	(9)	(36)			(45)
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio					
3. Total	(9)	(36)			(45)
Total das variações reconhecidas na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral	(288)	1,665			1,377
Margem de serviço contratual - Saldo final	78	3,127			3,205

8.4 Elementos subjacentes à avaliação das cessões de resseguro reconhecidas no exercício

Rubricas/Grupos de contratos	Contratos originados 31/12/2023			Contratos derivados de combinações de negócios 12/31/2023			Contratos transferidos de terceiros 31/12/2023		
	Contratos sem componente de recuperação de perdas	Contratos com componente de recuperação de perdas	Total	Contratos sem componente de recuperação de perdas	Contratos com componente de recuperação de perdas	Total	Contratos sem componente de recuperação de perdas	Contratos com componente de recuperação de perdas	Total
	A. Valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros	2,803		2,803					
dos quais: Fluxos de caixa associados à aquisição de contratos de seguro									
B. Valor atual estimado dos influxos de caixa futuros	1,013		1,013						
C. Valor atual líquido estimado dos fluxos de caixa futuros (A-B)	1,790		1790						
D. Ajustamento estimado para riscos não financeiros	(78)		(78)						
E. Eliminação contabilística de fluxos de caixa já registados									
F. Margem de serviço contratual	1,712		1,712						
G. Aumento da atividade de cessão de resseguros registada durante o exercício devido ao reconhecimento de novos contratos (C+D+E+F)	-		-						

8.5 Cessões de resseguro - Margem de serviço contratual discriminada por momento previsto de reconhecimento na demonstração de resultados

Quadro - Análise do modo de libertação da CSM	A partir de 31/12/2023							
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Mais de 10 anos	Total
	Contratos de resseguro							
Vida	16	10	7	3	1			37
Não vida	(43)	(49)	(49)	(32)	(10)			(183)
Total	(27)	(39)	(42)	(29)	(9)			(146)

Secção 9 - Activos fixos tangíveis - Número 90

9.1 Activos fixos tangíveis para utilização nas operações: discriminação dos activos mensurados ao custo

Activos/Valores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Activos próprios	2,565,008	478,010
(a) Terrenos	1,197	845
(b) edifícios	3,080	326
(c) mobiliário	185,221	40,269
(d) Equipamentos electrónicos	2,576	3,758
(e) Outros	2,372,934	432,812
2. Direitos de utilização adquiridos através de leasing	59,510	54,125
(a) Terrenos	-	-
(b) edifícios	-	-
(c) mobiliário	50	78
(d) Equipamentos electrónicos	171	110
(e) Outros	59,289	53,937
Total	2,624,518	532,135
Dos quais: obtidos através da execução de garantias recebidas	-	-

9.6 Activos fixos tangíveis para utilização nas operações: variações anuais

	Terreno	Edifícios	Mobiliário	Equipamento eletrónico	Outros	Total
A. Saldo inicial bruto	845	646	79,202	7,873	2,768,777	2,857,343
A.1 Total das reduções de valor, líquidas	-	(320)	(38,855)	(4,005)	(2,282,028)	(2,325,208)
A.2 Saldo líquido inicial	845	326	40,347	3,868	486,749	532,135
B. Aumentos:	670	3,480	173,754	2,123	2,303,128	2,483,155
B.1 Aquisições	160	2,439	3,693	1,980	1,349,000	1,357,272
- Das quais operações de concentração de actividades empresariais	-	2,356	1,903	899	809,128	814,286
B.2 Despesas de melhoramento capitalizadas	-	338	159	6	14,194	14,697
B.3 Reversões de imparidade	-	-	-	-	972	972
B.4 Variações positivas do justo valor reconhecidas em	-	-	-	-	-	-
(a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
(b) Demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	-	-	9	20	4,204	4,233
B.6 Transferências de propriedades de investimento	-	-	X	X	X	-
B.7 Outras alterações	510	703	169,893	117	934,758	1,105,981
C. Diminuições:	318	726	28,830	3,244	357,654	390,772
C.1 Vendas	-	500	1,438	663	97,374	99,975
- Das quais transacções de concentrações de empresas	-	476	1,360	663	86,892	89,391
C.2 Amortizações	-	193	14,033	969	187,278	202,473
C.3 Ajustamentos de imparidade reconhecidos em	-	-	1	-	401	402
(a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
(b) Demonstração de resultados	-	-	1	-	401	402
C.4 Variações negativas do justo valor reconhecidas em	-	-	-	-	-	-
(a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
(b) Demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	8	178	-	14,249	14,435
C.6 Transferências para:	-	-	-	-	-	-
(a) propriedade de investimento	-	-	X	X	X	-
(b) activos não correntes e grupos de activos detidos para venda	-	-	-	-	-	-
C.7 Outras alterações	318	25	13,180	1,612	58,352	73,487
D. Saldo final líquido	1,197	3,080	185,271	2,747	2,432,223	2,624,518
D.1 Redução de valor total, líquida	-	(1,279)	(44,811)	(3,007)	(464,962)	(514,059)
D.2 Saldo bruto final	1,197	4,359	230,082	5,754	2,897,185	3,138,577
E. Mensuração pelo custo	-	-	-	-	-	-

Os "outros" activos fixos tangíveis incluem veículos automóveis propriedade das empresas de aluguer, cujo movimento está relacionado com o crescimento da atividade. Os pormenores são apresentados no Quadro 9.6.1 "Activos fixos tangíveis: alterações anuais - Locações operacionais" abaixo.

9.6.1 Activos fixos tangíveis: alterações anuais - Locações operacionais

	Total				
	Terreno	Edifícios	Mobiliário	Equipamento eletrónico	Outros
A. Saldo inicial	-	-	-	-	359.370
B. Aumentos	-	-	-	-	2.049.550
B.1 Aquisições	-	-	-	-	640.340
B.2 Despesas de melhoramento capitalizadas	-	-	-	-	-
B.3 Variações positivas do justo valor	-	-	-	-	-
B.4 Reversões de imparidade	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	-	-	-	-	256
B.6 Transferências de propriedade para utilização em operações	-	-	-	-	-
B.7 Outras alterações	-	-	-	-	1.408.954
C. Diminuições	-	-	-	-	114.513
C.1 Vendas	-	-	-	-	14.329
C.2 Depreciação	-	-	-	-	89.364
C.3 Variações negativas do justo valor	-	-	-	-	-
C.4 Ajustamentos de imparidade	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	-	-	-	-
C.6 Transferências para outras carteiras de activos	-	-	-	-	-
(a) bens para uso em operações	-	-	-	-	-
(b) activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
C.7 Outras alterações	-	-	-	-	10.820
D. Saldo final	-	-	-	-	2.294.407
E. Mensuração pelo justo valor	-	-	-	-	-

Para efeitos de informação de gestão, é de salientar que a rubrica "Outros" (equivalente a 2 294 milhões de euros em 31 de dezembro dest, 2023), está incluída em "investimentos" no quadro de conciliação entre saldos e locações e empréstimos a clientes.

Secção 10 - Activos intangíveis - Número 100

10.1 Activos intangíveis: discriminação por tipo de ativo

Ativo/Valores	Total 12/31/2023		Total 12/31/2022	
	Vida definitiva	Duração indefinida	Vida definitiva	Duração indefinida
A.1 Trespasses	X	97,628	X	39,260
A.1.1 atribuível aos accionistas da empresa-mãe	X	97,628	X	39,260
A.1.2 atribuível a interesses que não controlam	X	-	X	-
A.2 Outros activos intangíveis		93,959		81,794
dos quais: software		74,319		5,077
A.2.1 Activos mensurados pelo custo:		93,959		81,794
(a) activos intangíveis gerados internamente		-		-
(b) Outros activos		93,959		81,794
A.2.2 Activos mensurados pelo justo valor:		-		-
(a) activos intangíveis gerados internamente		-		-
(b) Outros activos		-		-
Total		93,959		81,794
		97,628		39,260

Os activos incorpóreos são avaliados pelo seu custo.

10.2 Activos intangíveis: variações anuais

	Goodwill	Outros activos intangíveis: gerados internamente		Outros activos intangíveis: outros		Total
		DEF	INDEF	DEF	INDEF	
A. Saldo inicial	172,116	-	-	327,315	-	499,431
A.1 Total das reduções de valor, líquido	(132,856)	-	-	(245,521)	-	(378,377)
A.2 Saldo líquido inicial	39,260	-	-	81,794	-	121,054
B. Aumentos	58,368	-	-	30,398	-	88,766
B.1 Aquisições	-	-	-	22,986	-	22,986
- Das quais transacções de concentrações de empresas	-	-	-	809	-	809
B.2 Aumentos dos activos incorpóreos internos	X	-	-	-	-	-
B.3 Reversões de imparidade	X	-	-	-	-	-
B.4 Variações positivas no justo valor através de	-	-	-	-	-	-
- ao capital próprio	X	-	-	-	-	-
- para a demonstração de resultados	X	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	40	-	-	-	-	40
B.6 Outras alterações	58,327	-	-	7,412	-	65,740
C. Diminuições	-	-	-	18,233	-	18,233
C.1 Vendas	-	-	-	666	-	666
- Das quais transacções de concentrações de empresas	-	-	-	663	-	663
C.2 Correções de valor	-	-	-	17,042	-	17,042
- Amortização	X	-	-	16,927	-	16,927
- Imparidades	-	-	-	115	-	115
+ capital próprio	X	-	-	-	-	-
+ demonstração de resultados	-	-	-	115	-	115
C.3 Variações negativas do justo valor através de:	-	-	-	-	-	-
- equidade	X	-	-	-	-	-
- demonstração de resultados	X	-	-	-	-	-
C.4 Transferências para activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	-	-	-	-	-
C.6 Outras alterações	-	-	-	525	-	525
D. Saldo final, líquido	97,628	-	-	93,959	-	191,587
D.1 Total das correcções de valor, líquido	(132,856)	-	-	(195,607)	-	(328,463)
E. Saldo bruto final	230,484	-	-	289,566	-	520,050
F. Mensuração pelo custo	-	-	-	-	-	-

DEF= vida definitiva

INDEF= vida indefinida

10.3 Outras informações

A rubrica "Goodwill" (97,6 milhões de euros) é composta por:

- 1,5 milhões de euros de goodwill gerado pelo investimento na Ferrari Financial Services GmbH; de facto, em 7 de novembro deth, 2016, o FCA Bank S.p.A. adquiriu uma participação maioritária na Ferrari Financial Services GmbH ("FFS GmbH") por um valor total de 18,6 milhões de euros, na sequência do acordo de aquisição já assinado entre as partes durante o ano em curso. A primeira consolidação resultou num goodwill de 1,5 milhões de euros;
- 1,4 milhões de euros de goodwill gerado aquando da primeira consolidação da Drivalia S.p.A. (anteriormente Leasys Rent S.p.A.) no Grupo CA Auto Bank em 1 de outubro dest, 2018;
- 13,7 milhões de euros de goodwill gerado aquando da primeira consolidação da Drivalia France S.A.S. (anteriormente Leasys Rent France S.A.S.) no Grupo CA Auto Bank, em 15 de maioth, 2020;
- 7,2 milhões de euros de goodwill gerado pela primeira consolidação da Drivalia Espana S.p.A. (anteriormente Leasys Rent Espana S.L.U.) no Grupo CA Auto Bank em 5 de novembroth, 2020;
- 1,8 milhões de EUR de goodwill resultante da primeira consolidação da FCA Versicherungsservice GmbH no CA Auto Bank Group em 1 de junho dest, 2021;
- 8,4 milhões de EUR de goodwill (incluindo 7,3 milhões de EUR gerados na primeira consolidação e 1,1 milhões de EUR gerados no primeiro semestre de 2022 ao abrigo do CAE) da Drivalia UK Ltd (anteriormente ER Capital Ltd) no CA Auto Bank Group em 23 de julho derd, 2021;
- 5,4 milhões de euros de goodwill (incluindo 2,4 milhões de euros gerados na consolidação inicial e 3,0 milhões de euros gerados durante o primeiro semestre de 2022 como parte do PPA) da Drivalia Portugal S.A. (anteriormente Sado Rent S.A.) no Grupo CA Auto Bank, em 21 de dezembro dest, 2021.
- 33 milhões de euros de goodwill gerado pela primeira consolidação da Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. no Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto dest, 2023.
- 17,3 milhões de euros de goodwill gerado aquando da primeira consolidação da Drivalia Lease Ireland Ltd. no Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto dest, 2023.
- 1,6 milhões de euros de goodwill resultante da primeira consolidação da Drivalia Lease Finland Oy no Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto dest, 2023.

-
- 6,3 milhões de euros de goodwill gerado aquando da primeira consolidação da Drivalia Lease Norge AS no Grupo CA Auto Bank, em 1 de agosto dest, 2023.

Teste de imparidade do goodwill

De acordo com a IAS 36, todos os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas são testados quanto à imparidade pelo menos anualmente e sempre que haja uma indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Dado o ambiente macroeconómico específico (por exemplo, o conflito Rússia-Ucrânia, o aumento das taxas de juro, a escassez de matérias-primas e, em particular, de semicondutores), o Grupo considerou adequado testar a imparidade do seu goodwill em 31 de dezembro dest, 2023.

Os seguintes factores foram considerados na realização do teste de imparidade em 31 de dezembro dest, 2023:

- orientações fornecidas na norma internacional de contabilidade de referência IAS 36;
- recomendações contidas na carta conjunta do Banco de Itália, da Consob e da Ivass de 3 de março derd, 2010;
- sugestões do Organismo Italiano di Valutazione (O.I.V.) contidas no documento "Impairment test of goodwill in contexts of financial and real crisis", datado de 14 de junho deth, 2012 e no Exposure Draft do Discussion Paper n.º 1/2022 "Impairments test of non-financial assets (ISA 36) following the war in Ukraine", datado de 13 de junho deth, 2022;
- várias declarações emitidas pela ESMA sobre o assunto, mais recentemente a "Public Statement - Implications of Russia's invasion of Ukraine on half-yearly financial reports", datada de 13 de maio de 2022 (ESMA32-63-1277);

Refira-se ainda que, conforme exigido pelos reguladores acima referidos, o procedimento e os parâmetros de avaliação do teste de imparidade do goodwill foram aprovados pelo Conselho de Administração de forma independente e previamente à aprovação do projeto de relatório financeiro anual consolidado em 31 de dezembro deth, 2023.

Definição das UGCs

Para testar a imparidade do goodwill, que normalmente se baseia em fluxos de caixa gerados por outras actividades empresariais, é crucial atribuir o goodwill a unidades organizacionais conhecidas como unidades geradoras de caixa (UGC). Estas unidades devem apresentar uma relativa autonomia de gestão e a capacidade de gerar fluxos de caixa independentemente de outras áreas de atividade, embora permaneçam interdependentes dentro da unidade.

A IAS 36 exige que o nível em que o goodwill é testado se alinhe com o nível de relato interno usado pela gerência para monitorizar as alterações no valor do goodwill.

As UGCs identificadas são tipicamente empresas individuais.

A quantia escriturada das UGCs

Do ponto de vista de uma entidade bancária, não é possível identificar os fluxos de caixa gerados por uma UGC sem ter em conta os fluxos de caixa dos activos/passivos financeiros, uma vez que estes últimos representam a atividade principal da entidade. Seguindo esta abordagem (o chamado "lado do capital próprio"), a quantia escriturada das UGC pode ser determinada em termos da sua contribuição para o capital próprio consolidado, incluindo a parte atribuível aos interesses que não controlam.

Critérios para estimar os valores recuperáveis das UGCs

De acordo com a IAS 36, o montante de qualquer imparidade é determinado pela diferença entre a quantia escriturada da UGC, identificada com base nos critérios descritos acima, e a sua quantia recuperável, consoante o que for mais baixo. A quantia recuperável é definida como o maior dos seguintes valores

- Valor de uso, ou seja, o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado de um ativo ou UGC específico;
- Justo valor, menos o custo de venda, ou seja, a quantia a obter da venda de um ativo numa transação em que não exista relacionamento entre partes conhecedoras e dispostas a isso.

O Valor de Uso das UGCs foi determinado através da estimativa do valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pelas UGCs ao longo de um horizonte de cinco anos. O fluxo de caixa do último ano analítico previsto foi projetado na perpetuidade (através da utilização da fórmula da anuidade da perpetuidade, com uma taxa de crescimento apropriada "g" para chegar a um "Valor Terminal". A taxa "g" foi determinada assumindo a taxa de inflação de médio prazo da zona euro como fator de crescimento e constante ao longo do tempo).

No contexto de uma empresa bancária, a identificação dos fluxos de caixa gerados por uma UGC requer a consideração dos fluxos de caixa dos activos e passivos financeiros, que constituem a atividade principal da empresa. Como tal, a quantia recuperável das UGC é influenciada por estes fluxos de caixa e deve englobar os activos e passivos financeiros apropriadamente alocados às UGC relevantes.

Por conseguinte, é razoável aproximar os fluxos de caixa da rentabilidade expressa por cada UGC/empresa. Por conseguinte, partiu-se do princípio de que o Free Cash Flow (FCF) corresponde ao resultado líquido da UGC que está a ser avaliada.

Determinação dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa foram determinados com base no último plano a médio prazo disponível, atualizado com os fluxos de caixa constantes das projecções orçamentais para 2024.

Determinação da taxa de desconto

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa foram descontados a uma taxa que reflecte a situação atual do mercado, o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo.

A taxa de desconto utilizada, uma vez que se trata de uma empresa financeira, foi estimada na perspetiva "equity side", ou seja, considerando apenas o custo do capital próprio (Ke), em coerência com a forma como são determinados os cash flows, que, como referido anteriormente, incluem cash flows de activos e passivos financeiros.

O custo do capital foi então determinado utilizando o "Capital Asset Pricing Model" (CAPM). Com base neste modelo, o custo de capital é determinado como a soma do rendimento de investimentos sem risco e de um prémio de risco, que, por sua vez, depende do risco específico do ativo (ou seja, tanto o risco do segmento operacional como o risco geográfico representado pelo chamado "risco país").

As componentes da taxa de desconto ke e a sua comparação com os parâmetros utilizados em 2022 são apresentadas a seguir:

	12/31/2023	12/31/2022
Rendibilidade do capital próprio (ke)	9.86%	11.82%
Dos quais taxa sem risco	2.18%	2.56%
Dos quais beta	1.21	1.17
Dos quais prêmio de risco	6.34%	7.91%

Especificamente, estes parâmetros foram determinados da seguinte forma:

- taxa sem risco: 2,18% que representa o rendimento médio dos últimos meses do BUND de referência a 10 anos;
- beta: 1,21, que corresponde ao beta de 2 anos de CA.sa;
- prêmio de risco: 6,34%, determinado como média ponderada dos "prêmios de risco acionista" para os países em que o CA Auto Bank opera, cujo peso é representado pelas exposições brutas em fim de período de cada país.

Para efeitos do cálculo do valor terminal, foi utilizada uma taxa de crescimento de 2,3%, calculada como a média das previsões de inflação de acordo com o IHPC ("Índice Harmonizado de Preços no Consumidor").

Resultados do teste de imparidade

Na data de referência, na sequência de um teste de imparidade, foi determinado que o goodwill não sofreu qualquer imparidade.

As quantias recuperáveis das UGCs/Empresas são detalhadas abaixo:

UGC/Empresa - €/000	Goodwill	Quantia escriturada	Quantia recuperável	Excesso sobre a quantia escriturada
Ferrari Serviços Financeiros GmbH	1.5	55.6	85.9	30.3
Drivalia Itália S.p.A	1.4	35.2	191.9	156.7
Drivalia França S.A.S	13.7	23.3	30.9	7.6
Drivalia Espanha SLU	7.2	19.9	46.3	26.4
CA Versicherungsservice GmbH	1.8	2.6	4.7	2.1
Drivalia Reino Unido	8.4	17.7	108.5	90.8
Drivalia Portugal SA	5.4	16.6	26.4	9.8
Saldo final 2022	39.4	170.9	494.6	323.7
Drivalia Lease Norge AS	6.3	23.1	30.5	7.4
Drivalia Lease Finland Oy	1.6	69.8	100.6	30.8
Drivalia Lease Ireland Ltd	17.3	58.8	78.7	19.9
Drivalia Lease Czech Republic s.r.o	33.0	114.1	159.9	45.8
Ano de produção 2023	58.2	265,8	369.7	103.9
Total	97.6	436.7	864.3	427.6

Para mais pormenores sobre as operações durante 2023, consultar a Parte G do presente relatório anual.

Análise de sensibilidade

Uma vez que o valor de uso é determinado com base em estimativas e pressupostos que podem apresentar elementos de incerteza, foram efectuadas análises de sensibilidade, tal como requerido pelas IFRS, de forma a verificar a sensibilidade dos resultados obtidos a alterações de determinados parâmetros. Em particular, foi testado o impacto no valor de uso de uma alteração para cima nas taxas de desconto e de uma alteração para baixo na taxa de crescimento utilizada para efeitos de cálculo do valor terminal.

Os quadros seguintes apresentam as análises de sensibilidade do valor de uso das diferentes empresas à variação da taxa de desconto (+ / - 50 pontos de base) ou da taxa de crescimento "g" (+ / - 75 pontos de base).

Ferrari Financial Services GMBH						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	29.1	24.2	19.8	15.9	12.3
	1.55%	35.5	29.7	24.6	20.1	16.1
	2.30%	43.3	36.3	30.3	25.1	20.4
	3.05%	53.1	44.6	37.4	31.1	25.6
	3.80%	65.8	55.1	46.1	38.5	31.9

Drivalia S.p.A.						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	153.2	141.2	130.6	121.1	112.5
	1.55%	169.0	154.9	142.5	131.5	121.7
	2.30%	188.3	171.4	156.7	143.8	132.5
	3.05%	212.6	191.8	174.0	158.7	145.4
	3.80%	244.1	217.7	195.7	177.0	161.0

Drivalia França S.A.S.						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	7.0	5.0	3.3	1.7	0.3
	1.55%	9.6	7.3	5.2	3.4	1.8
	2.30%	12.8	10.0	7.6	5.5	3.6
	3.05%	16.9	13.4	10.5	7.9	5.7
	3.80%	22.1	17.7	14.1	11.0	8.3

Drivalia Espanha SLU						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	25.6	22.7	20.2	17.9	15.8
	1.55%	29.3	26.0	23.0	20.4	18.0
	2.30%	33.9	29.9	26.4	23.3	20.6
	3.05%	39.8	34.8	30.5	26.9	23.7
	3.80%	47.3	41.0	35.7	31.2	27.4

CA Versicherungsservice GmbH						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	2.0	1.8	1.5	1.3	1.1
	1.55%	2.4	2.1	1.8	1.5	1.3
	2.30%	2.8	2.4	2.1	1.8	1.6
	3.05%	3.4	2.9	2.5	2.2	1.9
	3.80%	4.1	3.5	3.0	2.6	2.2

Drivalia UK Ltd						
	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	89.0	82.6	76.8	71.6	67.0
	1.55%	97.5	89.9	83.2	77.2	71.9
	2.30%	107.9	98.7	90.8	83.9	77.7
	3.05%	120.9	109.7	100.1	91.9	84.7
	3.80%	137.9	123.6	111.8	101.7	93.1

Drivalia Portugal SA

	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	9.3	7.8	6.4	5.1	4.0
	1.55%	11.4	9.5	7.9	6.5	5.2
	2.30%	13.9	11.7	9.8	8.1	6.6
	3.05%	17.1	14.3	12.0	10.0	8.3
	3.80%	21.2	17.7	14.8	12.4	10.3

Drivalia Lease Ireland Ltd

	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	18.7	14.1	10.0	6.4	3.1
	1.55%	24.6	19.2	14.5	10.3	6.6
	2.30%	31.9	25.5	19.9	15.0	10.7
	3.05%	41.1	33.2	26.4	20.6	15.6
	3.80%	53.0	43.0	34.6	27.5	21.5

Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.

	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	43.5	34.4	26.3	19.0	12.5
	1.55%	55.3	44.6	35.2	26.8	19.4
	2.30%	69.7	56.9	45.8	36.1	27.5
	3.05%	88.0	72.2	58.8	47.2	37.1
	3.80%	111.6	91.7	75.0	60.9	48.8

Drivalia Lease Finland Oy

	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	29.4	23.9	19.0	14.6	10.7
	1.55%	36.5	30.1	24.4	19.3	14.8
	2.30%	45.2	37.5	30.8	24.9	19.7
	3.05%	56.2	46.7	38.6	31.6	25.5
	3.80%	70.4	58.4	48.4	39.8	32.5

Drivalia Lease Norge AS

	Ke	8.86%	9.36%	9.86%	10.36%	10.86%
G. Taxa	0.80%	6.8	4.9	3.1	1.6	0.2
	1.55%	9.4	7.1	5.1	3.3	1.7
	2.30%	12.6	9.8	7.4	5.3	3.5
	3.05%	16.6	13.2	10.3	7.8	5.6
	3.80%	21.8	17.4	13.8	10.8	8.1

Secção 11 - Activos e passivos fiscais - Número 110 do ativo e Número 60 do passivo e capital próprio

Os "Activos por impostos correntes", no montante de 72 485 milhares de euros, incluem principalmente montantes devidos pelas autoridades fiscais para pagamentos antecipados relativos a impostos do exercício, bem como impostos retidos sobre juros e comissões em Itália.

Os "Passivos fiscais" ascenderam a 53 653 milhares de euros e consistem principalmente em dívidas fiscais relativas a impostos do período devidos pela Sociedade-mãe e suas filiais.

11.1 Activos por impostos diferidos

	12/31/2023	12/31/2022
- Equilíbrio com os resultados	138,587	123,996
- Equilíbrio em relação ao capital próprio líquido	6,418	7,682
Total	145,005	131,678

11.2 Passivos por impostos diferidos: repartição

	12/31/2023	12/31/2022
- Equilíbrio com os resultados	230,456	147,756
- Equilíbrio em relação ao capital próprio líquido	669	1,126
Total	231,125	148,882

11.3 Variação da imposição antecipada (saldo da conta de resultados)

	12/31/2023	12/31/2022
1. Saldo inicial	123,996	197,611
2. Aumentos	84,562	51,681
2.1 Activos por impostos diferidos reconhecidos no exercício	58,902	50,099
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	821	872
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) reversões de imparidade	-	-
(d) Outros	58,081	49,227
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	1,766	-
2.3 Outros aumentos	23,894	1,582
3. Diminuições	69,971	125,296
3.1 Activos por impostos diferidos desreconhecidos durante o exercício	69,677	69,833
(a) Reversões	68,123	57,097
(b) imparidades por irrecuperabilidade superveniente	-	12,736
(c) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(d) Outros	1,554	-
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	294	55,463
(a) transformação em créditos fiscais ao abrigo da Lei 214/2011	-	-
b) outros	294	55,463
4. Saldo final	138,587	123,996

11.5 Variação dos passivos por impostos diferidos (saldo da conta de resultados)

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Saldo inicial	147,756	194,574
2. Aumentos	134,179	32,396
2.1 Impostos diferidos passivos reconhecidos no exercício	46,127	30,171
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	27	334
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	46,100	29,837
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	88,052	2,225
3. Diminuições	51,479	79,214
3.1 Passivos por impostos diferidos desreconhecidos durante o ano	49,828	18,495
(a) Reversões	26,302	10,124
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	23,526	8,371
3.2 Diminuição das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	1,651	60,719
4. Saldo final	230,456	147,756

11.6 Variação da imposição prevista (saldo da situação líquida)

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Saldo inicial	7.682	11.344
2. Aumentos	2.045	2.124
2.1 Activos por impostos diferidos reconhecidos no exercício	1.233	-
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	-	-
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	1.233	2.124
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	812	-
3. Diminuições	3.309	5.786
3.1 Activos por impostos diferidos desreconhecidos durante o exercício	3.309	4.545
(a) Reversões	812	2.972
(b) imparidades por irrecoverabilidade superveniente	-	1.573
(c) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(d) Outros	-	-
3.2 Diminuição das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	2.497	1.241
4. Saldo final	6.418	7.682

A variação dos activos por impostos diferidos através dos capitais próprios é calculada sobre a reserva de cobertura de fluxos de caixa para cobrir os fluxos de caixa futuros dos derivados de cobertura e o efeito fiscal sobre a reserva OCI.

11.7 Variação dos passivos por impostos diferidos (saldo da situação líquida)

	12/31/2023	12/31/2022
1. Saldo inicial	1,126	1,126
2. Aumentos	49	-
2.1 Impostos diferidos passivos reconhecidos no exercício	-	-
(a) Relativos a exercícios orçamentais anteriores	-	-
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	-	-
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	49	-
3. Diminuições	506	-
3.1 Passivos por impostos diferidos anulados durante o exercício	506	-
(a) Reversões	506	-
(b) devido a alterações nas políticas contabilísticas	-	-
(c) Outros	-	-
3.2 Diminuição das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	-	-
4. Saldo final	669	1,126

SECÇÃO 13 - Outros activos - Número 130

13.1 Outros activos: discriminação

Repartição	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
1. Dívidas dos empregados	2,531	2,459
2. Créditos comerciais	195,809	219,676
3. Créditos diversos	1,020,059	738,650
contas a receber por serviços de seguros	10,734	14,269
receitas a receber	3,288	2,571
depósitos de segurança	2,334	1,359
atividade de resseguro	39,257	22,951
outras contas a receber	964,446	697,500
4. Créditos de locação operacional	206,119	75,810
5. Remessas de existências	99,726	175,371
6. Receitas acumuladas	45,271	20,166
Total	1,569,515	1,232,132

Para efeitos de reporte de gestão, é de referir que as "4. Contas a receber de locações operacionais" (num total de 192 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023) estão incluídas no quadro de Reconciliação entre Saldos e Locações e empréstimos a clientes. Além disso, incluem o valor dos veículos comprados pelas empresas de aluguer com um acordo de recompra do vendedor - portanto, não apresentados nos Activos fixos tangíveis - no montante de 23 milhões de euros.

As "contas a receber" incluem montantes devidos por subsídios e serviços de marca.

As "Contas a receber por serviços de seguros" referem-se principalmente à Sociedade-mãe e incluem comissões devidas por companhias de seguros.

A "atividade de resseguro" está relacionada com a filial irlandesa.

A "consignação de stock" reflecte o valor dos veículos propriedade da CA Auto Finance Danmark, Drivalia Lease UK, CA Auto Finance Sweden, CA Auto Finance Norge e Drivalia Lease Moroccan Branch e que se encontram armazenados em concessionários associados à rede comercial, aguardando venda.

Passivo e capital próprio

Secção 1 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Número 10

1.1 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição por produto de depósitos bancários

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023				Total 12/31/2022			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Depósitos em bancos centrais	1,333,968	X	X	X	3,350,982	X	X	X
2. Depósitos em bancos	13,114,624	X	X	X	8,523,272	X	X	X
2.1 Contas correntes e depósitos à ordem	83,200	X	X	X	158,480	X	X	X
2.2 Depósitos a prazo	-	X	X	X	-	X	X	X
2.3 Empréstimos	13,031,424	X	X	X	8,297,473	X	X	X
2.3.1 Acordos de recompra	875,817	X	X	X	94,382	X	X	X
2.3.2 Outros	12,155,607	X	X	X	8,203,091	X	X	X
2.4 Contas a pagar por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio	-	X	X	X	-	X	X	X
2.5 Obrigações de locação	-	X	X	X	-	X	X	X
2.6 Outras contas a pagar	16,616	X	X	X	67,319	X	X	X
Total	14,448,592	-	-	14,448,592	11,874,254	-	-	11,874,254

Legenda: BV= Valor contabilístico L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Esta rubrica inclui principalmente dívidas relativas a empréstimos recebidos de instituições de crédito, incluindo 6 mil milhões de euros recebidos do Grupo Crédit Agricole, obtidos em condições normais de mercado.

1.2 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição dos depósitos de clientes

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023				Total 12/31/2022			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Contas correntes e depósitos à ordem	116,856	X	X	X	508,323	X	X	X
2. Depósitos a prazo	2,018,986	X	X	X	1,652,739	X	X	X
3. Empréstimos	67,602	X	X	X	202,915	X	X	X
3.1 Acordos de recompra	-	X	X	X	-	X	X	X
3.2 Outros	67,602	X	X	X	202,915	X	X	X
4. Responsabilidades por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio	-	X	X	X	-	X	X	X
5. Obrigações de locação	37,632	X	X	X	39,735	X	X	X
6. Outras contas a pagar	167,298	X	X	X	376,799	X	X	X
Total	2,408,374	-	-	2,408,374	2,780,511	-	-	2,780,511

Legenda: BV= Valor contabilístico L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Os depósitos a prazo incluem principalmente depósitos de contas de depósito em Itália e na Alemanha.

Outros montantes devidos a clientes incluem:

- depósitos de segurança dos concessionários no montante de 38 milhões de euros;
- contas a pagar a clientes de retalho e depósitos de garantia de particulares no âmbito da atividade de locação financeira.

1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação dos títulos em circulação

Tipo de títulos / Valores	12/31/2023 Total				12/31/ 2022 Total			
	BV	Justo valor			BV	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
A. Dívidas mobiliárias								
1. Obrigações	9,675,464	7,091,713	-	2,294,693	8,401,328	6,125,145	-	2,291,617
1.1 estruturado	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 outros	9,675,464	7,091,713	-	2,294,693	8,401,328	6,125,145	-	2,291,617
2. Outros títulos	-	-	-	-	578	-	-	578
2.1 estruturado	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Outros	-	-	-	-	578	-	-	578
Total	9,675,464	7,091,713	-	2,294,693	8,401,906	6,125,145	-	2,292,195

Legenda: BV= Valor contabilístico L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

A rubrica "Outras obrigações" inclui:

- i) obrigações emitidas por entidades de finalidade especial (SPE) no âmbito de operações de titularização, com um valor nominal de 3 572 milhões de euros;
- ii) obrigações emitidas pelo CA Auto Bank S.p.A (sucursal irlandesa) com um valor nominal de 4 925 milhões de euros e pela filial CA Auto Finance Suisse com um valor nominal de 360 milhões de francos suíços;
- iii) o programa de emissão de Euro Commercial Paper a curto prazo com o CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) como emitente utilizado no montante de €351 milhões.

1.4 Desagregação da dívida subordinada/títulos

	12/31/2023	12/31/2022
A.1 Dívidas subordinadas	331,573	331,019
- bancos	331,573	331,019
- clientes	-	-
A.2 Dívidas não subordinadas	16,525,394	14,323,746
- bancos	14,117,020	11,543,235
- clientes	2,408,374	2,780,511
B.1 Títulos subordinados	450,138	-
- bancos	450,138	-
- clientes	-	-
B.2 Títulos não subordinados	9,225,325	8,401,906
- bancos	2,658,494	1,117,372
- clientes	6,566,831	7,284,534
Total	26,532,430	23,056,671

À data do relatório, não existiam dívidas que exigissem a desagregação de derivativos incorporados (dívidas estruturadas).

1.6 Obrigações de locação

Os passivos de locação são quantificados através da aplicação da IFRS 16.

SEÇÃO 2 - Passivos financeiros detidos para negociação - Número 20

2.1 Passivos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

Tipo de transação/Valores	Total 12/31/2023					Total 12/31/2022				
	NV	Justo valor			Justo valor *	NV	Justo valor			Justo valor *
		L1	L2	L3			L1	L2	L3	
A. Dívidas a curto prazo										
1. Dívidas a bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Devido aos clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.1 Obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.1.1 Estruturado	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x
3.1.2 Outras obrigações	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x
3.2 Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2.1 Estruturado	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x
3.2.2 Outros	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x
Total A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Instrumentos derivados										
1. Derivados financeiros	-	-	10,925	-	-	-	-	868	-	-
1.1 Comércio	x	-	-	-	x	x	-	-	-	x
1.2 Ligado à opção do justo valor	x	-	-	-	x	x	-	-	-	x
1.3 Outros	x	-	10,925	-	x	x	-	868	-	x
2. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Comércio	x	-	-	-	x	x	-	-	-	x
2.2 Ligado à opção do justo valor	x	-	-	-	x	x	-	-	-	x
2.3 Outros	x	-	-	-	x	x	-	-	-	x
Total B	x	-	10,925	-	x	x	-	868	-	x
Total (A+B)	x	-	10,925	-	x	x	-	868	-	x

Legenda: NV= Valor nominal L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Justo valor*= Justo valor calculado excluindo as variações de valor devidas a alterações na fiabilidade creditícia do emitente desde a data de emissão

Esta rubrica inclui a avaliação negativa de instrumentos financeiros derivados relacionados com operações de titularização, celebrados com as contrapartes bancárias envolvidas nessas operações.

Secção 4 - Derivados de cobertura - Número 40

4.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e hierarquia de justo valor

	Justo valor 12/31/ 2023			NV	Justo valor 12/31/ 2022			NV
	L1	L2	L3	12/31/2022	L1	L2	L3	12/31/2022
A. Derivados financeiros	-	162,514	-	10,650,470	-	180,524	-	6,246,110
1) Justo valor	-	159,507	-	9,676,970	-	176,319	-	6,107,360
2) Fluxos financeiros	-	3,007	-	973,500	-	4,205	-	138,750
3) Investimentos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
1) Justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
2) Fluxos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	162,514	-	10,650,470	-	180,524	-	6,246,110

Legenda: NV= Valor nocional L1= Nível 1 L2= Nível 2 L3= Nível 3

Esta rubrica representa o justo valor dos contratos de derivados destinados a cobrir o risco de taxa de juro. A contrapartida da valorização dos derivados que utilizam o método de cobertura de justo valor é inscrita na rubrica 70 "Resultados líquidos de operações de cobertura" da demonstração de resultados.

4.2 Derivados de cobertura: desagregação por carteira coberta e tipo de cobertura

Transacções/Tipo de cobertura	Justo valor							Fluxos de caixa		Investimentos estrangeiros
	Específico						Genéricos	Específico	Genéricos	
	Dívidas mobiliárias e taxas de juro	Instrumentos de capital e índices de acções	Moedas e ouro	Crédito	Produtos de base	Outros				
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	X	X	X	-	X	X
2. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	X	16,558	-	X	X	X	-	X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X	89,702	X	-	X
4. Outras transacções	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-
Total do ativo	-	-	16,558	-	-	-	89,702	-	-	-
1. Passivos financeiros	53,247	X	-	-	-	-	X	-	X	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X
Total do passivo	53,247	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1. Transacções previstas	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
2. Carteira de activos e passivos financeiros	X	X	X	X	X	X	-	X	3,007	-

O valor relativo à cobertura genérica da carteira refere-se à cobertura da carteira de crédito ao consumo de acordo com a metodologia de Fair Value Hedge (macrohedge).

O valor relativo à cobertura de fluxos de caixa refere-se à cobertura do risco de taxa de juro de acordo com a metodologia de cobertura de fluxos de caixa utilizada para a atividade de aluguer de longa duração.

SECÇÃO 6 - Dívidas fiscais - Número 60

Ver secção 11 do património.

Secção 8 - Outros passivos - Número 80

8.1 Outros passivos: discriminação

Repartição	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Devido aos trabalhadores	8,746	5,646
2. Passivo de locação operacional	64,378	8,384
3. Devido à segurança social	4,338	2,457
4. Passivos diversos	913,805	993,121
- Contas a pagar	227,747	184,463
- Dívidas a instituições de seguros	31,779	48,495
- Devido aos clientes	3,589	6,835
- Outras contas a pagar	586,733	698,623
- Despesas acrescidas e receitas diferidas	63,957	54,705
Total	991,267	1,009,608

A rubrica "Passivo de locação operacional" inclui principalmente as contas a pagar pela aquisição de veículos e serviços prestados às empresas que desenvolvem actividades de aluguer de longa duração. Para efeitos de reporte de gestão, é de salientar que esta rubrica inclui 42 milhões de euros que, no quadro de reconciliação entre saldos e locações e empréstimos a clientes, estão incluídos em "Empréstimos".

A rubrica "Fornecedores" inclui:

- o fornecimento de veículos automóveis e de serviços diversos, prestados a preços de mercado principalmente pelas empresas do Grupo CA Auto Bank;
- os montantes dos incentivos comerciais à rede de vendas do CA Auto Bank Group;
- encargos a receber de concessionários e instituições bancárias, principalmente relacionados com as operações da empresa-mãe.

A rubrica "Créditos sobre instituições de seguros" refere-se essencialmente a valores a pagar do Banco-Mãe.

SECÇÃO 9 - Provisão para indemnizações por despedimento de trabalhadores - Número 90

9.1 Provisão para indemnizações a empregados: variações anuais

	12/31/2023	12/31/2022
A. Saldo inicial	6,174	9,892
B. Aumentos	393	77
B.1 Provisões do exercício	128	-
B.2 Outras alterações	265	77
C. Diminuições	3,112	3,795
C.1 Indemnizações por despedimento	29	389
C.2 Outras alterações	3,083	3,406
D. Saldo final	3,455	6,174
Total	3,455	6,174

Esta rubrica reflecte a obrigação residual de indemnizações por cessação de funções, que era exigida até 31 de dezembro de 2006, ao abrigo da legislação italiana, a ser paga aos empregados de empresas italianas com mais de 50 empregados aquando da cessação do contrato de trabalho. Esta indemnização pode ser paga em parte aos trabalhadores durante a sua vida ativa, se estiverem reunidas determinadas condições.

Os benefícios pós-emprego, tal como constam da demonstração da posição financeira, representam o valor presente desta obrigação de benefícios definidos, tal como ajustado pelos ganhos e perdas actuariais e pelos custos relacionados com serviços laborais não registados anteriormente.

As provisões para planos de pensões de benefícios definidos e o custo anual registado na demonstração de resultados são determinados por actuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada.

9.2 Outras informações

Alterações durante o ano nos passivos (activos) líquidos de benefícios definidos e direitos de remição (IAS 19, parágrafos 140 e 141)

Obrigações de prestações definidas a partir de 01/01/2023	6,174
a. Custo do serviço -	-
b. Custo dos juros	139
c. Redução -	-
d. Outros custos	-
e. Contribuição da entidade patronal -	-
f. Rendimento de juros sobre activos do plano -	-
g.1 Ganhos/perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	23
g.2 Ganhos/perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	-
g.3 (Ganho)/perda actuarial líquida: outros	249
h. Contribuições dos participantes no plano (458)	(82)
i. Custos/(proveitos) de serviços passados e (ganhos) e perdas de corte	-
l. Transacções entre empresas -	(3,024)
m. Outras alterações	(24)
Total das obrigações de benefícios definidos a partir de 31/12/2023	3,455

Descrição dos principais pressupostos actuariais (IAS 19, parágrafo 144)

Para efetuar as avaliações necessárias, é necessário adotar pressupostos demográficos e económicos adequados:

- taxas de mortalidade;
- deficiência;
- rescisão do contrato de trabalho (demissão ou despedimento);
- pedidos de adiantamentos;
- a futura carreira económica dos trabalhadores (incluindo a hipótese de promoções para categorias superiores);
- alterações no poder de compra real.

Em particular, com base no CA Bank S.p.A., foram adoptadas as seguintes hipóteses:

Principais pressupostos actuariais	ITÁLIA
	TFR
Taxa de desconto	3,48%
Taxa prevista de aumento salarial	2,34%
Taxa de inflação prevista	2,97%
Tabelas de mortalidade	SI 2019 (alterado com base em dados históricos)
Taxa média anual de saída de pessoal	6,13%

SEÇÃO 10 - Provisões para riscos e encargos - Número 100

10.1 Provisões para riscos e encargos: repartição

Itens/Componentes	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Provisões para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias financeiras emitidas	-	-
2. Provisões para outros compromissos e outras garantias emitidas	44	28
3. Provisões para fundos de pensões de empresas	28,153	31,138
4. Outras provisões para riscos e encargos	79,210	92,162
4.1 litígios jurídicos e fiscais	1,695	5,709
4.2 encargos com o pessoal	13,180	22,023
4.3 outros	64,335	64,430
Total	107,407	123,328

10.2 Provisões para riscos e encargos: variações anuais

	Provisões para outros compromissos e outras garantias prestadas	Obrigações relativas a pensões e outros benefícios pós- reforma	Outras provisões para riscos e encargos	Total
A. Saldo inicial	28	31,138	92,162	123,328
B. Aumentos	16	3,143	26,661	29,820
B.1 Provisões do exercício	16	2,092	25,127	27,235
B.2 Alterações devidas à passagem do tempo	-	58	-	58
B.3 Alterações devidas à modificação da taxa de desconto	-	-	-	-
B.4 Outras alterações	-	993	1,534	2,527
- Das quais transacções de concentrações de empresas	-	-	-	-
C. Diminuições	-	6,128	39,613	45,741
C.1 Utilização durante o ano	-	3,173	25,738	28,911
C.2 Alterações devidas à modificação da taxa de desconto	-	17	-	17
C.3 Outras alterações	-	2,938	13,875	16,813
- Das quais transacções de concentrações de empresas	-	-	-	-
D. Saldo final	44	28,153	79,210	107,407

10.3 Provisões para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias financeiras emitidas

	Provisões para riscos de crédito relacionados com compromissos e garantias financeiras emitidas				
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida e/ou originada	Total
Compromissos de desembolso de fundos	44	-	-	-	44
Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-
Total	44	-	-	-	44

10.5 Provisões para fundos de pensões de empresas com prestações definidas

2. Variações no ano dos passivos (activos) líquidos com benefícios definidos e direitos de remição

Alterações na obrigação de benefícios definidos	12/31/2023
Obrigação de benefícios definidos a partir do ano anterior e da data	70,472
a. Custo do serviço -	1,390
b. Custo dos juros	2,384
c. Redução -	-
d. Outros custos	55
e. Contribuição da entidade patronal -	301
f. Rendimento de juros sobre activos do plano -	-
g. 1 Ganho/perda atuarial resultante de alterações nos pressupostos financeiros	(3,152)
g. 2 Ganho/perda atuarial resultante de alterações nos pressupostos demográficos	0
g. 3 (Ganho)/perda atuarial líquido: outros	781
h. Contribuições dos participantes no plano (458)	(4,964)
i. Custos/(proveitos) de serviços passados e (ganhos) e perdas de corte	2
l. Transacções entre empresas -	(1,499)
m. Outras alterações	469
Obrigação total de benefícios definidos a partir de 31/12/2023	66,239

3. Informação sobre o justo valor dos activos do fundo

Variação dos activos do fundo	12/31/2023
Justo valor inicial dos activos do fundo	39,334
a. Rendimento de juros sobre os activos do fundo	1,437
b. Dotações/desembolsos do empregador para activos do plano	2,202
c. Benefícios pagos através do uso de activos do plano	(2,250)
d. Ganhos/perdas actuariais nos activos do plano	(2,125)
e. Outras alterações	(510)
Obrigação total de prestações definidas a partir de 31/12/2023	38,088

4. Descrição dos principais pressupostos actuariais

Principais pressupostos actuariais	ITÁLIA		OUTROS PAÍSES		
	Outros planos de benefícios pós-emprego	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	Planos de pensões	Outros planos de benefícios pós-emprego	Outros benefícios a longo prazo dos empregados
Taxa de desconto	3,48%	3,48%	3,80%	5,11%	5,87%
Taxa prevista de aumento salarial	2,34%	2,34%	2,32%	1,13%	2,47%
Taxa de inflação prevista	2,97%	2,97%	1,71%	1,85%	0,63%
Tabelas de mortalidade	SI2019 (alterado com base em dados históricos)		MR-5 / FR-5, BVG 2020 / GT, RT 2018 G, Heubeck RT 2018 G, RT 2018 G, TH/TF 2000-2002, AG Prognosetafel 2022, 100% de S3PXA CMI 2021 IAMI 0,25%, 1,25% taxa de melhoria a longo prazo (LTR)	AVÖ 2018-P "Angestellte", TH/TF 2000-2002, EAE21012p, GUS 2022, SI2019	RT 2018 G, Heubeck RT 2018 G, RT 2018 G, GUS 2022, SI2019
Valor anual das saídas de trabalhadores por conta de outrem	6,13%	6,13%	3,01%	0,00%	0,00%

10.6 Provisões para riscos e encargos: outras provisões

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Provisões para benefícios de reforma e obrigações semelhantes	13,180	13,025
3. Provisão para riscos fiscais	-	3
4. Provisão para riscos jurídicos	1,694	766
5. Provisão para riscos e encargos futuros relacionados com a locação operacional	4,676	413
6. Provisões para riscos diversos	59,660	77,955
Total	79,210	92,162

Provisões para riscos e encargos relacionados com a locação operacional

Esta provisão consiste principalmente em provisões para futuros custos de manutenção e de auto-seguro de automóveis fornecidos ao abrigo de contratos de locação operacional.

Provisões para riscos diversos

Estas disposições referem-se a:

- provisões de 22 milhões de euros para riscos relacionados, no mercado britânico, com o valor residual dos veículos adquiridos com empréstimos PCP (Personal Contract Purchase) e com a possibilidade de os clientes rescindirem voluntariamente o contrato, ao abrigo da legislação local, em determinadas condições;
- outras provisões no montante de 14 milhões de euros constituídas principalmente pelas filiais em Itália, Alemanha, Reino Unido e República Checa.
- provisões de 10 milhões de euros para encargos potenciais relacionados com tipos específicos de contratos.

Secção 11 - Número 110 Passivos de seguros: discriminação

11.1 Alterações na quantia escriturada - GMM ou VFA - de contratos de seguro emitidos - responsabilidades por cobertura residual e por sinistros ocorridos

Descrição/Passivo	Responsabilidades por cobertura residual 12/31/2023			Responsabilidades por cobertura residual 12/31/2022		
	Responsabilidades por sinistros ocorridos 12/31/2023		Total 12/31/2023	Responsabilidades por sinistros ocorridos 12/31/2022		Total 12/31/2022
	Após a perda	Perda		Após a perda	Perda	
A. Quantia escriturada inicial						
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	22,030	5,804	27,834	13,314	7,176	20,489
2. Contratos de seguro emitidos que constituem activos						
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeiro.	22,030	5,804	27,834	13,314	7,176	20,489
B. Receitas de seguros	(13,157)		(13,157)	(8,684)		(8,684)
C. Custos dos serviços de seguros						
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis		5,800	5,800		4,072	4,072
2. Alterações na responsabilidade por sinistros ocorridos		(1,327)	(1,327)		(876)	(876)
3. Perdas e recuperações conexas relativas a contratos onerosos						
4. Amortização dos custos de aquisição de contratos						
5. Total		4,473	4,473		3,196	3,196
D. Rendimentos de serviços de seguros (B+C)	(13,157)	4,473	(8,684)	(8,684)	3,196	(5,487)
E. Custos/rendimentos financeiros líquidos						
1. Relativos a contratos de seguro emitidos						
1.1 Registados na demonstração de resultados	917	182	1,099	565	(624)	(59)
1.2 Registados na demonstração do rendimento integral	(130)	(37)	(167)	(117)	128	11
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio						
3. Total	787	145	932	448	(496)	(48)
F. Componentes do investimento						
G. Montante total registado na demonstração dos resultados e na demonstração do rendimento integral (D+E+F)	(12,370)	4,618	(7,752)	(8,235)	2,700	(5,535)
H. Outras alterações				494		494
I. Movimentos de caixa						
1. Prémios recebidos	23,484		23,484	16,458		16,458
2. Pagamentos associados a custos de aquisição de contratos						
3. Sinistros pagos e outras despesas de caixa		(5,800)	(5,800)		(4,072)	(4,072)
4. Total	23,484	(5,800)	17,684	11,817	(4,072)	7,745
L. Quantia escriturada líquida a partir de 31 de dezembro (A.3+G+H+I.4)	33,144	4,622	37,766	22,030	5,804	27,834
M. Quantia escriturada final						
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	33,144	4,622	37,766	22,030	5,804	27,834
2. Contratos de seguro emitidos que constituem activos						
3. Quantia escriturada líquida em 31 de dezembro	33,144	4,622	37,766	22,030	5,804	27,834

11.2 Alterações na quantia escriturada dos contratos de seguro emitidos por elemento de medição subjacente

	Valor atual dos fluxos de caixa 12/31/2023	Ajustamento para riscos não financeiros 12/31/2023	Margem de serviço contratual 12/31/2023	Total 12/31/2023	Valor atual dos fluxos de caixa 12/31/2022	Ajustamento para riscos não financeiros 12/31/2022	Margem de serviço contratual 12/31/2022	Total 12/31/2022
A. Quantia escriturada inicial								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	16,229	3,698	7,908	27,835	11,252	1,680	7,557	20,489
2. Contratos de seguro emitidos que constituem activos								
3. Quantia escriturada líquida a partir de 1 de janeiro.	16,229	3,698	7,908	27,835	11,252	1,680	7,557	20,489
B. Alterações relacionadas com os serviços actuais								
1. Margem de serviço contratual registada na conta de resultados			(3,516)	(3,516)			(2,321)	(2,321)
2. Alteração para riscos não financeiros expirados		(1,264)		(1,264)		(834)		(834)
3. Alterações relacionadas com a experiência	665			665	(6,189)			(6,189)
4. Total	665	(1,264)	(3,516)	(4,115)	(6,189)	(834)	(2,321)	(6,189)
C. Alterações relacionadas com serviços futuros								
1. Alterações na margem de serviço contratual	5,188	1,300	(9,730)	(3,242)	3,751	1,564	(583)	4,732
2. Perdas em grupos de contratos onerosos e recuperações conexas								
3. Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no ano de referência	(14,336)	716	13,620	-	(3,789)	753	3,036	-
4. Total	(9,148)	2,016	3,890	(3,242)	(38)	2,318	2,453	4,733
D. Alterações relacionadas com serviços anteriores								
1. Ajustamentos à responsabilidade por sinistros ocorridos	(1,238)	(88)		(1,326)	(817)	(58)		(876)
2. Alterações relacionadas com a experiência								
3. Total	(1,238)	(88)		(1,326)	(817)	(58)		(876)
E. Resultado dos serviços de seguros (B+C+D)	(9,721)	664	374	(8,683)	(2,404)	1,425	(4,509)	(5,487)
F. Custos/proveitos de carácter financeiro								
1. Relativos a contratos de seguro emitidos								
1.1 Registados na demonstração de resultados	359	123	617	1,099	(392)	115	218	(59)
1.2 Registados na demonstração do rendimento integral	(146)	(22)		(168)	27	(16)		11
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio								
3. Total	213	101	617	931	(365)	98	218	(48)
G. Montante total das variações registadas na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral (E+F)	(9,508)	765	991	(7,752)	(2,769)	1,524	(4,291)	(5,535)
H. Outras alterações						494		494
I. Movimentos de caixa								
1. Prémios recebidos	23,483			23,483	16,458			16,458
2. Pagamentos associados a custos de aquisição de contratos								
3. Sinistros pagos e outras despesas de caixa	(5,800)			(5,800)	(4,072)			(4,072)
4. Total	17,683			17,683	12,386			12,386
L. Quantia escriturada líquida a partir de 31 de dezembro (A.3+G+H+I.4)	24,404	4,462	8,899	37,766	16,229	3,698	7,908	27,834
L. Valor contabilístico final								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	24,404	4,462	8,899	37,766	16,229	3,698	7,908	27,834
2. Contratos de seguro emitidos que constituem activos								
3. Quantia escriturada líquida em 31 de dezembro.	24,404	4,462	8,899	37,766	16,229	3,698	7,908	27,834

11.3 Alterações das receitas de seguros e da margem de serviço contratual dos contratos de seguro emitidos, discriminadas por contratos existentes no momento da transição para a IFRS 17

	12/31/2023				12/31/2022					
	Novos contratos e contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva total	Contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva modificada	Contratos mensurados à data da transição usando a abordagem do justo valor	Contratos de exceção	Total 12/31/2023	Novos contratos e contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva total	Contratos mensurados na data de transição usando a abordagem de aplicação retrospectiva modificada	Contratos mensurados à data da transição usando a abordagem do justo valor	Contratos de exceção	Total 12/31/2022
Receitas de seguros.	2,066	(15,222)			(13,156)	(1,737)	(6,947)			(8,684)
Margem de serviço contratual - Saldo inicial	1,582	6,326			7,908	1,511	6,046			7,557
Alterações referidas aos serviços actuais										
- Margem de serviço contratual reconhecida na demonstração de resultados para refletir os serviços prestados	(703)	(2,813)			(3,516)	(464)	(1,856)			(2,321)
Alterações referidas a serviços futuros										
- Alterações nas estimativas que modificam a margem de serviço contratual	(1,946)	(7,784)			(9,730)	(1,045)	462			(583)
- Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no período de referência	2,724	10,896			13,620	607	2,429			3,036
Receitas/custos financeiros										
1. Relativos a contratos de seguro emitidos	123	494			617	44	175			218
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio										
3. Total	123	494			617	44	175			218
Total das variações reconhecidas na demonstração de resultados e na demonstração do rendimento integral	198	793			991	(858)	1,209			351
Margem de serviço contratual - Saldo final	1,780	7,119			8,979	653	7,254			7,908

11.4 Elementos subjacentes à mensuração dos contratos de seguro emitidos reconhecidos no exercício

Descrição/Grupos de contratos	Contratos originados 12/31/2023			Contratos adquiridos em transações de combinação de negócios 12/31/2023			Contratos transferidos de terceiros 12/31/2023		
	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total
	A. Valor atual estimado dos exfluxos de caixa futuros								
1. Custos de aquisição de contratos		950	950						
2. Montante dos sinistros e outros custos diretamente atribuíveis		3,523	3,523						
3. Total		4,473	4,473						
B. Valor atual estimado dos influxos de caixa futuros		18,809	18,809						
C. Valor atual líquido estimado dos fluxos de caixa futuros (A-B)		(14,336)	(14,336)						
D. Ajustamento estimado para riscos não financeiros		716	716						
E. Desreconhecimento de activos já registados dados os fluxos de caixa associados aos contratos de seguro emitidos									
F. Margem de serviço contratual		(8,899)	(8,899)						
G. Aumento incluído na responsabilidade por contratos de seguro emitidos durante o exercício (C+D+E+ F)		(22,519)	(22,519)						

Descrição/Grupos de contratos	Contratos originados 12/31/2022			Contratos adquiridos em transações de combinação de negócios 12/31/2022			Contratos transferidos de terceiros 12/31/2022		
	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total
	A. Valor atual estimado dos exfluxos de caixa futuros								
1. Custos de aquisição de contratos		871	871						
2. Montante dos créditos e outros custos diretamente atribuíveis		2,326	2,326						
3. Total		3,197	3,197						
B. Valor atual estimado dos influxos de caixa futuros		6,986	6,986						
C. Valor atual líquido estimado dos fluxos de caixa futuros (A-B)		(3,789)	(3,789)						
D. Ajustamento estimado para riscos não financeiros									
E. Desreconhecimento de activos já registados dados os fluxos de caixa associados aos contratos de seguro emitidos									
F. Margem de serviço contratual		(7,908)	(7,908)						
G. Aumento incluído na responsabilidade por contratos de seguro emitidos durante o exercício (C+D+E+ F)		(11,697)	(11,697)						

11.5 Contratos de seguro emitidos - Margem de serviço contratual discriminada por momento previsto de reconhecimento na demonstração de resultados

Quadro - Análise da forma de divulgação do MCS	A partir de 31/12/2023							Total
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Mais de 10 anos	
Contratos de seguro								
Vida	1,362	883	567	265	76			3,153
Não vida	1,345	1,529	1,552	1,000	322			5,748
Total	2,707	2,411	2,119	1,265	397			8,899

11.6 Contratos de seguro emitidos - Evolução dos sinistros antes do resseguro (segmento não vida)

Reclamações/Períodos temporais	Ano T-9	Ano T-8	Ano T-7	Ano T-6	Ano T-5	Ano T-4	Ano T-3	Ano T-2	Ano T-1	Ano T	Total
A. Sinistros pagos acumulados e outros custos diretamente atribuíveis pagos											
1. No final do ano de ocorrência	45	700	1,808	2,656	3,212	3,449	3,521	3,564	3,610	3,893	26,457
2. Um ano depois	124	767	1,761	2,776	3,327	3,566	3,607	3,660	3,953	-	23,540
3. Dois anos mais tarde	171	459	704	982	1,224	1,322	1,358	1,368	-	-	7,588
4. Três anos mais tarde	95	304	742	1,100	1,393	1,540	1,595	-	-	-	6,769
5. Quatro anos mais tarde	59	368	841	1,153	1,385	1,447	-	-	-	-	5,252
6. Cinco anos mais tarde	26	416	897	1,297	1,535	-	-	-	-	-	4,171
7. Seis anos mais tarde	117	484	776	1,171	-	-	-	-	-	-	2,549
8. Sete anos mais tarde	84	253	438	-	-	-	-	-	-	-	775
9. Oito anos depois	62	163	-	-	-	-	-	-	-	-	225
10. Nove anos mais tarde	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Total acumulado dos sinistros pagos e outros custos diretamente atribuíveis pagos (Total A)	803	3,915	7,968	11,134	12,074	11,325	10,081	8,591	7,562	3,893	77,346
B. Custos estimados dos sinistros acumulados finais (montante antes das cessões de resseguro e não atualizado)											
1. No final do ano de ocorrência	1,209	2,290	3,093	3,524	3,778	3,774	3,717	3,680	3,698	3,976	32,739
2. Um ano depois	1,129	1,820	2,591	3,352	3,636	3,748	3,577	3,582	3,860	-	27,294
3. Dois anos mais tarde	803	1,049	971	1,159	1,308	1,379	1,379	1,372	-	-	9,420
4. Três anos mais tarde	739	623	967	1,210	1,535	1,643	1,655	-	-	-	8,372
5. Quatro anos mais tarde	518	629	971	1,309	1,510	1,518	-	-	-	-	6,454
6. Cinco anos mais tarde	592	629	1,116	1,482	1,626	-	-	-	-	-	5,446
7. Seis anos mais tarde	847	725	992	1,334	-	-	-	-	-	-	3,897
8. Sete anos mais tarde	663	420	566	-	-	-	-	-	-	-	1,649
9. Oito anos depois	530	355	-	-	-	-	-	-	-	-	885
10. Nove anos mais tarde	594	-	-	-	-	-	-	-	-	-	594
Custos estimados dos sinistros acumulados finais (montante antes das cessões de resseguro e não atualizado) (Total B)	7,623	8,540	11,267	13,370	13,393	12,061	10,327	8,635	7,557	3,976	96,750
C. Responsabilidade bruta não descontada dos sinistros ocorridos - ano de acidente T a T-9 (Total B - Total A)											
	- 6,820	- 4,626	- 3,299	- 2,236	- 1,319	- 736	- 247	- 43	5	- 84	- 19,404
D. Passivo bruto não descontado de sinistros incorridos - anos anteriores a T-9											
E. Efeito de desconto											
F. Efeito do ajustamento para riscos não financeiros											
											-
G. Encargos brutos suportados relativos a contratos de seguro emitidos											
	48	234	476	665	722	677	602	513	452	233	4,622

11,7 Contratos de seguro emitidos - Evolução dos sinistros líquidos de resseguro (segmento não vida)

Reclamações/Períodos temporais	Ano T-9	Ano T-8	Ano T-7	Ano T-6	Ano T-5	Ano T-4	Ano T-3	Ano T-2	Ano T-1	Ano T	Total
A. Sinistros pagos acumulados e outros custos diretamente atribuíveis pagos, líquidos de resseguro											
1. No final do ano de ocorrência	5	70	181	266	321	345	352	356	361	389	2,646
2. Um ano depois	12	77	176	278	333	357	361	366	395	-	2,354
3. Dois anos mais tarde	17	46	70	98	122	132	136	137	-	-	759
4. Três anos mais tarde	9	30	74	110	139	154	160	-	-	-	677
5. Quatro anos mais tarde	6	37	84	115	138	145	-	-	-	-	525
6. Cinco anos mais tarde	3	42	90	130	153	-	-	-	-	-	417
7. Seis anos mais tarde	12	48	78	117	-	-	-	-	-	-	255
8. Sete anos mais tarde	8	25	44	-	-	-	-	-	-	-	77
9. Oito anos depois	6	16	-	-	-	-	-	-	-	-	22
10. Nove anos mais tarde	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total acumulado dos sinistros pagos e outros custos diretamente atribuíveis pagos, líquidos de resseguro (Total A)	80	391	797	1,113	1,207	1,132	1,008	859	756	389	7,735
B. Custos estimados dos sinistros acumulados finais (montante líquido de resseguro e não descontado)											
1. No final do ano de ocorrência	121	229	309	352	378	377	372	368	370	398	3,274
2. Um ano depois	113	182	259	335	364	375	358	358	386	-	2,729
3. Dois anos mais tarde	80	105	97	116	131	138	138	137	-	-	942
4. Três anos mais tarde	74	62	97	121	154	164	166	-	-	-	837
5. Quatro anos mais tarde	52	63	97	131	151	152	-	-	-	-	645
6. Cinco anos mais tarde	59	63	112	148	163	-	-	-	-	-	545
7. Seis anos mais tarde	85	72	99	133	-	-	-	-	-	-	390
8. Sete anos mais tarde	66	42	57	-	-	-	-	-	-	-	165
9. Oito anos depois	53	36	-	-	-	-	-	-	-	-	89
10. Nove anos mais tarde	59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59
Custos estimados dos sinistros acumulados finais (montante líquido de resseguro e não descontado) (Total B)	762	854	1,127	1,337	1,339	1,206	1,033	863	756	398	9,675
C. Responsabilidade líquida não actualizada por sinistros ocorridos - ano de acidente T a T-9 (Total B - Total A)	-682	-463	-330	-224	-132	-74	-25	-4	0	-8	-1,940
D. Responsabilidade líquida não descontada de sinistros incorridos - anos anteriores a T-9											
E. Efeito de desconto											
F. Efeito do ajustamento para riscos não financeiros											
G. Responsabilidade líquida por sinistros ocorridos de contratos de seguro emitidos	13	66	134	187	203	190	169	144	127	65	1,298

Secção 13 - Capital próprio do grupo - Rubricas 120, 130, 140, 150, 160, 170 e 180

13.1 "Capital social" e "Acções próprias": discriminação

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
A. Capital social		
A.1 Acções ordinárias	700,000	700,000
A.2 Acções de poupança	-	-
A.3 Acções preferenciais	-	-
A.4 Outras acções	-	-
B. Acções próprias		
B.1 Acções ordinárias	-	-
B.2 Acções de poupança	-	-
B.3 Acções preferenciais	-	-
B.4 Outras acções	-	-

13.2 Capital social - Número de acções detidas pela empresa-mãe: alterações anuais

Itens/Tipos	Ordinários	Outros
A. Acções emitidas existentes no início do ano	700,000	-
- totalmente realizado	700,000	-
- não totalmente realizado	-	-
A.1 Acções próprias (-)	-	-
A.2 Acções em circulação: saldo inicial	700,000	-
B. Aumentos	-	-
B.1 Novas questões	-	-
- para apreciação:	-	-
- transacções de combinação de negócios	-	-
- conversão de obrigações	-	-
- exercício de warrants	-	-
- outros	-	-
- gratuitamente:	-	-
- aos trabalhadores	-	-
- aos directores	-	-
- outros	-	-
B.2 Venda de acções próprias	-	-
B.3 Outras alterações	-	-
C. Diminuições	-	-
C.1 Anulação	-	-
C.2 Recompra de acções próprias	-	-
C.3 Transferências de empresas	-	-
C.4 Outras alterações	-	-
D. Acções em circulação: saldo final	700,000	-
D.1 Acções próprias (+)	700,000	-
D.2 Acções em circulação no final do ano	700,000	-
- totalmente realizado	-	-
- não totalmente pago	-	-

O capital social está totalmente realizado. É composto por 700 000 000 acções com um valor nominal de 1 euro cada e, no final do exercício de 2023, manteve-se inalterado em relação ao ano anterior.

13.4 Reservas: outras informações

As reservas do Grupo ascendem a 1 664 milhões de euros e incluem: a reserva legal, a reserva estatutária, os resultados transitados, a reserva FTA-IFRS9, a reserva de consolidação e outras reservas.

13.6 Outras informações

As reservas de reavaliação ascendem a €5 milhões negativos e incluem reservas de derivados de cobertura de fluxos de caixa no valor de €2 milhões, reservas de reavaliação cambial (relativas a investimentos integralmente consolidados) no valor de €6 milhões, bem como reservas de reavaliação legalmente exigidas decorrentes da reavaliação de activos fixos tangíveis no valor de €454 mil e a reserva negativa para ganhos (perdas) actuariais de planos de pensões de benefícios definidos no valor de €9 milhões.

Secção 14 - Capital próprio atribuível a interesses que não controlam - Número 190

O capital próprio atribuível aos interesses que não controlam refere-se ao CA Auto Bank GmbH, Ferrari Financial Services GmbH e outros investidores menores.

14.1 Pormenores da rubrica 190 "capital próprio atribuível aos interesses que não controlam".

Nome da empresa	12/31/2023	12/31/2022
Investimentos de capital em empresas consolidadas com interesses não controladores significativos		
1. Ferrari Financial Services GmbH	53,903	47,457
2. CA Auto Bank GmbH	25,660	31,375
3. CA Auto Bank G.m.b.H. Sucursal Helénica	6,534	-
Outros investimentos	33	26
Total	86,130	78,858

14.2 Instrumentos de capital: desagregação e variações anuais

	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Capital próprio minoritário - Acções ordinárias	3,389	3,389
2. Capital próprio minoritário - Acções - Empresa-mãe	-	-
3. Capital próprio minoritário - Instrumentos de capital próprio	-	-
4. Capital próprio minoritário - Reserva de prémios de emissão	2,877	2,877
5. Reservas	72,444	63,977
6. Reservas de avaliação	140	153
7. Capital próprio minoritário - Resultado líquido	7,280	8,462
Total	86,130	78,858

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Autorizações e garantias financeiras prestadas

	Valor nominal das autorizações e garantias financeiras prestadas				Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Compras com imparidade e/ou originadas		
1. Autorizações de desembolso de fundos	9,341	115	88	-	9,544	6,510
(a) Bancos centrais	-	-	-	-	-	-
(b) Administrações públicas	-	-	-	-	-	-
(c) Bancos	-	-	-	-	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
(e) Sociedades não financeiras	2	-	-	-	2	2
(f) Agregados familiares	9,339	115	88	-	9,542	6,508
2. Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-	-
a) Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
b) Administrações públicas	-	-	-	-	-	-
(c) Bancos	-	-	-	-	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-
(e) Sociedades não financeiras	-	-	-	-	-	-
(f) Agregados familiares	-	-	-	-	-	-

A rubrica refere-se principalmente a compromissos de desembolso de fundos relacionados com linhas de crédito concedidas a clientes com cartões de crédito - alínea f) Famílias.

2. Outros compromissos e outras garantias prestadas

	Valor nominal	Valor nominal
	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
Outras garantias prestadas		
Dos quais: empréstimos não produtivos	-	-
(a) Bancos centrais	-	-
(b) Entidades do sector público	-	-
(c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
(e) Sociedades não financeiras	50,208	-
(f) Agregados familiares	-	-
Outros compromissos		
Dos quais: empréstimos não produtivos	-	-
(a) Bancos centrais	-	-
(b) Administrações públicas	-	-
(c) Bancos	-	-
(d) Outras sociedades financeiras	-	-
(e) Sociedades não financeiras	5,473,669	7,151,761
(f) Agregados familiares	99,761	6,510

A rubrica refere-se a compromissos de desembolso de fundos relacionados com os compromissos revogáveis do Banco para com a rede de concessionários - alínea e) empresas não financeiras e compromissos revogáveis pelo Banco relativamente a titulares de contratos de retalho ainda não activados - alínea f) famílias. Existem igualmente garantias prestadas pelo Banco à Leasys S.p.A..

3. Activos utilizados para garantir passivos e compromissos próprios

Carteiras	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	-
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	-
3. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-
4. Activos fixos tangíveis	7,239,496	7,055,147
Dos quais: existências de activos fixos tangíveis	-	-

Note-se que a rubrica 3 "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado" representa os activos restritos principalmente associados às operações de securitização implementadas pela Empresa e ao programa ABACO para a prestação de garantias ao Banco de Itália.

6. Activos financeiros sujeitos a compensação, nas demonstrações financeiras ou sujeitos a acordos-quadro de compensação ou acordos semelhantes

Instrumento tipo	Montante bruto dos activos financeiros (a)	Montante dos passivos financeiros compensados nas demonstrações financeiras (b)	Montante líquido dos activos financeiros inscritos no balanço (c=a-b)	Quantias relacionadas não sujeitas a compensação		Montante líquido (f=c-d-e) 12/31/2023	Montante líquido (f=c-d-e) 12/31/2022
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em numerário recebidos como garantia (e)		
1. Derivados	40,315	-	40,315	-	29,954	10,361	(250,607)
2. REPO	23,269	-	23,269	23,269	-	-	(103)
3. Empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-	-
4. Outros	6,000,000	6,000,000	-	-	-	-	-
Total 12/31/2023	6,063,584	6,000,000	63,584	23,269	29,954	10,361	X
Total 12/31/2022	3,582,819	3,100,000	482,819	38,827	193,282	X	250,710

7. Passivos financeiros sujeitos a compensação contabilística ou ao abrigo de acordos-quadro de compensação e acordos semelhantes

Instrumento tipo	Montante bruto dos passivos financeiros (a)	Montante dos activos financeiros compensados nas demonstrações financeiras (b)	Montante líquido dos passivos financeiros inscritos no balanço (c=a-b)	Quantias relacionadas não sujeitas a compensação		Montante líquido (f=c-d-e) 12/31/2023	Montante líquido (f=c-d-e) 12/31/2022
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em numerário recebidos como garantia (e)		
1. Derivados	159,661	-	159,661	89,080	70,581	-	324
2. REPO	875,817	-	875,817	866,627	-	9,191	-
3. Empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-	-
4. Outros	6,000,000	6,000,000	-	-	-	-	-
Total 12/31/2023	7,035,478	6,000,000	1,035,478	955,707	70,581	9,191	X
Total 12/31/2022	3,234,021	3,100,000	134,021	94,382	39,315	X	324

PARTE C - INFORMAÇÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

SECÇÃO 1 - Juros - Rubricas 10 e 20

1.1 Receitas de juros e receitas similares: discriminação

Itens/Formulários técnicos	Títulos de dívida	Empréstimos	Outras transacções	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto nos lucros ou perdas:	-	4,045	-	4,045	-
1.1 Activos financeiros detidos para negociação	-	4,211	-	4,211	-
1.2 Activos financeiros designados pelo justo valor	-	252	-	252	-
1.3 Outros activos financeiros obrigatoriamente avaliados pelo justo valor	-	(418)	-	(418)	-
2. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global	1,316	-	X	1,316	-
3. Activos financeiros avaliados ao custo amortizado:	2,487	1,375,488	-	1,377,975	841,744
3.1 Créditos aos bancos	356	316,236	X	316,592	56,660
3.2 Créditos aos clientes	2,131	1,059,252	X	1,061,383	785,084
4. Derivados de cobertura	X	X	(212)	(212)	(23,745)
5. Outros activos	X	X	74,342	74,342	8,392
6. Passivos financeiros	X	X	X	821	3.306
Total	3,803	1,379,533	74,130	1,458,287	829,697
dos quais: receitas de juros sobre activos financeiros depreciados	-	13,412	9,101	22,513	-
dos quais: juros de locações financeiras	X	66,716	X	66,716	-

1.2 Juros e proveitos equiparados: outras informações

1.2.1 Receitas de juros sobre activos financeiros em moeda estrangeira

Item	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Receitas de juros sobre activos financeiros em moeda estrangeira	230,267	124,806

1.2.2 Receitas de juros de locação financeira

Item	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Receitas de juros sobre transacções de locação financeira	689,062	571,759

1.3 Despesas de juros e encargos similares: repartição

Itens/Formulários técnicos	Dívidas	Títulos	Outras transacções	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	(756,100)	(169,155)	-	(925,255)	(174,144)
1.1 Dívidas aos bancos centrais	-	X	X	-	-
1.2 Dívidas aos bancos	(706,134)	X	X	(706,134)	(76,061)
1.3 Dívidas a clientes	(49,966)	X	X	(49,966)	(39,023)
1.4 Dívidas Títulos em circulação	X	(169,155)	X	(169,155)	(59,060)
2. Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
3. Passivos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-
4. Outros passivos e fundos	X	X	(79,416)	(79,416)	(8,582)
5. Derivados de cobertura	X	X	138,966	138,966	18,916
6. Activos financeiros	X	X	X	(80,742)	(1,591)
Total	(756,100)	(169,155)	(59,550)	(946,447)	(165,401)
Dos quais: despesas de juros relacionadas com passivos de locação	(7,005)	X	X	7,005	-

1.4 Despesas de juros e encargos similares: outras informações

1.4.1 Despesas de juros sobre passivos em moeda estrangeira

Artigos	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Despesas de juros sobre passivos financeiros em moeda estrangeira	(79,766)	(17,166)

1.4.2 Despesas de juros sobre passivos de locação financeira

Artigos	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Despesas de juros sobre transacções de locação financeira	(1,118)	-

1,5 Diferenciais relativos a operações de cobertura

Artigos	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
A. Diferenciais positivos relacionados com operações de cobertura:	251,296	11,656
B. Diferenciais negativos relacionados com transações de cobertura:	(112,542)	(16,889)
C. Diferença (A-B)	138,754	(5,233)

SECÇÃO 2 - Receitas de honorários e de comissões - Rubricas 40 e 50

2.1 Receitas de honorários e comissões: repartição

Tipos de serviços/valores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
(a) Instrumentos financeiros	1,270	-
1. Colocação de títulos	-	-
1.1 Com um compromisso firme e/ou com base num compromisso irrevogável	-	-
1.2 Sem compromisso irrevogável	-	-
2. Actividades de receção e transmissão de ordens e execução de ordens em nome de clientes	1,270	-
2.1 Receção e transmissão de ordens para um ou mais instrumentos financeiros	1,270	-
2.2 Execução de ordens por conta de clientes	-	-
3. Outras comissões associadas a actividades relacionadas com instrumentos financeiros	-	-
Dos quais: negociação por conta própria	-	-
Dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
(b) Finanças empresariais	-	-
1. Aconselhamento em matéria de fusões e aquisições.	-	-
2. Serviços de tesouraria	-	-
3. Outros honorários relativos a serviços de financiamento de empresas	-	-
(c) Actividades de consultoria de investimento	-	-
(d) Compensação e liquidação	-	-
(e) Gestão colectiva de carteiras	-	-
(f) Custódia e administração	-	-
1. Banco depositário	-	-
2. Outras comissões relacionadas com as actividades de guarda e administração	-	-
(g) Serviços administrativos centrais para a gestão colectiva de carteiras	-	-
(h) Actividades fiduciárias	-	-
(i) Serviços de pagamento	605	527
1. Contas correntes	-	-
2. Cartões de crédito	271	215
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento	-	-
4. Transferências electrónicas e outras ordens de pagamento	-	-
5. Outras comissões relacionadas com os serviços de pagamento	334	312
(j) Distribuição de serviços de terceiros	64,023	63,536
1. Gestão colectiva de carteiras	-	-
2. Produtos de seguros	63,442	62,679
3. Outros produtos	581	857
Dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
(k) Financiamentos estruturados	-	-
l) Actividades de gestão de operações de titularização.	123	181
m) Compromissos de desembolso de fundos	-	-
n) Garantias financeiras prestadas	45	-
dos quais: derivados de crédito	-	-
o) Operações de financiamento	11,206	11,219
Dos quais: para operações de factoring	7,977	9,683
p) Negociação de divisas	-	-
q) Produtos de base	-	-
(r) Outras receitas de comissões	54,104	58,441
Dos quais: para actividades de gestão de sistemas de comércio multilateral	-	-
Dos quais: para actividades de gestão de sistemas de negociação organizados	-	-
Total	131,376	133,904

A rubrica "Outros rendimentos de comissões" contém parcialmente commissioni di gestione e incasso addebitate alla clientela nei contratti di finanziamento in ambito retail e leasing

2.2 Despesas de honorários e de comissões: repartição

Tipos de serviços/valores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
(a) Instrumentos financeiros	-	-
Dos quais: negociação de instrumentos financeiros	-	-
Dos quais: colocação de instrumentos financeiros	-	-
Dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
- Próprio	-	-
- Delegado a terceiros	-	-
(b) Compensação e liquidação	(61)	-
(c) Gestão colectiva de carteiras	-	-
1. Próprio	-	-
2. Delegado a terceiros	-	-
(d) Custódia e administração	(33)	-
e) Serviços de receção e pagamento	(11.371)	(12.745)
(f) Actividades de gestão de operações de titularização	(2.918)	(2.627)
(g) Compromissos para receber fundos	-	-
dos quais: derivados de crédito	-	-
(h) Garantias financeiras recebidas	(47)	(259)
dos quais: derivados de crédito	-	-
i) Oferta externa de instrumentos, produtos e serviços financeiros	-	-
l) Negociação de divisas	(618)	-
m) Outras despesas de comissões	(59.328)	(48.300)
Total	(74.376)	(61.231)

A rubrica "serviços de pagamento e cobrança" representa principalmente os custos de cobrança dos pagamentos de locação financeira e das prestações de empréstimos a retalho.

Secção 4 - Ganhos (perdas) líquidos em activos e passivos financeiros detidos para negociação - Número 80

4.1 Ganhos (perdas) líquidos em activos e passivos financeiros detidos para negociação: repartição

Transacções/itens de lucros e perdas	Mais-valias (A)	Rendimentos da negociação (B)	Perdas de capital (C)	Perdas de negociação (D)	Ganho (perda) líquido [(A + B) - (C + D)]
1.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-
1.2 Títulos de capital	-	-	-	-	-
1.3 Unidades de participação de OICVM.	-	-	-	-	-
1.4 Empréstimos	-	-	-	-	-
1.5 Outros	-	-	-	-	-
2. Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
2.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-
2.2 Contas a pagar	-	-	-	-	-
2.3 Outros	-	-	-	-	-
3. Activos e passivos financeiros: diferenças de câmbio	X	X	X	X	(65)
4. Instrumentos derivados	1,045	2,026	(1,859)	(6,107)	(4,895)
4.1 Derivados financeiros:	1,045	2,026	(1,859)	(6,107)	(4,895)
- Sobre títulos de dívida e taxas de juro	1,045	2,026	(1,859)	(6,107)	(4,895)
- Sobre títulos de capital e índices de acções	-	-	-	-	-
- Sobre moedas e ouro	X	X	X	X	-
- Outros	-	-	-	-	-
4.2 Derivados de crédito.	-	-	-	-	-
Dos quais: coberturas naturais relacionadas com a opção de justo valor (IFRS 7, par. 9, alínea d)	X	X	X	X	-
Total	1,045	2,026	(1,859)	(6,107)	(4,960)

As rubricas reflectem as variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação.

SECÇÃO 5 - Ganhos (perdas) líquidos resultantes da contabilidade de cobertura - Número 90

5,1 Ganhos (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura: repartição

Itens/Valores de cálculo de lucros e perdas	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
A. Rendimentos relacionados com:		
A.1 Derivados de cobertura do justo valor.	130,772	478,576
A.2 Activos financeiros cobertos (justo valor)	362,496	-
A.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	2,666	146,499
A.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
A.5 Activos e passivos em moeda estrangeira	76,219	79
Total dos rendimentos das actividades de cobertura (A)	572,153	625,154
B. Encargos relacionados com:		
B.1 Derivados de cobertura do justo valor	(417,670)	(154,591)
B.2 Activos financeiros cobertos (justo valor)	-	(478,576)
B.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	(116,800)	-
B.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
B.5 Activos e passivos em moeda estrangeira	(51,560)	(554)
Total das despesas das actividades de cobertura (B)	(586,030)	(633,721)
C. Resultado líquido das actividades de cobertura (A - B)	(13,877)	(8,567)
Dos quais: resultado da cobertura de posições líquidas	-	-

Esta rubrica reflecte as variações do justo valor dos contratos de derivativos reconhecidos como cobertura de justo valor.

SEÇÃO 6 - Lucros (perdas) em cessões/recompras - Número 100

6.1 Lucros (perdas) na alienação/recompra: discriminação

Rubricas/rubricas de resultados	Total 12/31/2023			Total 12/31/2022		
	Ganhos	Perdas	Lucro líquido	Ganhos	Perdas	Lucro líquido
Activos financeiros						
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	29	(1,529)	(1,500)	178	(3,012)	(2,834)
1.1 Créditos sobre bancos	-	-	-	-	-	-
1.2 Dívidas de clientes	29	(1,529)	(1,500)	178	(3,012)	(2,834)
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
2.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
2.2 Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	29	(1,529)	(1,500)	178	(3,012)	(2,834)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-
1. Dívidas a bancos	-	-	-	-	-	-
2. Devido aos clientes	-	-	-	-	-	-
3. Títulos em circulação	-	-	-	-	-	-
Total do passivo (B)	-	-	-	-	-	-

SECÇÃO 8 - Imparidades/reinstatações líquidas relativas ao risco de crédito - Número 130

8.1 Imparidade líquida para risco de crédito relacionada com activos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição

Transacções/itens de lucros e perdas	Imparidades (1)						Reintegrações (2)				Total 12/31/2023	Total 12/31/2023
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase		Imparidade adquirida ou originada		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada		
			Anulação	Outros	Anulação	Outros						
A. Empréstimos e depósitos em bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Locações e empréstimos a clientes	(39,894)	(11,886)	(10,086)	(49,745)	-	-	18,015	1,886	8,805	-	(82,905)	(65,703)
- Financiamento	(39,894)	(11,886)	(10,086)	(49,745)	-	-	13,632	1,886	8,805	-	(87,288)	(65,036)
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	4,383	-	-	-	4,383	(667)
Total	(39,894)	(11,886)	(10,086)	(49,745)	-	-	18,015	1,886	8,805	-	(82,905)	(65,703)

No que se refere ao "Quadro de reconciliação entre a demonstração de resultados oficial e a demonstração de resultados reclassificada" apresentado no relatório sobre as operações, é de notar que o saldo da rubrica 130, que ascende a cerca de 83 milhões de euros, está incluído no "custo do risco".

SECÇÃO 10 - Resultado dos serviços de seguros - Número 160

a) Receitas e despesas de seguros de contratos de seguros emitidos - Discriminação

Descrição\Bases de cálculo	VIDA				NÃO VIDA	
	Base A1	Base A2	Base A5	Base A3	Base A4	Total
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
A. Receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos, calculadas com base no MGM e na VFA						
A.1 Montantes associados a alterações na responsabilidade pela cobertura residual						
1. Sinistros ocorridos e outros custos esperados dos serviços de seguros		2,094			6,283	8,377
2. Alterações no ajustamento para riscos não financeiros		316			948	1,264
3. Margem de serviço contratual registada na conta de resultados por serviços prestados		879			2,636	3,515
4. Outros montantes						
A.2 Custos de aquisição de contratos de seguro recuperados						
A.3 Total das receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos, calculadas com base no MGM ou na VFA		3,289			9,867	13,156
A.4 Total das receitas de seguros de contratos de seguro emitidos medidos pela PAA						
- Segmento de vida						
- Segmento Não Vida - Automóvel						
- Segmento Não Vida - Não Automóvel						
A.5 Total das receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos		3,289			9,867	13,156
B. Custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros emitidos - MGM ou VFA						
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis		(1,450)			(4,350)	(5,800)
2. Alterações na responsabilidade por sinistros ocorridos		332			995	1,327
3. Perdas em contratos onerosos e recuperação dessas perdas						
4. Amortização dos custos de aquisição de contratos de seguro						
5. Outros montantes						
B.6 Total dos custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos - MGM ou VFA		(1,118)			(3,355)	(4,473)
B.7 Total dos custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos mensurados com base nas CPA						
- Segmento de vida						
- Segmento Não Vida - Automóvel						
- Segmento Não Vida - Não Automóvel						
C. Total das despesas/rendimentos líquidos de contratos de seguro emitidos (A.5+B.6+B.7)		2,171			6,512	8,683

Legenda

Base A1 = Contratos de seguro emitidos com participação direta no capital - Segmento Vida

Base A2 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Vida

Base A3 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Automóvel Não Vida

Base A4 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta

Segmento não motorizado

Base A5 = Contratos de investimento emitidos com participação nos resultados discricionária - Segmento Vida

Descrição\Bases de cálculo	VIDA				NÃO VIDA	Total 31/12/2022
	Base A1 31/12/2022	Base A2 31/12/2022	Base A5 31/12/2022	Base A3 31/12/2022	Base A4 31/12/2022	
A. Receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos, calculadas com base no MGM e na VFA						
A.1 Montantes associados a alterações na responsabilidade pela cobertura residual						
1. Sinistros ocorridos e outros custos esperados dos serviços de seguros		1,382			4,147	5,529
2. Alterações no ajustamento para riscos não financeiros		209			626	834
3. Margem de serviço contratual registada na conta de resultados por serviços prestados		580			1,740	2,321
4. Outros montantes						
A.2 Custos de aquisição de contratos de seguro recuperados						
A.3 Total das receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos, calculadas com base no MGM ou na VFA						
		2,171			6,513	8,684
A.4 Total das receitas de seguros de contratos de seguros emitidos medidos pela PAA						
- Segmento de vida						
- Segmento Não Vida - Automóvel						
- Segmento Não Vida - Não Automóvel						
A.5 Total das receitas de seguros provenientes de contratos de seguro emitidos						
		2,171			6,513	8,684
B. Custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros emitidos - MGM ou VFA						
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis		(1,018)			(3,055)	(4,073)
2. Alterações na responsabilidade por sinistros ocorridos		219			657	876
3. Perdas em contratos onerosos e recuperação dessas perdas						
4. Amortização dos custos de aquisição de contratos de seguro						
5. Outros montantes						
B.6 Total dos custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos - MGM ou VFA						
		(799)			(2,398)	(3,197)
B.7 Total dos custos dos serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos mensurados com base nas CPA						
- Segmento de vida						
- Segmento Não Vida - Automóvel						
- Segmento Não Vida - Não Automóvel						
C. Custos totais/receitas líquidas de contratos de seguro emitidos (A.5+B.6+B.7)						
		1,372			4,115	5,487

b) Receitas e despesas de seguros de cessões de resseguros - Discriminação

Descrição\ Bases de agregação						
	Base de agregação 1 12/31/2023	Base de agregação 2 12/31/2023	Total 12/31/2023	Base de agregação 1 12/31/2022	Base de agregação 2 12/31/2022	Total 12/31/2022
A. Afetação dos prémios pagos relativos a cessões de resseguro calculados com base no MGM						
A.1 Montantes associados a mudanças no negócio para cobertura residual						
1. Montante das indemnizações previstas e outros custos recuperáveis	(640)	(1,921)	(2,561)	(422)	(1,268)	(1,690)
2. Alterações no ajustamento para riscos não financeiros	(47)	(141)	(188)	(31)	(93)	(124)
3. Margem de serviço contratual registada na demonstração de resultados para serviços recebidos	(14)	(41)	(55)	(9)	(27)	(36)
4. Outros montantes						
5. Total	(701)	(2,103)	(2,803)	(462)	(1,388)	(1,850)
A.2 Outros custos diretamente imputáveis à cessão de resseguros						
A.3 Imputação dos prémios pagos relativos a cessões de resseguro calculados com base na PAA						
B. Total dos custos decorrentes da cessão de resseguros (A.1+A.2+A.3)	(701)	(2,103)	(2,803)	(462)	(1,388)	(1,850)
C. Efeitos de alterações no risco de incumprimento do ressegurador						
D. Montante das indemnizações e outras despesas recuperadas	975	2,924	3,899)	643	1,930	2,573
E. Alterações na atividade por sinistros ocorridos	(373)	(1,117)	(1,490)	(246)	(737)	(983)
F. Outras recuperações						
G. Total dos custos/receitas líquidos das cessões de resseguro (B+C+D+E+F)	(99)	(296)	(394)	(65)	(195)	(260)

Legenda

Base A1 = Segmento de vida

Base A2 = Segmento Não Vida

c) Discriminação das despesas com seguros e outros serviços

Custos/bases de agregação	VIDA				NÃO VIDA				VIDA				NÃO VIDA			
	Base A1 - com DPF 12/31/2023	Base A2 - sem DPF 12/31/2023	Base A1 + Base A2 12/31/2023		Base A3 31/12/2023	Base A4 12/31/2023	Base A3 + Base A4 12/31/2023	Outros 12/31/2023	Base A1 - com DPF 12/31/2022	Base A2 - sem DPF 12/31/2022	Base A1 + Base A2 12/31/2022		Base A3 12/31/2022	Base A4 12/31/2022	Base A3 + Base A4 12/31/2022	Outros 12/31/2022
Custos atribuídos à aquisição de contratos de seguro		238	238			713	713		208	208			663	663		
Outros custos diretamente atribuíveis																
Despesas de gestão de investimentos		1	1			2	2		493	493			2	2		
Outros custos		18	18			65	65		28	28			88	88		
Total		257	257			780	780		235	235			753	753		

Legenda

Base A1 - com DPF = Contratos de seguro emitidos com participação direta nos resultados - Segmento Vida

Base A2 - sem DPF = Contratos de seguro emitidos sem participação direta nos resultados - Segmento Vida

Base A1 + Base A2 = Segmento de vida

Base A3 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Não Vida - Automóvel

Base A4 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Não Vida - Não Automóvel

Base A3 + Base A4 = Segmento Não Vida

d) Proveitos e custos financeiros líquidos relativos a contratos de seguro emitidos

Descrição \ Bases de agregação								
	VIDA		NÃO VIDA		VIDA		NÃO VIDA	
	Base A1 12/31/2023	Base A2 12/31/2023	Base A3 12/31/2023	Total 12/31/2023	Base A1 12/31/2022	Base A2 12/31/2022	Base A3 12/31/2022	Total 12/31/2022
1. Juros acumulados		(218)	(655)	(873)		(144)	(432)	(576)
2. Efeitos de alterações nas taxas de juro e outros pressupostos financeiros		(57)	(169)	(226)		159	477	635
3. Alterações no justo valor dos activos subjacentes aos contratos medidos com VFA								
4. Efeitos das variações das taxas de câmbio								
5. Outros								
6. Total dos rendimentos/gastos financeiros líquidos relativos a contratos de seguro emitidos registados na conta de resultados		(275)	(824)	(1,099)		15	45	60

Legenda

Base A1 = Contratos de seguro emitidos com participação direta no capital - Segmento Vida

Base A2 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Vida

Base A3 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Não Vida

SECÇÃO 11 - Diferença entre proveitos e custos financeiros relacionados com operações de seguros -
Número 170

a) Receitas e despesas financeiras líquidas relacionadas com cessões de resseguros

Descrição\Bases de cálculo						
	Base A1 12/31/2023	Base A2 12/31/2023	Total 12/31/2023	Base A1 12/31/2022	Base A2 12/31/2022	Total 12/31/2022
1. Juros acumulados	94	283	377	51	153	204
2. Efeitos de alterações nas taxas de juro e noutros pressupostos financeiros	(189)	(566)	(754)	(134)	(402)	(536)
3. Efeitos das variações das taxas de câmbio						
4. Outros						
5. Total dos proveitos/custos financeiros líquidos das cessões de resseguro	(94)	(283)	(377)	(83)	(249)	(332)

Legenda

Base A1 = Contratos de seguro emitidos com participação direta no capital - Segmento Vida

Base A2 = Contratos de seguro emitidos sem participação direta - Segmento Vida

b) Operações de seguros - Proveitos líquidos de investimento repartidos pelos ramos vida e não vida

Descrição\Segmentos	12/31/2023			12/31/2022		
	Segmento de vida (T)	Segmento não vida 12/31/2023	Total 12/31/2023	Segmento de vida (T)	Segmento não vida 12/31/2022	Total 12/31/2022
A. RENDIMENTO LÍQUIDO DO INVESTIMENTO						
A.1 Receitas de juros de activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	249	746	995	235	749	984
A.2 Ganhos/perdas líquidos de activos mensurados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos						
A.3 Ajustamentos/reversões de imparidade líquidos para risco de crédito						
A.4 Outros rendimentos/gastos líquidos						
A.5 Ganhos/perdas líquidos em activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral						
B. VARIAÇÃO LÍQUIDA DOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO EMITIDOS DE ACORDO COM A IFRS 9						
C. RENDIMENTO LÍQUIDO TOTAL DO INVESTIMENTO						
dos quais: registados na demonstração de resultados						
Dos quais: registados na demonstração do rendimento integral						

Operações de seguros - Resumo dos resultados financeiros discriminados por segmento vida e não vida

Resumo dos resultados/Segmentos	12/31/2023			12/31/2022		
	Segmento de vida	Segmento não vida	Total	Segmento de vida	Segmento não vida	Total
A. Resultados financeiros (1)						
A.1 Quantias registadas na demonstração de resultados						
1. Rendimento líquido do investimento	249	746	995	235	749	984
2. Proveitos/custos financeiros líquidos dos contratos de seguro	(141)	(483)	(624)	(89)	(283)	(372)
3. Total	108	323	431	146	466	612
A2. Quantias registadas na demonstração do rendimento integral						
1. Rendimento líquido do investimento						
2. Receitas/despesas financeiras líquidas dos contratos de seguro						
3. Total						
B. Rendimentos líquidos de seguros e financeiros						
1. Receitas líquidas dos serviços de seguros	2,072	6,217	8,289	1,191	4,036	5,227
2. Rendimento líquido do investimento	249	746	995	235	749	984
3. Proveitos financeiros líquidos dos contratos de seguro	(141)	(483)	(624)	(89)	(283)	(372)
4. Total	2,180	6,540	8,720	1,337	4,502	5,839

SECÇÃO 12 - Despesas administrativas - Número 190

12.1 Custos dos salários: repartição

Tipo de despesa/Sectores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1) Empregados	(157,453)	(152,176)
(a) salários e vencimentos	(101,102)	(106,930)
(b) Encargos de segurança social	(24,465)	(22,742)
(c) indemnizações por despedimento	(1,729)	(2,055)
(d) despesas de segurança social	(1,705)	-
(e) provisão para indemnizações por despedimento de trabalhadores	(303)	(275)
(f) provisão para benefícios de reforma e obrigações semelhantes:	(2,150)	(1,174)
- contribuição definida	(387)	(537)
- benefício definido	(1,763)	(637)
(g) pagamentos a fundos de pensões externos:	(1,199)	(1,841)
- contribuição definida	(1,096)	(1,067)
- benefício definido	(103)	(774)
(h) custos decorrentes de pagamentos com base em acções	(490)	-
(i) outros benefícios dos empregados	(24,310)	(17,159)
2) Outro pessoal no ativo	(12,177)	(11,507)
3) Directores e revisores oficiais de contas	(1,131)	(1,011)
4) Pessoal reformado	-	-
Total	(170,761)	(164,694)

12.2 Número médio de trabalhadores por categoria

	12/31/2023	12/31/2022
1. Empregado	2,289	2,017
(a) Gestores	552	467
(b) Pessoal administrativo	1,737	1,550
2. Outro pessoal	-	-
Total	2,289	2,017

Note-se que em 31 de dezembro dest, 2023, o número médio de empregados era igual a 2.289.

12.3 Fundos de pensões de benefício definido das empresas: receitas e despesas

No que respeita aos fundos de pensões, remete-se para os movimentos apresentados na rubrica 120. "Provisões para riscos e encargos" do lado do Passivo.

12.4 Outros benefícios dos empregados

A rubrica "Outros benefícios aos empregados" em 31 de dezembro dest, 2023 ascendia a 24 310 milhares de euros.

12.5 Outras despesas administrativas: repartição

Item / Sectores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Consultoria e serviços profissionais	(12,035)	(12,550)
2. Custos do PDE	(34,670)	(32,064)
3. Aluguer e serviços de utilidade pública	(8,412)	(7,117)
4. Impostos e taxas indirectos	(11,248)	(8,942)
5. Despesas de publicidade e promoção	(7,611)	(4,268)
6. Outras despesas	(17,362)	(14,286)
Total	(91,338)	(79,227)

SECÇÃO 13 - Provisões líquidas para riscos e encargos - Número 200

13.1 Provisões líquidas para riscos de crédito relacionados com compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras prestadas: repartição

	Total 12/31/2023		Total 12/31/2022	
	Disposições	Lançamentos	Disposições	Lançamentos
1. Provisões para riscos e encargos relacionados com a locação operacional.	(706)	138	(31)	440
1.1 Provisão para manutenção. Activos futuros em regime de locação operacional	(706)	138	(31)	440
1.2 Provisão para auto-seguro	-	-	-	-
2. Dotações líquidas para outras provisões para riscos e encargos	(5,366)	20,470	(19,476)	8,120
3. Reserva técnica de seguros	-	-	-	-
4. Litígios jurídicos	(455)	32	(253)	91
Total	(6,527)	20,640	(19,760)	8,651

Secção 14 - Imparidade de activos fixos tangíveis - Número 210

14.1. Imparidade de activos fixos tangíveis: discriminação

Ativo/rubrica de resultados	Depreciação (a)	Imparidade (b)	Write-backs (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Activos fixos tangíveis				
1 Para utilização em operações	(202,474)	(402)	972	(201,904)
- Propriedade	(171,482)	(390)	972	(170,900)
- Direitos de utilização adquiridos através de contratos de locação	(30,992)	(12)	-	(31,004)
2 Detidos para fins de investimento	-	-	-	-
- Propriedade	-	-	-	-
- Direitos de utilização adquiridos através de contratos de locação	-	-	-	-
3 Inventários	X	-	-	-
Total	(202,474)	(402)	972	(201,904)

Secção 15 - Imparidade de activos intangíveis - Número 220

15.1 Imparidade dos activos intangíveis: repartição

Activos/rubricas de resultados	Amortização (a)	Imparidade (b)	Write-backs (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Activos intangíveis				
Dos quais: software	(944)	-	-	(944)
A.1 Propriedade	(16,927)	(115)	-	(17,042)
- Gerado internamente pela empresa	-	-	-	-
- Outros	(16,927)	(115)	-	(17,042)
A.2 Direitos de utilização adquiridos através de locações	-	-	-	-
B. Activos detidos para venda	X	(622)	-	(622)
Total	(16,927)	(737)	-	(17,664)

Secção 16 - Outras receitas e despesas operacionais - Número 230

16.1 Outras despesas operacionais: repartição

Artigos	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Despesas de cobrança de créditos	(6,735)	(6,169)
2. Despesas de informação	(1,299)	(553)
3. Outras despesas:	(277,853)	(127,935)
3.1 despesas de locação operacional	(110,714)	(41,258)
3.2 despesas de locação financeira	(76,367)	(26,885)
3.3 despesas contratuais	(2,595)	(3,542)
3.4 despesas diversas	(88,177)	(56,250)
Total	(285,887)	(134,657)

16.2 Outros rendimentos operacionais: repartição

Artigos	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Recuperação de despesas	29,651	28,867
2. Receitas da locação operacional	504,208	219,150
3. Rendimento da locação financeira	29,698	40
4. Receitas diversas	270,675	77,415
Total	834,232	325,472

Esta rubrica inclui indemnizações pela dissolução da parceria com a Stellantis, no montante de 161,7 milhões de euros.

Secção 19 - Imparidade do goodwill - Número 270

19.1 Imparidade do goodwill: discriminação

Rubricas de resultados/valores	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
Imparidade do goodwill	-	(86,858)

É feita referência à Parte A - Políticas Contabilísticas, 7 - Activos Intangíveis para uma descrição de como a imparidade do goodwill é determinada.

Remete-se para a Parte B - Notas à demonstração consolidada da posição financeira, Secção 10 - Activos Intangíveis - Item 100 e, em particular, para a Secção 10.3 Outras Informações para uma descrição dos resultados do teste de imparidade do goodwill e dos procedimentos utilizados para o realizar.

Secção 20 - Ganhos (perdas) com a alienação de investimentos - Número 280

20.1 Ganhos (perdas) na alienação de investimentos: repartição

Item/Montantes	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
A. Bens imóveis	-	-
- Ganhos na alienação	-	-
- Perdas na alienação	-	-
B. Outros activos	-	646,709
- Ganhos na alienação	-	646,709
- Perdas na alienação	-	-
Resultado líquido	-	646,709

Secção 21 - Gastos de imposto relacionados com o lucro (perda) das unidades operacionais em continuação - Número 300

21.1 Gastos de impostos relacionados com o lucro (perda) da unidade operacional continuada: discriminação

Itens/Sectores da conta de resultados	Total 12/31/2023	Total 12/31/2022
1. Impostos correntes (-)	(157,750)	(129,588)
2. Alterações nos impostos correntes de anos anteriores (+/-)	7,031	(212)
3. Redução dos impostos correntes do exercício (+)	-	-
3.bis Redução dos impostos correntes do exercício para créditos fiscais ao abrigo da Lei n.º 214/2011 (+)	-	-
4. Variação dos activos por impostos diferidos (+/-)	(5,931)	(19,162)
5. Variação dos passivos por impostos diferidos (+/-)	2,803	(13,658)
6. Imposto sobre o rendimento do exercício (-) (-1+/-2+3+3bis+/-4+/-5)	(153,847)	(162,620)

Esta rubrica reflecte os impostos do exercício e a variação dos activos e passivos por impostos diferidos ocorrida no mesmo período.

21.2 Reconciliação do encargo fiscal teórico com o encargo fiscal efetivo

Artigos	12/31/2023
Resultado do exercício antes de impostos	554,053
Imposto sobre o rendimento - Encargos fiscais à taxa de imposto legal	152,365
Efeito de diferenças permanentes mais elevadas	7,391
Efeito das diferenças permanentes inferiores	(36,354)
Efeito de consolidação	29,720
Imposto sobre o rendimento - Carga fiscal efectiva (A)	153,122
IRAP - Encargos fiscais à taxa legal de imposto	30,861
Efeito de diferenças permanentes mais elevadas	1,582
Efeito dos encargos que não contribuem para a formação da matéria coletável	(11,227)
Efeito das diferenças permanentes inferiores	(3,221)
Efeito de consolidação	(10,071)
IRAP - Carga fiscal efectiva (B)	7,924
Ajustamento de impostos de anos anteriores (C)	(7,199)
Carga fiscal efectiva A+B+C	153,847

Secção 23 - Parte minoritária do resultado líquido do exercício- Número 340

23.1 Discriminação da rubrica 340 " Parte minoritária do resultado líquido do exercício "

Nome da empresa	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
1. CA Auto Bank GmbH	835	1.568
2. Ferrari Financial Services GmbH	6.443	6.891
3. Outras minorias	2	3
Total	7.280	8.462

O resultado líquido relativo aos interesses que não controlam ascendeu a 7 280 milhares de euros, principalmente atribuíveis à CA Auto Bank GmbH e à Ferrari Financial Services GmbH.

Secção 25 - Resultados por ação

25,1 Número médio de ações ordinárias numa base diluída

O capital da Sociedade-mãe é composto por 700.000.000 ações com um valor nominal de 1 euro cada.

PARTE D - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Artigos/Montantes	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
10. Lucro (prejuízo) líquido do período	400,206	1,019,369
Outro rendimento integral após impostos não reclassificado para os lucros ou prejuízos	(642)	11,362
70. Planos de prestações definidas	2,267	14,637
100. Impostos sobre outro rendimento integral sem reclassificação para os lucros ou prejuízos	(2,909)	(3,275)
Outro rendimento integral após impostos reclassificado para os lucros ou prejuízos	(752)	(4,255)
110. Cobertura de um investimento líquido em operações estrangeiras:	34	-
a) alterações no justo valor	34	-
120. Diferenças cambiais	3,283	(5,025)
c) outras alterações	3,283	(5,025)
130. Coberturas de fluxos de caixa	(6,171)	1,158
a) alterações no justo valor	(6,171)	1,158
180. Impostos sobre outro rendimento integral com reclassificação para os lucros ou prejuízos	2,102	(388)
200. Total de outro rendimento integral após impostos	(1,394)	7,107
210 Total do rendimento integral (rubricas 10+200)	398,812	1,026,476
220. Total do rendimento integral atribuível aos interesses que não controlam	7,280	8,722
230. Total do rendimento integral atribuível aos Accionistas da Sociedade-mãe	391,532	1,017,754

PARTE E - INFORMAÇÕES SOBRE O RISCO E POLÍTICAS CONEXAS DE GESTÃO DO RISCO E DE COBERTURA

O Grupo CA Auto Bank atribui uma importância significativa à medição, gestão e controlo dos riscos como condições essenciais para assegurar um crescimento sustentável num contexto económico tão complexo e dinâmico como o atual.

O acompanhamento e o controlo dos riscos, destinados a assegurar uma gestão sã e prudente do Grupo, são efectuados através de um sistema de controlo interno a três níveis. No que se refere à organização e às actividades de gestão, bem como aos processos e funções-chave dedicados à prevenção, ao acompanhamento e à avaliação dos riscos, remete-se para a Demonstração Não Financeira Consolidada, onde, na secção "O sistema de controlo interno", se descrevem as operações, as áreas e os controlos relacionados com a gestão dos riscos do Banco.

A identificação e o mapeamento dos riscos é um processo contínuo, com vista a melhorar a gestão dos riscos e a atualizar o mapa dos riscos a que o Grupo está exposto.

O Grupo CA Auto Bank, na sua qualidade de Banco do Grupo 2, utiliza métodos normalizados para medir todos os seus riscos.

O Grupo CA Auto Bank coloca a tónica na gestão do risco, como condição para assegurar a geração de valor fiável e sustentável num ambiente de risco controlado. A estratégia de gestão de risco visa obter uma visão global e coerente dos riscos, considerando o cenário macroeconómico e o perfil de risco do Grupo, fomentando o desenvolvimento de uma cultura de risco e potenciando uma representação transparente e rigorosa do risco.

As estratégias de subscrição de riscos do Grupo estão resumidas no seu Risk Appetite Framework (RAF), aprovado em 2023 pelo Conselho de Administração. O RAF foi concebido para garantir que os riscos assumidos estão em conformidade com as expectativas dos accionistas, tendo em conta a posição de risco do Grupo e as actuais condições económicas e empresariais. O quadro define os limites de propensão ao risco e os controlos estabelecidos para o perfil de risco global e para os principais riscos específicos.

O RAF é uma abordagem orgânica e estruturada, que se estende da função de Gestão de Riscos ao Grupo como um todo:

- assegurar que o Conselho de Administração e a direção estejam devidamente envolvidos na gestão dos riscos do Grupo;
- combinar as políticas estratégicas e as escolhas empresariais com a propensão ao risco;
- garantir a criação de valor e de rendimento para os accionistas;

-
- cumprir todos os requisitos regulamentares;
 - ativar uma abordagem estruturada para a gestão, implementação e monitorização do Quadro de Apetência pelo Risco a todos os níveis do Grupo;
 - definir com precisão os papéis e as responsabilidades em caso de violação da propensão para o risco e promover o diálogo entre os domínios em causa, tanto a nível da empresa-mãe como da filial.

Os princípios acima referidos são aplicáveis tanto a nível do Grupo como a nível da unidade de negócio ou da empresa. No caso de crescimento externo, estes princípios gerais serão aplicados tendo em conta as características específicas do mercado e o contexto competitivo em que o crescimento ocorre. Assim, o Quadro de Apetência pelo Risco é o pano de fundo em que o Grupo gere os seus riscos, com a definição da apetência geral pelo risco e a consequente estrutura do processo de gestão do risco, o perfil de risco global e os principais riscos específicos do Grupo. A gestão do perfil de risco global decorre da definição de princípios gerais e é estruturada com base em limites, para garantir que o Grupo cumpre sempre os níveis mínimos de solvabilidade, liquidez e rendibilidade, incluindo em condições de stress severo. Além disso, o Grupo tem por objetivo manter os perfis de risco operacional, reputacional e de conformidade desejados.

A definição do Quadro de Apetência pelo Risco é um processo abrangente conduzido pelo Diretor de Risco, que exige uma cooperação estreita com os Directores Financeiros e os responsáveis das várias Unidades de Negócio. É desenvolvido em conformidade com os processos ICAAP e ILAAP e constitui a referência fundamental para o desenvolvimento do orçamento e do plano de actividades. Desta forma, é estabelecida uma coerência entre a estratégia e a política de subscrição de riscos, por um lado, e o processo de planeamento e orçamentação, por outro.

A definição do Risk Appetite Framework e dos consequentes limites operacionais para os principais riscos específicos, a utilização de ferramentas de medição de risco no contexto dos processos de gestão de crédito e de controlo do risco operacional, a utilização de medidas de capital em risco para reportar o desempenho da Empresa e a avaliação da adequação do capital interno são passos fundamentais no processo operacional de implementação das estratégias de gestão de risco, definidas pelo Conselho de Administração, ao longo de toda a cadeia de decisão do Grupo.

O Capital Interno Total atual e prospetivo é calculado numa base semestral para fins regulamentares - com redeterminações "baseadas em eventos", em caso de alterações organizacionais e/ou estratégicas significativas - e é constantemente monitorizado através de revisões dos planos de capital pelo Risco e Controlo Permanente, com o apoio do departamento Financeiro.

Impactos decorrentes de cenários de crise global

Nos últimos dois anos, o CA Auto Bank teve ainda de lidar com outros cenários de crise sem precedentes, entre os quais se destacam o conflito russo-ucraniano e as tensões que surgiram no Médio Oriente. Embora não apresentassem riscos directos para o Grupo, estas crises geraram riscos indirectos, especialmente a crise energética, que, por sua vez, contribuiu significativamente para o aumento da inflação e das taxas de juro. Os conflitos também aumentaram o risco de cibercriminalidade e contribuíram para a já actual crise dos produtos de base.

Neste contexto, o CA Auto Bank foi muito rápido a avaliar os novos riscos e a implementar planos de controlo e de acompanhamento para minimizar o seu impacto.

Ao lidar com os novos cenários de crise, o Banco confirmou as suas atitudes de reatividade, adaptação à mudança e resiliência.

Secção 1 - Riscos da consolidação contabilística

Divulgações quantitativas

A. QUALIDADE DO CRÉDITO

A.1 Posições em risco de crédito produtivas e não produtivas: montantes, ajustamentos, alterações e repartição económica

A.1.1 Repartição dos activos financeiros por carteira e qualidade de crédito (valores contabilísticos)

Carteiras/qualidade	Más exposições	Pouco provável que pague	Posições em risco não produtivas vencidas	Exposição vencida em execução	Outras posições em risco com bom desempenho	Total
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	42,189	42,294	205,446	441,651	23,999,338	24,730,918
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
3. Activos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
4. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
5. Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Total 31/12/2023	42,189	42,294	205,446	441,651	23,999,338	24,730,918
Total 31/12/2022	27,019	30,244	156,466	336,614	22,487,747	23,038,090

A.1.2 Distribuição dos activos financeiros por carteira e qualidade de crédito (valores brutos e líquidos)

Carteiras/qualidade	Não produtivos				Atuação			Total (exposição líquida)
	Exposição bruta	Total das provisões	Exposição líquida	Total de amortizações*	Exposição bruta	Total das provisões	Exposição líquida	
1. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	498,262	(208,333)	289,929	726	24,601,160	(160,172)	24,440,989	24,730,918
2. Activos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Activos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	X	X	-	-
4. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados pelo justo valor	-	-	-	-	X	X	-	-
5. Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 31/12/2023	498,262	(208,333)	289,929	726	24,601,160	(160,172)	24,440,989	24,730,918
Total 31/12/2022	381,581	(167,852)	213,729	69	22,959,602	(135,241)	22,824,361	23,038,090

Nota: Valor apresentado a título informativo.

Carteiras/qualidade	Activos de baixa qualidade de crédito		Outros activos
	Perdas acumuladas	Exposição líquida	Exposição líquida
1. Activos financeiros detidos para negociação	-	-	9,187
2. Derivados de cobertura	-	-	263,105
Total 31/12/2023	-	-	272,292
Total 31/12/2022	-	-	550,433

Secção 2 - Riscos da consolidação prudencial

1.1 Risco de crédito

Divulgações qualitativas

1. Visão geral

O risco de crédito é o risco de que alterações inesperadas na fiabilidade creditícia provoquem o incumprimento de um mutuário, produzindo perdas imprevistas em exposições patrimoniais e extrapatrimoniais. O risco de crédito inclui também o risco de contraparte, ou seja, o risco de que uma contraparte numa transação que envolva instrumentos específicos (derivados financeiros e de crédito, acordos de recompra, empréstimos de títulos/mercadorias, empréstimos com margem) entre em incumprimento antes de os fluxos de caixa da transação serem finalmente liquidados.

Para o Grupo, este risco surge nas suas operações principais, ou seja:

- empréstimos e locações financeiras a compradores de veículos dos seus parceiros fabricantes (ramo de atividade "Financiamento a retalho");
- empréstimos aos concessionários dos parceiros industriais (atividade de financiamento por grosso);
- detenção e controlo de participações em empresas comerciais que não fazem parte do Grupo Bancário em Itália e na Europa. Além disso, o Banco presta apoio financeiro às suas filiais através de linhas de crédito e de garantias a mutuantes externos.

Para calcular o capital interno necessário para o risco de crédito, o Grupo, de acordo com a Circular 285/2013 do Banco de Itália para os bancos de classe 2, utiliza a abordagem padrão para o cálculo dos requisitos de capital ao abrigo do Pilar I.

As posições em risco são classificadas de acordo com o quadro regulamentar de referência.

Para o cálculo do capital interno necessário para o risco de contraparte, à semelhança do risco de crédito calculado com a metodologia padrão, o Grupo aplica o Método Padrão Simplificado para determinar a exposição em caso de incumprimento em relação ao risco de contraparte.

Para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para o risco de CVA (Credit Valuation Adjustment), o Grupo adota o método padronizado nos termos do artigo 384º do Regulamento (UE) nº. 575/2013 (CRR).

2. Políticas de gestão do risco de crédito

2.1 Aspectos organizacionais

As políticas de crédito do Grupo CA Auto Bank destinam-se essencialmente a favorecer a assumpção de riscos que devem ser...:

- controlado;
- razoável;
- contidos em determinados parâmetros.

O Grupo CA Auto Bank dispõe de Directrizes de Crédito de Grupo específicas destinadas a:

- apoiar a análise dos responsáveis pelas aprovações de crédito;
- definir e manter a qualidade das normas de crédito;
- satisfazer as necessidades de crédito dos clientes;
- aproveitar as oportunidades comerciais proporcionadas pela possibilidade de desenvolver novos produtos de financiamento nos mercados/balcões e limitar as perdas.

A combinação dos critérios enumerados deve garantir a rentabilidade das operações de financiamento.

2.2 Sistemas de gestão, medição e controlo

Papéis e responsabilidades

Neste contexto, o Grupo CA Auto Bank gere o risco de crédito através de uma atribuição específica de funções e responsabilidades que envolvem:

- o Conselho de Administração;
- o Comité Executivo de Crédito do Conselho de Administração;
- o Comité de Crédito Interno do Trimestre Principal (HQICC), que pode incluir, dependendo da delegação de autoridade ou de quaisquer questões de crédito, também o parecer do CACF
- Comités de crédito locais.

No que respeita ao crédito, o Conselho de Administração é responsável por

-
- que aprova as directrizes de crédito do grupo;
 - que adopta e aprova o sistema de delegação de competências e as suas eventuais alterações;
 - Atribuir ao QGICC, com base no parecer do CACF (de acordo com os poderes contemplados para a produção afetada pelos cartões de pontuação), a autoridade para aprovar as novas grelhas de decisão e o respetivo corte do cartão de pontuação, monitorizando o desempenho relevante;
 - tomar decisões sobre os pedidos de autorização de crédito provenientes do Mercado/Balcão, em conformidade com as suas competências e autoridade.

O Comité Executivo de Crédito do Conselho de Administração é responsável, de acordo com a autoridade que lhe foi conferida pelo Conselho de Administração, pela aprovação de assuntos da competência do Conselho de Administração que necessitem de ser tratados com urgência, antes da reunião seguinte do Conselho de Administração.

O QGICC, de acordo com o parecer do CACF, é responsável por

- propor ao Conselho de Administração as directrizes de crédito do Grupo (e eventuais variações);
- definir os poderes de assinatura no âmbito do intervalo fixado periodicamente pelo Conselho de Administração para cada atividade do CA Auto Bank;
- aprovar as novas grelhas de decisão e o respetivo corte dos scorecards, por delegação do Conselho de Administração;
- analisar qualquer outra matéria que lhe seja delegada pelo Conselho de Administração;
- Decidir, no âmbito das suas competências, sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Balcão e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao Conselho de Administração.

O Comité de Crédito Interno da sede é responsável por

- decidir, no âmbito das suas competências, sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Banca e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao Comité de Crédito da EC;
- avaliação de eventuais alterações às políticas de crédito do Grupo;
- tendo em conta eventuais alterações das directrizes de crédito do Grupo;
- Avaliar, aprovar ou submeter aos órgãos competentes as solicitações provenientes do Mercado/Bancos sobre temas únicos de política de crédito, de acordo com a Governação das Linhas de Crédito do Grupo FCAB;

-
- fixar os poderes de assinatura das Entidades e Sucursais dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
 - decidir alterações às estratégias dos scorecards;
 - analisar os resultados do controlo dos scorecards e do desempenho do crédito pelo menos de seis em seis meses.

Os Comités de Crédito Locais são responsáveis por:

- implementar localmente políticas e directrizes gerais para a aprovação, controlo e cobrança de créditos, formalizando e actualizando os procedimentos locais de crédito em conformidade com as directrizes de crédito do Grupo;
- analisar e acompanhar o desempenho do crédito;
- analisar as exposições de crédito e os limites de crédito;
- fixar, no âmbito das suas competências, os limites e o processo de avaliação e aprovação das linhas de crédito;
- atribuição de competências no âmbito da sua própria estrutura organizacional;
- aprovação de pedidos de crédito dentro dos limites autorizados.

O processo de informação financeira

Este parágrafo descreve as "principais características dos actuais sistemas de gestão de riscos e de auditoria interna no que diz respeito ao processo de informação financeira", nos termos do art. 123. 123-bis, n.º 2, alínea b), da Lei consolidada das finanças.

Os Administradores do CA Auto Bank S.p.A. são responsáveis pela manutenção de um sistema de controlo interno em conformidade com os critérios definidos no "Internal Control - Integrated Framework" emitido pelo COSO ("Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission").

O Sistema de Controlo Interno sobre o relato empresarial é um processo que, envolvendo várias funções empresariais, garante a fiabilidade do relato financeiro, a fiabilidade das demonstrações financeiras e o cumprimento das regras e regulamentos.

A supervisão dos relatórios contabilísticos e financeiros é efectuada pelo Diretor Financeiro do Grupo e baseia-se em

- a adequação dos processos e procedimentos utilizados para efeitos de elaboração dos relatórios financeiros e de qualquer outra divulgação financeira;
- o acompanhamento das arquitecturas e aplicações informáticas, nomeadamente no que se refere à gestão do tratamento dos dados e às acções empreendidas para desenvolver os sistemas de síntese utilizados para a informação financeira;
- a exaustividade e a coerência das informações prestadas ao mercado.

Em 2012, a Empresa iniciou uma revisão completa do sistema de controlo interno relacionado com a preparação dos relatórios financeiros (ICFR ou "Controlo Interno sobre o Relato Financeiro"), de modo a garantir a fiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Ao longo dos anos, os principais processos referentes às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram incluídos no ICFR, tendo sido efectuada a definição e avaliação dos controlos de forma a garantir uma cobertura adequada dos riscos associados e a mitigar a possibilidade de ocorrência de erros significativos no relato financeiro.

Atualmente, a matriz de controlo de riscos é composta por 6 macroprocessos, num total de 148 controlos, 25 dos quais se referiam especificamente às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Governo das sociedades

O Grupo CA Auto Bank adoptou regras e procedimentos que definem as responsabilidades dos Órgãos Sociais, para assegurar uma gestão sã e prudente, combinando a rentabilidade da atividade com uma assunção informada dos riscos e uma conduta operacional adequada.

O sistema de controlo interno é concebido para detetar, medir e atenuar, de forma contínua, os riscos associados ao desempenho das suas actividades, com o envolvimento dos órgãos directivos, das funções e comissões de controlo, do órgão de fiscalização, dos quadros superiores e de todo o pessoal.

2.3 Métodos de mensuração das perdas esperadas

Com a implementação da IFRS 9 para as operações de Financiamento por Grosso e Financiamento de Retalho, e uma abordagem simplificada para o negócio de arrendamento, as políticas de provisionamento do Banco baseiam-se agora na cobertura de empréstimos dentro de uma lógica de perda esperada prospetiva. Adicionalmente, em 2021, foram feitas atualizações tanto nos modelos básicos como nos modelos prospetivos do Financiamento ao Retalho e do Financiamento por Grosso para incorporar as alterações introduzidas pela Nova Definição de Incumprimento (NDD) .

A perda de crédito esperada (ECL) é calculada da seguinte forma:

$$ECL = PD \times LGD \times EAD$$

- Probabilidade de incumprimento (PD). A probabilidade de uma contraparte ou contrato entrar em incumprimento num horizonte temporal pré-definido;
- Perda em caso de incumprimento (LGD). O montante da perda que o Banco sofreria, dadas as probabilidades de uma contraparte ou de um contrato entrar em incumprimento durante um horizonte temporal definido;
- Exposição em caso de incumprimento (EAD). A exposição no momento da ocorrência do incumprimento.

A carteira está dividida em 3 escalões, com uma classificação dos empréstimos em fases, de acordo com o nível e a evolução temporal do risco de crédito.

A alteração da fase pode assim resultar quer de uma deterioração do risco de crédito, quer de uma melhoria do risco de crédito.

O CA Auto Bank desenvolveu dois modelos de imparidade para as actividades de Crédito por Grosso e Crédito a Particulares, respetivamente.

Em ambas as actividades, o modelo Loss Given Default (LGD) estima a perda esperada se a contraparte entrar em incumprimento.

Para a atividade de financiamento da venda a retalho, a LGD é igual à probabilidade de perda (PL) multiplicada pela perda dada a perda (LGL):

$$LGD = PL * LGL$$

onde:

O PL representa a probabilidade de um contrato que entrou em incumprimento incorrer numa perda (anulação ou gestão) nos próximos 60 meses:

$$PL = \frac{\text{All contracts that defaulted 60 months before the observation date that subsequently went into loss during the following 60 months}}{\text{All contracts that defaulted 60 months before the observation date}}$$

A LGL é a parte prevista da EAD de um contrato que será perdida se um contrato entrar em perda (perda nos últimos 36 meses). A LGL é igual a:

$$LGL = \frac{\begin{aligned} &(\text{Sum of EAD of all contracts that went into loss during the previous 36 months}) \\ &(\text{Sum of all inflows, discounted to the moment of default, collected after the default event} \\ &\text{for contracts that went into loss during the previous 36 months}) \end{aligned}}{\text{Sum of EAD of all contracts that went into loss during the previous 36 months}}$$

Para a atividade de Wholesale Financing, a LGD de workout consiste em determinar a Loss Given Default Rate (LGDR) como complemento de 1 da taxa de recuperação a partir da data de incumprimento:

$$LGDR = 1 - RR$$

Em que RR é a taxa de recuperação, expressa em percentagem da DAE.

O parâmetro Taxa de recuperação foi calculado para diferentes grupos de macroprodutos com base no total dos dados do contador do parâmetro CA Auto Bank.

Para incorporar o impacto prospetivo nas perdas de crédito esperadas, foram desenvolvidos dois modelos satélite, um para o financiamento a retalho e outro para o financiamento por grosso.

O resultado dos modelos prospetivos é uma "PD calibrada", que considera os aspectos prospetivos com base em dois cenários macroeconómicos: o cenário de base e o cenário adverso.

Para construir estes dois cenários, foi realizada uma análise de significância e foram utilizadas variáveis macroeconómicas específicas (por exemplo, o PIB), tanto para o modelo de Financiamento a Retalho como para o modelo de Financiamento por Grosso. Os valores prospetivos foram actualizados com uma ponderação de 55% para o cenário de base e de 45% para o cenário adverso, aplicando-se tanto ao produto de Financiamento a Retalho como ao produto de Financiamento por Grosso.

No segundo trimestre de 2023, o impacto prospetivo foi atualizado com base nos modelos prospetivos da NDD, que foram alimentados com cenários macroeconómicos do primeiro trimestre de 2023. Posteriormente, foram actualizados no quarto trimestre de 2023 com base nos cenários macroeconómicos do terceiro trimestre de 2023. O impacto total no custo do risco para 2023 foi de provisões adicionais no montante de 4,3 milhões de EUR.

Os modelos de provisão são sujeitos a validação pelo departamento de Risco e Controlo Permanente, de acordo com os procedimentos da empresa 12G.29 (Procedimento de Gestão do Risco de Modelo) e 12G.34 (Procedimento de Validação Inicial e Periódica de Modelos), bem como os respectivos manuais (12G.35 - Manual

de Validação Inicial e Periódica de Modelos Retail e 12G.36 - Manual de Validação Inicial e Periódica de Modelos Dealer Financing).

O objetivo deste processo de validação é garantir a adequação e a exatidão das opções metodológicas adoptadas pelo grupo nos modelos de prestação e confirmar a sua validade.

Aumento significativo do risco de crédito

A IFRS 9 exige que o Banco identifique os elementos de deterioração da qualidade de crédito dos instrumentos financeiros. O modelo de escalonamento deve incorporar indicadores qualitativos e quantitativos importantes que captem qualquer deterioração significativa na qualidade de cada exposição.

O escalonamento do CA Auto Bank Group foi desenvolvido através da combinação de requisitos regulamentares e características do negócio.

Para o financiamento a retalho, a informação sobre os vencimentos é considerada a mais fiável para identificar quaisquer aumentos significativos do risco de crédito. Por conseguinte, existe uma "presunção refutável" de que o risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial quando a prestação do contrato está vencida há mais de um dia.

Na atividade de financiamento por grosso, o sinal de um aumento significativo do risco de crédito baseia-se nos dias de atraso e na presença do cliente na "lista de observação". A lista de observação monitoriza o comportamento do cliente durante a vigência do contrato.

Quadro de controlo do risco de crédito

O sistema de monitorização deve permitir a cada Mercado gerir e monitorizar as suas exposições ao risco de crédito em alinhamento com a sua apetência pelo risco de crédito, estratégia, políticas e procedimentos, tanto ao nível da carteira como, quando relevante e material, ao nível da exposição individual. O sistema de monitorização do risco de crédito deve ser claramente definido e documentado no repositório e procedimentos locais.

O quadro de controlo do risco de crédito abrange o seguinte

- O registo de pagamentos dos mutuários (incluindo a existência de créditos vencidos, a antiguidade dos créditos vencidos, etc.);
- Risco de crédito associado tanto ao mutuário como à transação em relação a
 - Grupo de clientes ligados;

-
- Categorias de carteira (por exemplo, retalho de novos e usados, financiamento por grosso de veículos novos e peças);
 - Provisões para perdas com empréstimos, amortizações e o nível de cobertura do crédito.

O sistema de monitorização e a infraestrutura de dados são relevantes para acompanhar o processo de tomada de decisões de crédito, que inclui, entre outras coisas, a monitorização e a comunicação de todas as decisões de crédito, exceções às políticas de crédito e escalonamentos para níveis mais elevados de decisores de crédito (por exemplo, pedidos aprovados, rejeitados e suspensos; número de pedidos aprovados a nível do mercado ou geridos a nível da sede).

2.4 Técnicas de atenuação do risco de crédito

O Grupo CA Auto Bank desenvolveu o seu próprio modelo de gestão e de redução dos riscos de crédito, que inclui

- políticas de crédito (incluindo poderes de aprovação de crédito);
- sistemas de pontuação;
- definição de KRIs (Key Risk Indicators) específicos no âmbito do Quadro de Apetência pelo Risco;
- actividades de controlo de segundo e terceiro nível pelos departamentos de Risco e Controlo Permanente e de Auditoria Interna, respetivamente;
- Política de atenuação do risco de crédito (CRM).

Directrizes de crédito para grupos

As Directrizes de Crédito do Grupo do Banco CA (GCG) acompanham, passo a passo, as várias fases do processo de subscrição e de gestão do crédito, definindo a política, a abordagem, a metodologia e as orientações, a fim de fornecer as informações necessárias para a gestão dos processos de crédito.

O objetivo geral e essencial das CGG do CA Auto Bank é a assunção de riscos, que devem ser controlados, razoáveis e contidos dentro de certos parâmetros.

As CGG têm também como objetivo ajudar os responsáveis pela aprovação de linhas de crédito nas suas análises e pelo estabelecimento e manutenção da qualidade dos padrões de crédito.

Os requisitos acima referidos destinam-se a satisfazer as necessidades de crédito dos clientes, a avaliar as oportunidades de negócio provenientes dos mercados e a limitar as perdas

Sistemas de pontuação

As ferramentas do Sistema de Scoring utilizadas pelo CA Auto Bank para avaliar e medir o risco de contraparte baseiam-se na análise estatística do desempenho dos clusters de clientes. Os Scorecards pretendem ser o primeiro passo no "sistema de aprovação" e têm em conta os elementos e aspectos de crédito mais preditivos na fase de aceitação e aprovação.

Definição de KRIs específicos

O Quadro de Apetite ao Risco do CA Auto Bank definiu as seguintes métricas como significativas para a gestão e controlo do risco de crédito:

- Rácio de empréstimos não produtivos (NPL), que é calculado como o rácio entre as exposições não produtivas e as exposições totais no final do mês;
- Rácio do custo do risco (CoR), que é calculado como o rácio entre o total das provisões e a exposição média calculada no final do mês.

No que se refere especificamente ao negócio de retalho, o departamento de R&PC monitoriza também o desempenho de

- Taxa de Incidência n Rácio , calculado como o número de contratos de uma determinada geração (n) com duas ou mais prestações em atraso, em percentagem da produção total da mesma geração;
- indicadores de recolha, expressos em % do saldo total da recolha;
- indicadores de litígio, expressos em % do total de litígios pendentes.

Controlo de KRIs específicos

A primeira linha de defesa monitoriza, numa base mensal e com enfoques específicos quando útil/necessário, os indicadores de risco de crédito.

O departamento de Risco e Controlo Permanente acompanha permanentemente a evolução da carteira de crédito de cada linha de negócio (Retalho e Financiamento Grossista), a evolução de KRIs específicos e a adesão aos limites de risco definidos no âmbito do Risk Appetite Framework, com sistemas de escalonamento em caso de incumprimento.

Actividades de controlo de segundo nível realizadas pelo departamento de R&PC

Em relação aos controlos de segundo nível, o departamento de R&PC é responsável pelas seguintes actividades Revisões de crédito e cobrança, que implicam uma série de controlos sobre as actividades dos departamentos de subscrição (ou seja, verificar o cumprimento das políticas de crédito do Grupo e dos procedimentos existentes; considerar eventuais requisitos de formação; identificar riscos potenciais).

Actividades de controlo de terceiro nível realizadas pelo serviço de Auditoria Interna

A terceira linha de defesa (Auditoria Interna), que constitui o último nível de controlo do Grupo, deve avaliar regularmente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e assegurar a sua aplicação efectiva.

Garantias

Na análise de um pedido de crédito, o Banco e as outras empresas do Grupo podem indicar que a aprovação do financiamento está sujeita à constituição de uma garantia pelo cliente. As técnicas de redução do risco são utilizadas principalmente na atividade de financiamento por grosso.

De seguida, apresenta-se um resumo das garantias permitidas pelas políticas de crédito em vigor:

- garantias reais: penhoras, depósitos, hipotecas;
- garantias in personam: Garantias bancárias e de seguros, cauções;
- outros tipos: fundos de terceiros, cartas de conforto, reserva de propriedade, garantias bancárias, obrigações de recompra.

No caso de serem oferecidas garantias diferentes das permitidas, ou garantias com características diferentes das previstas nos procedimentos do Banco, as filiais individuais devem solicitar autorização (ou ratificação) à Sociedade-mãe para fixar o limite de crédito.

Para garantir a plena eficácia das garantias, a Sociedade-mãe instaurou controlos específicos para se assegurar de que todas elas contêm os elementos seguintes:

- certeza da data de emissão, que se obtém acrescentando uma data e cumprindo e executando as formalidades necessárias;
- simultaneidade com o financiamento;
- referência ao contrato subjacente.

Cada Mercado/Balcão é responsável pela gestão das garantias e cauções (definição de uma cobertura adequada, controle da validade, verificação ou renovação e prazos de vencimento).

Política de atenuação do risco de crédito (CRM)

Com base nas orientações da Autoridade de Supervisão sobre a implementação, para efeitos prudenciais, de técnicas de Mitigação do Risco de Crédito (CRM), a empresa-mãe, o CA Auto Bank, concebeu uma política para reger essas técnicas. Especificamente, esta política exige contratos acessórios à exposição ou outros instrumentos e técnicas que reduzam o risco de crédito de forma a afetar positivamente o cálculo dos requisitos de capital.

Atualmente, o CA Auto Bank S.p.A. adota, para efeitos prudenciais, técnicas de redução do risco de crédito que incluem a utilização dos seguintes instrumentos

- Garantias em numerário para acordos de derivados;
- Acordos de recompra - REPO;
- Contabilidade de compensação.

A política tem por objetivo definir:

- a natureza geral das técnicas de atenuação do risco de crédito (CRM);
- os requisitos que as garantias têm de cumprir para serem consideradas para efeitos de redução do risco de crédito;
- os instrumentos de redução do risco de crédito utilizados pelo CA Auto Bank.

Neste caso, a política estabelece os princípios gerais e específicos da redução do risco de crédito, tal como previsto no CRR, capítulo 4, secção 1, artigos 192.º e seguintes. Tudo o que não estiver especificamente previsto na apólice é regido pelo CRR.

As técnicas de GRC reconhecidas no cálculo dos requisitos de fundos próprios dividem-se em duas categorias gerais:

- "proteção real de crédito", em que a redução do risco de crédito sobre a posição em risco de uma instituição decorre do direito de essa instituição, em caso de incumprimento da contraparte ou da ocorrência de outros acontecimentos de crédito especificados relacionados com a contraparte, liquidar, obter a transferência ou a apropriação de, ou reter determinados activos ou montantes, ou reduzir o montante da posição em risco para, ou substituí-lo pelo, montante da diferença entre o montante da posição em risco e o montante de um crédito sobre a instituição (Ref. artigo 4.º do CRR, n.º 58);
- "proteção pessoal de crédito", em que a redução do risco de crédito sobre a posição em risco de uma instituição decorre da obrigação de um terceiro pagar um montante em caso de incumprimento do mutuário ou da ocorrência de outros acontecimentos de crédito especificados (Ref. artigo 4.º do CRR, n.º 59).

3. Posições em risco de crédito não produtivas

3.1 Estratégias e políticas de gestão

O CA Auto Bank continua a registar baixos níveis de NPL.

CA Auto Bank, enquanto holding de um grupo que opera em vários mercados/filiais:

- define as estratégias de NPL no âmbito do RAF, da Estratégia de Risco, do orçamento consolidado, com uma afetação subsequente ao nível do Mercado/Unidade de Negócio/Ramo;
- define os indicadores de desempenho da carteira e os indicadores de alerta precoce;
- emite directrizes no domínio da cobrança de NPL no âmbito das Orientações de Crédito do Grupo CA Auto Bank, com referência às várias fases e acções possíveis de recuperação. Estas directrizes são depois implementadas por cada uma das empresas do Grupo, em função da sua dimensão, das regras e regulamentações locais, da sua organização e dos seus níveis de NPL;
- define, em conformidade com as regulamentações nacionais e europeias, as regras de classificação de crédito para as linhas de negócio, com vista a uma correcta comunicação e gestão das exposições não produtivas.

3.2 Anulação

Nas Orientações de Crédito do Grupo, o CA Auto Bank rege a definição de exposições consideradas irrecuperáveis, devido a condições como a natureza onerosa da continuação das acções de recuperação, a impossibilidade declarada de localizar o devedor, a confirmação legal da incapacidade de processar o devedor em caso de insolvência.

A anulação das contas a receber acima referidas prevê o desreconhecimento atempado das contas a efetuar pelos Mercados/filiais em conformidade com a regulamentação jurídica e fiscal local.

A anulação, se prevista pela legislação local, pode ter lugar antes da conclusão da acção judicial de cobrança da dívida; esta atividade não implica para o Banco a perda do direito legal de cobrar a dívida.

3.3 Activos financeiros depreciados adquiridos ou originados

Esta secção não é aplicável ao Grupo.

4. Activos financeiros de renegociação comercial e posições em risco reestruturadas

Definição de políticas de tolerância:

- em conformidade com as disposições da regulamentação aplicável, os critérios de identificação das exposições transmitidas por via aérea;
- medidas de reestruturação elegíveis;
- as regras de aplicação das medidas de tolerância, tais como o acordo com o cliente, a avaliação das medidas que melhor se adaptam aos clientes, tendo em conta as suas características específicas, a análise da contraparte;
- os limites para a aplicação de medidas de tolerância;
- acompanhamento e medidas a tomar em caso de montantes não pagos;
- a classificação destas posições em risco como exposições reestruturadas e não produtivas.

Divulgações quantitativas

A. Qualidade do crédito

A.1 Risco de crédito não produtivo e produtivo: montantes, reduções de valor, alterações distribuição por atividade de negócio

A.1.1 Consolidação prudencial - Distribuição dos activos financeiros por escalões de vencidos (valores contabilísticos)

Carteiras/estágios de risco	Primeira fase			Segunda fase			Terceira fase			Imparidade adquirida ou originada		
	1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias
1. Activos financeiros ao custo amortizado	41,345	1,769	1,837	177,130	121,789	42,227	11,184	7,398	265,302	-	-	-
2. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 31/12/2023	41,345	1,769	1,837	177,130	121,789	42,227	11,184	7,398	265,302	-	-	-
Total 31/12/2023	66,433	19,128	3,928	141,739	72,542	32,100	6,934	16,833	175,712	-	-	-

A.1.2 Consolidação prudencial - Activos financeiros, compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas: alterações no total das imparidades e no total das provisões

p.1

Fases causais/ de risco	Total de imparidades acumuladas																	
	Actividades da primeira fase						Actividades da segunda fase						Actividades da terceira fase					
	Crédito a bancos e bancos centrais a pedido	Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	Activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto na rentabilidade total	Activos financeiros detidos para venda	dos quais: reduções de valor individuais	dos quais: amortizações colectivas	Crédito a bancos e bancos centrais a pedido	Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	Activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto na rentabilidade total	Activos financeiros detidos para venda	dos quais: reduções de valor individuais	dos quais: amortizações colectivas	Crédito a bancos e bancos centrais a pedido	Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	Activos financeiros mensurados ao justo valor com impacto na rentabilidade total	Activos financeiros detidos para venda	dos quais: reduções de valor individuais	dos quais: amortizações colectivas
Total dos ajustamentos iniciais	-	80,423	-	-	233	80,191	-	54,140	-	-	222	53,917	-	167,619	-	-	36,026	131,594
Varições no aumento de activos financeiros adquiridos ou originados	-	165	-	-	-	165	-	1,052	-	-	-	1,052	-	-	-	-	-	-
Anulações que não sejam anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções de valor líquidas para risco de crédito	-	14,790	-	-	36	14,754	-	10,738	-	-	(57)	10,795	-	52,430	-	-	(2,877)	55,307
Alterações contratuais sem anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações na metodologia de estimativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações não registadas diretamente na demonstração de resultados	-	(15)	-	-	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	(14,512)	-	-	(2,438)	(12,074)
Outras alterações	-	11,789	-	-	1,664	10,125	-	(13,722)	-	-	(28)	(13,694)	-	2,624	-	-	2,414	210
Total dos ajustamentos de encerramento	-	107,152	-	-	1,933	105,220	-	52,208	-	-	137	52,070	-	208,161	-	-	33,125	175,037
Recuperações de activos financeiros sujeitos a anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184	-	-	53	131
Anulações registadas diretamente na conta de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(261)	-	-	-	(261)	-

A.1.2 Consolidação prudencial - Activos financeiros, compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas: alterações no total das imparidades e no total das provisões

p.2

Causas/estágios de risco	Total de imparidades acumuladas					Total das provisões relativas a compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas				Total
	Activos financeiros com imparidade adquiridos ou originados					Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Compromissos de concessão de fundos e garantias financeiras emitidas, adquiridas ou originadas	
	Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade total	Activos financeiros detidos para venda	dos quais: reduções de valor individuais	dos quais: amortizações colectivas					
Total dos ajustamentos iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	302,182,471
Variações no aumento de activos financeiros adquiridos ou originados	X	X	X	X	X	-	-	-	-	1,216,129
Anulação com exceção das anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções/reduções de valor líquidas para risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77,957,421
Alterações contratuais sem anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações na metodologia de estimativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações não registadas diretamente na demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14,526,848)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	691,349
Total dos ajustamentos de encerramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	367,520,522
Recuperações de activos financeiros sujeitos a anulação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184,214
Anulações registadas diretamente na conta de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(260,654)

A.1.3 Consolidação prudencial - Activos financeiros, compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas: transferências entre diferentes fases do risco de crédito (valores brutos e nominais)

Tipo de exposição/ montantes	Exposição bruta/valor nominal					
	Transferências entre a primeira e a segunda fase		Transferências entre a segunda e a terceira fase		Transferências entre a primeira e a terceira fase	
	Da primeira para a segunda fase	Da segunda para a primeira fase	Da segunda para a terceira fase	Da terceira para a segunda fase	Da primeira à terceira fase	Da terceira à primeira fase
1. Activos financeiros ao custo amortizado	528,281	228,509	80,260	30,319	130,541	10,520
2. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
3. Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-
4. Compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas	80	9	14	7	25	13
Total 31/12/2023	528,361	228,518	80,274	30,326	130,566	10,533
Total 31/12/2023	401,685	236,420	38,887	14,759	79,508	1,646

A.1.4 Prudencial Consolidado - Posições de crédito à vista e extrapatrimoniais sobre bancos: valores brutos e líquidos

Tipo de exposição/ montantes	Exposição bruta					Total das imparidades e total das provisões					Exposição líquida	Total da anulação*
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada			
A. Exposições de crédito patrimoniais												
A.1 A pedido	1,522,597	1,522,597	-	-	-	-	-	-	-	-	1,522,597	-
(a) Não produtivos	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
(b) Realização	1,522,597	1,522,597	-	X	-	-	-	X	-	-	1,522,597	-
A.2 Outros	134,207	134,207	-	-	-	-	-	-	-	-	134,207	-
(a) Posições de risco incobráveis	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
- Dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
b) Não é provável que pague	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
c) Posições em risco não produtivas vencidas	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
d) Realização de exposições vencidas	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
(e) Outras posições em risco efectivas	134,207	134,207	-	X	-	-	-	-	X	-	134,207	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Total (A)	1,656,804	1,656,804	-	-	-	-	-	-	-	-	1,656,804	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais												
(a) Não produtivos	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
(b) Realização	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (A+B)	1,656,804	1,656,804	-	-	-	-	-	-	-	-	1,656,804	-

*Valor apresentado a título informativo.

A.1.5 Consolidação prudencial - Posições de risco de crédito à vista e extrapatrimoniais sobre clientes: valores brutos e líquidos

Tipo de exposição/Montantes	Exposição bruta					Total das imparidades e total das provisões					Exposição líquida	Total da anulação*
		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidade adquirida ou originada		
A. Posições em risco de crédito no balanço												
(a) Posições de risco incobráveis	115,775	x	-	115,775	-	73,747	x	-	73,747	-	42,027	76
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	1,187	x	-	1,187	-	741	x	-	741	-	446	-
b) É pouco provável que pague	72,793	x	-	72,793	-	30,507	x	-	30,507	-	42,286	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	4,450	x	-	4,450	-	1,593	x	-	1,593	-	2,857	-
c) Posições em risco não produtivas vencidas	309,324	x	-	309,324	-	103,907	x	-	103,907	-	205,417	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	10	x	-	10	-	4	x	-	4	-	6	-
d) Realização de exposições vencidas	487,466	46,428	441,038	x	-	46,438	1,414	45,024	x	-	441,028	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-
(e) Outras posições em risco efectivas	23,854,275	23,048,397	805,878	x	-	112,922	105,738	7,183	x	-	23,741,353	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	58	25	33	x	-	1	0	1	x	-	57	-
TOTAL (A)	24,839,632	23,094,825	1,246,916	497,891	-	367,521	107,152	52,208	208,161	-	24,472,112	76
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais												
a) Não produtivos	88	x	-	88	-	1	x	-	1	-	89	-
b) Realização	653,504	653,390	114	x	-	43	43	-	x	-	653,461	-
TOTAL (B)	653,592	653,390	114	88	-	44	43	-	1	-	653,550	-
TOTAL (A+B)	25,493,224	23,748,215	1,247,030	497,979	-	367,565	107,195	52,208	208,162	-	25,125,662	76

* Valor apresentado a título informativo.

A.1.7 Consolidação prudencial - Posições em risco de crédito no balanço sobre clientes: alterações das posições brutas não produtivas

Causas/Categorias	Más exposições	Pouco provável que pague	Posições em risco vencidas objeto de imparidade
A. Saldo inicial (montante bruto)	92,463	62,915	225,798
- dos quais posições em risco não reconhecidas vendidas	16,557	10,671	14,878
B. Aumentos	76,783	53,205	226,320
B.1 Transferências de empréstimos em situação regular	10,296	22,361	114,301
B.2 Entrada de activos financeiros com imparidade adquiridos ou originados	-	-	-
B.3 transferências de outras posições em risco objeto de imparidade	17,818	11,828	591
B.4 Alterações contratuais sem anulação	-	-	-
B.5 Outros aumentos	48,669	19,016	111,428
C. Diminuições	53,472	43,327	142,794
C.1 Transferências para empréstimos para financiamento do exercício	2,554	4,055	22,156
C.2 anulações	22,851	246	1,383
C.3 recuperações	14,056	15,602	59,842
C.4 Produto das vendas	851	-	-
C.5 Perdas com alienações	6,933	-	-
C.6 transferências para outras posições em risco objeto de imparidade	1,197	4,924	23,705
C.7 Alterações contratuais sem anulação	-	-	-
C.8 Outras reduções	5,030	18,501	35,708
D. Saldo final (montantes brutos)	115,775	72,793	309,324
- dos quais posições em risco vendidas não desreconhecidas	12,435	8,639	25,313

A.1.7bis Consolidação prudencial - Exposições de crédito patrimoniais a clientes: alterações por qualidade de crédito no reporte bruto

Causas/Qualidade	Exposições por via aérea: não rentável	Exposições transmitidas por via aérea: desempenho
A. Saldo inicial (montante bruto)	9,354	278
- dos quais posições em risco não reconhecidas vendidas	2,630	-
B. Aumentos	1,180	571
B.1 transferências de posições em risco não cobertas que sejam eficazes	437	484
B.2 Transferências de posições em risco anteriores de boa execução	45	X
B.3 transferências de posições em risco reestruturadas não produtivas	X	2
B.4 transferências de posições em risco não produtivas e não reestruturadas	15	-
B.5 Outros aumentos	683	85
C. Diminuições	4,890	791
C.1 transferências para posições em risco não cobertas que sejam eficazes	X	31
C.2 Transferências para a realização de exposições transmitidas por via aérea	2	X
C.3 transferências para exposições reestruturadas não produtivas	X	9
C.4 Anulações	236	-
Colecções C.5	1,995	228
C.6 Produto das vendas	-	-
C.7 Perdas com alienações	64	456
C.8 Outras reduções	2.593	67
D. Saldo final (montantes brutos)	5,646	58
- dos quais posições em risco não reconhecidas vendidas	1,861	-

A.1.9 Consolidação prudencial - Exposições de crédito não produtivas patrimoniais a clientes: alterações no total das imparidades acumuladas

Causas/Categorias	Más exposições		Pouco provável que pague		Não produtivos vencidos	
	Total	Dos quais: exposições transmitidas por via aérea	Total	Dos quais: exposições transmitidas por via aérea	Total	Dos quais: exposições transmitidas por via aérea
A. Total de imparidades no início do exercício	65,787	1,849	32,692	3,422	69,373	4
- Dos quais: posições vendidas não desreconhecidas	11,401	12	5,682	1,388	2,695	-
B. Aumentos	61,326	162	13,488	432	55,166	4
B.1 Reduções de activos financeiros depreciados adquiridos ou originados	81	X	36	X	714	X
B.2 outras reduções de valor	13,735	-	6,624	214	23,383	4
B.3 Perdas na alienação	1,529	64	-	-	-	-
B.4 transferências de outras categorias de posições em risco não produtivas	9,958	62	4,070	12	325	-
B.5 Alterações contratuais sem desreconhecimentos	-	-	-	-	-	-
B.6 Outros aumentos	36,022	37	2,758	206	30,744	-
C. Diminuições	53,199	1,271	15,667	2,256	20,633	4
C.1 anulação da avaliação	13,752	492	774	506	2,911	1
C.2 anulações de cobranças	19	-	23	14	261	1
C.3 Ganhos na alienação	29	-	-	-	-	-
C.4 Anulações	22,851	17	246	220	1,383	-
C.5 Transferências para outras categorias de posições em risco não produtivas	982	349	3,940	62	9,431	3
C.6 Alterações contratuais sem desreconhecimentos	-	-	-	-	-	-
C.7 Outras reduções	15,566	414	10,684	1,454	6,647	-
D. Saldo final montante global das reduções de valor	73,914	741	30,512	1,599	103,907	4
- dos quais posições em risco vendidas não desreconhecidas	5,940	-	4,179	1,048	6,788	-

A.2 Classificação do risco de crédito com base em notações externas e internas

A.2.1 Consolidação prudencial - Distribuição dos activos financeiros, compromissos de desembolso de fundos e garantias financeiras emitidas: por classe de notação externa (valores brutos)

Exposições	Classes de notação externa						Sem classificação	Total
	classe 1	classe 2	classe 3	classe 4	classe 5	classe 6		
A. Activos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	24,973,839	23,973,839
- Primeira fase	-	-	-	-	-	-	23,229,032	23,229,032
- Segunda fase	-	-	-	-	-	-	1,246,916	1,246,916
- Terceira fase	-	-	-	-	-	-	497,891	497,891
- Imparidade adquirida ou originada	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Activos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rendibilidade global	-	-	-	-	-	-	-	-
- Primeira fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Segunda fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Terceira fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Imparidade adquirida ou originada	-	-	-	-	-	-	-	-
C. Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
- Primeira fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Segunda fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Terceira fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Imparidade adquirida ou originada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (A+B+C)	-	-	-	-	-	-	24,973,839	24,973,839
D. Autorizações e garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-	-	653,592	653,592
- Primeira fase	-	-	-	-	-	-	653,592	653,592
- Segunda fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Terceira fase	-	-	-	-	-	-	-	-
- Imparidade adquirida ou originada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (D)	-	-	-	-	-	-	653,592	653,592
Total (A+B+C+D)	-	-	-	-	-	-	25,627,431	25,627,431

A.3 Repartição das posições em risco de crédito garantidas por tipo de garantia

A.3.1 Consolidação prudencial - Exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais com garantia sobre bancos

p.1

	Exposição bruta	Exposição líquida	Garantias (1)				Garantias pessoais (2)	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locações financeiras	Títulos	Outras garantias	Derivados de crédito	
							CLN	Outros derivados Contrapartes centrais
1. Exposições de crédito patrimoniais garantidas:	30,344	30,344	-	-	23,378	-	-	-
1.1. totalmente seguro	23,378	23,378	-	-	23,378	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. parcialmente garantida	6,966	6,966	-	-	6,966	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. posições em risco de crédito não garantidas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Exposições de crédito extrapatrimoniais garantidas:	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. totalmente seguro	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. parcialmente garantido	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-

A.3.1 Consolidação prudencial - Exposições de crédito garantidas dentro e fora do balanço a bancos

p.2

	Garantias pessoais (2)							Total (1)+(2)
	Derivados de crédito			Empréstimos por assinatura				
	Outros derivados			Administrações públicas	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes	
	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes					
1. Exposições de crédito patrimoniais garantidas:	-	-	-	-	-	-	-	23,378
1.1. totalmente seguro	-	-	-	-	-	-	-	23,378
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. parcialmente garantida	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Exposições de crédito extrapatrimoniais garantidas:	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. totalmente seguro	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. parcialmente garantido	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-

A.3.2 Consolidação prudencial - Posições em risco de crédito a clientes com garantias patrimoniais e extrapatrimoniais

p.1

	Exposição bruta	Exposição líquida	Garantias (1)				Garantias pessoais (2)	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locações financeiras	Títulos	Outras garantias	Derivados de crédito	
							CLN	Outros derivados
						Contrapartes centrais		
1. Exposições de crédito patrimoniais garantidas:	8,795,008	8,644,539	738	-	4,319,060	2,316,496	-	-
1.1. totalmente seguro	7,021,162	6,914,387	738	-	4,319,060	2,314,409	-	-
- dos quais não produtivos	155,072	91,775	738	-	33,087	42,156	-	-
1.2. parcialmente garantida	1,773,846	1,730,152	-	-	-	2,087	-	-
- dos quais não produtivos	6,327	4,418	-	-	-	-	-	-
2. Posições em risco de crédito "extrapatrimoniais" garantidas:	127,735	127,735	-	-	-	50,208	-	-
2.1. totalmente seguro	50,370	50,370	-	-	-	50,208	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. parcialmente garantida	77,365	77,365	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-

A.3.2 Consolidação prudencial - Exposições de crédito garantidas dentro e fora do balanço a clientes

p.2

	Garantias pessoais (2)							Total (1)+(2)
	Derivados de crédito			Empréstimos por assinatura				
	Outros derivados			Entidades do sector público	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	
	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades					
1. Exposições de crédito patrimoniais garantidas:	-	-	-	-	18,594	-	-	6,636,294
1.1. totalmente seguro	-	-	-	-	9,018	-	-	6,643,225
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	75,980
1.2. parcialmente garantida	-	-	-	-	9,576	-	-	11,663
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	22	-	-	22
2. Posições em risco de crédito "extrapatrimoniais" garantidas:	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. totalmente seguro	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. parcialmente garantido	-	-	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-	-	-

B. Distribuição e concentração das posições em risco de crédito

B.1 Consolidação prudencial - Repartição por sector das posições em risco de crédito a clientes dentro e fora do balanço

p.1

Exposições/Contrapartes	Administração pública		Empresas financeiras		Sociedades financeiras (das quais: companhias de seguros)	
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço						
A.1 Empréstimos não produtivos	-	-	24	42	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-
A.2 Pouco provável que pague	-	-	17	24	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	1	-	2,304	170	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não depreciadas	475	5	3,729,291	226	-	-
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	-	-	-	-
Total (A)	476	5	3,731,636	462	-	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais						
B.1 Posições em risco não produtivas	-	-	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	-	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	476	5	3,731,636	462	-	-
Total (A+B) 31/12/2022	21,345	(59)	2,357,711	(1,012)	-	-

B.1 Consolidação prudencial - Repartição por sector das posições em risco de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre clientes
p.2

Exposições/Contrapartes	Sociedades não financeiras		Agregados familiares	
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço				
A.1 Empréstimos não produtivos	12,398	(29,279)	29,605	(44,426)
- das quais exposições transmitidas por via aérea	446	(696)	(1)	(45)
A.2 Pouco provável que pague	11,872	(9,141)	30,397	(21,342)
- Dos quais exposições transmitidas por via aérea	1,251	(1,214)	618	(379)
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	78,378	(43,076)	124,734	(60,660)
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	-	-	6	(4)
A.4 Exposições não depreciadas	5,825,745	(52,247)	14,626,871	(106,882)
- dos quais: exposições transmitidas por via aérea	5	-	52	(1)
Total (A)	5,928,393	(133,743)	14,811,607	(233,310)
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais				
B.1 Posições em risco não produtivas	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	(78)	-	-	-
Total (B)	(78)	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	5,928,315	(133,743)	14,811,607	(233,310)
Total (A+B) 31/12/2023	9,728,758	(139,491)	11,476,095	(161,671)

B.2 Consolidação prudencial - Distribuição geográfica dos riscos de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre os clientes

p.1

Exposições/zonas geográficas	Itália		Outros países europeus	
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço				
A.1 Empréstimos não produtivos	20,532	(40,642)	21,496	(33,107)
A.2 Pouco provável que pague	29,079	(19,555)	13,207	(10,951)
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	119,238	(69,186)	86,179	(34,721)
A.4 Exposições não objeto de imparidade	10,761,271	(83,446)	13,421,110	(75,913)
Total (A)	10,930,120	(212,829)	13,541,992	(154,692)
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais				
B.1 Posições em risco não produtivas				
B.2 Realização de exposições				
Total (B)	-	-	-	-
Total (A+B) dezembro 31/12/2023	10,930,120	(212,829)	13,541,992	(154,692)
Total (A+B) dezembro 31/12/2022	15,880,233	(157,436)	7,694,281	(144,733)

B.2 Consolidação prudencial - Distribuição dos riscos de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais sobre os clientes
p.2

Exposições/zonas geográficas	Estados Unidos	Ásia		Resto do mundo	
	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Posições em risco de crédito no balanço					
A.1 Empréstimos não produtivos	-	-	-	-	-
A.2 Pouco provável que pague	-	-	-	-	-
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	-	-	-	-	-
A.4 Realização de exposições	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais					
B.1 Posições em risco não produtivas	-	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2022	-	-	-	-	-

B.3 Consolidação prudencial - Distribuição geográfica das exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais aos bancos

p.1

Exposições/zonas geográficas	Itália		Outros países europeus		Estados Unidos
	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida
A. Exposições de crédito do balanço					
A.1 Más exposições	-	-	-	-	-
A.2 Pouco provável que pague	-	-	-	-	-
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não depreciadas	69,833	-	64,374	-	-
Total (A)	69,833	-	64,374	-	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais					
B.1 Posições em risco não produtivas	-	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	69,833	-	64,374	-	-
Total (A+B) 31/12/2022	97,560	-	20,341	-	-

B.3 Consolidação prudencial - Distribuição geográfica das exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais aos bancos

p.2

Exposições/zonas geográficas	Estados Unidos	Ásia		Resto do mundo	
	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor	Exposição líquida	Total das reduções de valor
A. Exposições de crédito do balanço					
A.1 Más exposições	-	-	-	-	-
A.2 Pouco provável que pague	-	-	-	-	-
A.3 Posições de risco vencidas com imparidade	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não depreciadas	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-
B. Posições de risco de crédito extrapatrimoniais					
B.1 Posições em risco não produtivas	-	-	-	-	-
B.2 Realização de exposições	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2023	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2022	-	-	-	-	-

B.4 Grandes riscos

Com base nas disposições regulamentares, o número de grandes riscos foi determinado por referência a riscos não ponderados superiores a 10% do nível 1, tal como definido pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR) e actualizações subsequentes. As "exposições" são definidas como a soma dos activos em risco no balanço e das operações extrapatrimoniais com um cliente ou um grupo de clientes relacionados, sem aplicar factores de ponderação.

Tais critérios de apresentação resultam na inclusão no quadro das demonstrações financeiras para grandes riscos de entidades que - embora com uma ponderação de 0% nos termos do artigo 400.º do CRR - apresentam uma exposição não ponderada superior a 10% do Tier1, para efeitos de grandes riscos.

(€/000)	12/31/2023	12/31/2022
A. Montante (valor contabilístico)	1,277,296	1,725,852
B. Montante (valor ponderado)	365,751	-
C. Número	2	1

C. Operações de titularização

Divulgações qualitativas

Estratégias e processos subjacentes às securitizações e à cessão de créditos

As operações de titularização, realizadas nos termos da Lei n.º 130/1999 em Itália e em conformidade com as regulamentações locais para as operações noutros países, com as alterações e aditamentos subsequentes, são realizadas pelo CA Auto Bank para atingir quatro objectivos:

- diversificação das fontes de financiamento: as titularizações são uma fonte de financiamento alternativa significativa aos depósitos de clientes para a Empresa;
- Melhoria da posição de liquidez: a capacidade potencial da Empresa para titularizar os seus créditos constitui um apoio significativo à sua posição de liquidez. Os excelentes resultados das operações realizadas até à data, juntamente com a reputação das empresas operacionais no papel de servicers, garantem de facto o acesso imediato a este instrumento, em caso de dificuldades nos outros mercados financeiros de referência;
- otimização do custo dos fundos: as estruturas utilizadas para realizar as securitizações e a qualidade dos créditos cedidos permitem, através da obtenção de notações mais elevadas, obter custos de financiamento competitivos;
- melhoria da eficiência dos activos ponderados pelo risco associados à carteira securitizada, através de securitizações tradicionais e sintéticas.

Securitizações tradicionais

As operações de securitização atualmente em vigor, realizadas pelo CA Auto Bank ao abrigo da Lei n.º 130/1999, consistem na transferência de carteiras de créditos para Sociedades de Propósito Específico (SPE) constituídas para o efeito, cuja aquisição é financiada através do produto da colocação de Asset-Backed Securities (ABS) emitidos em diferentes classes: Sénior, Mezzanine e Júnior.

Se as condições de mercado o permitirem, os títulos sénior, mas também os títulos mezzanine e júnior, podem ser oferecidos a investidores profissionais europeus ou ser colocados a título privado, no todo ou em parte.

Os títulos sénior podem também ser utilizados para operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu, caso em que os títulos são subscritos e, por conseguinte, retidos pelo cedente (por exemplo, operações de "auto-securitização" ou "retidas").

Quando os títulos sénior e mezzanine são cotados num mercado regulamentado, é-lhes atribuída uma notação por, pelo menos, duas agências de notação. Por outro lado, as colocações privadas não implicam a atribuição de uma notação aos títulos.

As operações de titularização podem ser renováveis - em que o cedente pode atribuir periodicamente créditos adicionais, de acordo com as restrições definidas no contrato de titularização, durante um período de tempo pré-estabelecido, de modo a manter a carteira existente ao mesmo nível que no momento da emissão - ou amortizáveis, em que o cedente não pode atribuir créditos adicionais e a carteira começa a ser amortizada a partir do momento em que os ABS são emitidos.

No final do período de revolving, ou a partir do momento em que os ABS são emitidos no caso de a transação ser amortizável, os ABS são reembolsados pela ordem pré-determinada à medida que a carteira é amortizada.

Estrutura rotativa

As operações com uma estrutura rotativa, tal como acima descritas, podem prever que a SPE adquira, por um período de tempo pré-estabelecido, carteiras adicionais de créditos com a mesma estrutura jurídica e financeira e um perfil de risco semelhante, financiando a compra quer com as receitas provenientes da cobrança dos créditos da carteira existentes no momento da emissão dos ABS, e previamente cedidos pelo Originador, quer com as receitas provenientes da colocação de ABS adicionais emitidos dentro dos limites do programa.

No final da fase rotativa, os instrumentos de dívida titularizados emitidos são reembolsados à medida que os créditos subjacentes são cobrados.

A estrutura rotativa permite que os custos fixos da transação sejam amortizados durante um período de tempo mais longo, otimizando assim o custo da transação.

Em 31 de dezembro dest, 2023, as sociedades de titularização com uma estrutura renovável eram a A-Best Twentyone UG e a Nixes Six PLC.

Gestão da liquidez

O cedente pode ser obrigado, dependendo das metodologias de avaliação das agências de notação de risco, em todas as transações, e de formas que podem diferir formalmente umas das outras, a disponibilizar uma linha de liquidez ou um depósito em numerário à SPE.

O montante é estabelecido por contrato e é de molde a permitir ao veículo fazer face a défices temporários de liquidez (normalmente, nas datas de pagamento) que poderiam ocorrer na aplicação da estrutura de pagamentos em cascata descrita abaixo.

Estrutura em cascata

No caso de transações originadas por créditos de retalho, em que existe normalmente uma distinção entre o rendimento (por exemplo, o desconto decorrente da cessão de créditos) e o capital dos créditos cobrados pela SPE, a cascata prevê - de forma simplificada - os seguintes tipos de pagamento

A cascata de pagamentos identifica prioridades na afetação do dinheiro disponível na SPE.

Normalmente, as transações de titularização têm uma estrutura em cascata semelhante, que exige que seja seguida uma ordem de pagamento pré-estabelecida.

No caso de transações originadas por créditos de retalho, em que existe normalmente uma distinção entre o rendimento (por exemplo, o desconto decorrente da cessão de créditos) e o capital dos créditos cobrados pela SPE, a cascata prevê - de forma simplificada - os seguintes tipos de pagamento:

RENDIMENTO

-
- a) despesas com veículos (principalmente despesas relacionadas com os prestadores de serviços da transação);
 - b) swap (exigido por contrato para cobrir a SPE contra o risco de taxa de juro);
 - c) indemnização dos gestores de fundos;
 - d) juros sobre os títulos de dívida titularizados;
 - e) Reembolso/juros da linha de liquidez;
 - f) provisões para créditos vencidos;
 - g) outros itens.

PRINCIPAL

- a) quaisquer pagamentos exigidos mas não efectuados em relação à cascata de rendimentos acima referida;
- b) compra de créditos (durante o período rotativo);
- c) reembolso dos instrumentos de dívida titularizados emitidos (no final de qualquer período de renovação);
- d) outros itens.

No caso das transacções originadas pelos valores a receber do Financiamento Grossista, dadas as diferentes características da carteira, estão em vigor mecanismos de gestão de tesouraria que permitem que, após a receção dos seguintes valores

- a) saldo da balança corrente;
- b) libertação de fundos da estrutura de reserva de caixa;
- c) cobranças a receber;
- d) emissão de novos títulos de dívida titularizados, se for caso disso;
- e) emissão de novos instrumentos de dívida subordinados, se for caso disso

São efectuados os seguintes pagamentos:

- a) despesas com veículos;
- b) juros sobre os títulos de dívida titularizados;
- c) provisão na estrutura de reserva de caixa;
- d) compra de créditos (durante o período rotativo);
- e) Reembolso de títulos de dívida titularizados;
- f) juros sobre os títulos de dívida titularizados subordinados;
- g) qualquer reembolso dos títulos de dívida titularizados subordinados.

Atividade de manutenção

A entidade gestora das operações de titularização é sempre o ordenador.

O papel de servicer das transacções exige o cumprimento de várias normas qualitativas relacionadas com a gestão adequada dos activos subjacentes às obrigações emitidas pela SPE e uma estrutura organizacional adequada em termos de gestão e de pessoal especializado.

De um ponto de vista operacional, o prestador de serviços:

- gere os contratos existentes de acordo com as suas próprias políticas de crédito e de cobrança e com a lei, em concertação com a SPE e com o fiduciário/representante dos detentores de títulos da transacção, com a obrigação de informar também as agências de notação em caso de acontecimentos significativos;
- regista as cobranças e recuperações, transferindo os montantes relevantes. As cobranças efectuadas pelo servicer das várias transacções são transferidas para a SPE de acordo com um calendário pré-estabelecido em cada transacção (normalmente todos os dias) e são mantidas em contas correntes remuneradas até à data de pagamento seguinte. Os fundos são então utilizados para efetuar pagamentos de acordo com a estrutura em cascata ou, alternativamente, no caso de transacções na fase de armazém ou na fase rotativa de ABS, até ao momento em que podem ser utilizados para pagar a compra de créditos adicionais;
- acompanha, informa e verifica a transacção (as funções de agente pagador/agente de cálculo/banco agente são atribuídas a um banco diferente).

O Servicer recebe uma compensação da SPE em condições normais de mercado.

Agências de notação

As operações de titularização foram estruturadas de forma a obter, no caso de colocações públicas, pelo menos a notação AA para os títulos de dívida privilegiada emitidos pela SPE. Para todos os instrumentos de dívida titularizados sénior e mezzanine transaccionados publicamente (excluindo os juniores), foram obtidas notações de pelo menos duas das quatro principais agências de notação elegíveis no Eurosistema (Standard&Poor's, Moody's Investor Service, DBRS e Fitch Ratings). Os instrumentos de dívida titularizados colocados a título privado podem ou não receber uma notação (privada), consoante as necessidades do investidor.

Não é atribuída uma notação aos instrumentos de dívida subordinados.

Desempenho das securitizações

As carteiras de créditos cedidas registaram excelentes desempenhos, tal como indicado nos relatórios elaborados pelo Servicer e nos relatórios elaborados pelo Agente de Cálculo (para benefício dos investidores, no caso dos ABS negociados publicamente).

Este facto é também atestado, em alguns casos, pela melhoria das notações atribuídas pelas agências a certos instrumentos de dívida titularizados.

As carteiras estão bem dentro dos limites e cumprem plenamente as restrições estabelecidas nas diferentes transacções, não tendo ocorrido qualquer evento que tenha tornado a carteira não conforme em termos dos factores de desencadeamento monitorizados.

Os gatilhos relacionados à carteira são monitorados, no que se refere às operações originadas de recebíveis de varejo, a cada data de cessão (não é realizado monitoramento para as operações de amortização, pois suas carteiras são estáticas, ou seja, não estão sujeitas a alterações por conta de cessões rotativas, e recebem rating das agências de classificação de risco apenas no início da operação. Por conseguinte, o acompanhamento do desempenho é apenas para fins informativos).

No que se refere às transacções originadas pelos créditos do financiamento por grosso, os factores de desencadeamento e o desempenho da carteira são monitorizados pelo menos uma vez por mês e os créditos atribuídos apresentam um desempenho regular.

Securitizações sintéticas

No primeiro semestre de 2023, a Empresa realizou três operações de titularização sintética com o objetivo de racionalizar os activos ponderados pelo risco através da emissão, em 6 de abril deth, 2023, de três séries de Credit Linked Notes num montante total de 906,2 milhões de euros.

As três titularizações sintéticas dizem respeito a empréstimos a prestações e locações financeiras a particulares, empréstimos a prestações e locações financeiras a PME e empréstimos a concessionários, originados pelo CA Auto Bank S.p.A. ou pelas suas filiais em diferentes jurisdições europeias (Itália, Alemanha, França e Espanha).

Das três transacções, a relacionada com as contas a receber de concessionários foi sujeita a uma limpeza em outubro de 2023 devido ao desempenho positivo das cobranças.

Em 31 de dezembro dest, o valor nominal das notas era de 538 milhões de euros.

Riscos associados às securitizações

As Empresas do Grupo participam nos programas como originadoras, servicers e investidoras numa ou mais classes de títulos. São responsáveis pela estruturação das securitizações e pela realização dos controlos e monitorização para o bom desempenho das operações, e pelas actividades de servicing, incluindo a produção de relatórios periódicos, conforme contratualmente exigido.

As Sociedades realizam operações de titularização tradicionais que envolvem empréstimos para a compra de veículos automóveis (empréstimos ao consumo, ou também "autoloans") ou valores a receber de contratos de locação financeira.

Para essas securitizações, o Departamento do Tesouro formalizou um procedimento para descrever e reger o processo de gestão e controlo.

O risco decorrente das securitizações é que a substância económica das transacções não se reflecta totalmente na avaliação do risco e nas decisões de gestão.

O Grupo considera que o risco associado às titularizações pode surgir se o Banco calcular os fundos próprios com base nas posições de titularização e não nos activos subjacentes. Só neste caso poderia surgir o risco de o requisito de capital não ser suficientemente representativo do risco efetivo da transacção.

O tratamento contabilístico não é relevante para efeitos de reconhecimento prudencial porque, de acordo com a IFRS 9, os activos titularizados continuam a ser apresentados no balanço com base nas seguintes considerações

- a) os riscos e benefícios relacionados com a carteira transferida não são totalmente transferidos para terceiros;
- b) o cedente continua a exercer o controlo sobre a carteira transferida;
- c) o cedente também exerce actividades de prestação de serviços.

No caso de as operações de titularização serem realizadas sem o desreconhecimento dos créditos, em virtude da tomada firme - pelo CA Auto Bank - da tranche de primeira perda (junior notes), este risco é quantificado na afetação do capital interno ao risco de crédito.

Neste caso, dado o duplo papel do originador dos créditos e do subscritor da tranche subordinada dos títulos, e tendo em conta que (de acordo com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculados como se estes últimos não tivessem sido securitizados) o requisito de capital é calculado sobre os activos subjacentes e, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito. 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito.

Por conseguinte, não existe qualquer incerteza, neste caso, na avaliação da natureza económica das titularizações que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Por outro lado, nos casos em que as operações de titularização são realizadas com o desreconhecimento dos créditos apenas para fins prudenciais, o CA Auto Bank faz uma avaliação específica do risco decorrente das titularizações no que diz respeito à transferência efectiva do risco de crédito subjacente aos activos titularizados.

As Companhias não têm como objetivo fazer uma avaliação quantitativa (capital interno) para este risco, mas sim avaliar as metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar esse risco.

Assim, as securitizações implementadas pelas empresas apresentam, em alternativa, absorções de capital iguais à absorção relacionada com os activos vendidos (em linha com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculado

como se estes últimos não tivessem sido securitizados) ou, no caso em que os créditos são desreconhecidos apenas para fins prudenciais, como no caso da operação A-Best Seventeen S.r.l. ou das operações de titularização sintética implementadas durante 2023, as absorções de capital são iguais às determinadas com base nas posições detidas pelo Banco nessas titularizações.

Quanto ao risco decorrente das securitizações - ou seja, o risco de a substância económica da operação de securitização não estar totalmente refletida na avaliação do risco e nas decisões de gestão, uma vez que a transferência significativa do risco é alcançada em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/2401, através da realização de uma avaliação específica do risco decorrente das securitizações e das metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar o próprio risco - não se considera que exista qualquer risco decorrente das securitizações.

Por conseguinte, não existe qualquer incerteza, neste caso, na avaliação da natureza económica das titularizações que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Estrutura organizacional

A fim de fazer face aos riscos de titularização, o CA Auto Bank tem:

- um modelo organizacional estruturado;
- um processo de identificação, controlo e atenuação dos riscos de titularização formalizado em procedimentos internos adequados.

Cada nova operação de titularização, estruturada pela unidade de Titularização e Transferência de Riscos do departamento de Tesouraria, é validada pelo Diretor Financeiro do Grupo e submetida à aprovação do Comité NPA, presidido pelo Diretor-Geral e pelo Diretor Geral, pelos seus subordinados directos e pelas funções de controlo interno de segundo nível.

As actas de aprovação e os eventuais pareceres emitidos pelas funções de controlo de segundo nível da empresa são transmitidos, juntamente com o conceito do produto, ao Conselho de Administração para aprovação final.

A Securitização e Transferência de Riscos, uma unidade do departamento do Tesouro, é responsável por:

-
- a estruturação de todas as operações do Grupo e a gestão direta (em Itália) e a supervisão (no estrangeiro) das actividades de serviço das operações de titularização realizadas, bem como a gestão das relações com as agências de notação e os investidores;
 - a execução dos controlos de nível 2.1. Os controlos de nível 1, por outro lado, são efectuados diretamente pelos mercados estrangeiros.

O Risk & Permanent Control define e desenvolve as metodologias, políticas e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e mitigação dos riscos de securitização de segundo nível; também expressa a sua opinião no âmbito do Comité NPA.

A Auditoria Interna efectua, pelo menos uma vez de três em três anos, uma análise do grau de adequação do sistema de controlo interno e a verificação da conformidade com os regulamentos no que se refere à gestão das operações de titularização e das actividades de gestão realizadas pelo CA Auto Bank S.p.A.

As ferramentas de controlo disponibilizadas pela Empresa incluem os seguintes processos:

- análise do quadro documental e contratual global da transação pela unidade Tesouraria - Titularização e Transferência de Riscos, em cooperação com os advogados internos e os escritórios de advogados externos;
- verificação da equidade e da adequação económica da operação no seu conjunto pela unidade Tesouro - Titularização e Transferência de Riscos;
- O Risco e Controlo Permanente é também diretamente responsável pelos controlos permanentes de segundo nível das operações de titularização.

De referir ainda que todas as operações realizadas até à data têm tido um desempenho em linha com as expectativas, quer em termos de adequação dos fluxos de caixa - face às previsões efectuadas no início da titularização - quer em termos de cumprimento dos principais indicadores (triggers) relacionados com a carteira.

Confirma-se que não são aplicadas técnicas de apoio implícito às transacções, que não existem cláusulas de "clean-up call" para valores superiores a 10% da emissão inicial, nem dispositivos de resgate antecipado automático associados a níveis de "excesso de spread", em conformidade com os procedimentos da empresa.

Divulgações quantitativas

Os quadros em anexo resumem a informação relativa às principais operações de titularização existentes em 31 de dezembro dest, 2022.

É de salientar que estas transações, que tiveram como originador empresas do Grupo, foram concluídas no exercício findo ou em exercícios anteriores. Em todos os casos, no final do período de amortização, o originador exerceu a opção de "clean-up", prevista nos respectivos contratos, pela qual o originador se reserva o direito de, atingido um montante mínimo de carteira previsto contratualmente, recomprar a carteira remanescente para completar a transação:

SPV	Data da limpeza
A-BEST SIXTEEN S.r.l.	21 de fevereiro st , 2023
A-BEST FOURTEEN S.r.l.	27 de maio th , 2023
ERASMUS FINANCE DAC	29 de junho th , 2023

Características das operações de titularização

€/000	A-BEST SEVENTEEN S r.l.			A-BEST NINETEEN UG		
Start date	November-19			November-20		
Transaction type	Public			Public		
Originator	CA Auto Bank SpA.			CA Auto Bank SpA. (German Branch)		
Servicer	CA Auto Bank SpA.			CA Auto Bank SpA. (German Branch)		
Arranger	Banca MI/Unicredit/Credit Agricole - CIB			Banca MI/Unicredit/Credit Agricole - CIB		
Joint Lead Manager	Banca MI/Unicredit/Credit Agricole - CIB / Santander			Banca MI/Unicredit/Credit Agricole - CIB		
Underlying assets	Italian AutoLoans			Italian AutoLoans		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000				NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	116 217	80,00%	M E+70	230 998	74,70%	M E+70
Class B (Mezzanine)	4 917	3,40%	M E+125	19 500	6,30%	65
Class C (Mezzanine)	3 277	2,30%	M E+180	18 200	5,90%	125
Class D (Mezzanine)	4 261	2,90%	M E+285	10 300	3,30%	198
Class E (Mezzanine)	1802	1,20%	M E+385	10 700	3,50%	350
Class M/M1/Junior (Subordinated)	14 730	10,20%	687,5	19 600	6,30%	650
Class M2 (Subordinated)		0,00%	-		0,00%	-
ABS Tranches at issue	Amount	%	Tranche	Amount	%	Tranche
Class A (Senior)	810 000	88,80%	5% RETAINED	483 500	86,10%	100% RETAINED
Class B (Mezzanine)	27 000	3,00%	5% RETAINED	19 500	3,50%	100% RETAINED
Class C (Mezzanine)	18 000	2,00%	5% RETAINED	18 200	3,20%	100% RETAINED
Class D (Mezzanine)	23 400	2,50%	5% RETAINED	10 300	1,80%	100% RETAINED
Class E (Mezzanine)	9 900	1,10%	5% RETAINED	10 700	1,90%	100% RETAINED
Class M/M1/Junior (Subordinated)	24 300	2,60%	5% RETAINED	19 600	3,50%	100% RETAINED
Class M2 (Subordinated)	-	0,00%		-	0,00%	
Current rating	Fitch	DBRS		Fitch	Moody's	
Class A (Senior)	AA	AAA		AAA	Aaa	
Class B (Mezzanine)	AA	AAA		AAA	Aaa	
Class C (Mezzanine)	AA-	AAA		AA	Aa1	
Class D (Mezzanine)	A-	AAH		A+	Aa2	
Class E (Mezzanine)	A-	AA		BBB+	A1	
M/M1/Junior/M2 (Subordinated)		Unrated			Unrated	

N.B.

(1) Limite do programa financiado por terceiros.

NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada (anos)

VR = Rendimento variável

1M E = Euribor 1 mês

1M L = Libor 1 mês

Cupão (bps) = taxa de base + spread

€/000	A -BEST TW ENTY FT			A -BEST TW ENTY ONE UG		
Start date	September-21			August-21		
Transaction type	Public			Public		
Originator	CA Auto Bank Sp A. (Spanish Branch)			CA Auto Bank Sp A. (German Branch)		
Servicer	CA Auto Bank Sp A. (Spanish Branch)			CA Auto Bank Sp A. (German Branch)		
Arranger	Unicredit / Crédito Agrícola - CIB / Santander			Unicredit / Crédito Agrícola - CIB		
Joint Lead Manager	Unicredit / Crédito Agrícola - CIB / Santander			Unicredit / Crédito Agrícola - CIB		
Underlying assets	Espana Auto Loans			German Auto Loans and Leasing		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000	NA			NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	73.700	64,20%	0	313.800	78,40%	ME+70
Class B (Mezzanine)	16.900	14,70%	62,5	20.700	5,10%	65
Class C (Mezzanine)	-	0,00%	-	20.200	5,00%	125
Class D (Mezzanine)	-	0,00%	-	15.500	3,90%	198
Class E (Mezzanine)	-	0,00%	-	12.700	3,20%	350
Class M / M1 / Junbr (Subordinated)	24.200	21,10%	230	17.500	4,40%	650
Class M 2 (Subordinated)	-	0,00%	-	-	0,00%	-
ABS Tranches at issue	Amount	%	Tranche	Amount	%	Tranche
Class A (Senior)	431.300	91,30%	100% RETAINED	400.000	82,20%	100% RETAINED
Class B (Mezzanine)	16.900	3,60%	100% RETAINED	20.700	4,30%	100% RETAINED
Class C (Mezzanine)	-	0,00%	-	20.200	4,20%	100% RETAINED
Class D (Mezzanine)	-	0,00%	-	15.500	3,20%	100% RETAINED
Class E (Mezzanine)	-	0,00%	-	12.700	2,60%	100% RETAINED
Class M / M1 / Junbr (Subordinated)	24.200	5,10%	100% RETAINED	17.500	3,60%	100% RETAINED
Class M 2 (Subordinated)	-	0,00%	-	-	0,00%	-
Current rating	Fitch	DBRS		Fitch	Moody's	
Class A (Senior)	AA+	AAA		AAA	Aaa	
Class B (Mezzanine)	AA+	AAA		AA	Aaa	
Class C (Mezzanine)	NA	NA		A	Aaa	
Class D (Mezzanine)	NA	NA		BBB	Aa1	
Class E (Mezzanine)	NA	NA		BB	Aa3	
M / M 1 / Junbr / M 2 (Subordinated)	Unrated			Unrated		

N.B.

(1) Limite do programa financiado por terceiros.

NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada (anos)

VR = Rendimento variável

1ME = Euribor 1 mês

1ML = Libor 1 mês

Cupão (bps) = taxa de base + spread

€/000	NKES SX Plc			RAST S À R L		
Start date	December-13			December-23		
Transaction type	Private			Private		
Originator	CA Auto Finance UK Ltd			FERRARIFINANCIAL SERVICES GMBH		
Servicer	CA Auto Finance UK Ltd			FERRARIFINANCIAL SERVICES GMBH		
Manager	Crédit Agricole-CE			BAML		
Underlying assets	UK AutoLoans			UK AutoLoans		
Currency (CCY)	GBP			GBP		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount (CCY/000)	1050,000,000 (1)			500,000,000		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	1050,000	65,50%	NA	484,831	87,60%	NA
Class B (Mezzanine)	NA	0,00%	NA	0	0,00%	NA
Class C (Mezzanine)	NA	0,00%	NA	0	0,00%	NA
Class D (Mezzanine)	NA	0,00%	NA	0	0,00%	NA
Junior Tranche (Subordinated)	553,978	34,50%	VR	68,479	12,40%	VR
Current rating (private)						
Class A (Senior)	Unrated			Unrated		
Class B (Mezzanine)	NA			NA		
Class C (Mezzanine)	NA			NA		
Class D (Mezzanine)	NA			NA		
Class E (Mezzanine)						
Junior Tranche (Subordinated)	Unrated			Unrated		

N.B.

(1) Limite do programa financiado por terceiros.

NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada (anos)

VR = Rendimento variável

1ME = Euribor 1 mês

1ML = Libor 1 mês

Cupão (bps) = taxa de base + spread

€/000	A -BEST TW ENTYTWO S r.l.		
Start date	October-23		
Transaction type	Public		
Originator	CA Auto Bank SpA.		
Servicer	CA Auto Bank SpA.		
Manager	Credito Agricolo-CE / Uniredit		
JointLead Manager	NA		
Underlying assets	Italian AutoLoans		
Currency (CCY)	EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily		
Program me AmountCCY/000	NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	1191.767	83,80%	M E+100
Class B (Mezzanine)	79.300	5,60%	475
Class C (Mezzanine)	64.900	4,60%	490
Class D (Mezzanine)	28.900	2,00%	500
Class E (Mezzanine)	14.400	1,00%	525
Class M /M 1/Junior (Subordinated)	43.000	3,00%	600
Class M2 (Subordinated)			
ABS Tranches at issue	Amount	%	Tranche
Class A (Senior)	1233.100	84,30%	49,96% RETAINED
Class B (Mezzanine)	79.300	5,40%	100% RETAINED
Class C (Mezzanine)	64.900	4,40%	100% RETAINED
Class D (Mezzanine)	28.900	2,00%	100% RETAINED
Class E (Mezzanine)	14.400	1,00%	100% RETAINED
Class M /M 1/Junior (Subordinated)	43.000	2,90%	100% RETAINED
Class M2 (Subordinated)			
Current rating	S & P	Fitch	
Class A (Senior)	AA	AA	
Class B (Mezzanine)	A	AA	
Class C (Mezzanine)	BBB	A+	
Class D (Mezzanine)	BBB-	A-	
Class E (Mezzanine)	BB+	BBB+	
M /M 1/Junior/M2 (Subordinated)		Unrated	

NOTA

N.B.

(1) Limite do programa financiado por terceiros.

NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada (anos)

VR = Rendimento variável

1M E = Euribor 1 mês

1M L = Libor 1 mês

Cupão (bps) = taxa de base + spread

C.1 Consolidação prudencial - Posições em risco das principais operações de titularização próprias, repartidas por tipo de activos titularizados e por tipo de posição em risco

p.1

Tipos de activos/exposições titularizados	Posições em risco no balanço					
	Sénior		Mezzanine		Júnior	
	Valor contabilístico	Amortizações/ Write-backs	Valor contabilístico	Amortizações/ Write-backs	Valor contabilístico	Amortizações/ Write-backs
A. Totalmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
B. Parcialmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
C. Não desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	612,725	-	316,013	-	797,086	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-

C.1 Consolidação prudencial - Posições em risco das principais operações de titularização próprias, repartidas por tipo de activos titularizados e por tipo de posição em risco

p.2

Tipos de activos/exposições titularizados	Garantias prestadas					
	Sénior		Mezzanine		Júnior	
	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs
A. Totalmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
B. Parcialmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
C. Não desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-

C.1 Consolidação prudencial - Posições em risco das principais operações de titularização próprias, repartidas por tipo de activos titularizados e por tipo de posição em risco

p.3

Tipos de activos/exposições titularizados	Facilidades de crédito					
	Sénior		Mezzanine		Júnior	
	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs	Exposição líquida	Amortizações/ Write-backs
A. Totalmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
B. Parcialmente desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
C. Não desconhecido do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais não produtivos	-	-	-	-	-	-

C.3 Consolidação prudencial - Participações em SPVs de securitização

Nome da titularização/ Nome do veículo	País de constituição da sociedade	Consolidação	Activos			Passivo		
			Créditos	Dívidas mobiliárias	Outros	Sénior	Mezzanine	Júnior
A-MELHOR DEZANOVE UG	Frankfurt am Main - Alemanha	Linha por linha	290,389	-	26,050	230,998	58,700	19,600
A-BEST VINTE E UM UG	Frankfurt am Main - Alemanha	Linha por linha	383,186	-	27,782	313,800	69,100	17,500
A-MELHOR DEZASSETTE UG	Conegliano (TV) - Itália	Linha por linha	118,193	-	34,064	116,217	14,258	21,771
A-BEST TWENTYTWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália	Linha por linha	1,375,232	-	61,226	1,191,767	187,500	14,731
Nixes Seis PLc	Londres - Reino Unido	Linha por linha	1,780,731	-	74,648	1,208,216	-	637,453
RAST SRL	Frankfurt am Main - Alemanha	Linha por linha	617,779	-	640,934	557,886	-	78,797

C.4 Consolidação Prudencial - Veículos de Propósito Especial para securitização não incluídos na consolidação

Não aplicável ao Grupo.

C.5 Consolidação Prudencial - Actividades do prestador de serviços - titularizações próprias: cobranças de créditos titularizados e serviço de títulos emitidos pelo veículo de titularização

Servidor	Entidade do veículo	Activos securitizados (valor de fim de período)		Cobrança de créditos durante o ano		Percentagem de títulos reembolsados (valor de fim de período)					
		Não produtivos	Atuação	Não produtivos	Atuação	Sénior		Mezzanine		Júnior	
						Não produtivos	Atuação	Não produtivos	Atuação	Não produtivos	Atuação
CA AUTO BANK (sucursal alemã)	A-MELHOR DEZANOVE UG	4,999	285,390	4,604	296,853	-	-	-	-	-	-
CA AUTO BANK (sucursal alemã)	A-BEST VINTE E UM UG	3,872	379,314	3,477	390,777	-	-	-	-	-	-
CA AUTO BANK S.p.A.	A-BEST SEVENTEEN S.r.l.	5,272	112,921	1,694	153,576	-	-	-	-	-	-
CA AUTO BANK S.p.A.	A-BEST TWENTYTWO S.r.l.	879	1,374,353	-	91,634	-	-	-	-	-	-
CA AUTO FINANCE UK Ltd	Nixes Seis Plc	1,996	1,778,735	-	571,812	-	-	-	-	-	-
FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH	RAST SRL	-	617,779	-	16,637	-	-	-	-	-	-

C.6 Consolidação prudencial - Veículos de securitização consolidados

Nome	País
Nixes Seis Plc	Londres - Reino Unido
A-BEST SEVENTEEN S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-MELHOR DEZANOVE UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY	Madrid - Espanha
A-BEST VINTE E UM UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY-TWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	Luxemburgo - Luxemburgo

D. Operações de alienação

A. Activos financeiros vendidos e não totalmente desreconhecidos

Divulgações qualitativas

Para além do que já foi descrito no ponto "C. Operações de titularização", para o qual se remete, o CA Auto Bank realiza, de forma limitada, vendas nos termos da Lei n.º 52/1991, (Factoring) que são efectuadas para atingir dois resultados:

- melhoria da situação de liquidez;
- desconsolidação de certos activos, no caso de a venda ser feita "sem recurso".

Tipos de transacções

As transacções são principalmente de dois tipos:

- operações de factoring renováveis;
- operações de factoring não renováveis.

Operações de factoring renováveis

Nestas transacções, o comprador (Fator) adquire as contas a receber com uma frequência especificada, durante um período de tempo pré-definido. O Originador pode vender, periodicamente, novos créditos de acordo com os termos e condições do contrato de venda. A compra dessas carteiras de créditos é financiada pelo Fator. No final do período de venda, a carteira começa a ser amortizada e os fundos emprestados são reembolsados.

Operações de factoring não renováveis

Nestas transacções, o Fator compra os valores a receber oferecidos pelo vendedor. A compra destes créditos é financiada pelo Fator, com base nos empréstimos concedidos aos mutuários individuais vendidos.

Divulgações quantitativas

D.1 Consolidação prudencial - Activos financeiros vendidos reconhecidos na íntegra e passivos financeiros associados: quantias escrituradas

	Activos financeiros vendidos totalmente reconhecidos				Passivos financeiros associados		
	Quantia escriturada	Dos quais: securitizados	Dos quais: incluídos em acordos de venda h obrigação de recompra	Dos quais: não produtivos	Quantia escriturada	Dos quais: securitizados	Dos quais: incluídos em acordos de venda h obrigação de recompra
A. Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	X	-	-	-
1. Títulos de dívida	-	-	-	X	-	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	X	-	-	-
3. Empréstimos	-	-	-	X	-	-	-
4. Derivados	-	-	-	X	-	-	-
B. Outros activos financeiros obrigatoriamente mensurados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	X	-	-	-
3. Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
C. Activos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-
2. Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
D. Activos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	X	-	-	-
3. Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
E. Activos financeiros mensurados ao custo amortizado	4,984,185	4,984,185	-	17,018	3,571,995	3,571,995	-
1. Títulos de dívida	4,984,185	4,984,185	-	17,018	3,571,995	3,571,995	-
2. Empréstimos	4,984,185	4,984,185	-	17,018	3,571,995	3,571,995	-
Total 12/31/2023	4,984,185	4,984,185	-	17,018	3,571,995	3,571,995	-
Total 12/31/2022	3,920,778	3,920,778	-	10,002	1,962,111	1,962,111	-

B. Activos financeiros vendidos e desreconhecidos na totalidade com reconhecimento de envolvimento continuado

Divulgações qualitativas

Em dezembro de 2023, foi finalizada a operação de factoring sem recurso com reconhecimento de envolvimento contínuo. O valor nominal das contas a receber cedidas era de aproximadamente 82 milhões de euros.

Conforme exigido pela IFRS 7, é especificado que as rubricas "Activos financeiros mensurados ao custo amortizado" e "Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado" da Demonstração da posição financeira nestas demonstrações financeiras incluem o montante máximo de juros a pagar ao cessionário como garantia até 90 dias para além da data de vencimento dos créditos cedidos.

Divulgações quantitativas

O que se segue é a divulgação exigida pela IFRS 7:

- o montante maciço de juros a reconhecer ao cessionário como garantia até 90 dias após a data de vencimento do crédito cedido é igual a 2,8 milhões de euros;
- A rubrica "Juros e encargos similares" da demonstração de resultados reflecte os juros vencidos em 31 de dezembro dest, 2023 e relacionados com a conta a receber cedida no montante de 99 milhares de euros. Estes juros foram calculados sobre o montante da exposição adiantada ao cessionário.

E.4 Transação de obrigações cobertas

No final do exercício, não existiam quaisquer transacções de "obrigações cobertas" em curso.

1.2 Riscos de mercado

A. Aspectos gerais

O risco de mercado é o risco de perda decorrente da negociação de instrumentos financeiros (carteira detida para negociação), divisas e mercadorias devido à evolução do mercado e à situação do emitente. O tipo de risco de mercado a que o Grupo CA Auto Bank está exposto é o risco de taxa de câmbio.

O risco cambial surge como consequência da atividade em moeda local desenvolvida pelas filiais do CA Auto Bank S.p.A. que operam em países com moeda diferente do euro. A 31 de dezembro dest, 2023, a soma da posição cambial líquida total representa mais de 2% dos Fundos Próprios Totais, pelo que o Grupo calcula um requisito de fundos próprios para este risco.

O Grupo não exerce actividades comerciais e, por conseguinte, não está exposto ao risco de mercado per se.

De acordo com a definição de "Carteira de Negociação" do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), os instrumentos derivados detidos pelo Grupo não devem ser classificados como "detidos para negociação", uma vez que não existe qualquer intenção de negociação associada aos mesmos. De facto, estes contratos são celebrados apenas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro, no âmbito de operações de titularização, de acordo com os critérios aplicados pelas agências de rating, que exigem a celebração destes contratos derivados para atribuir uma notação de rating aos títulos emitidos.

Esta é a razão pela qual os derivados não estão sujeitos a requisitos de fundos próprios para o risco de mercado (Pilar I), de acordo com as regras de retorno de supervisão, e são, em vez disso, inscritos na carteira bancária, a carteira que contém os instrumentos financeiros sujeitos a requisitos de fundos próprios para os riscos de crédito e de contraparte, tal como definido pelas regras de supervisão citadas.

1.2.1 Risco de taxa de juro e risco de preço - Carteira de negociação regulamentar

Divulgações quantitativas

A. Aspectos gerais

O principal processo de gestão do risco de posição consiste em manter a exposição a cada contraparte abaixo do limiar em coerência com uma notação de crédito mínima - definida na "Política de activos e passivos" e medida pela notação atribuída pelas principais agências de rating - considerada aceitável pela Empresa para as contrapartes em transacções de curto, médio e longo prazo.

Conforme referido na Secção "A. Aspectos Gerais", o Grupo não detém, no encerramento do exercício, quaisquer instrumentos financeiros classificados na Carteira Regulamentar de Negociação.

1.2.2 Risco de taxa de juro e risco de preço - carteira bancária

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco de taxa de juro e do risco de preço

O Grupo CA Auto Bank está exposto ao risco de taxa de juro, na medida em que as variações das taxas de juro afectam os seus spreads de juros. Mais concretamente, o risco reside no desfasamento ou no desfaseamento entre as datas de reposição (data em que a taxa de juro é fixada: para os instrumentos de taxa fixa, trata-se da data de vencimento, enquanto que para os instrumentos de taxa variável, trata-se do fim do período de juros) dos activos e dos passivos.

Relativamente à gestão do risco de taxa de juro, a Tesouraria do CA Auto Bank, que não actua como profit center, executa exclusivamente actividades de cobertura de risco, minimizando assim o impacto decorrente da volatilidade das taxas de juro.

Esta atividade é igualmente exercida para as filiais do Grupo. A atenuação dos riscos é feita através de transacções de derivados efectuadas com base em contratos-tipo (ISDA, International Swaps and Derivatives Association).

Para calcular a exposição ao risco de taxa de juro, foram utilizadas as seguintes metodologias:

- Metodologia de correspondência do Grupo Credit Agricole SA: esta metodologia destina-se a identificar a exposição líquida média entre activos e passivos (incluindo o capital próprio) de acordo com a data de reinicialização da taxa, devidamente agregada em escalões mensais. O método exige que a exposição líquida média anual cumpra limites pré-determinados destinados a garantir que um potencial choque de taxas +/- 200 pontos de base não comprometa a Demonstração de Resultados e os Capitais Próprios para além de determinados limites.

- Análise da duração: esta metodologia destina-se a determinar a diferença entre a duração dos activos e a dos passivos analisados por data de vencimento. Em particular, os activos que se vencem/reiniciam num determinado mês são totalizados e descontados a valor actual à taxa adequada, calculada com base nas taxas de juro prevalecentes no mercado no final do mês em análise. A soma de todos os activos assim descontados, ponderada pelo respetivo prazo de vencimento efetivo em meses, dividida pelo total de todos os activos descontados, é designada por duração do ativo. Os passivos que se vencem/anulam num determinado mês são totalizados e actualizados à taxa adequada, calculada com base nas taxas de juro prevalecentes no mercado. A soma de todos os passivos assim descontados, ponderada pelo seu prazo de vencimento efetivo em meses, dividida pelo total de todos os activos descontados, é designada por duração dos passivos. A diferença entre a duração do ativo e a duração do passivo, em percentagem da duração do ativo, é designada por índice de diferencial de duração.

Para garantir o cumprimento dos limites fixados a nível consolidado pela política de activos e passivos, a Tesouraria utiliza instrumentos derivados, tais como swaps de taxas de juro, para corrigir eventuais desfasamentos, alinhando os perfis de data de reposição de activos e passivos.

Estrutura organizacional

O modelo de governação definido pelo Banco para o Grupo inclui processos específicos de gestão e controlo do risco de mercado que se desenvolvem a diferentes níveis da estrutura organizacional:

- **O Conselho de Administração** é responsável pela gestão, definição de políticas e revisão da conformidade e adequação da estrutura de gestão de riscos;
- **O Comité de Finanças e Controlo** é responsável pelo acompanhamento da posição da Empresa e do Grupo em termos de risco de mercado e pela definição de estratégias de cobertura dos riscos significativos;
- **O Comité de Risco Interno do Grupo** é responsável pela definição de políticas e pelo acompanhamento do bom funcionamento do sistema de controlo interno do Grupo e é convocado sempre que existe uma situação de crise;
- **O Comité Interno (C.I.) da ALM** é responsável por:

-
- acompanhar e controlar os riscos financeiros, nomeadamente assegurando a coerência entre as operações de cobertura de risco de taxa de juro e de câmbio aprovadas e as realizadas mensalmente;
 - apoiar o diretor financeiro na aprovação das operações de cobertura dos riscos de mercado a executar;
 - avaliar as acções das empresas e o desempenho dos passivos, bem como os custos dos empréstimos;
 - avaliar e controlar o nível de capitalização.
- **O Tesouro** é responsável por:
 - executar as operações de cobertura aprovadas pelo CFO;
 - acompanhamento do processo de negociação;
 - definir a estratégia de cobertura dentro dos limites fixados pelo Comité Interno ALM;
 - realizar, de forma contínua, controlos de primeiro nível sobre as actividades de acompanhamento e cobertura dos riscos de taxa de juro, cambial e de posição.
- **A ALM** é responsável por:
 - monitorizar o risco de taxa de juro e de taxa de câmbio associado às divisas com que a Sociedade e o Grupo operam;
 - acompanhamento do risco de posição e do risco de liquidez, nomeadamente dos rácios regulamentares LCR e NSFR, tanto a nível efetivo como previsional;
 - realizar, de forma contínua, controlos de primeiro nível sobre as actividades de acompanhamento e cobertura dos riscos de taxa de juro, cambial e de posição;
 - realizar os testes de resistência necessários;
 - realizar actividades intermédias em transacções executadas pelo Tesouro;
 - preparar relatórios para o Comité Interno GPA;
- **O Risco e Controlo Permanente** é responsável pela realização de controlos sistemáticos sobre a aplicação adequada dos procedimentos de Tesouraria/ALM e de Relatórios Financeiros.

O risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou futuro para o capital e os resultados do Banco, decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro da carteira bancária. Com efeito, as flutuações das taxas de juro, ao provocarem uma alteração do valor atual e do calendário dos fluxos de caixa futuros, alteram conseqüentemente o valor subjacente dos activos, dos passivos e dos instrumentos extrapatrimoniais, e portanto, o seu valor económico. Além disso, as variações nas taxas de juro afectam também todas as componentes da demonstração de resultados com elas relacionadas.

Em conformidade com a Diretiva 2013/36/UE, com a Circular 285/2013 do Banco de Itália (Título III, Capítulo I, Anexo C) e com as Orientações da EBA, o Grupo CA Auto Bank mede a exposição ao risco de taxa de juro através da utilização das seguintes abordagens:

- IRRBB Economic Value of Equity (EVE) - metodologia simplificada (impacto do IRRBB no EVE - Anexo C do Circ.285/2013);

- Metodologia simplificada da margem financeira do IRRBB (impacto do IRRBB na margem financeira - Anexo C -bis da Circular 285/2013).

No âmbito do ICAAP e para efeitos de cálculo e afetação dos fundos próprios do Pilar 2 para cobrir o IRRBB, o Grupo CA Auto Bank adopta o resultado mais conservador dos resultados das duas abordagens acima referidas.

A fim de determinar se o indicador de risco, calculado como o rácio da soma das exposições líquidas ponderadas positivas ao nível 1 e aos fundos próprios, se situa dentro dos limiares de atenção relevantes, iguais a 20% (em conformidade com os requisitos da Circular 285/2013 do Banco de Itália), são tomadas as seguintes medidas:

- Os activos e passivos da carteira são classificados em 19 intervalos de tempo, tendo em conta a sua composição. Especificamente, os activos e passivos de taxa fixa são classificados de acordo com a sua vida residual, enquanto os activos e passivos de taxa variável são reintegrados nos diferentes intervalos de tempo com base na data de refixação da taxa;
- cada intervalo de tempo inclui as posições do ativo compensadas com as posições do passivo, obtendo-se assim a posição líquida;
- a posição líquida em cada banda é multiplicada pelos factores de ponderação, obtidos como o produto de uma variação hipotética das taxas e uma aproximação da duração modificada em relação às bandas individuais. Para calcular estes factores, o Grupo aplica os pressupostos definidos no "Anexo C - Risco de taxa de juro sobre a carteira bancária" da Circular 285/2013 do Banco de Itália;

-
- as exposições ponderadas dos diferentes intervalos são adicionadas; a exposição líquida ponderada assim obtida aproxima-se da variação do valor atual dos elementos denominados numa determinada moeda, na eventualidade de um choque de taxas. As posições em risco relativas a cada uma das "moedas relevantes" (EUR e GBP) e o agregado das "moedas não relevantes" são adicionados. Obtém-se assim um valor que representa a alteração do valor económico do negócio, dado o cenário de taxa de juro assumido.

Os testes de esforço para avaliar o risco de taxa de juro são efectuados numa base trimestral.

1. Carteira bancária: distribuição por prazo de vencimento residual (por data de reavaliação) dos activos e passivos financeiros

Tipo/ vencimento residual	A pedido	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 ano a 5 anos	5 anos a 10 anos	Mais de 10 anos	Maturidade não especificada
1. Activos líquidos	1,785,133	2,903,045	2,025,027	2,952,260	11,098,107	3,107,572	58,023	2,200,222
1.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- com opção de resgate antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Empréstimos a bancos	1,585,283	47,638	12	25	17,668	6,178	-	-
1.3 Empréstimos a clientes	199,850	2,855,408	2,025,015	2,952,236	11,080,439	3,101,394	58,023	2,200,222
- descobertos	93,976	23,074	22,942	44,848	196,942	60,605	-	-
- outros empréstimos	105,874	2,832,334	2,002,073	2,907,388	10,883,497	3,040,789	58,023	2,200,222
- com opção de reembolso antecipado	83,675	3,006	636	-	-	-	-	-
- outros	22,199	2,829,328	2,001,437	2,907,388	10,883,497	3,040,789	58,023	2,200,222
2. Passivos líquidos	409,425	15,130,758	1,368,162	3,177,731	2,748,251	1,065,623	1,138	-
2.1 Dívidas a clientes	193,424	399,016	95,679	896,871	757,081	64,216	1,138	-
- depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-
- outras contas a pagar	193,424	399,016	95,679	896,871	757,081	64,216	1,138	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	193,424	399,016	95,679	896,871	757,081	64,216	1,138	-
2.2 Dívidas a bancos	213,801	10,142,796	316,674	1,019,991	124,938	-	-	-
- depósitos	27,228	-	-	-	-	-	-	-
- outras contas a pagar	186,573	10,142,796	316,674	1,019,991	124,938	-	-	-
2.3 Títulos de dívida	2,200	4,588,946	955,808	1,260,869	1,866,232	1,001,408	-	-
- com opção de resgate antecipado	-	-	849,755	851,266	1,726,151	450,136	-	-
- outros	2,200	4,588,946	106,053	409,604	140,081	551,271	-	-
2.4 Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
- com opção de resgate antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Derivados financeiros	-	9,248,058	314,624	(525,992)	(10,003,400)	966,710	-	-
3.1 Com segurança subjacente	-	4,408	(483)	(1,242)	(2,683)	-	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	-	4,408	(483)	(1,242)	(2,683)	-	-	-
+ Posições longas	-	2,011,188	51,298	56,292	106,632	-	-	-
+ Posições curtas	-	2,006,780	51,781	57,534	109,315	-	-	-
3.2 Sem segurança subjacente	-	9,243,650	315,107	(524,750)	(10,000,716)	966,710	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	-	9,243,650	315,107	(524,750)	(10,000,716)	966,710	-	-
+ Posições longas	-	12,787,412	1,146,630	1,227,633	2,445,045	1,796,663	-	-
+ Posições curtas	-	3,543,762	831,523	1,752,382	12,445,761	829,953	-	-
4. Outras operações extrapatrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2.3 Risco cambial

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco cambial

Em termos de risco cambial, o Grupo CA Auto Bank não detém posições cambiais para além dos limites pré-definidos anualmente pelo Conselho de Administração. Assim, os créditos financeiros em divisas diferentes do euro são financiados na divisa correspondente, ou, em certos casos, também através da contração de empréstimos em divisas diferentes das das carteiras financiadas, mas em todos os casos através da utilização de instrumentos derivados (Swaps Cambiais) de acordo com a norma ISDA.

O risco cambial a 31 de dezembro dest, 2023 diz respeito às actividades em moeda local realizadas pelas filiais do CA Auto Bank S.p.A. que operam em países com moedas diferentes do euro. A soma da posição cambial líquida total representa mais de 2% dos Fundos Próprios Totais, pelo que o Grupo calcula um requisito de fundos próprios para este risco.

1.3 Instrumentos derivados e políticas de cobertura

1.3.1 Negociação de derivados

Tal como referido na secção "A. Aspectos Gerais", o Grupo não desenvolve actividades de trading, pelo que não está exposto a riscos de mercado per se, mas os derivados financeiros classificados no balanço como instrumentos financeiros de negociação referem-se a contratos celebrados com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro, no âmbito de operações de titularização, de acordo com os critérios aplicados pelas agências de rating, que exigem a celebração de tais contratos derivados para atribuírem uma notação de rating aos títulos emitidos.

A. Derivados financeiros

A.1 Derivados financeiros de negociação: valores nominais no final do período

Activos subjacentes/tipos de derivados	Total 31/12/2023				Total 31/12/2022			
	Venda livre			Mercados organizados	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	4,894,117	-	-	-	1,870,472	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swaps	-	-	4,894,117	-	-	-	1,870,472	-
c) A prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital e índices de acções	-	-	-	-	-	-	-	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Swaps	-	-	-	-	-	-	-	-
c) A prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Moedas e ouro	-	-	-	-	-	-	-	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swaps	-	-	-	-	-	-	-	-
c) A prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Produtos de base	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	4,894,117	-	-	-	1,870,472	-

A.2 Derivados financeiros de negociação: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produto

Tipos de derivados	Total 31/12/2023				Total 31/12/2022			
	Venda livre			Mercados organizados	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Justo valor positivo	9,187							
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	
b) Swap de taxa de juro	-	-	9,187	-	-	-	-	
c) Swap cambial cruzado	-	-	-	-	-	-	-	
d) Swap de acções	-	-	-	-	-	-	-	
e) Avançar	-	-	-	-	-	-	-	
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	
2. Justo valor negativo	10,925			868				
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	
b) Swap de taxa de juro	-	-	10,925	-	-	868	-	
c) Swap cambial cruzado	-	-	-	-	-	-	-	
d) Swap de acções	-	-	-	-	-	-	-	
e) Avançar	-	-	-	-	-	-	-	
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	

A.3 Derivados financeiros de negociação do mercado de balcão - valores nominais, justos valores brutos positivos e negativos por contraparte

Activos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes
Contratos não cobertos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	X	4,850,321	43,796	-
- justo valor positivo	X	8,144	1,043	-
- justo valor negativo	X	10,892	33	-
2) Títulos de capital e índices de acções				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
3) Moedas e ouro				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
4) Produtos de base				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
5) Outros				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
Contratos cobertos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
2) Títulos de capital e índices de acções				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
3) Moedas e ouro				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
4) Produtos de base				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
5) Outros				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-

A.4 Duração restante dos derivados financeiros do mercado de balcão: valores nominais

Subjacentes/Restauração da vida	Até 1 ano	1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	47,301	40,291	4,806,525	4,894,117
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital e índices de acções	-	-	-	-
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	-	-	-	-
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias	-	-	-	-
A.5 Outros derivados financeiros	-	-	-	-
Total dezembro 31/12/2023	47,301	40,291	4,806,525	4,894,117
Total dezembro 31/12/2022	1,809,581	-	60,891	1,870,472

1.3.2 Políticas contabilísticas de cobertura

Divulgações qualitativas

Actividades de cobertura de justo valor

As políticas de gestão do risco do Grupo não permitem a utilização de outros instrumentos para além dos instrumentos simples.

Dada a sua exposição ao risco de taxa de juro dos empréstimos concedidos e das obrigações emitidas, o Grupo CA Auto Bank utiliza instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro designados como Cobertura de Justo Valor.

Especificamente, a cobertura do risco de taxa de juro da carteira de empréstimos é efectuada utilizando o método de cobertura macroeconómica do justo valor.

Sempre que necessário, o risco de taxa de juro relacionado com os empréstimos contraídos pela T-LTRO e as obrigações emitidas é coberto através de swaps de taxa de juro com a abordagem de micro cobertura de justo valor.

Eficácia das coberturas

O grupo CA Auto Bank testa a eficácia da macro-cobertura de justo valor no final de cada período de referência, anual ou intercalar, utilizando:

- testes prospectivos, o que justifica a contabilidade de cobertura, na medida em que demonstrem eficácia de cobertura;

O teste prospetivo compara:

- o run-off da carteira de retalho de taxa fixa em circulação à data de observação (instrumento coberto);
- a liquidação de swaps por liquidar à data de observação (valor notional).

Ambas as run-offs são comparadas por intervalo de maturidade. O teste de eficácia é cumprido se, para cada intervalo de maturidade, o valor médio da carteira for superior ao valor médio dos instrumentos derivados.

O teste retrospectivo compara:

- o valor nominal da carteira e o valor nominal dos derivados em circulação, cuja data de início precede a data do último período de observação (30 de setembro deth, 2023);
- o valor nominal futuro da carteira e dos derivados projectados a partir da última data de observação (30 de setembro deth, 2023) até à data de relato (31 de dezembro dest, 2023).

O teste de eficácia retrospectivo é passado se as alterações no valor nominal do instrumento derivado forem altamente eficazes na compensação, dentro do rácio de cobertura de 80%-125%, das alterações no valor nominal dos instrumentos cobertos a partir da última data de observação (30 de setembro deth, 2023).

Coberturas de fluxos de caixa, instrumentos cobertos

O Grupo utiliza IRS (com opção de floor) designados como micro coberturas de fluxos de caixa para gerir o risco de taxa de juro dos seus passivos financeiros.

A eficácia é medida comparando a variação do justo valor dos swaps de taxa de juro e a variação do justo valor do instrumento coberto.

O teste de eficácia é cumprido se o resultado da cobertura (diferença percentual entre a variação do justo valor dos swaps de taxa de juro e a variação do justo valor do instrumento coberto) se situar entre 80% e 125%.

O teste de eficácia também é cumprido quando o valor do instrumento coberto é superior ao valor do instrumento derivado (em termos absolutos) à data de observação

Divulgações qualitativas

A. Derivados financeiros de cobertura

A.1 Derivados financeiros de cobertura: valores nominais no final do período

Activos subjacentes/tipos de derivados	Total 31/12/2023				Total 31/12/2022			
	Venda livre			Mercados organizados	Venda livre			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação		
1. Títulos de dívida e taxas de juro	14,509,264	-	-	-	14,662,904	-	350,018	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swaps	14,509,264	-	-	-	14,662,904	-	350,018	-
c) A prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital e índices de acções	-	-	-	-	-	-	-	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
(b) Swaps	-	-	-	-	-	-	-	-
(c) Forwards	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Moedas e ouro	-	-	2,225,409	-	-	-	1,780,599	-
(a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swaps	-	-	-	-	-	-	-	-
c) A prazo	-	-	2,225,409	-	-	-	1,780,599	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Produtos de base	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14,509,264	-	2,225,409	-	14,662,904	-	2,130,617	-

A.2 Derivados financeiros de cobertura: justo valor bruto positivo e negativo - discriminação por produtos

Tipos de derivados	Justo valor positivo e negativo															
	Total				12/31/2023				Total				12/31/2022			
	Venda livre				Mercados organizados	Venda livre				Mercados organizados						
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais				Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais									
Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação		Com acordos de compensação			Sem acordos de compensação									
Justo valor positivo																
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
b) Swap de taxa de juro	262,902	-	-	-	520,620	-	-	2,988	-	-	-	-	-			
c) Swap cambial cruzado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
d) Swap de acções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
e) Avançar	-	-	123	-	-	-	-	26,824	-	-	-	-	-			
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Total	262,902	-	123	-	520,620	-	-	29,813	-	-	-	-	-			
Justo valor negativo																
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
b) Swap de taxa de juro	142,950	-	-	-	173,925	-	-	4,510	-	-	-	-	-			
c) Swap cambial cruzado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
d) Swap de acções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
e) Avançar	-	-	16,558	-	-	-	-	2,089	-	-	-	-	-			
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Total	142,950	-	16,558	-	173,925	-	-	6,598	-	-	-	-	-			

A.3 Derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão - valores nominais, justo valor bruto positivo e negativo por contraparte

Activos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes
Contratos não cobertos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
2) Instrumentos de capital e índices de acções				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
3) Moedas e ouro				
- valor nominal	X	2,225,409	-	-
- justo valor positivo	X	123	-	-
- justo valor negativo	X	16,558	-	-
4) Produtos de base				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
5) Outros				
- valor nominal	X	-	-	-
- justo valor positivo	X	-	-	-
- justo valor negativo	X	-	-	-
Contratos cobertos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nominal	14,509,264	-	-	-
- justo valor positivo	262,902	-	-	-
- justo valor negativo	142,950	-	-	-
2) Instrumentos de capital e índices de acções				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
3) Moedas e ouro				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
4) Produtos de base				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-
5) Outros				
- valor nominal	-	-	-	-
- justo valor positivo	-	-	-	-
- justo valor negativo	-	-	-	-

A.4 Duração restante dos derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão: valores nominais

Subjacentes/vida restante	Até 1 ano	1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	3,878,051	10,143,213	488,000	14,509,264
A.2 Derivados financeiros sobre instrumentos de capital e índices de acções	-	-	-	-
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	2,118,778	106,632	-	2,225,410
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias	-	-	-	-
A.5 Outros derivados financeiros	-	-	-	-
Total 31/12/2023	5,996,829	10,249,845	488,000	16,734,674
Total 31/12/2022	6,168,593	9,836,094	788,834	16,793,521

1.3.3 Outras informações sobre os instrumentos derivados (negociação e cobertura)

A. Derivados financeiros e de crédito

A.1 Derivados financeiros e de crédito do mercado de balcão: justos valores líquidos por contraparte

	Contraparte central	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras partes
A. Derivados financeiros				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nocional	14,509,264	4,850,321	43,796	-
- justo valor líquido positivo	262,902	8,144	1,043	-
- justo valor líquido negativo	142,950	10,892	33	-
2) Instrumentos de capital e índices de ações				
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- justo valor líquido negativo	-	-	-	-
3) Moedas e ouro				
- valor nocional	-	2,225,409	-	-
- justo valor líquido positivo	-	123	-	-
- justo valor líquido negativo	-	16,558	-	-
4) Produtos de base				
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- justo valor líquido negativo	-	-	-	-
5) Outros				
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- justo valor líquido negativo	-	-	-	-
B. Derivados de crédito				
1) Aquisição de proteção				
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- justo valor líquido negativo	-	-	-	-
2) Venda de proteção				
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- justo valor líquido negativo	-	-	-	-

1.4 Risco de liquidez

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco de liquidez

O risco de liquidez é representado para a Companhia pela incapacidade de honrar suas obrigações financeiras nas datas de vencimento. Especificamente, o risco está consubstanciado na incapacidade da Empresa de renovar, estender, refinanciar no vencimento, no todo ou em parte, para qualquer data futura no horizonte considerado, parcelas de empréstimos em suas diversas formas, estruturadas ou não.

Para facilitar a identificação e a gestão correctas do risco de liquidez, deve salientar-se que:

- A gestão da liquidez é efectuada de forma centralizada no CA Auto Bank S.p.A., sendo o departamento de Tesouraria da Sociedade-mãe responsável por garantir a correcta mobilização dos recursos financeiros de todas as filiais. Além disso, a negociação de todas as operações de financiamento estruturado, eventualmente originadas pelas sucursais e filiais, incluindo as estrangeiras, é coordenada e acompanhada de forma centralizada;
- O CA Auto Bank é a única entidade do Grupo com notações de crédito atribuídas pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Como tal, todas as relações bancárias e linhas de crédito daí resultantes são geridas de forma centralizada;
- todas as sucursais e filiais recorrem ao CA Auto Bank S.p.A. (Sociedade-mãe) para a cobertura das suas necessidades de financiamento, através da negociação dos instrumentos de financiamento mais adequados, quer no que diz respeito às fontes de financiamento disponíveis localmente atribuíveis à própria filial, quer no que diz respeito aos empréstimos interempresariais.

Para gerir este risco, o Grupo mantém uma política de adequação entre o perfil de maturidade dos activos e o dos passivos (por montante e maturidade). Isto permite minimizar a exposição da Sociedade e das suas filiais ao risco de liquidez. A condição de liquidez também é medida mensalmente para cada moeda individual em que a Empresa opera (euro, libra esterlina, franco suíço, coroa dinamarquesa, coroa sueca, coroa checa, coroa norueguesa e zloty polaco).

O modelo de gestão do risco de liquidez assenta numa série de actividades fundamentais, tais como

- gestão da liquidez operacional e estrutural, nomeadamente através de um planeamento financeiro revisto e atualizado mensalmente;
- acompanhamento constante dos movimentos dos fluxos de caixa e adoção de métricas para medir e controlar a exposição ao risco de liquidez (abordagem do desfasamento entre maturidades);
- definição de limites de exposição e de concentração relativamente ao risco de liquidez;
- análise do teste de esforço, a fim de avaliar a exposição ao risco;
- definição do Plano de Financiamento de Contingência destinado a definir papéis e responsabilidades, processos, acções a tomar e a identificação de instrumentos de mitigação de riscos a adotar em caso de crise súbita de liquidez.

A abordagem metodológica adoptada pelo CA Auto Bank para a medição do risco consiste no cálculo, com referência à liquidez operacional e estrutural, da

- Escada de vencimentos, que é utilizada para calcular, acompanhar e controlar qualquer défice de liquidez por escalão de vencimentos;
- Déficit de liquidez acumulado, que é utilizado para calcular os fluxos de caixa progressivos e identifica a presença de quaisquer fluxos de caixa negativos que exijam cobertura.

O CA Auto Bank S.p.A., em conformidade com o quadro de Basileia III, calcula:

- o rácio de cobertura de liquidez (LCR); todos os meses;
- o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) todos os trimestres.

De igual modo, o CA Auto Bank S.p.A. controla diariamente o rácio de cobertura de liquidez (LCR).

Relativamente ao indicador de liquidez de curto prazo (LCR), o CA Auto Bank gere a necessidade através de instrumentos que cumprem a "Política de Liquidez".

Os HQLAs necessários para satisfazer o rácio de liquidez a curto prazo são geridos conjuntamente pelos departamentos de ALM e de Tesouraria do CA Auto Bank S.p.A., que também actua como Sociedade-mãe para efeitos de coordenação das filiais estrangeiras sujeitas a obrigações LCR individuais semelhantes por parte das respectivas autoridades de supervisão locais.

Para o efeito, é de referir que, a partir de 16 de novembro de 2018, o CA Auto Bank S.p.A. abriu uma conta direta no Banco de Itália. Como tal, o nível de HQLA necessário para cumprir os objectivos pré-estabelecidos é alcançado através de depósitos no Banco Central e através de transacções no mercado aberto.

Rácios de liquidez

Os rácios de liquidez regulamentares exigidos pelas normas de Basileia III apresentam os seguintes valores para o CA Auto Bank S.p.A. a nível consolidado em 31 de dezembro dest, 2023:

- Rácio de cobertura de liquidez (LCR) 160%;
- Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) 114%.

Os indicadores acima referidos registaram igualmente valores acima do limiar mínimo regulamentar em todos os inquéritos realizados durante o ano.

Divulgações quantitativas

1. Distribuição por prazos de vencimento dos activos e passivos financeiros

Itens/Maturidade	A pedido	1 a 7 dias	7 a 15 dias	15 dias a 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Maturidade não especificada
Activos patrimoniais	1,527,803	128,333	113,575	1,503,658	3,599,347	-	-	-	-	-
A.1 Títulos do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.3 Unidades de participação em OICVM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.4 Empréstimos	1,527,803	128,333	113,575	1,503,658	3,599,347	-	-	-	-	-
- Bancos	1,476,964	3,730	26,067	1,073,004	1,518,213	-	-	-	-	-
- Clientes	50,840	124,602	87,508	430,654	2,081,134	-	-	-	-	-
Passivos do balanço	319,725	34,790	159,628	1,289,695	3,029,716	-	-	-	-	-
B.1 Depósitos e contas correntes	156,862	9,049	-	-	-	-	-	-	-	-
- Bancos	156,862	9,049	-	-	-	-	-	-	-	-
- Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B.2 Títulos de dívida	578	-	152,882	103,391	1,036,034	-	-	-	-	-
B.3 Outros passivos	162,285	25,741	6,746	1,186,304	1,993,682	-	-	-	-	-
"Operações extrapatrimoniais"										
C.1 Derivados financeiros com swap de capital										
- Posições longas	-	-	455,834	1,090,475	464,879	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	457,206	1,102,416	468,251	-	-	-	-	-
C.2 Derivados financeiros sem swap de capital										
- Posições longas	363	-	-	49,429	96,950	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	9,087	16,637	54,529	-	-	-	-	-
C.3 Depósitos e empréstimos a receber										
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.4 Compromissos irrevogáveis de desembolso de fundos										

- Posições longas	59,300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.5 Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.6 Garantias financeiras recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.7 Derivados de crédito com swaps de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.8 Derivados de crédito sem swaps de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Operações de auto-securitização e operações de refinanciamento do Banco Central Europeu

Na data do relatório, para além das outras operações anteriormente descritas, o CA Auto Bank tinha em vigor a operação de auto-securitização A- Best Twenty Fondo de Titulizacion.

Os activos financeiros subjacentes aos títulos emitidos e relacionados com a auto-securitização acima referida referem-se à carteira de empréstimos ao consumo de actividades de retalho. Em 31 de dezembro dest, 2023, o montante dos activos subjacentes era igual a aproximadamente 106 milhões de euros.

No que se refere ao tipo de títulos emitidos e à respectiva notação, remete-se para a secção "C. Operações de Titularização" da presente parte das demonstrações financeiras.

De referir ainda que, face aos empréstimos recebidos do Banco Central Europeu, que ascendiam a 1,3 mil milhões de euros no final do ano, em resultado da participação no programa de refinanciamento TLTRO, foram dados como garantia os seguintes activos:

- Títulos sénior da classe A-Best Seventeen - no montante de aproximadamente 6 milhões de euros - resultantes da operação de titularização efectuada pelo CA Auto Bank S.p.A.

-
- Títulos sénior da classe A-Best Nineteen - no montante de cerca de 12 milhões de euros - resultantes da operação de titularização efectuada pela antiga filial, agora sucursal, CA Auto Bank Deutschland GmbH.
 - Créditos provenientes de operações de factoring e de retalho, relacionados com o programa A.BA.CO. (Activos Bancários Colateralizados), num montante total de cerca de 3051 milhões de euros.

Por último, em 31 de dezembro dest, 2023, os acordos de recompra de curto, médio e longo prazo ("REPO") estavam garantidos por títulos de classe sénior/mezzanine emitidos pela A-Best Nineteen, A-Best Twenty, A-Best Twentyone e A-Best Twentytwo num total de aproximadamente 988 milhões de euros.

1.5 Risco operacional

Divulgações qualitativas

A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos de medição do risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas devido a processos internos, pessoas ou sistemas inadequados ou falhados ou devido a acontecimentos externos, incluindo o risco jurídico. O risco operacional abrange também, entre outros, as perdas resultantes de fraudes, erros humanos, perturbações decorrentes de acontecimentos externos, avarias de sistemas, incumprimentos contratuais e catástrofes naturais. O risco operacional inclui o risco jurídico (mas não os riscos estratégicos e de reputação).

Nesta ótica, o risco mais significativo do Banco está associado às perdas decorrentes de fraudes externas.

Para calcular o capital interno necessário para o risco operacional, o CA Auto Bank S.p.A, em conformidade com as disposições da Circular 285/2013 do Banco de Itália para os Bancos de classe 2, utiliza a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para calcular os requisitos de capital ao abrigo do Pilar I.

O modelo organizacional de gestão do risco operacional implementado a nível do Grupo prevê a presença dos seguintes intervenientes:

- Risco e Controlo Permanente: que define e desenvolve as metodologias, as políticas e os procedimentos para detetar, avaliar, monitorizar, medir e mitigar os riscos operacionais ao nível do Grupo;
- unidades orgânicas individuais do Banco e das empresas do Grupo que participam ativamente, com diferentes níveis de responsabilidade e envolvimento, nos processos de gestão do risco operacional, através da identificação dos principais riscos (efectivos e potenciais) que podem surgir na atividade corrente e do acompanhamento permanente dos riscos no âmbito das suas funções e responsabilidades.

O Modelo Organizacional de gestão do risco operacional desdobra-se nos seguintes processos:

-
- mapeamento dos riscos operacionais por processo da Empresa, na sua natureza esperada e inesperada (atualização anual ou na sequência de alterações estruturais do processo);
 - inquérito trimestral sobre eventos de perda;
 - análise e classificação de eventos de risco e perda e definição, quando necessário, de acções de gestão e mitigação do risco.

Classificação do evento de risco operacional

Os eventos de risco operacional foram classificados ao longo dos anos com base na experiência específica do CA Auto Bank da seguinte forma:

- fraude interna;
- fraude externa;
- relação de trabalho e segurança no trabalho;
- clientes, produtos e práticas profissionais;
- danos em bens imóveis, instalações e equipamentos;
- interrupções de funcionamento e avarias nos sistemas de informação;
- execução e gestão de processos.

O risco operacional diz respeito a todos os produtos, actividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de apoio.

Por conseguinte, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão e controlo dos riscos operacionais decorrentes das suas áreas de responsabilidade. Os colaboradores de cada unidade orgânica do Grupo são também responsáveis pelo risco operacional que aí se desenvolve. Como tal, devem ser assegurados níveis adequados de dedicação e formação neste domínio, bem como planos de incentivos que evitem eventuais conflitos de interesses.

A estrutura organizacional das unidades deve ser adaptada ao perfil de risco mantido, bem como à dimensão, estratégia e modelo de negócio do departamento, aplicando, sempre que necessário, o princípio da proporcionalidade.

O risco operacional deve ser gerido e controlado ao longo de todo o seu ciclo, que inclui: planeamento, processos de identificação e avaliação do risco, monitorização do risco e

aplicação de medidas de mitigação, disponibilidade de informação, reporte e comunicação de aspectos relevantes.

Por conseguinte, é necessário:

- utilizar e documentar as políticas, os procedimentos e os instrumentos necessários adequados à natureza e ao tipo de riscos, identificando os participantes, os controlos e as provas necessárias;
- assegurar linhas de comunicação e governação adequadas entre o pessoal responsável pelos processos, as funções de controlo especializadas na gestão dos riscos operacionais e a parte responsável pelo controlo;
- comunicar as ocorrências que possam constituir Riscos Operacionais, independentemente de resultarem ou não em perdas para a Empresa, de acordo com as directrizes estabelecidas periodicamente.

Secção 3 - Riscos da companhia de seguros

3.1 Riscos de seguro

Divulgações qualitativas

Esta subsecção descreve a divulgação exigida pela IFRS 17.

Quadro de gestão do risco

A empresa (CA Auto Reinsurance DAC) desenvolveu e implementou um quadro de gestão de riscos para identificar e monitorizar áreas de risco para a empresa. A estrutura de gestão de riscos é revista pelo menos uma vez por ano.

Risco de taxa de câmbio

Todas as transacções significativas da Empresa são denominadas em euros, com exceção de uma pequena quantidade de negócios realizados na Polónia. Todas as contas bancárias são mantidas em euros e zloty polaco. A Empresa não está exposta a qualquer risco cambial significativo.

Risco de crédito

O risco de crédito decorrente das contas a receber com os cedentes é atenuado pelos direitos de compensação previstos nos tratados de resseguro individuais.

Na data do balanço, a Empresa detinha a seguinte caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Risco de contraparte

Os principais activos financeiros da Companhia são seguros e outras contas a receber, activos de resseguro e caixa e equivalentes de caixa.

O risco de contraparte relacionado com os saldos de caixa e equivalentes de caixa é controlado através do estabelecimento de requisitos mínimos de notação de crédito para as contrapartes e de requisitos de diversificação, definidos na política de investimento adoptada pela Assembleia de Accionistas. Assim, o investimento dos activos disponíveis é limitado a instrumentos de elevada liquidez e a depósitos em bancos e contrapartes com boa notação de crédito.

Risco de liquidez

A Empresa está sujeita a auditorias mensais relativas à disponibilidade de tesouraria, principalmente para fazer face a sinistros relacionados com contratos de resseguro. O risco de liquidez é o risco de não conseguir cumprir uma obrigação financeira, incluindo de montante significativo.

A Empresa gere as suas disponibilidades de tesouraria de forma a garantir que está disponível um montante adequado de fundos para essas auditorias. Risco de seguro

O risco associado às apólices de resseguro subscritas pela Empresa é a possibilidade de os custos dos riscos que ocorrem ao longo do tempo serem superiores aos prémios recebidos para cobrir esses riscos.

A Companhia desenvolveu a sua estratégia de subscrição de resseguros para diversificar o tipo de riscos de seguro e, dentro de cada tipo de risco, manter uma população de riscos suficientemente grande para reduzir a concentração de riscos de seguro e diminuir a variabilidade do resultado esperado. Os riscos cobertos incluem eventos de Vida e Não Vida com termos de apólice que variam de 1 mês a 120 meses.

A fim de evitar perdas excessivas nos riscos de subscrição assumidos, a Companhia tem em vigor uma estratégia de retrocessão com a Hannover Re relativamente ao negócio CPI e um acordo de stop loss com a AXA relativamente ao negócio GAP. A Companhia contrata uma empresa atuarial independente para rever as provisões técnicas no final do ano.

Secção 4 - Riscos das outras empresas

4.1 Riscos decorrentes das operações de titularização

Divulgações qualitativas

A Empresa participa dos programas como originadora, servicer e investidora em uma ou mais classes de títulos. Além disso, é responsável pela estruturação das operações de securitização, pela realização de controlos e supervisão para garantir o seu bom desempenho, bem como pelas actividades de serviço, incluindo a preparação de relatórios periódicos, conforme exigido contratualmente.

A Empresa participa em operações de titularização tradicionais que envolvem empréstimos para fins especiais destinados à compra de veículos automóveis (empréstimos ao consumo ou "autoloans") ou também valores a receber de contratos de locação financeira.

Para essas operações de titularização, o Departamento do Tesouro formalizou um procedimento para descrever e reger o processo de gestão e controlo das mesmas.

O risco decorrente das operações de titularização é que a substância económica da operação não seja totalmente incorporada na avaliação do risco e nas decisões de gestão.

A Empresa considera que o risco associado às securitizações só pode materializar-se no caso de o Banco calcular os seus requisitos de fundos próprios em relação à posição na securitização e não aos activos subjacentes. Só neste caso poderá existir o risco de os requisitos de fundos próprios em questão não reflectirem na íntegra o risco real da operação.

O tratamento contabilístico não é relevante para efeitos de reconhecimento prudencial porque, de acordo com a IFRS 9, os activos titularizados continuam a ser apresentados no balanço com base nas seguintes considerações

- a) os riscos e benefícios relacionados com a carteira transferida não são totalmente transferidos para terceiros;
- b) o cedente continua a exercer o controlo sobre a carteira transferida;
- c) o cedente também exerce actividades de prestação de serviços.

No caso de as operações de titularização serem realizadas sem o desreconhecimento dos créditos, em virtude da tomada firme - pelo CA Auto Bank - da tranche de primeira perda (junior notes), este risco é quantificado na afetação do capital interno ao risco de crédito.

Neste caso, dado o duplo papel do originador dos créditos e do subscritor da tranche subordinada dos títulos, e tendo em conta que (de acordo com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculados como se estes últimos não tivessem sido securitizados) o requisito de capital é calculado sobre os activos subjacentes e nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito. 575/2013 (CRR), este risco é quantificado na afetação de capital interno ao risco de crédito.

Por conseguinte, neste caso, não existe qualquer incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Por outro lado, nos casos em que as operações de titularização são realizadas com o desreconhecimento dos créditos apenas para fins prudenciais, o CA Auto Bank faz uma avaliação específica do risco decorrente das titularizações no que diz respeito à transferência efectiva do risco de crédito subjacente aos activos titularizados.

As Companhias não têm como objetivo fazer uma avaliação quantitativa (capital interno) para este risco, mas sim avaliar as metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar esse risco.

Assim, as securitizações implementadas pelas empresas apresentam, em alternativa, absorções de capital iguais à absorção relacionada com os activos vendidos (em linha com as instruções de supervisão sobre securitizações, que estipulam que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relacionadas com a mesma securitização não pode ser superior ao valor ponderado pelo risco dos activos securitizados calculado como se estes últimos não tivessem sido securitizados) ou, no caso em que os créditos são desreconhecidos apenas para fins prudenciais, como no caso da operação A-Best Seventeen S.r.l. ou das operações de titularização sintética implementadas durante 2023, as absorções de capital são iguais às determinadas com base nas posições detidas pelo Banco nessas titularizações.

Quanto ao risco decorrente das securitizações - ou seja, o risco de a substância económica da operação de securitização não estar totalmente refletida na avaliação do risco e nas decisões de gestão, uma vez que a transferência significativa do risco é alcançada em conformidade com o Regulamento (UE) 2017/2401, através da realização de uma avaliação específica do risco decorrente das securitizações e das metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar o próprio risco - não se considera que exista qualquer risco decorrente das securitizações.

Por conseguinte, neste caso, não existe qualquer incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações que são explicitamente classificadas para efeitos de cálculo dos requisitos de fundos próprios.

Estrutura organizacional

A fim de fazer face aos riscos de titularização, o CA Auto Bank tem:

- um modelo organizacional estruturado;
- um processo de identificação, controlo e atenuação dos riscos de titularização formalizado em procedimentos internos adequados.

Cada nova operação de titularização, estruturada pela unidade de Titularização e Transferência de Riscos do departamento de Tesouraria, é validada pelo Diretor Financeiro do Grupo e submetida à aprovação do Comité NPA, presidido pelo CEO e Diretor-Geral, pelos seus subordinados directos e pelas funções de controlo interno de segundo nível.

As actas de aprovação e os eventuais pareceres emitidos pelas funções de controlo de segundo nível da empresa são transmitidos, juntamente com o conceito do produto, ao Conselho de Administração para aprovação final.

A Securitização e Transferência de Riscos, uma unidade do departamento do Tesouro, é responsável por:

- a estruturação de todas as operações do Grupo e a gestão direta (em Itália) e a supervisão (no estrangeiro) das actividades de serviço das operações de titularização realizadas, bem como a gestão das relações com as agências de notação e os investidores;
- a execução dos controlos de nível 2.1. Os controlos de nível 1, por outro lado, são efectuados directamente pelos mercados estrangeiros.

O Departamento de Risco e Controlo Permanente define e desenvolve as metodologias, políticas e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e mitigação dos riscos de securitização de segundo nível; também se pronuncia no âmbito do Comité NPA.

A Auditoria Interna efectua, pelo menos uma vez de três em três anos, uma análise do grau de adequação do sistema de controlo interno e a verificação da conformidade com os regulamentos no que se refere à gestão das operações de titularização e das actividades de gestão realizadas pelo CA Auto Bank S.p.A.

As ferramentas de controlo disponibilizadas pela Empresa incluem os seguintes processos:

-
- análise do quadro documental e contratual global da transação pela unidade Tesouraria - Titularização e Transferência de Riscos, em cooperação com os advogados internos e os escritórios de advogados externos;
 - verificação da equidade e da adequação económica da operação no seu conjunto pela unidade Tesouro - Titularização e Transferência de Riscos;
 - O Risco e Controlo Permanente é também diretamente responsável pelos controlos permanentes de segundo nível das operações de titularização.

De referir ainda que todas as operações realizadas até à data têm tido um desempenho em linha com as expectativas, quer em termos de adequação dos fluxos de caixa - face às previsões efectuadas no início da titularização - quer em termos de cumprimento dos principais indicadores (triggers) relacionados com a carteira.

Confirma-se que não são aplicadas técnicas de apoio implícito às transacções, que não existem cláusulas de "clean-up call" para valores superiores a 10% da emissão inicial, nem dispositivos de resgate antecipado automático associados a níveis de "excesso de spread", em conformidade com os procedimentos da empresa.

Outros riscos

Riscos climáticos

A autoridade reguladora italiana (Banco de Itália) e a autoridade reguladora europeia (BCE) elaboraram e publicaram numerosas orientações de supervisão sobre a integração dos riscos climáticos e ambientais nas estratégias empresariais, nos sistemas de governação, controlo e gestão de riscos e na divulgação de informações ao mercado por parte dos intermediários supervisionados.

Tendo em conta a centralidade da questão, todas as funções empresariais relevantes foram devidamente informadas e iniciaram a sua própria avaliação das questões suscitadas pelas expectativas específicas dos reguladores e das suas respectivas competências.

Para garantir uma abordagem unificada da análise das expectativas dos reguladores, a função de Compliance do CA Auto Bank iniciou, já em 2022, uma "mesa de trabalho" dedicada à discussão e partilha das acções necessárias para responder às expectativas dos reguladores. O CA Auto Bank continuou a reforçar a sua governação ESG com vista à definição de uma estratégia ESG sólida para a melhoria contínua da gestão dos impactos do Grupo nas suas partes interessadas, bem como dos riscos ESG relacionados com as suas actividades.

Dando continuidade ao percurso iniciado em anos anteriores, foi desenvolvido um projeto, com o apoio de consultores externos, para reforçar a governação das questões ESG, definir os pilares subjacentes à visão de sustentabilidade, desenvolver um Propósito Corporativo a integrar no conjunto de valores e digitalizar os processos de gestão de dados ESG do Grupo.

O CA Auto Bank está, de facto, consciente da importância de dar a devida importância aos aspectos ambientais, sociais e de governação e de desenvolver uma cultura de sustentabilidade na empresa, envolvendo ativamente, através de um compromisso a longo prazo, todos os níveis da organização, desde a gestão de topo aos líderes de projeto e a todos os colaboradores.

Para além de uma fase de análise dos conhecimentos e referências ESG do sector e de uma análise crítica da estrutura e dos processos, o projeto ESG envolveu a gestão de topo numa série de entrevistas destinadas a investigar as percepções da sustentabilidade na empresa.

Este processo conduziu à identificação e validação, pelo CEO, dos Pilares ESG, temas-chave que representam a identidade ESG do Grupo e o Propósito do Banco FCA, bem como à identificação de ações de melhoria para reforçar a Governação ESG, lançando assim as bases para a estratégia ESG do Grupo, que passará pela aprovação de um plano de sustentabilidade, com objetivos e metas definidos para os próximos anos.

O objetivo "Criar soluções de mobilidade quotidianas para um planeta melhor" resume a razão de ser do Grupo CA Auto Bank: liderar a transição para a mobilidade sustentável, democratizando a mobilidade elétrica.

Isto é possível graças às soluções financeiras promovidas pelo banco e à gama completa de soluções de mobilidade da sua filial Drivalia.

A abordagem integra aspectos ambientais, sociais e de governação (ESG) em 4 pilares:

- Mobilidade sustentável;
- Ambiente;
- Pessoas;
- Inovação e digitalização.

Constituem o quadro de sustentabilidade do Grupo e orientam os processos, tanto a nível interno como para a comunidade, com vista à criação de valor para as partes interessadas.

O Grupo CA Auto Bank, na sequência da sua reorganização societária em abril de 2023 e da sua entrada como filial a 100% do Grupo Crédit Agricole S.A., reforçou ainda mais a sua atenção às questões climáticas e ambientais e, em 2023, começou a integrar os seus próprios projectos com os do grupo francês.

PARTE F - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Secção 1 - Capital próprio consolidado

A. Divulgações qualitativas

O "Grupo Bancário" difere, no que respeita ao perímetro de consolidação, das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IAS/IFRS. As diferenças são em grande parte atribuíveis à consolidação linha a linha, nas demonstrações financeiras IAS/IFRS, de empresas não bancárias (principalmente empresas que operam no negócio de aluguer de curta e longa duração) que não estão incluídas no "Grupo Bancário".

Os Fundos Próprios, os requisitos mínimos de capital e os rácios regulamentares bancários resultantes foram determinados em conformidade com as disposições contidas na Circular do Banco de Itália n.º 285 de 17 de dezembro deth, 2013 (e actualizações subsequentes) "Disposições de supervisão para os bancos" e n.º 286 de 17 de dezembro deth, 2013 (conforme alterado) "Instruções para o preenchimento do relatório prudencial pelos bancos".

O capital próprio da empresa é constituído pela soma dos saldos das seguintes rubricas do passivo do balanço:

- Capital social;
- Capital adicional realizado;
- Reservas;
- Acções próprias;
- Reservas de avaliação;
- Resultado do exercício.

Os capitais próprios em 31st de dezembro de 2023, incluindo as reservas de avaliação e o resultado do exercício, ascendiam a 3 030,9 milhões de euros, em comparação com 3 728,4 milhões de euros no ano anterior.

Os principais factos, tanto positivos como negativos, que conduziram à diminuição de 697,5 milhões de euros foram o pagamento de dividendos, no montante de 1 100 milhões de euros, e o resultado do exercício, no montante de 400,2 milhões de euros.

B. Divulgações quantitativas

B.1 Capital próprio consolidado: repartição por tipo de sociedade

Rubricas de capital próprio	Consolidação prudencial	Companhias de seguros	Outras empresas	Ajustamentos de consolidação e eliminações	Total
1. Capital social	703,389	1,086	66,267	(67,353)	703,389
2. Reserva de prémios de emissão	195,623	5,000	121,217	(126,217)	195,623
3. Reservas	1,734,288	18,448	266,200	(282,368)	1,736,568
4. Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-
(Acções próprias) 5.	-	-	-	-	-
6. Reservas de avaliação:	(2,539)	(97)	(2,320)	136	(4,820)
- Instrumentos de capital próprio designados pelo justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	-
- Coberturas de títulos de capital designados pelo justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-	-
- Activos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-
- Activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
- Activos intangíveis	-	-	-	-	-
- Cobertura de investimentos estrangeiros	(180)	-	-	-	(180)
- Coberturas de fluxos de caixa	-	-	(2,281)	-	(2,281)
- Instrumentos de cobertura [itens não designados]	-	-	-	-	-
- Diferenças cambiais	6,575	-	-	-	6,575
- Activos não correntes e grupos de activos detidos para venda	-	-	-	-	-
- Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou perdas (alterações na notação de crédito própria)	-	-	-	-	-
- Ganhos (perdas) actuariais em planos de pensões de benefícios definidos	(9,388)	(97)	(39)	136	(9,388)
- Parte das reservas de avaliação das filiais reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
- Receitas ou despesas financeiras relacionadas com contratos de seguro emitidos	-	-	-	-	-
- Receitas ou despesas financeiras relacionadas com cessões de resseguros	-	-	-	-	-
- Leis especiais de reavaliação	454	-	-	-	454
7. Resultado líquido do exercício (+/-) do grupo e de terceiros	400,206	8,214	110,441	(118,655)	400,206
Total	3,030,966	32,651	561,805	(594,456)	3,030,966

B.4 Reservas de avaliação relativas a planos de benefícios definidos: variações anuais

Alterações em 2023

	Grupo bancário	Companhias de seguros	Outras empresas	Ajustamentos de consolidação e eliminações	Total
1. Saldo inicial, líquido	40,021	-	(3,995)	3,995	40,021
2. Mudanças positivas	-	-	4,056	(4,056)	-
2.1 Aumentos do justo valor	-	-	-	-	-
2.2 Outras alterações	-	-	4,056	(4,056)	-
3. Alterações negativas	(49,409)	(97)	(100)	197	(49,409)
3.1 Diminuições do justo valor	(641)	(97)	(100)	197	(641)
3.2 Outras alterações	(48,767)	-	-	-	(48,767)
4. Saldo final	(9,388)	(97)	(39)	136	(9,388)

Secção 2 - Fundos próprios e rácios regulamentares

FUNDOS PRÓPRIOS E ÍNDICES (€/000)	12/31/2023	12/31/2022
Fundos Próprios Principais de Nível 1 - CET1	2,920,891	2,836,749
Nível 1 adicional - AT1	8,312	7,671
Escalão 1 - T1	2,929,203	2,844,420
Escalão 2 - T2)	257,703	322,813
Fundos próprios	3,186,906	3,167,233
Activos ponderados pelo risco (RWA)	18,496,845	20,381,187
RÁCIOS REGULAMENTARES		
CET 1	15.79%	13.92%
Rácio de capital total (TCR)	17.23%	15.54%
LCR	160%	186%
NSFR	114%	112%
OUTROS RÁCIOS		
Rácio de alavancagem	10.22%	10.22%
RONE (Resultado Líquido/Património Normativo Médio)	17.77%	24.48%

Além disso, é feita referência à informação sobre fundos próprios e adequação dos fundos próprios divulgada no "Pilar III".

PARTE G - CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS QUE ENVOLVAM SOCIEDADES OU SUCURSAIS DE SOCIEDADES

Secção 1 -Transacções efectuadas durante o período

A CA Auto Finance Nederland, em 1 de fevereiro dest, 2023, adquiriu as acções representativas da totalidade do capital social da Findio N.V. ao Crédit Agricole Consumer Finance Nederland. No final de dezembro, teve lugar a fusão da Findio N.V. na CA Auto Finance Nederland B.V..

Como descrito na secção "Acontecimentos significativos durante o período" das demonstrações financeiras consolidadas anuais, em agosto Drivalia S.p.A. adquiriu 100% do capital de Drivalia Lease Czech Republic s.r.o., Drivalia Lease Ireland Ltd, Drivalia Lease Norge AS e Drivalia Lease Finland Oy. A contrapartida da compra total das acções da investida ascendeu a 252 milhões de euros. Como resultado desta aquisição, as empresas passaram a fazer parte do Grupo CAAB.

A transacção enquadra-se no âmbito das concentrações de actividades empresariais de acordo com as IAS/IFRS e, em particular, com a IFRS 3, que prevê a aplicação do método de compra. Nos termos da IFRS 3, a entidade adquirente deve imputar o custo da concentração aos activos adquiridos, aos passivos assumidos, incluindo os passivos contingentes, que são mensurados pelo justo valor (a chamada "Purchase Price Allocation" - "PPA"); qualquer diferença positiva/negativa não imputada representa, respetivamente, o "goodwill" a reconhecer no balanço como goodwill ou a "compra a preço baixo" a creditar na demonstração de resultados como lucro realizado na aquisição.

No momento da atribuição final do CAE, serão realizadas avaliações para identificar e valorizar quaisquer intangíveis específicos relacionados com a transação e os justos valores dos activos e passivos adquiridos. A este respeito, serão realizadas avaliações adequadas durante o exercício de 2024 para permitir a avaliação correcta deste ativo.

Rubricas (€/000)	Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. 01/08/2023	Drivalia Lease Ireland Ltd 01/08/2023	Drivalia Lease Norge AS 01/08/2023	Drivalia Lease Finland Oy 01/08/2023	Total
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	1,187	2,700	8,400	-	12,287
Activos financeiros ao custo amortizado	20,873	14,300	12,100	12,261	59,534
- locações e empréstimos a clientes	20,873	14,300	12,100	12,261	59,534
- empréstimos e depósitos em bancos					-
Activos fixos tangíveis	457,923	156,100	217,300	463,424	1,294,747
Activos intangíveis	-	-	-	-	-
Activos fiscais:	-	900	-	-	900
- atual		900			900
Outros activos	22,145	600	12,500	10,631	45,876
Total do ativo	502,128	173,700	250,300	486,316	1,412,444
Passivo					
Passivos financeiros ao custo amortizado	368,850	133,100	202,100	358,334	1,062,384
- depósitos bancários	356,393	125,600	201,600	339,267	1,022,860
- depósitos de clientes	12,457	7,500	500	19,067	
Obrigações fiscais:	39,855	-	11,100	22,465	73,420
- atual	39,855	-	11,100	22,465	73,420
Outros passivos	15,609	487	17,106	42,146	75,348
Provisão para indemnizações a empregados					-
Provisões para riscos e encargos	814	7,200			8,014
Total do passivo	425,128	140,787	230,306	422,945	1,219,166
Património	77,000	33,913	19,994	63,371	193,278

Consequentemente, nenhum montante foi ainda imputado ao balanço em 31 de dezembro de 2023 como intangível, uma vez que o justo valor líquido dos activos e passivos adquiridos é provisoriamente considerado igual ao património líquido contabilístico resultante da situação à data da compra, no montante de 234 milhões de euros, tal como indicado no quadro seguinte:

Rubricas (€/000)	Drivalia Lease Czech Republic s.r.o. 01/08/2023	Drivalia Lease Ireland Ltd 01/08/2023	Drivalia Lease Norge AS 01/08/2023	Drivalia Lease Finland Oy 01/08/2023	Total	
Capital próprio à data	77,000	33,813	19,994	63,371	194,178	A
Diferença global de justo valor - dados intercalares	-	-	-	-	-	B
Justo valor dos activos e passivos sujeitos a aquisição - dados provisórios	77,000	33,813	19,994	63,371	194,178	C=A+B
Taxa de transferência - dados provisórios	110,000	51,160	26,286	65,000	252,446	D
Goodwill	33,000	17,347	6,292	1,629	58,268	E = C - D

Em conclusão, no que se refere à transação de agregação em apreço, tal como se pode ver em pormenor no quadro seguinte, a diferença entre o custo da agregação (252,4 milhões de euros) e o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos assumidos (determinado - tal como acima indicado - provisoriamente em 194 milhões de euros), é negativa em 58 milhões de euros. Esta diferença é reconhecida provisoriamente como Goodwill na rubrica "Activos Intangíveis".

Se, na sequência da conclusão do processo de CAE, surgir um justo valor superior ou inferior para os activos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, esta diferença, tendo em conta o efeito fiscal, reduzirá o valor do goodwill reconhecido provisoriamente nestas demonstrações financeiras. De acordo com as disposições da Circular n.º 262 do Banco de Itália, o quadro seguinte apresenta os valores da entidade objeto da operação de agregação (valores em milhares de euros):

Secção 1 - Operações realizadas durante o exercício

1.1 Transacções de agregação

Artigos	Data de fecho	(1)	(2)	(3)	(4)
1. Findio N.V.	23/02/2023	22,510	100%	16,700	(1,216)
2. Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	08/01/2023	110,000	100%	4,211	2,840
3. Drivalia Lease Ireland Ltd	08/01/2023	51,160	100%	(414)	7,597
4. Drivalia Lease Norge AS	08/01/2023	26,286	100%	356	1,353
5. Drivalia Lease Finland Oy	08/01/2023	65,000	100%	7,599	4,807

(1) = Custo de transacção

(2) = Percentagem de participação adquirida com direito de voto na assembleia geral ordinária de accionistas.

(3) = Volume de negócios total do grupo

(4) = Resultado líquido do grupo

Secção 2 - Operações efectuadas após o encerramento do exercício

Como já foi salientado na "Parte A - Acontecimentos posteriores à data do balanço", com efeitos a partir de 1 de janeiro dest, 2024, teve lugar a transferência de uma unidade de negócio relacionada com o pessoal do Fonds de commerce Sofinco do CA Consumer Finance S.A. para o CA Auto Bank S.p.A (sucursal francesa).

PARTE H - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

1. Informações sobre a remuneração dos principais executivos

Em 2023, foram pagos aos administradores honorários no valor de 840 mil euros, incluindo segurança social e encargos acessórios.

As indemnizações pagas durante o ano aos membros do Conselho Fiscal do CA Auto Bank S.p.A. ascenderam a 227 mil euros.

Não foram concedidos empréstimos ou garantias aos administradores e revisores oficiais de contas.

2. Informações sobre transacções com partes relacionadas

As transacções com partes relacionadas foram efectuadas em condições equivalentes às aplicadas às transacções com terceiros independentes. As transacções entre empresas foram efectuadas, após avaliação dos benefícios mútuos, em condições de plena concorrência. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as transacções entre empresas e os saldos pendentes foram eliminados.

O quadro seguinte apresenta os activos, passivos, custos e receitas a partir de e para o exercício findo em 31 de dezembro dest, 2023 por tipo de parte relacionada.

Transacções com partes relacionadas: Balanço

	Montantes em 31/12/2023			Total
	Accionistas	Principais directores executivos	Outras partes relacionadas	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	10,944	10,944
Activos financeiros ao preço de venda com efeitos na demonstração de resultados	-	-	-	-
- Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Activos financeiros detidos até ao vencimento	-	-	-	-
Activos financeiros avaliados ao custo amortizado	3,265	-	18,098	21,363
- Empréstimos e contas a receber de bancos	3,265	-	10,480	13,745
- Empréstimos e contas a receber de clientes	-	-	7,618	7,618
Derivados de cobertura	-	-	5,988	5,988
Outros activos	91	-	46,277	46,369
Total do ativo	3,356	-	81,307	84,663
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	7,733,755	-	1,527,425	9,261,180
- Depósitos bancários	7,733,755	-	1,518,095	9,251,851
- Depósitos de clientes	-	-	9,329	9,329
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	27,994	27,994
Títulos em circulação	450,138	-	-	450,138
Outros passivos	162,723	-	6,717	169,440
Total do passivo	8,346,616	-	1,562,136	9,908,752

Transacções com partes relacionadas: Demonstração de resultados

	Montantes em 31/12/2023			Total
	Accionistas	Principais directores executivos	Outras partes relacionadas	
Juros e rendimentos similares	212.916	-	26.750	239.666
Juros e despesas similares	(512.424)	-	(70.506)	(582.930)
Receitas de honorários e comissões	0	-	10.619	10.619
Despesas com honorários e comissões	(43)	-	-	(43)
Receitas e despesas de instrumentos financeiros ao valor de mercado	(5.902)	-	(2.407)	(8.309)
Despesas administrativas	(7.255)	(1.067)	(30.657)	(38.979)
Outros rendimentos/gastos operacionais	(172)	-	(7.593)	(7.765)

Divulgação dos honorários de auditoria e dos honorários por serviços que não sejam de auditoria, nos termos do artigo 2427.º, n.º 16 bis, do Código Civil italiano

Taxas devidas pela atividade de:	Prestador de serviços	12/31/2023
Auditoria	PricewaterhouseCoopers	2,518,943
Auditoria	Altri	535,737
Auditoria	PricewaterhouseCoopers	259,106
Outros serviços	PricewaterhouseCoopers	121,127
Total		3,434,912

Os honorários acima indicados não incluem a indexação, a contribuição do CONSOB, o reembolso de despesas e o IVA.

PARTE L - RELATO POR SEGMENTOS

Operações e rendibilidade por linha de negócio

Os dados sobre as operações e a rendibilidade por segmento são comunicados de acordo com a IFRS 8 Segmentos Operacionais, com a adoção da "abordagem de relato integral da gestão".

O Grupo CA Auto Bank opera através de uma estrutura organizacional dividida em três linhas de negócio: Financiamento e Leasing, Financiamento Grossista e Drivalia (Aluguer/Mobilidade).

Os ativos por segmento (volumes à data do relatório) consistem exclusivamente em empréstimos e locações a clientes. No final de 2023, as atividades da linha de negócio de Financiamento e Locação Financeira atingiram 21,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento significativo de 25 % em comparação com 31 de dezembrost, 2022. As atividades da linha de negócio de Financiamento por grosso diminuíram 50% em relação a 31 de dezembrost, 2022, para 2,9 mil milhões de euros. Por último, as atividades da linha de negócio Drivalia (Aluguer/Mobilidade) registaram um crescimento substancial em comparação com 31 de dezembrost, 2022, atingindo 2,4 mil milhões de EUR.

Em conformidade com a IFRS 8, especifica-se que a atividade do Grupo é essencialmente conduzida na Europa; no entanto, não são periodicamente apresentados à direção relatórios de desempenho que discriminem as actividades por área geográfica estrangeira.

Relato por segmentos (€/Mln)	Financiamento e Leasing 12/31/2023	Financiamento por grosso 12/31/2023	Drivalia (Aluguer/Mobilidade) 12/31/2023	Outros 12/31/2023	Total 12/31/2023
Rendimento bancário líquido e margem de aluguer	627	93	98	0	818
Despesas operacionais líquidas	(191)	(14)	(50)	-	(255)
Custo do risco	(110)	16	(5)	-	(99)
Outras receitas (despesas) não afectadas	(28)	4	(6)	120	90
Lucro antes de impostos	298	99	37	120	554
Imposto não afetado	-	-	-	(154)	(154)
Resultado líquido do período	298	99	37	(34)	400

Relato por segmentos (€/Mln)	Financiamento e Leasing	Financiamento por grosso	Drivalia (Aluguer/Mobilidade)	Outros	Total
Activos	12/31/2023	12/31/2023	12/31/2023	12/31/2023	12/31/2023
Activos de fim de período por segmento	21,970	2,895	2,434	-	27,299
Activos médios por segmento	19,372	3,956	1,267	-	24,595
Activos não afectados	-	-	-	-	-

Relato por segmentos (€/Mln)	Financiamento e Leasing	Financiamento por grosso	Drivalia (Aluguer/Mobilidade)	Outros/Leasys*	Total
	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022
Rendimento bancário líquido e margem de aluguer	643	87	58	300	1,088
Despesas operacionais líquidas	(171)	(12)	(30)	(80)	(293)
Custo do risco	(75)	(5)	(2)	(19)	(101)
Outras receitas (despesas) não afectadas	(13)	(3)	(1)	546	529
Lucro antes de impostos	384	67	25	747	1,223
Imposto não afetado	-	-	-	(205)	(205)
Resultado líquido do período	384	67	25	542	1,018

(*) A rubrica "Outros/ Leasys" refere-se à contribuição da empresa do grupo Leasys, cujas acções foram vendidas no final de 2022.

Relato por segmentos (€/Mln)	Financiamento e Leasing	Financiamento por grosso	Drivalia (Aluguer/Mobilidade)	Outros/Leasys	Total
Activos	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022	12/31/2022
Activos de fim de período por segmento	17,587	5,739	437	5,477	29,240
Activos médios por segmento	16,279	3,756	229	4,869	25,133
Activos não afectados	-	-	-	-	-

PARTE M - DECLARAÇÃO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Secção 1 - Locatário

Divulgações qualitativas

De acordo com os parágrafos 51-59 da IFRS 16, nas notas seguintes são fornecidas informações adicionais sobre os contratos de comodato celebrados pelo Grupo CA Auto Bank na qualidade de locatário.

Com base na análise dos contratos de locação que se enquadram no âmbito da IFRS 16, o grupo identificou como mais significativos os contratos de locação de imóveis que assinou como locatário, principalmente para espaços de escritórios.

Divulgações quantitativas

Em 31 de dezembro dest, 2023, o Grupo reconheceu direitos de utilização adquiridos através de leasing no montante de 38 milhões de euros. O passivo de locação na mesma data era igual a 37,6 milhões de euros. Os juros suportados com o passivo de locação ascenderam a 0,7 milhões de euros.

O seguinte é o calendário das datas de vencimento dos passivos de locação:

€/000

	12 meses	12 - 18 meses	18 - 24 meses	24 - 36 meses	36 - 48 meses	48 - 60 meses	60 - 84 meses	84 - 120 meses	120 - 180 meses	> 180 meses
Passivos de locação	12,373	5,220	4,397	7,056	3,994	1,735	1,998	830	35	

Não existem contratos de subarrendamento.

Mantendo as isenções concedidas desde o início, o Grupo CA Auto Bank optou por não aplicar a IFRS 16 aos contratos com duração até 12 meses e aos contratos cujo valor do ativo subjacente, quando esse ativo é novo, seja até €5.000. Neste caso, os pagamentos relacionados com estas locações são tratados como despesas, em linha com o passado.

Secção 2 - Locador

Divulgações qualitativas

O Grupo CA Auto Bank presta serviços de locação financeira e operacional nos mercados em que opera, para apoiar a atividade automóvel do Grupo CA Auto e dos parceiros industriais.

No sector do aluguer, o Grupo CA Auto Bank operava em 2023 através da sua filial Drivalia e filiais associadas. A oferta destina-se tanto a grandes empresas como a PME, bem como a profissionais e particulares.

Enquanto locador, o risco associado aos direitos que o CA Auto Bank Group detém sobre os activos subjacentes é gerido através de

- acordos de recompra (buy backs);
- garantia: depósitos de segurança;
- garantias e cações bancárias e de seguros.

No caso dos contratos em que o Gruppo CA Auto Bank assume diretamente o risco sobre o valor residual do contrato, uma vez que não existe um acordo de recompra com o concessionário ou com o construtor, é efectuado um controlo trimestral para a constituição de provisões para os valores residuais.

Divulgações quantitativas

1. Informações sobre a demonstração da posição financeira e a demonstração de resultados

É feita referência aos quadros relevantes nas secções da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados.

2. Locação financeira

2.1 Classificação por intervalo de tempo dos pagamentos a receber e conciliação com as locações financeiras registadas no ativo

(Valores expressos em unidades de euro)

Faixas horárias	Total 12/31/2023 Pagamentos de locação a receber	Total 12/31/ 2022 Pagamentos de locação a receber
Até 1 ano	3,556,022	2,425,094
Mais de 1 ano até 2 anos	2,543,626	1,677,318
Mais de 2 anos até 3 anos	2,016,302	1,288,441
De mais de 3 anos até 4 anos	1,070,584	1,029,580
De mais de 4 anos até 5 anos	313,894	177,449
A partir de mais de 5 anos	161,987	113,065
Total de pagamentos de locação a receber	9,662,415	6,710,947
Reconciliação com o financiamento		
Proveitos financeiros não vencidos (-)	(262,958)	(329,499)
Valor residual não garantido (-)	(306,639)	(193,298)
Correcções de valor (-)	(116,959)	(79,799)
Financiamento por locação financeira	8,975,859	6,108,351

" As "correções de valor" foram incluídas para reconciliar com o financiamento de locações registado como ativo e apresentado na Parte B destas Notas, Secção 4 (4.2 Activos financeiros mensurados ao custo amortizado: repartição das locações e empréstimos a clientes).

3. Locação operacional

3.1 Classificação por intervalos de tempo dos pagamentos a receber

(Valores expressos em unidades de euro)

Faixas horárias	Total 12/31/2023 Pagamentos de locação a receber	Total 12/31/2022 Pagamentos de locação a receber
	Até 1 ano	1,178,295
Mais de 1 ano até 2 anos	320,412	-
Mais de 2 anos até 3 anos	177,326	-
De mais de 3 anos até 4 anos	160,666	-
De mais de 4 anos até 5 anos	146,837	-
A partir de mais de 5 anos	5,515	-
Total	1,989,051	33,414

3.2 Outras informações

Não há informações adicionais a comunicar para além das que já foram comunicadas anteriormente.

RELATÓRIO PAÍS POR PAÍS - A partir de 31 de dezembrost, 2023

Lista das empresas do grupo CA Auto Bank por localização e natureza da atividade exercida:

PAÍS	EMPRESA	NATUREZA DA ACTIVIDADE
ÁUSTRIA	CA AUTO BANK GMBH	BANCÁRIO
BÉLGICA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL DA BÉLGICA) DRIVALIA LEASE BELGIUM S.A.	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO
REPÚBLICA CHECA	DRIVALIA LEASE CZECH REPUBLIC S.R.O.	NÃO FINANCEIRO
DINAMARCA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S DRIVALIA LEASE DANMARK A/S	FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
FINLÂNDIA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S FILIAL I FINLAND DRIVALIA LEASE FINLAND OY	FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
FRANÇA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL FRANCESA) FL LOCALIZAÇÃO AUTO DRIVALIA FRANCE S.A.S. DRIVALIA LEASE FRANCE S.A.	BANCÁRIO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO FINANCEIRO
ALEMANHA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL ALEMÃ) CA VERSICHERUNGSSERVICE GMBH FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO FINANCEIRO
GRÉCIA	CA AUTO BANK G.M.B.H. (SUCURSAL HELÉNICA) DRIVALIA LEASE HELLAS SM S.A. CA AUTO INSURANCE HELLAS S.A.	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
IRLANDA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL DA IRLANDA) CA AUTO REINSURANCE DAC DRIVALIA LEASE IRELAND LTD	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
ITÁLIA	CA AUTO BANK S.P.A. DRIVALIA S.P.A.	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO
MARROCOS	DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U. (SUCURSAL MARROQUINA)	FINANCEIRO
NORUEGA	CA AUTO FINANCE NORGE AS DRIVALIA LEASE NORGE AS	FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
OS PAÍSES BAIXOS	CA AUTO FINANCE NEDERLAND B.V. FINDIO N.V. DRIVALIA LEASE NEDERLAND B.V.	FINANCEIRO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
POLÓNIA	CA AUTO BANK S.P.A. S.A. (SUCURSAL DA POLÓNIA) DRIVALIA LEASE POLSKA SP Z O.O.	BANCÁRIO FINANCEIRO
PORTUGAL	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL EM PORTUGAL) DRIVALIA PORTUGAL S.A.	BANCÁRIO NÃO FINANCEIRO
REINO UNIDO	CA AUTO FINANCE UK LTD. DRIVALIA LEASE UK LTD. DRIVALIA UK LTD	FINANCEIRO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
ESPAÑHA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL ESPANHOLA) DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U. DRIVALIA ESPAÑA S.L.U.	BANCÁRIO FINANCEIRO NÃO FINANCEIRO
SUÉCIA	CA AUTO FINANCE SVERIGE AB	FINANCEIRO
SUIÇA	CA AUTO FINANCE SUISSE SA	FINANCEIRO

Nos termos do artigo 89.º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (CRD IV):

LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NATUREZA DA ACTIVIDADE	RESULTADO OPERACIONAL (€/000)	EMPREGADOS EQUIVALENTES A TEMPO INTEIRO	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS (€/000)	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (€/000)
ÁUSTRIA	CA AUTO BANK GMBH	BANCÁRIO	5,578	27	1,540	1,614
BÉLGICA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL DA BÉLGICA)	BANCÁRIO	10,466	41	3,672	2,716
	DRIVALIA LEASE BELGIUM S.A.	NÃO FINANCEIRO	(13)	-	(144)	(144)
REPÚBLICA CHECA	DRIVALIA LEASE CZECH REPUBLIC S.R.O.	NÃO FINANCEIRO	(4,072)	177	8,178	2,840
DINAMARCA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S	FINANCEIRO	10,141	38	2,289	1,811
	DRIVALIA LEASE DANMARK A/S	NÃO FINANCEIRO	(5,704)	12	1,914	2,400
FINLÂNDIA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S FILIAL I FINLAND	FINANCEIRO	(15)	1	(464)	(353)
	DRIVALIA LEASE FINLAND OY	NÃO FINANCEIRO	400	104	6,015	4,807
FRANÇA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL FRANCESA)	BANCÁRIO	23,433	120	13,306	7,898
	FL LOCALIZAÇÃO AUTO	FINANCEIRO	-	-	-	-
	DRIVALIA FRANCE S.A.S.	NÃO FINANCEIRO	(3,335)	77	(3,206)	(2,999)
	DRIVALIA LEASE FRANCE S.A.	FINANCEIRO	21,727	-	20,408	15,774
ALEMANHA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL ALEMÃ)	BANCÁRIO	97,774	229	83,018	57,117
	CA VERSICHERUNGSSERVICE GMBH	NÃO FINANCEIRO	1,799	13	586	439
	FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH	FINANCEIRO	29,063	42	18,359	13,213
GRÉCIA	CA AUTO BANK G.M.B.H. (SUCURSAL HELÉNICA)	BANCÁRIO	1,201	41	296	15
	DRIVALIA LEASE HELLAS SM S.A.	NÃO FINANCEIRO	6,269	7	3,942	2,830
	CA AUTO INSURANCE HELLAS S.A.	NÃO FINANCEIRO	429	-	360	279
IRLANDA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL DA IRLANDA)	BANCÁRIO	88	2	(556)	(489)
	CA AUTO REINSURANCE DAC	NÃO FINANCEIRO	10,784	3	8,641	7,495
	DRIVALIA LEASE IRELAND LTD	NÃO FINANCEIRO	(1,850)	80	8,672	7,597
ITÁLIA	CA AUTO BANK S.P.A.	BANCÁRIO	252,270	465	346,847	282,148
	DRIVALIA S.P.A.	NÃO FINANCEIRO	25,089	110	88,661	84,076
MARROCOS	DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U. (SUCURSAL MARROQUINA)	FINANCEIRO	1,364	3	716	386
NORUEGA	CA AUTO FINANCE NORGE AS	FINANCEIRO	76	1	(519)	(395)
	DRIVALIA LEASE NORGE AS	NÃO FINANCEIRO	(4,903)	64	1,193	1,353
OS PAÍSES BAIXOS	CA AUTO FINANCE NEDERLAND B.V.	FINANCEIRO	5,385	33	964	729
	FINDIO N.V.	FINANCEIRO	8,146	16	1,620	1,216
	DRIVALIA LEASE NEDERLAND B.V.	NÃO FINANCEIRO	(2)	1	(159)	(129)
POLÓNIA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL DA POLÓNIA)	BANCOS	10,906	46	7,872	6,348
	DRIVALIA LEASE POLSKA SP Z O.O.	FINANCEIRO	859	2	(351)	(287)
PORTUGAL	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL EM PORTUGAL)	BANCOS	8,781	44	5,508	4,080
	DRIVALIA PORTUGAL S.A.	NÃO FINANCEIRO	(2,884)	38	966	593
REINO UNIDO	CA AUTO FINANCE UK LTD.	FINANCEIRO	47,551	143	24,073	18,416
	DRIVALIA LEASE UK LTD.	FINANCEIRO	4,476	5	33,142	25,303
	DRIVALIA UK LTD	NÃO FINANCEIRO	(1,276)	90	7,177	5,941

ESPAÑA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL ESPANHOLA)	BANCÁRIO	33,494	86	38,576	26,997
	DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U.	FINANCEIRO	8,435	-	14,268	10,689
	DRIVALIA ESPAÑA S.L.U.	NÃO FINANCEIRO	(1,233)	76	1,701	1,275
SUÉCIA	CA AUTO FINANCE SVERIGE AB	FINANCEIRO	570	1	(1,016)	(792)
SUÍÇA	CA AUTO FINANCE SUISSE SA	FINANCEIRO	17,676	51	9,197	7,302
Total das empresas do grupo			618,943	2,289	757,262	600,113
Ajustamentos de consolidação			(60,651)		(203,209)	(199,907)
Total do grupo			558,292		554,053	400,206